



TANCREDO NEVES

= Pensamentos e fatos =

Tancredo Neves pode ser compreendido, definido e avaliado pelo discurso, assim, no singular, para resumir a capacidade verbal que exercitou desde a vereança na sua São João Del Rei natal, ou mesmo antes, na tribuna do júri do jovem promotor, e que se completava na entrevista, no artigo de jornal, na formulação de caminhos nos conselhos internos da política.

Dele se podia afirmar como disse Gladstone - um político mineiro nascido na Inglaterra - a respeito de Bismarck: é um homem perigoso, acredita nas coisas que diz. Tancredo era um homem perigoso, para os adversários das suas causas. Não pela agressividade, que não tinha, mas pela firmeza de suas posições, que não fazia questão de proclamar, mas de praticar.

Para tanto, Tancredo exercitava entre todas uma virtude que outro gigante, Ulysses Guimarães, definia, baseado em Churchill, como a mais importante da vida pública, aquela sem a qual as demais qualidades falecem - a coragem. Tancredo era um homem de coragem, sóbrio e discreto, porque bravura não é bravata.

O jovem ministro da Justiça foi quase uma voz solitária e solidária naquela madrugada de 24 de agosto de 1954, quando se consumou o golpe que levou ao suicídio de Getúlio Vargas. Depois, em 64, no plenário do Congresso, denunciou, no próprio ato, a conspiração contra

FUNDAÇÃO
ULYSSES
GUIMARÃES



TANCREDO NEVES

= Pensamentos e fatos =



O PENSAMENTO POLÍTICO **BRASILEIRO**

2ª EDIÇÃO

BRASÍLIA
Fundação Ulysses Guimarães

2013

Editora

Fundação Ulysses Guimarães

Coordenação Geral

Eliseu Lemos Padilha

Organização

Elisiane da Silva

Gervásio Rodrigo Neves

Liana Bach Martins

Arte e diagramação

Riciély Soares

Revisão

Jolie de Castro Coelho

Revisão de texto

Tayana Moritz Tomazoni

Colaboração

Ms. Eduardo Pedro Corsetti

T162 Tancredo Neves: pensamentos e fatos / Organizado por: Elisiane da Silva; Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins. – Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011. (Coleção O Pensamento Político Brasileiro; v.1).

357 p.

ISBN 978-85-64206-03-8 (Coleção completa)

ISBN 978-85-64206-04-5

1. Política : Brasil. 2. Tancredo Neves. I. Silva, Elisiane da. II. Neves, Gervásio Rodrigo. III. Martins, Liana Bach. IV. Fundação Ulysses Guimarães. V. Título.

CDU 32(81)

Bibliotecária: Márcia Piva Radtke.

CRB 10/1557

Agradecimentos

Fundação Getúlio Vargas – CEPEDOC

Câmara dos Deputados

Senado Federal

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

SUMÁRIO

Palavra do presidente da Fundação.....	9
Apresentação dos organizadores.....	11
Prefácio.....	13
I – Cronologia da época (1901/1985).....	31
II – Cronologia de Tancredo de Almeida Neves.....	49
III – Pensamento de Tancredo de Almeida Neves.....	61
III.1 – A era Vargas: profissão de fé na democracia.....	63
Saudação a Benedito Valadares.....	65
III.2 – Período Democrático.....	69
A Justiça Eleitoral reforça a confiança na democracia.....	71
No Ministério da Justiça: “Minha missão é servir”	75
Agosto de traição, de sangue e tragédia: homenagem à memória de Getúlio Vargas.....	82
Em defesa da legalidade: a soberania da lei.....	95
Um republicano combativo: discurso de posse como Primeiro-Ministro.....	97
As bases da democracia brasileira.....	119
Lealdade a João Goulart.....	130
III.3 - Período do Regime Militar.....	133
Homenagem emocionada a Juscelino Kubitschek.....	135
O papel do MDB na restituição da democracia.....	146
Defesa das regras democráticas, constituição, liberdade, justiça e participação para o povo: agora e já.....	150

A reconquista da democracia: ações imediatas.....	158
Consenso como sobrevivência nacional.....	171
Cenário brasileiro em 1979.....	178
Princípios para restaurar a democracia.....	189
A reforma eleitoral e sua repercussão no mundo político.....	211
Despedida no Senado.....	222
Posse no Governo de Minas Gerais.....	248
O último ciclo do Governo Vargas.....	257
Exaltação a Tiradentes.....	277
O PMDB: “Se a esperança é o último abrigo das pátrias, a liberdade é a razão e sua força”	285
Campanha eleitoral à presidência da República.....	301
III.4 - Nova República.....	313
Vitória no colégio eleitoral: um projeto para o Brasil.....	314
Discurso aos ministros.....	325
Câmara dos Deputados anuncia a morte de Tancredo Neves.....	336
Correspondência do presidente da República em exercício ao Congresso Nacional.....	337
Homenagem da Assembleia Paulista.....	338
Discurso preparado para a posse.....	343

Bibliografia

Palavra do presidente da Fundação

A Fundação Ulysses Guimarães tem como missão levar o conhecimento aos quatro cantos do país. E, se assim não o fizer, não estará cumprindo o seu papel, para consigo e para com a sociedade brasileira. Ofertar, disponibilizar, tornar acessível esse conhecimento, das mais diversas formas, tem sido nossa marca de trajetória. Seja através do nosso Programa de Formação Política, seja por meio de projetos ou da série de debates e seminários que promovemos nos estados, estamos aproximando das pessoas o conhecimento.

A coletânea *O Pensamento Político Brasileiro*, que reúne 15 nomes que alteraram o cenário político de sua época, é mais uma forma que encontramos para levar o conhecimento a todos os brasileiros. Os textos incorporados à coletânea são originais e representam a opinião fiel de seus autores.

Este volume da coletânea, o primeiro, intitulado *Tancredo Neves: Pensamentos e Fatos*, registra o pensamento do vereador, deputado estadual e federal, governador, senador e presidente da República. Tancredo não chegou a se entregar “ao destino maior do que todas as suas aspirações”, conforme ele mesmo relata em seu discurso de posse que, por não ter sido proferido, talvez não seja do conhecimento de muitos. Agora, por meio deste primeiro volume da coletânea, todos teremos a oportunidade de ler este registro histórico.

O livro apresenta discursos, textos e depoimentos produzidos durante a Primeira República, a Era Vargas, a República Nova, o Regime Militar e a Nova República.

Tancredo foi homem democrata, aberto aos diálogos e permanente construtor de soluções. Com temperamento dócil, foi um guerreiro no plano das ideias da democracia,

da participação popular e da resolução de problemas da sociedade.

E é justamente deste nosso primeiro vulto que vamos tomar por empréstimo, aqui, a teleologia de uma de suas célebres frases para dizer que nossa Fundação só poderá fazer aquilo que juntos pudermos fazer. Que todo o pensamento de Tancredo Neves, aqui apresentado, possa servir de fonte para as aspirações e as ações de nossos leitores.

Boa leitura.

Eliseu Padilha
Presidente da Fundação Ulysses Guimarães

Apresentação

Este volume de *O Pensamento Político Brasileiro** começa com o discurso de 4 de outubro de 1936 do jovem Tancredo de Almeida Neves, então vereador do município de São João del Rei, saudando, em nome dos vereadores mineiros, o governador eleito Benedito Valadares. Logo viria o golpe de 10 de novembro de 1937, momento em que presidia a Câmara, que logo fora dissolvida. Tancredo de Almeida Neves recusa-se a colaborar com a ditadura, mas veio a ser absolutamente leal, durante toda sua trajetória política, ao que expressou naquele discurso. Volta à política militante em 1945, no PSD e, em 1953, passa a ser ativo e fiel conselheiro do presidente eleito, Getúlio Vargas, pelo qual foi designado Ministro da Justiça. Acompanha, com coragem, o novo projeto nacional de Getúlio Vargas até que este se suicida em 1954.

Fino observador da política como movimento social, Tancredo Neves faz uma corajosa análise e interpretação do significado de Vargas no processo histórico do Brasil, o que lhe confere mais conhecimento para apoiar a luta democrática e para empenhar-se pela posse de Juscelino Kubitschek, eleito presidente. Depois, com a renúncia de Jânio Quadros, é Tancredo quem defende a legalidade, isto é, o império da Lei, em defesa da posse de João Goulart, vice-presidente da República, também eleito. Na conciliação, garantindo a posse de João Goulart, é eleito primeiro ministro. Com o retorno ao Presidencialismo, acompanha o presidente João Goulart até o golpe de 1964, a partir do qual passa a ser um combatente pela redemocratização e um participante, como militante e como formador de militantes, dos grandes movimentos populares que empolgaram o Brasil.

* Nota de transcrição:

Os textos transcritos nesta segunda edição da coletânea *O Pensamento Político Brasileiro* são os mesmos apresentados na primeira edição. Todavia, tivemos de realizar a correção de erros gráficos e de outros erros resultantes de diagramação, o que não alterou as ideias originais do autor.

Nesse longo e rico período, Tancredo de Almeida Neves não foi um teórico, embora tivesse todas as condições para sê-lo. Os movimentos, construtores da História, não lhe deram tempo. Seu trabalho intelectual, preciso e brilhante, foi de um combatente que não só luta, como também dirige e organiza. Todos os escritos de Tancredo de Almeida Neves estão envolvidos de emoção e robustecidos pela convicção da necessidade de manter e preservar a liberdade, condição primeira da democracia.

Nessa luta, com frentes amplas e generosas, não podemos deixar de destacar neste livro seus discursos: na Câmara dos Deputados em 1954, em memória de Getúlio Vargas; o discurso fúnebre em plena ditadura a Juscelino Kubitschek em 14 de setembro de 1976 e, finalmente, o discurso que faria em sua posse como presidente da República. Neste último está um belo, generoso e corajoso Programa de Governo. Na verdade, um programa para o Brasil.

O leitor saberá interpretar Tancredo Neves como um guerreiro pela liberdade dos indivíduos, das sociedades, dos cidadãos e pelo Projeto de Governo vivificado pelas esperanças, forças e projetos dos brasileiros. Quem ler Tancredo Neves verá. Quem o ler sentirá que existe neste homem público a ânsia de construção de um projeto para o Brasil, projeto do qual ele mesmo se coloca como participante.

Elisiane da Silva

Gervásio Rodrigo Neves

Liana Bach Martins

Organizadores

Prefácio

“Enquanto houver neste país um só homem, uma só pessoa sem trabalho, sem pão, sem teto e sem letras, toda prosperidade será falsa”.¹

Prefaciara uma obra cujo conteúdo envolve um personagem da estatura de Tancredo de Almeida Neves é tarefa das mais difíceis. Por se tratar de uma figura por demais conhecida, corre-se o risco de se escrever sobre o óbvio. Por essa razão, quero fazer do meu texto não um prefácio, mas um depoimento do que eu vi e ouvi nos muitos anos de convivência com a figura desse homem que, talvez, possa ser considerado como um dos políticos mais importantes da história do Brasil. Meu depoimento compreende o período que vai desde meu primeiro encontro com Tancredo Neves, em princípios da década de 70, em Belo Horizonte, até o dia de sua internação no Hospital de Base de Brasília, no dia 14 de março de 1985.

Tancredo de Almeida Neves nasceu em São João del Rei, em 1910 e viveu para a política desde a vereança em sua cidade natal, até seu último respiro, em 21 de abril de 1985, em São Paulo, como presidente eleito da República Federativa do Brasil. Tendo iniciado sua vida profissional como advogado, percorreu todas as instâncias dos três poderes republicanos: promotor de Justiça, vereador (de 1934 a 1937, período em que foi presidente da Câmara, até que, por decreto do presidente Getúlio Vargas, os legislativos do país foram fechados), deputado estadual, deputado federal, secretário de finanças do governo Bias Fortes (MG), ministro da Justiça do governo Getúlio Vargas, primeiro-ministro do governo parlamentarista do presidente João Goulart, senador da República, governador do estado de Minas Gerais e presidente da República. É de se questionar se algum outro brasileiro teria podido ostentar um currículo político de tamanha envergadura.

¹ Tancredo Neves, no discurso vitória no Colégio Eleitoral em 1985.

Diversas publicações já vieram a lume sobre a figura de Tancredo Neves. Sem desconsiderar nenhuma delas, restrinjo-me aqui a lembrar apenas cinco (1) *Tancredo Neves: A Trajetória de um Liberal*, de Vera Alice Cardoso Silva & Lucília de Almeida Neves Delgado, 1985, publicado pela Editora Vozes; (2) *Tancredo Neves – sua palavra na história*, publicação organizada por Lucília de Almeida Neves Delgado, edição da Fundação Tancredo Neves, 1988; (3) *As ideias filosóficas e políticas de Tancredo Neves*, de José Maurício de Carvalho, Editora Itatiaia, 1994; (4) *Tancredo Neves*, publicada pela Câmara dos Deputados em 2000, em sua série Perfis Parlamentares (número 56), já na sua segunda edição (2010) e (5), talvez a mais recente, *Diário de Bordo – A Viagem Presidencial de Tancredo*, do jurista, economista e diplomata Rubens Ricupero, Imprensa Oficial de São Paulo, 2010.

Permito-me fazer aqui uma referência especial à publicação da Câmara dos Deputados em *Perfis Parlamentares* (56) acima citada, pela semelhança que ela guarda com a obra ora prefaciada. O texto da Câmara traz uma seleção de 75 de seus discursos parlamentares que abordam os mais variados temas e três importantes entrevistas, por ele concedidas, no período entre sua eleição para presidente da República e sua viagem pelo exterior, antes da posse. Entretanto, a seleção de discursos e entrevistas torna-se especialmente mais valiosa por trazer, primeiramente, como introdução, um alentado *Ensaio Analítico Introdutório*, de 59 páginas, da historiadora e professora Lucília de Almeida Neves Delgado. Nele a autora traça inicialmente o perfil de Tancredo, situando-o entre os homens públicos de maior estatura política do país para, a seguir, descrever os traços definidores de seu caráter, a partir de sua infância e juventude até sua eleição para presidente, focalizando em especial sua vocação democrática, sua oratória e sua acendrada mineiridade.

Mas, considerando-se a importância de Tancredo na história política do Brasil, faz-se necessário aprofundar ainda

mais os estudos sobre o perfil, as obras e os discursos desse emblemático político, o “homem público” por excelência. Pela sua personalidade e sua longa militância política, que perpassa pelos três poderes da República, restam ainda outros ângulos de sua personalidade a serem explorados, razão pela qual vem em muito boa hora a publicação, agora, de *Tancredo Neves: Pensamentos e Fatos*, levada a cabo pela Fundação Ulysses Guimarães.

A honra de fazer o prefácio dessa obra me propicia a oportunidade de explorar um sugestivo ângulo de análise do nosso personagem. É o ângulo da convivência, fraterna, estimulante e enriquecedora, que me permitiu conhecer mais a fundo o homem e o político com o qual convivi. A abordagem deste prefácio guarda uma semelhança com a obra de Ricupero, acima citada, na qual ele publica as anotações tomadas na viagem internacional que Tancredo fez entre sua eleição e sua posse. Desde que dele me aproximei, na década de 70, o tratamento que eu e muitos outros companheiros lhe dispensávamos era o de “doutor Tancredo”; entretanto, com o passar do tempo, embora ele insistisse para que não o chamássemos assim, acabou por aceitar um tratamento que traduzia, além do respeito, a admiração pelo homem e pelos seus compromissos com o seu tempo, com seus companheiros e com o futuro do país.

Tenho certeza de que todos os brasileiros que tiveram a sorte e a honra de com ele conviver guardam carinhosamente na memória as lições de sua atividade política e as palavras com as quais ele as externava. Quase sempre através de frases incisivas, que resumiam definitivamente seu caráter, sua sabedoria, enfim, seu pensar político.

O percurso que percorremos com o doutor Tancredo constituiu um privilégio para seus contemporâneos e companheiros de caminhadas, campanhas, comícios, desafios, derrotas e vitórias.

Essa caminhada, sob o comando de seu gênio político, culminou na grande vitória da sociedade brasileira, quando do retorno à democracia, em 1985. Eu tive a sorte e a honra de participar dessa caminhada. Diria até que minha trajetória política teria começado sob a inspiração e a égide do doutor Tancredo. Mas devo recuar um pouco mais no tempo, quando com ele me alinhei, na busca de um mesmo ideal: a reconquista da democracia.

A história de minha vida política teve suas raízes no meu envolvimento com um grupo de Pastoral da Igreja Católica, que atuava no Triângulo Mineiro. Fundado e coordenado pelo frei Mateus Rocha, palestrantes e debatedores de diversos matizes religioso-políticos foram convidados a trabalhar conosco: dom Pedro Casaldáliga, os padres Peter MacGreene e Nilo Tabuchini, os freis Cláudio van Balen e Carlos Mester, entre outros. Eram tempos tumultuados e o pequeno curso de Teologia para leigos nos apontava para uma necessidade de intervenção na sociedade e nos estimulava a nos engajar em um movimento de mudança de paradigmas.

Eram anos de chumbo da ditadura militar: prisões arbitrárias, torturas, censura. Mas além dessas desgraças, outra questão me preocupava: cada viagem do ministro Delfim Neto aos Estados Unidos redundava em milhões de dólares em empréstimos. O Estado Brasileiro, cada vez mais dependente do capital e dos bancos estrangeiros, se endividava assustadoramente, pagando juros que mais tarde se tornaram escorchantes. Como presidente da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia, passei a denunciar essa dependência, prejudicial ao país e à sua soberania. O que mais nos surpreendiam eram as atitudes das pessoas que passaram a agir em nome de um governo discricionário.

Exatamente no dia 13 de dezembro de 1968, no momento em que eu parainfava os formandos do curso de Contabilidade do Colégio Brasil Central, de Uberlândia, chegou-nos a notícia da

edição do Ato Institucional número 5. Deixei de lado o tradicional discurso, temperado com estímulos afetivos e votos de felicidade aos afilhados queridos e passei, resolutamente, a criticar aquele que seria um golpe dentro do golpe fatal na liberdade do povo brasileiro.

Diante desse quadro, o salto da Teologia para a ação política era inevitável. Nas discussões do curso no encontro seguinte, ouvi a sábia provocação do meu grande amigo, o professor Simão de Carvalho Luz, apelando para a carta do apóstolo João à Igreja da Laodiceia: “...mas porque és tépido e não és quente nem frio, começarei a te vomitar da minha boca” (Apoc, 3,16). Era o sinal para o grupo agir. Uma das táticas era ocupar posições estratégicas na estrutura governamental através do voto. Passamos a buscar candidatos à prefeitura de Uberlândia, a deputado estadual e, principalmente, a deputado federal. Não conseguimos a prefeitura. Para deputado federal foi-nos apresentado o Marcos Tito, que nos empolgou com seu discurso. Conseguimos uma votação expressiva, mas o nosso deputado foi logo cassado. Outros nomes foram indicados, sem sucesso. Cogitou-se no meu nome e, procurando o padre Nilo, manifestei-lhe que uma bomba estava para estourar na minha mão. Sua resposta veio imediata: “já estourou há muito tempo. Só você é que não percebeu”. Ainda tentei argumentar que não havia chegado a terminar meu curso superior de Economia e não me sentia preparado para enfrentar as feras do Congresso Nacional. Inutilmente. A escolha já estava determinada. Aí entrou em cena o doutor Tancredo.

Decidi procurá-lo em Belo Horizonte. Bem recebido, ele se colocou à minha disposição para o lançamento da candidatura. Para atender aos anseios dos intelectuais e dos chamados “autênticos” do partido, o MDB, ousei pedir-lhe para tentar trazer o senador Paulo Brossard. “Marque o dia do lançamento e lá estaremos”, respondeu prontamente. Ainda ousei dizer-lhe

que o meu monomotor “Corisco” estaria à disposição para levá-los e que poderiam estar tranquilos, pois se tratava de uma aeronave novinha. “Político tem que viajar na condução que lhe for oferecida”, encerrou a conversa. E foi assim que começamos a campanha do doutor Tancredo para o Senado e a minha para deputado federal.

No primeiro comício programado para Coromandel, no Triângulo Mineiro, comecei a conviver e a conhecer verdadeiramente o perfil do político doutor Tancredo. Homem de posições ponderadas, mas prontas e decisivas. Era o ano de 1978 e havia uma dúvida quanto ao período “permitido pelo sistema” para o início das campanhas eleitorais, se junho ou julho. “Se há dúvida, vamos começar em junho”, sentenciou o doutor Tancredo, quando lhe submeti minha preocupação. Ainda em Coromandel, ao visitar o presidente do MDB local, à época, encontramos um homem também receoso em relação à questão do início da campanha. Com razão, pois antes de nossa visita, ele havia recebido outras menos agradáveis: de membros do DOPS, da Polícia Federal e das polícias militar e civil. A reação do doutor Tancredo foi desafiante e fulminante: “Como é, vamos em frente ou vamos nos acovardar?”

Milton Lima, candidato a deputado estadual que disputava reeleição e eu, iniciante na política partidária e eleitoral, aceitamos o desafio e, juntos com o doutor Tancredo, enfrentamos mais um problema em Coromandel: ninguém, por receio, se habilitava a apresentar os candidatos. Doutor Tancredo contornou a situação, discursamos os dois candidatos e, ao final, ouvimos o seu discurso corajoso, mas sem provocações, o que nos deu ânimo para prosseguirmos a campanha.

Fomos eleitos. Na Câmara, alinhei-me mais com os chamados “autênticos”. Naqueles anos, o doutor Tancredo despontava, cada vez mais, como o líder dos moderados. Ao término do meu primeiro mandato, o doutor Tancredo me perguntou: “Quedê o aviãozinho? *Vamos para outra luta*”.

Eu deveria pleitear a reeleição para a Câmara dos Deputados e o doutor Tancredo pleiteava o governo do Estado de Minas Gerais. Saímos outra vez em campanha.

O sistema e as construtoras fecharam o cerco contra o doutor Tancredo. A luta tornou-se desigual. Enquanto nos faltava o mínimo para a campanha, nosso adversário chegou ao ponto de alugar uma das maiores fábricas de camisetas de Santa Catarina, que passou a trabalhar, dia e noite, para o doutor Eliseu Resende, o candidato do governo militar. Sanico, empresário do Sul de Minas, sabendo de nossa luta, disponibilizou uma aeronave maior e mais confortável para uso do doutor Tancredo. Apesar de todas as dificuldades e do grande empenho do sistema, vencemos.

No acordo entre o nosso candidato a governador e o grupo conhecido como “esquerda católica” (que não era nem tão esquerda e nem tão católica ...), deveríamos ter espaço no governo, três secretarias e a prefeitura de Belo Horizonte. Fui indicado pelo grupo para assumir uma das secretarias de Estado e minha preferência era pela Secretaria da Agricultura. Entretanto, o doutor Tancredo tinha outros planos a meu respeito, me convocou e me ofereceu a Secretaria do Trabalho e Ação Social. Ao sair do seu apartamento, abordou-me o doutor Miguel Arraes, que aguardava sua vez para falar com o doutor Tancredo, perguntando-me se eu participaria do governo. Ao lhe revelar que fora convidado para a Secretaria do Trabalho, ele, que não era ligado ao grupo do doutor Tancredo, simplesmente me disse: “ele quer te massacrar”.

Minha família, meus companheiros da chamada esquerda católica e o professor Edgar Godoy da Mata Machado, a quem consultei, todos me estimularam a aceitar o convite. Ficava, entretanto a cisma oriunda da assertiva do doutor Arraes. Voltei ao doutor Tancredo e, após um diálogo franco, aceitei o convite. E comecei a trabalhar enfrentando greves, à época proibidas pelo AI-5. Mantive sempre um bom diálogo com o governador. Tínhamos encontros, a princípio todos os dias, às 7 horas da

manhã. E para o desenvolvimento dos trabalhos e projetos da minha pasta nunca faltou o seu apoio.

Pouco tempo depois vieram os dias agitados do movimento da Diretas Já e da campanha para a presidência da República no Colégio Eleitoral. Por esse tempo, era comum eu receber, bem cedo pela manhã, telefonemas do doutor Tancredo, solicitando minha presença, às 7 horas, no hangar do governo, no aeroporto da Pampulha. Era nessas viagens que foi crescendo meu conhecimento sobre ele. Ao se assentar no avião, invariavelmente pedia os jornais do dia: “Me dê aí as ‘mentiras necessárias’”. Depois, tirava um cochilo e, em seguida, programávamos nossa jornada de trabalho.

Numa viagem para Campo Grande, resolvi afrontá-lo com uma provocação: “Não estou achando o senhor muito entusiasmado com as Diretas Já”. E ele me respondeu: “Verdadeiramente não estou. Você se lembra, quando terminou o período Vargas, em 1945, a UDN lançou como candidato o brigadeiro Eduardo Gomes, bonitão, boa praça, bom discurso, com o glamouroso slogan: ‘o preçõ da liberdade é a eterna vigilância’. Os cardeais do partido e seus famosos intelectuais e celebrados oradores lutavam para elegê-lo a todo custo. E quem ganhou? O Dutra. Sabe por quê? Porque o sistema, o poder remanescente da época, permanecia nas mãos dos adeptos do doutor Getúlio. Se sairmos para uma eleição direta agora, ganharia alguém do sistema. Não tenha nenhuma dúvida”.

De outra feita, o governador de São Paulo, Franco Montoro, o convidou ao Palácio dos Bandeirantes. Lá estava tudo armado e preparado: uma grande mesa representativa, auditório lotado, cobertura nacional de televisão, rádio e imprensa e a surpresa: lançou-o como candidato à presidência da República. O governador Montoro ofereceu-lhe o microfone e o doutor Tancredo simplesmente o empurrou para trás. E permaneceu calado. Ficamos todos sem entender sua atitude, pois seria

um momento extraordinário, em São Paulo, com toda aquela cobertura midiática. De volta, no avião, surpreso pelo acontecido, perguntei-lhe: “Governador, nós todos queremos o senhor como candidato e eu sei que o senhor tem consciência de que é o único que pode enfrentar o regime e vencer”. Ao que ele prontamente respondeu: “Enquanto eu não unir Minas, não serei candidato”.

Nessa tarefa de unir Minas sobressaiu o trabalho do seu vice-governador Hélio Garcia, que tinha um canal aberto com o vice-presidente da República, Aureliano Chaves. Dias depois o Hélio Garcia apareceu, alegre, informando ao doutor Tancredo que Aureliano lhe garantia o apoio e abria mão de sua candidatura. “Então diga a ele para dar uma declaração pública pela televisão, rádio e jornais”. E encerrou o assunto. E assim foi feito.

O projeto da *Diretas Já* já havia sido derrotado no Congresso no dia 25 de abril de 1984, mas não deixou de ter um valor extraordinário. Foi um momento público de revelação das pessoas e dos políticos que queriam verdadeiramente o fim da ditadura. A partir dessa derrota, foi possível criar alianças com os dissidentes do PDS e do PFL e construir, assim, a grande Aliança Democrática, que viria posteriormente dar sustentação à Nova República.

Mas na história política do doutor Tancredo, é preciso registrar que houve um momento importante anterior à consolidação dessa grande aliança: a articulação para a criação do Partido Popular, o PP. Poucas pessoas terão entendido o que, de fato, aconteceu.

Quem, naquela época, foi um parceiro importante do doutor Tancredo na construção do processo de abertura política, sobretudo através do diálogo com os militares, foi o seu sobrinho (por parte de mãe), o doutor Francisco Neves Dornelles, hoje senador, que mantinha diálogo com a grande eminência parda do regime militar, o general Golbery do Couto e Silva. Por esse diálogo, Golbery mandou um recado ao doutor Tancredo: “Diga ao seu tio para se separar dos comunistas, que eu trabalho na cúpula do Exército para ele”. De

fato, quando Golbery demitiu-se de sua função de ministro-chefe da Casa Civil do governo Figueiredo, desgostoso com o episódio do atentado da bomba no Riocentro, morreu também o PP.

Os remanescentes do PMDB decidiram convocar uma reunião, para a qual convidaram o doutor Tancredo. Nessa reunião ele foi convidado a assumir a direção do partido. Sua resposta foi um curioso apelo: “Me ajudem primeiro a fazer um digno enterro do PP”.

Tempos depois, ao chegar dos Estados Unidos, onde fora tratar de sua saúde, o general Walter Pires Carvalho de Albuquerque, então ministro do Exército, desembarcou no Brasil esnobando seu inglês ao referir-se ferinamente ao doutor Tancredo Neves como “Tancredo, never”. Era então o poderoso ministro, um dos guardiões do regime, aquele que o presidente João Batista Figueiredo ameaçava chamar quando algum problema maior surgia: “Olha que eu chamo o Pires!” Era preciso alguma reação àquela mensagem criptografada do general.

Foi então que entrou novamente em cena o doutor Francisco Dornelles. Conseguiu uma audiência com o general para o doutor Tancredo, marcada para as 23 horas na sua mansão, na Península dos Ministros. O encontro não poderia ser nem durante o dia e nem na sede do ministério. Os quatro “carregadores de mala” que o acompanharam a Brasília para a entrevista foram barrados pela segurança e tiveram que esperar por um bom tempo no jardim da mansão. Naquela mesma semana Tancredo recebia um telefonema do ministro, no qual ele informava estar pronto para dar testemunho de sua lealdade. “Senhor ministro, não preciso de demonstrações de sua lealdade, mas meus companheiros estão apavorados com o general Newton Cruz a cavalo, ameaçando-os em Brasília. Tenho o maior respeito e admiração pelo general, mas, repito”, insistiu o doutor Tancredo, “são meus companheiros que se sentem ameaçados”. Resultado:

o general Newton Cruz chegou ao Rio de Janeiro, “promovido”. Ele entendeu o verdadeiro sentido da promoção e, furioso, desabafou publicamente, queixando-se de que tudo de ruim que acontecia no sistema era atribuído a ele.

Doutor Tancredo nos relatou que nessa audiência, a certa altura, tentava convencer o ministro sobre a necessidade de o Brasil se abrir mais para a Europa, deslocando-se um pouco da órbita dos Estados Unidos. Para entrar na Europa, o natural seria através da porta de nossas origens, Portugal. Sabedor de que o ministro tinha recebido por lá uma quinta, como herança, ele adiantou: “preciso, para o cargo de embaixador lá, de um patriota, não necessariamente oriundo do Itamarati”. Pouco tempo antes de sua posse, doutor Tancredo retornou de sua viagem à Europa passando por Portugal. Na sua recepção pelas autoridades portuguesas, ele ouviu a célebre frase: “Nunca se ouviu dizer, na história política, que alguém tenha realizado a inacreditável façanha de derrubar uma ditadura sem disparar um tiro sequer”. E na entrevista concedida à mídia portuguesa que se seguiu, ele completou: “Pela luta que tive para fazer a abertura democrática sem dar um tiro, vou mandar para cá um general como embaixador”. No dia seguinte os jornais portugueses estamparam na capa que Portugal não aceitaria um general como embaixador...

Entrementes, prosseguia a campanha para a eleição presidencial via Colégio Eleitoral. Os adeptos da candidatura do doutor Tancredo ficaram entusiasmados com as notícias provenientes do fechado círculo do sistema militar. O coronel Mário Andrezza, um dos candidatos postos, ao perceber que não teria apoio dos generais, renunciou a sua candidatura. Alguns generais não admitiam a candidatura de um subalterno na hierarquia militar: era inaceitável a situação de um quatro estrelas ter que fazer continência a um coronel, comentava-se na caserna. Com isso, restou apenas o Paulo Maluf como adversário.

As baterias da oposição, então, passaram a ser centradas em sua direção. Mais uma vez prevaleceu a ponderação do doutor Tancredo: “Devagar, o homem não pode e não deve renunciar; eu devo chegar ao Colégio Eleitoral disputando com alguém”. E assim aconteceu.

Graças aos trabalhos do doutor Tancredo, muitos obstáculos foram sendo gradativamente contornados. Então, pé na estrada, saíram, doutor Tancredo e seus “maleiros”, peregrinando pelo Brasil numa campanha cívica. Até que chegou o esperado dia 15 de janeiro de 1985, dia em que o Colégio Eleitoral, após eleger Tancredo Neves para presidente da República, foi, pelo presidente eleito, implodido. Difícil para mim, hoje, conter a emoção ao evocar aquele momento. Queríamos abraçar e carregar o presidente, mas ele esbravejava e dizia: “Calma, calma, o monstro está morto, mas retirar os escombros do morto levará tempo, determinação, paciência e pertinácia”.

Mas na comemoração do nascimento da Nova República não há como se falar em Tancredo sem se pensar em Ulysses: são dois irmãos siameses da política brasileira. Foram dois gigantes nas lutas por um mesmo ideal: a democracia e a liberdade. Com uma diferença, apenas, entre suas estratégias de luta. Ulysses era o aríete, que entrava na cidadela derrubando muralhas e destruindo pontes. Tancredo entrava se esgueirando, na calada da noite, brandindo o discurso da negociação e da conciliação. Como bem o dizia Lucília Delgado: “Tancredo incluiu-se (...) entre aqueles que fazem da negociação ingrediente indispensável da democracia, aqueles que valorizam a negociação por reconhecerem a pluralidade como fundamento da democracia”.

Além disso, deve-se registrar a participação fundamental do doutor Ulysses no primeiro passo, ao mesmo tempo tímido e corajoso, dado para a luta da redemocratização. Em 1973 ele se apresenta ao país como anticandidato à presidência da

República. Dizia ele: “não sou candidato, sou anticandidato, pois o candidato já tem data marcada para a posse”. E saiu pelo Brasil brandindo o lema “Navegar é preciso, viver não é preciso”. Vigiado e perseguido, teve até que escapar dos cachorros do governador da Bahia. Posteriormente, o doutor Ulysses se envolveu em outra querela com o sistema, ao chamar os três ministros militares de “três patetas”. Nessa época eu ouvi de um general de quatro estrelas que “se o Ulysses Guimarães for indicado ou eleito para a presidência da República, ele não tomará posse?”

Entretanto, sua candidatura e pregação foram a primeira tentativa de se balançar a estrutura da ditadura. E o resultado foi que o MDB, através de uma grande mobilização, elegeu muitos deputados e senadores. Uma das provas da união e, ao mesmo tempo, da diferença entre ambos, foi o acordo a que chegaram entre si: se for eleição direta, vai o doutor Ulysses e se for indireta, vai o doutor Tancredo. Coincidentemente, hoje a Fundação Ulysses Guimarães homenageia a figura de seu irmão siamês, ao publicar *Tancredo Neves: Pensamentos e fatos*.

Um traço pouco conhecido do doutor Tancredo nessa trama em que se transformou a política nacional nos últimos anos da ditadura, período que ficou conhecido como sendo da “abertura lenta, gradual e segura”, conduzida pelo presidente Ernesto Geisel, foram a preocupação e o cuidado com que ele se envolveu nesse complicado processo. Perdida a batalha das eleições diretas, como última saída restava a eleição indireta. Não era, obviamente, o que ele queria. Mas era preciso cuidar dela com paciência e prudência, para que não houvesse um retrocesso. Ainda se ouviam notícias pouco auspiciosas, como quando o presidente João Figueiredo já antecipava que não daria posse ao doutor José Sarney.

Foi com esse espírito que o doutor Tancredo se lançou nessa campanha, dizendo aos seus companheiros: “Se a porta abrir

só um pouquinho, vamos colocar o pé, a fim de evitar que ela se feche”. Dizia-nos de sua preocupação por ter que justificar perante a nação sua participação em uma eleição indireta. Ele não queria, em hipótese alguma, se impor. Queria sair pregando pelo Brasil afora para sentir se verdadeiramente já havia sido aceito pelo povo. Na verdade, quando ele chegou ao Colégio Eleitoral, já havia sido aclamado pelo povo. E sua inesperada e pranteada morte coroou definitivamente essa aceitação.

Na peregrinação pelo Brasil, que antecedeu a eleição, a saúde do doutor Tancredo já dava sinais de que a peregrinação já se tornava gradativamente uma via-sacra. Durante as viagens ele nos mandava ligar para São João del Rei e colocá-lo na linha com seu médico particular, o doutor Diomedes Garcia. Depois de alguns meses de sofrimento, o doutor Diomedes não queria mais receitar por telefone e lhe sugeria que viesse para São João del Rei ou procurasse um médico especializado para um exame mais acurado. As discussões por telefone se sucediam e o doutor Tancredo ameaçava seu médico: “então eu vou tomar qualquer medicação ou procurar qualquer médico, pois, nesse momento não posso parar”.

Em fins de janeiro, o doutor Tancredo procurou seu médico da Câmara dos Deputados, o doutor Renault Matos Ribeiro, com quem tinha excelente relacionamento. Doutor Renault achou por bem convidar o cirurgião doutor Francisco Pinheiro, para trocar ideias sobre a situação e chegaram à conclusão de que o doutor Tancredo deveria se submeter a uma cirurgia de exploração. “Só depois de 15 de março”, ele respondeu. “E aí, nós te levamos para onde?”, contestou o doutor Renault. “Para onde vocês quiserem”. E encerrou a discussão. Àquela altura dos acontecimentos, tínhamos a impressão de que a posse como presidente era para ele uma questão de vida ou de morte.

Para as vésperas de sua posse, 14 de março, estava programada uma missa no Santuário Dom Bosco de Brasília. Tancredo, no

primeiro banco à direita, foi chamado para ler a “primeira leitura”, extraída do Livro dos Reis, no trecho em que Salomão pede a Deus “Dai, pois, ao vosso servo um coração sábio, capaz de julgar o vosso povo e discernir entre o bem e o mal; pois, sem isso quem poderia julgar o vosso povo, um povo tão numeroso?” (I Re, 3,9). Postando-se de frente para os presentes, no momento daquela leitura, muitos perceberam que seus óculos estavam mal colocados e que ele falava quase gritado, o que nunca fora de seu hábito. Na saída da igreja ele olhou para mim e disse: “Você está aqui?” Na hora estranhei aquela observação, mas atribuí essa pergunta à emoção de que, sem dúvida, ele deveria estar possuído.

Fui para casa e nos reunimos, os deputados Cássio Gonçalves e José Edgard Amorim Pereira e outros e comemoramos antecipadamente com champanhe a posse, sempre repetindo aquela frase de grande simbolismo “este é o último ato deste colégio; portanto, está extinto”. Antes de abrir a segunda garrafa, um telefonema de minha sobrinha jornalista, Letícia, nos informava de que o doutor Tancredo tinha sido internado às pressas no Hospital de Base de Brasília.

Suspendemos as comemorações e, para mim, o doutor Tancredo havia falecido naquele momento. Mesmo assim fomos ao hospital, onde já havia um aglomerado de parlamentares e povo em geral. Lembrava-me de que sua moléstia teria sido agravada pela sua viagem à Europa em pleno e rigoroso inverno. Mas lembrava-me também de que ele julgava extremamente importante essa viagem, pois queria e precisava do reconhecimento internacional, dadas as condições excepcionais do processo de sua eleição. Já havia visitado os Estados Unidos, tendo sido oficialmente recebido pelo presidente Ronald Reagan.

Encerrado o meu depoimento, volto à obra *Tancredo: Pensamento e Fatos*. Nada mais eficaz e fidedigno para se conhecer o perfil, o caráter e a ideologia de um homem do que ouvir o que ele

falou e, sobretudo, ler o que ele escreveu. Assim, o objetivo maior da publicação que ora tenho a honra de prefaciar, na mesma linha da publicação da Câmara, anteriormente referida, é disponibilizar para o leitor, o estudioso e o pesquisador, a riqueza do discurso político de Tancredo Neves. Para viabilizar esse projeto, a Fundação Ulysses Guimarães optou por uma estruturação singular e didática: elencou os 28 discursos selecionados, que compõem o seu cerne da obra (terceira parte), em cinco eras ou períodos: Primeira República, Vargas, República Nova, Regime Militar e Nova República. Como subsídios importantes para o leitor contextualizar os discursos e, conseqüentemente, o pensamento de Tancredo Neves, a primeira parte traz uma ilustrativa “cronologia da época”, que vai de 1901 a 1985, em 17 páginas, contendo os principais fatos e acontecimentos do período, no mundo e no Brasil; a seguir, outro elemento de contextualização, a cronologia da vida de Tancredo Neves. Estão de parabéns a Fundação Ulysses Guimarães e todos aqueles que se empenharam na construção desta obra. Será mais uma contribuição para reafirmar os anseios de liberdade e de democracia dos quais o doutor Tancredo terá sido o maior porta-voz neste país.

Brasília, 22 de abril de 1985. Acabava de chegar ao Palácio do Planalto, proveniente de São Paulo, a urna mortuária do presidente Tancredo Neves. No salão nobre, totalmente lotado, parentes, ministros, parlamentares, membros da representação diplomática, funcionários. Pesava um silêncio respeitoso: ali estava seu corpo, como símbolo do sacrifício pela liberdade e pela democracia. Ninguém ousava falar, até que alguém sugere convidar dom Luciano Mendes de Almeida, arcebispo de Mariana, para fazer a saudação mortuária de despedida. Em inspirado improviso, dom Luciano comparou Tancredo com a figura bíblica de Moisés. Conduzindo o errante povo hebreu pelo deserto durante 40 anos, ele recebe de Jeová as Tábuas da Lei, mas não chega a entrar na terra prometida. Assim foi Tancredo. Conduzindo e costurando com habilidade os destinos da política brasileira durante 20

anos, também não logrou entrar na democracia prometida e esperada. Moisés deixou-nos as Tábuas da Lei, Tancredo, o seu pensamento, seu exemplo e o seu discurso, muitas vezes expresso por frase lapidares, verdadeiros aforismos que se constituíam em verdadeiros programas de governo. Cito abaixo algumas delas:

- “A miséria e a fome nos dias de hoje nos envergonham tanto quanto a escravidão do século XIX”.
- “O desenvolvimento não se faz sem o trabalho e o sacrifício de todos”.
- “Nada é mais doloroso para um pai de família do que oferecer as suas mãos para o trabalho e recolhê-las, envergonhado, com o óbolo da ajuda”.
- “Nada poderei fazer, senão aquilo que pudermos fazer juntos”.
- “Ordem e justiça se fazem com a lei. E a lei deve ser a organização social da liberdade”.

E retomo aqui a epígrafe inicial, com a qual também encerro este prefácio: “Enquanto houver neste país um só homem, uma só pessoa sem trabalho, sem pão, sem teto e sem letras, toda prosperidade será falsa”. Perpassa por esse aforismo a ideia do binômio que orientou a trajetória política do doutor Tancredo: liberdade e democracia. O homem sem trabalho, sem pão, sem teto e sem letras não tem liberdade, não é cidadão.

*Ronan Tito*²

² Filho de Edmar Tito de Almeida e Aurora Pereira de Almeida. Presidente da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (1968-1969) e vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (1970-1972). Integrou o Conselho Curador da Universidade Federal de Uberlândia (1970-1973), embora não tenha concluído o curso de Economia. Filiou-se ao MDB no início dos anos setentas e, a seguir, elegeu-se deputado federal em 1978 e 1982 quando já estava no PMDB integrando o diretório regional. Secretário do Trabalho e Ação Social do governo Tancredo Neves (1983-1984), foi mantido no cargo nos sete primeiros meses do governo Hélio Garcia, tendo se afastado somente para votar em Tancredo Neves na sessão do Colégio Eleitoral de 15 de janeiro de 1985 quando a oposição triunfou sobre Paulo Maluf, o candidato governista. Em 1986 foi eleito senador para o mandato de 1987/1995. Assumiu a presidência da Fundação Ulysses Guimarães entre 1993 e 1995, atualmente é membro do Conselho-Curador desta Fundação.

I - Cronologia da época (1901/1985)

	MUNDO	BRASIL
1901	Austrália, possessão britânica, torna-se federação por meio da união de suas seis províncias.	
1902	Fim da Guerra dos Bóeres com a conquista do Transvaal (África do Sul) pela Grã-Bretanha.	Rodrigues Alves é eleito presidente da República.
	Cuba proclama-se uma República.	Euclides da Cunha publica sua obra <i>Os Sertões</i> .
1903	Estados Unidos adquire a zona do Canal do Panamá.	Triunfo da Revolução no Acre. Plácido de Castro torna-se governador do novo estado. Em novembro é assinado o Tratado de Petrópolis, com a incorporação do Acre e a indenização da Bolívia.
1904	Disputa pela Manchúria deflagra a Guerra Russo-Japonesa.	O prefeito Pereira Passos inicia os trabalhos de remodelação urbana do Rio de Janeiro.
	"Entente Cordiale" (acordo amigável) entre França e Grã-Bretanha concede aos franceses soberania sobre o Marrocos e aos ingleses, sobre o Egito.	Devido à aprovação da lei de vacinação obrigatória contra a varíola, em 31 de outubro, explode revolta popular na capital do país contra a vacina e as medidas de saneamento (11 de novembro).
1905	"Domingo Vermelho" em São Petersburgo. Revolta contra o regime czarista.	
1906	Santos Dumont voa com o 14-Bis em Paris.	Convênio de Taubaté define uma política de valorização do café por meio da definição de preços mínimos e da compra de estoques pelo governo federal.
		Affonso Penna assume a presidência do país.
		Grande número de greves operárias eclode nas principais cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre.
1907	Lumiere inventa a fotografia em cores.	A Amazônia é ligada telegraficamente ao Rio de Janeiro, por uma comissão chefiada pelo major Cândido Rondon.

	Segunda conferência de paz de Haia.	Pela primeira vez o Brasil participa de uma conferência internacional como a de Haia. Destaca-se o chanceler brasileiro Ruy Barbosa com a tese de igualdade jurídica entre os estados.
1908	Áustria anexa a Bósnia-Herzegovina ao seu território.	É aprovada a lei do serviço militar obrigatório.
		O navio Kasato Maru aporta em Santos trazendo a primeira leva de imigrantes japoneses: 168 famílias.
1909	Acordo franco-alemão sobre o Marrocos.	O vice-presidente Nilo Peçanha assume a chefia do governo após a morte de Afonso Pena.
		Campanha Civilista: Ruy Barbosa é lançado como candidato à presidência em oposição a Hermes da Fonseca.
1910	Começa a Revolução Mexicana.	Durante a campanha eleitoral, o governo federal envia tropas a São Paulo, principal base do civilismo.
	Golpe derruba o monarca português Manuel II e instaura a República.	O marechal Hermes da Fonseca vence as eleições presidenciais.
		Em 23 de novembro, tem início a Revolta da Chibata, com a sublevação dos encouraçados Minas Gerais e São Paulo, sob a liderança do marinheiro João Cândido. O movimento foi severamente contido.
1911	Guerrilheiros mexicanos, comandados por Francisco Madero, Emiliano Zapata e Pancho Villa levam à deposição o presidente Porfirio Díaz.	Política das Salvações: apoio do governo de Hermes da Fonseca às oligarquias aliadas nas disputas estaduais. Choques locais em Pernambuco e no Ceará.
	Na África do Norte, a Itália conquista a Líbia.	
1912	Tensão na região dos Balcãs, entre a Sérvia, Grécia e Bulgária.	Crise política na Bahia e intervenção federal.
		Início da Guerra do Contestado na região de mesmo nome entre Paraná e Santa Catarina. O movimento messiânico, liderado pelo monge José Maria, arregimenta camponeses pobres. Considerado monarquista, os fiéis são atacados pelas tropas catarinenses.

1913	Conflito búlgaro-sérvio pela disputa da Macedônia.	Manifestações operárias contra a carestia.
	Acordos anglo-alemães sobre as colônias portuguesas.	Revolução em Juazeiro do Norte (Ceará): os seguidores do padre Cícero aliam-se aos opositores do governador aliado de Hermes da Fonseca, que decreta estado de sítio.
1914	Início da Primeira Grande Guerra, com o assassinato do herdeiro do trono austro-húngaro, Francisco Ferdinando; vários países, cumprindo alianças anteriores, declaram guerra.	Venceslau Brás é eleito presidente da República.
	Inaugurado o Canal do Panamá.	Edu Chaves realiza o primeiro voo sem escala entre São Paulo e Recife.
	Egito torna-se protetorado britânico.	
1915	Utilização do gás asfixiante como arma de guerra.	O senador gaúcho Pinheiro Machado é assassinado no Rio de Janeiro.
1916	Batalha de Verdum: a Guerra de Trincheiras.	
1917	Declaração de guerra dos Estados Unidos à Alemanha.	
	Arthur Balfour, ministro do Exterior britânico, assina declaração que promete o estabelecimento de um Estado judeu na Palestina.	Greves paralisam indústrias paulistas. Em manifestação na capital paulista, um operário é morto pela polícia, alastrando o movimento grevista.
	Na Rússia, a Revolução de Outubro derruba governo de Kerênski; governo comunista liderado por Lênin assume o poder.	Com o afundamento do navio Macau pelos alemães, o governo brasileiro declara Guerra ao Império Alemão.
1918	Fim da Primeira Grande Guerra, com a assinatura de armistício. A Alemanha aceita os "14 pontos" do presidente americano Wilson.	Eleição de Rodrigues Alves e de Delfim Moreira para a presidência e Vice-presidência.
	Grã-Bretanha derrota Forças do Império Otomano e da Alemanha na Palestina e passa a dominar o território.	A Gripe Espanhola faz milhares de vítimas no país. O presidente Rodrigues Alves adocece.
1919	Fundação do Partido Nacional Socialista, na Alemanha.	Rodrigues Alves morre vitimado pela gripe espanhola. Delfim Moreira assume a presidência.
	Proclamação da República Soviética, primeiro país comunista.	Em 21 de junho é fundado o primeiro Partido Comunista. Por meio dele houve a integração de socialistas e anarquistas, mas durou pouco.

	Fixação dos estatutos da Liga das Nações.	Novo movimento grevista no país. O governo utiliza a lei de deportação de estrangeiros para cerca de 100 operários.
	Assinatura do Tratado de Versalhes, penalizando severamente a Alemanha pela guerra.	
1920	Início da pregação de Gandhi pela desobediência civil.	Disputa eleitoral na Bahia resulta em violência e intervenção federal.
	Termina a guerra civil russa com os comunistas derrotando os "russos-brancos".	
1921	Conferências para discussão das reparações de guerra.	Hermes da Fonseca assume a presidência do Clube Militar.
	Fundação do Partido Comunista Chinês.	
1922	Fim do protetorado inglês no Egito.	Em fevereiro realiza-se a Semana de Arte Moderna, em São Paulo.
	Greve na Itália é reprimida por Mussolini, que chega ao poder.	Arthur Bernardes é eleito presidente da República.
	Instituída a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).	É fundado o Partido Comunista Brasileiro no Rio de Janeiro.
		Tensão nos meios militares, com a prisão de Hermes da Fonseca e fechamento do Clube Militar.
		Rebeliões militares na vila Militar, Escola Militar e Forte de Copacabana. No episódio conhecido como "Dezoito do Forte", os revoltosos vieram a ser sufocados pelas tropas do governo. É o início do movimento conhecido como Tenentismo.
1923	Império Otomano é extinto; territórios do Oriente Médio são partilhados entre Grã-Bretanha e França.	Manifestações de descontentamento popular contra o governo de Artur Bernardes levam-no a declarar intervenção federal no Rio de Janeiro.
	Tentativa de golpe de Hitler na cidade de Munique.	Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul é provocada pela insatisfação da oposição à quinta reeleição de Borges de Medeiros à presidência do Estado. O conflito termina com a assinatura do Pacto de Pedras Altas, após 11 meses de lutas.
	Josef Stálin sucede Lênin na direção da URSS após a morte de Lênin.	Revolução tenentista em São Paulo, sob o comando do gen. Isidoro Dias Lopes. As forças legalistas fazem uso do bombardeio aéreo. Vencidos, os revolucionários formam a Coluna Paulista, liderada por Miguel Costa.

1924	Proclamação da República na Grécia.	Sublevações de militares em Manaus e no Rio Grande do Sul. Neste estado, comandados por Luis Carlos Prestes, iniciam marcha em direção a Foz do Rio Iguaçu.
1925		Reunião das Colunas paulista e gaúcha formam a Coluna Miguel Costa-Prestes, e iniciam marcha pelo sertão do Brasil.
1926		Washington Luiz assume a presidência da República. Vargas é designado para o Ministério da Fazenda.
1927	Charles Lindenberg atravessa o Atlântico em um avião.	A Coluna Prestes interna-se na Bolívia, após vinte mil quilômetros de marcha.
		O Partido Comunista é declarado ilegal.
1928	Início da utilização comercial do cinema falado.	Vargas assume o governo do Rio Grande do Sul. João Pessoa toma posse na Paraíba.
1929	Tratado de Latrão, entre a Itália e a Igreja, cria o Estado do Vaticano.	Greves em São Paulo.
	Quebra da Bolsa de Nova Iorque dá início à Grande Depressão.	Formação da Aliança Liberal com as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa. Com o apoio do mineiro Antônio Carlos, a Aliança rompe com a política Café-com-Leite.
		Com a queda da Bolsa de Nova Iorque, cai a cotação do café no mercado internacional.
1930	Triunfo nazista nas eleições gerais alemãs.	Julio Prestes é eleito presidente da República.
		João Pessoa é assassinado na Paraíba.
		Explode, em 3 de outubro, a Revolução de 30, liderada por Vargas, com o apoio de Minas Gerais e da Paraíba.
		Em 24 de outubro, Washington Luiz é deposto pelos chefes das Forças Armadas. Uma Junta Provisória toma o poder e, em 3 de novembro, Vargas assume como chefe do Governo Provisório.
		Vargas destitui os antigos governadores e nomeia interventores para os estados. Os tenentes apoiam o novo governo.

1931	Os japoneses ocupam a Manchúria (China).	O governo decreta a compra do café excedente para sustentar preços internacionais, mas os preços continuam baixando e o governo decide pela queima dos estoques.
	Alemanha suspende os pagamentos das indenizações de guerra.	Criação do Departamento Oficial de Propaganda.
1932		Paulistas reivindicam a instalação de uma Assembleia Constituinte e o retorno da autonomia dos estados.
		Publicação do novo Código Eleitoral, que estabelece o voto secreto e o direito das mulheres de votarem e serem votadas.
		Leis trabalhistas: jornada de 8 horas, direitos iguais às mulheres, licenças-gravidez, entre outras.
		Eclode, em 9 de julho, a Revolução Constitucionalista em São Paulo, liderada pelos generais Isidoro Dias Lopes e Bertol Klingler. Os revoltosos são derrotados em 1º de outubro.
		Plínio Salgado funda a Ação Integralista Brasileira, de cunho fascista.
1933	Adolf Hitler assume a chancelaria alemã. No mês seguinte, o Reichstag é incendiado e Hitler assume amplos poderes.	Em 3 de maio, são realizadas eleições para a Constituinte.
	Os Estados Unidos adotam o New Deal (Nova Política Econômica), com o objetivo de enfrentar a crise econômica.	Vargas decreta a redução de 50% das dívidas dos agricultores para com os bancos. A diferença será paga pelo governo.
1934	Na China inicia-se a Longa Marcha comunista, liderada por Mao Tsé-Tung.	Em 16 de julho é promulgada a Constituição que estabelecia o deputado classista. Vargas é eleito presidente.
1935		É criada a Aliança Nacional Libertadora, reunindo as correntes antifascistas. Dela fazem parte Carlos Lacerda e Luiz Carlos Prestes. Em 13 de julho, a organização é colocada na clandestinidade.
		Em novembro, eclode uma revolução em Natal, organizada pela ANL. Nos dias seguintes, novos levantes, prontamente controlados pelas tropas do governo, surgem em Recife e no Rio de Janeiro.

1936	Eleição da Frente Popular na França.	Luiz Carlos Prestes e outros líderes da esquerda são presos, acusados de subversão.
	Estoura a Guerra Civil Espanhola com a sublevação de Franco no Marrocos.	
	Japão e Alemanha assinam pacto anti-comunista.	
1937	Adesão da Itália ao pacto anticomunista.	Articulações para as eleições presidenciais de janeiro de 1938. Três candidatos apresentam-se: Armando Sales Oliveira, do Partido Constitucionalista, Plínio Salgado, da AIB, e José Américo de Almeida, apoiado por Vargas.
		O Governo divulga o Plano Cohen, um documento forjado, pelo qual se articula a tomada do poder pelos comunistas.
		Vargas implanta o Estado Novo, dissolvendo o Congresso, e outorga uma nova constituição de inspiração fascista.
		Com o advento do Estado Novo, a Constituição de 1937 exclui a Justiça Eleitoral dos órgãos do poder Judiciário.
		Partidos políticos são extintos.
1938	Alemanha ocupa a Áustria.	Tentativa de golpe dos integralistas é debelada pela polícia.
1939	Hitler ocupa a Tchecoslováquia.	O Governo firma acordos econômicos com os Estados Unidos.
	Alemanha invade a Polônia. Começa a Segunda Guerra Mundial.	É criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que entre outras funções desenvolve atividades de censura contra os meios de comunicação.
1940	Início da <i>Blitz-krieg</i> : as tropas alemãs invadem a Dinamarca, a Noruega, a Bélgica, a Holanda e Luxemburgo.	É instituído o salário mínimo.
	Ocupação alemã de Paris.	Vargas faz um discurso favorável ao fascismo.
	Início da ofensiva das tropas do Eixo contra as possessões aliadas na África e na Ásia.	Estados Unidos liberam empréstimo ao Brasil para a construção da usina de aço de Volta Redonda.
1941	Alemanha invade a União Soviética.	Em 20 de janeiro é criado o Ministério da Aeronáutica e fundada a Força Aérea Brasileira.

	A base americana de Pearl Harbor, no Pacífico, é bombardeada pelos japoneses. Os Estados Unidos entram na Segunda Guerra Mundial.	O Governo institui a Justiça do Trabalho.
		O Governo brasileiro declara sua solidariedade aos Estados Unidos.
1942	Início da ofensiva aliada nas Batalhas de Stalingrado e desembarque das tropas no norte da África.	O Governo brasileiro rompe relações com os países do Eixo. Em fevereiro, o navio mercante Cabedelo é torpedeado por submarino alemão. É o primeiro de uma série de incidentes.
		Após manifestações populares, o Brasil declara guerra ao Eixo.
1943	Capitulação do exército alemão em Stalingrado.	Vargas encontra-se com o presidente americano Roosevelt na cidade de Natal.
	Desembarque aliado na Itália.	Publicação do Manifesto dos Mineiros, reivindicando o retorno dos direitos democráticos no Brasil.
	Queda de Mussolini e armistício com a Itália.	Manifestações estudantis pela democracia.
1944	Aliados desembarcam na Normandia (Dia-D). Tem início a reconquista das nações ocupadas pelos alemães.	É formado o primeiro escalão da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para combater ao lado dos aliados. Chegam a Nápoles em 16 de julho.
	Juan Perón assume a presidência da Argentina.	Oswaldo Aranha pede demissão do Ministério das Relações Exteriores após o Governo fechar a Sociedade dos Amigos da América.
1945	Ofensiva aliada sobre a Alemanha.	Em 22 de fevereiro, o ex-candidato José Américo de Almeida concede entrevista pedindo eleições. Rompe-se a censura à imprensa.
	Suicídio de Hitler e rendição incondicional do Exército alemão. Fim da guerra na Europa.	É lançada a candidatura de Eurico Gaspar Dutra à presidência.
	Fundação da Organização das Nações Unidas (ONU).	O governo permite a reorganização dos partidos políticos: União Democrática Nacional (UDN); Partido Social Democrata (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).
	EUA lançam bombas atômicas sobre as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki. Rendição incondicional do Japão. Fim da Segunda Guerra Mundial.	Decretada a anistia dos presos políticos. Prestes é solto após dez anos de prisão. O Partido Comunista volta à legalidade e apresenta Yedo Fiúza como candidato a presidente.

		Em 29 de outubro, chefes militares depõem Getúlio. Dois dias depois, o ex-ditador exila-se em sua fazenda em São Borja.
		Eleições para a presidência da República em 2 de dezembro. Concorrem Dutra (PSD-PTB), Eduardo Gomes (UDN) e Fiúza (PCB), vencendo o primeiro.
1946	Início da guerra civil na Indochina, possessão francesa.	Posse de Dutra como presidente em 31 de janeiro. Dois dias depois, instala-se a IV Assembleia Nacional Constituinte.
		Promulgação da Constituição, restabelecendo a independência dos três poderes e eleições diretas.
		Em outubro os Tribunais Regionais Eleitorais são extintos e reinstalados segundo termos estabelecidos na Constituição de 1946.
1947	Independência da Índia e do Paquistão.	Eleições estaduais para governadores, deputados, prefeitos e vereadores. O PSD saiu das urnas vitorioso.
	Os Estados Unidos propõem plano de ajuda econômica à Europa (Plano Marshall).	O Partido Comunista é declarado ilegal.
	Doutrina Truman (EUA) institucionaliza a Guerra Fria.	O Brasil rompe relações diplomáticas com a União Soviética.
1948	Fundação da Organização dos Estados Americanos (OEA).	Deputados comunistas são cassados pela Câmara e pelas Assembleias Estaduais.
	Líder pacifista indiano Mahatma Gandhi é assassinado.	Brasil participa da Assembleia de Bogotá, na qual são lançadas as bases da OEA.
	ONU cria o Estado de Israel pela partilha da Palestina.	O brasileiro Oswaldo Aranha presidia a Assembleia Geral da ONU quando foi criado o Estado de Israel.
	Inicia-se a primeira guerra árabe-israelense. Egípcios, transjordanianos, sírios, iraquianos e libaneses invadem a Palestina.	
	Russos bloqueiam o setor ocidental de Berlim e os Estados Unidos estabelecem uma ponte aérea de alimentos e de outros gêneros para a região.	
1949	Alemanha é dividida em Alemanha Oriental e Alemanha Ocidental.	A convenção estadual do PTB da Paraíba lança a candidatura de Getúlio Vargas à presidência.

	Comunistas vencem guerra civil na China e assumem o governo. O Governo do Kuomintang instala-se em Formosa.	Lançamento dos demais candidatos: Brigadeiro Eduardo Gomes (UDN); Cristiano Machado (PSD) e João Mangabeira (Partido Socialista).
	É formada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).	
1950	Começa a Guerra da Coreia.	Realizadas eleições presidenciais. Vence Getúlio Vargas com 49% dos votos, após intensa campanha.
1951	São instaladas as primeiras usinas elétricas nucleares.	Comício de Vargas, no estádio do Vasco da Gama, incentiva a organização dos trabalhadores em sindicatos.
		Vargas propõe o Programa do Petróleo Nacional e a criação da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).
1952	Estados Unidos detonam a primeira bomba de hidrogênio.	Vargas propõe a criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE).
		São concedidos benefícios aos trabalhadores, como a Carteira de Acidentes de Trabalho, salário adicional para aqueles que trabalham em condições perigosas e insalubres, aumento do salário mínimo.
1953	Assinatura de armistício entre as duas Coreias.	Jânio Quadros é eleito prefeito de São Paulo.
		Reformulações no Ministério de Vargas, com a entrada de Oswaldo Aranha, João Goulart, Antonio Balbino e Tancredo Neves.
		Lei 2.004 cria a Petrobras.
		Instrução 70, da Superintendência da Moeda e de Crédito, aumenta a taxa sobre os produtos importados, estimulando a produção nacional. Dois meses depois em discurso, Vargas critica a remessa de lucros de empresas estrangeiras às matrizes.
1954	Após os franceses abandonarem Hanói, Vietnã é dividido em dois países: Vietnã do Norte e Vietnã do Sul.	Vargas assina o Decreto nº 34.859, fazendo restrições ao capital estrangeiro.
		Vargas propõe a criação da Eletrobras.

		Vargas anuncia o aumento do salário mínimo em 100%, proposto pelo ministro do Trabalho João Goulart.
		Atentado da Rua Toneleiros, no Rio De Janeiro, resultou no assassinato do major Vaz, guarda-costas do jornalista Carlos Lacerda.
		Três semanas de acusações e de um inquérito militar contra Vargas, que não resiste à pressão para que se licencie. Suicida-se com um tiro no peito.
		Manifestações populares realizam-se em todo o país. Assume o vice-presidente Café Filho.
		Inicia-se a campanha presidencial com a indicação de Juscelino Kubitschek pelo PSD mineiro.
1955	Países comunistas do Leste Europeu formam o Pacto de Varsóvia, liderado pela URSS.	Juscelino Kubitschek ganha as eleições presidenciais com 36% dos votos, vencendo Juarez Távora, da UDN.
		Manifesto à nação apresentado pelo PSD, com a adesão da maior parte dos partidos, pede o respeito às instituições democráticas (21 de outubro). Há boatos de tentativa de golpe militar para impedir a posse do novo presidente.
		Em 11 de novembro, o general Henrique Lott dá o "golpe da Legalidade", depondo o presidente interino Carlos Luz, que estava apoiando os golpistas. Em 25 de novembro, toma posse Nereu Ramos, que decreta o estado de sítio.
1956	Forças da URSS esmagam insurreição na Hungria contra o regime soviético.	Em 31 de janeiro, toma posse o presidente eleito Juscelino Kubitschek. No mês seguinte, cria o Conselho Econômico, que irá iniciar o processo de centralização do planejamento econômico.
	Egito nacionaliza o Canal de Suez.	Elaboração do Plano de Metas para o desenvolvimento do país. O slogan utilizado foi "50 anos em 5".
	Guerra árabe-israelense e intervenção franco-britânica no Egito.	

1957	Tratado de Roma cria a Comunidade Econômica Europeia, integrada por França, Alemanha Ocidental, Itália, Luxemburgo, Bélgica e Holanda.	Tem início a construção de Brasília, sob a direção dos arquitetos Oscar Niemeyer e Lúcio Costa.
	URSS lança o primeiro satélite artificial, Sputnik 1.	O general Henrique Lott apresenta projeto pelo voto do analfabeto.
	Criação da República Árabe Unida.	
1959	Fidel Castro depõe Fulgencio Batista e toma o poder em Cuba.	Inicia-se a campanha eleitoral com as indicações dos candidatos Jânio Quadros e Henrique Lott, pelo PSD.
	Kruschev propõe aos ocidentais um tratado de paz entre as duas Alemanhas.	
	Sonda espacial soviética fotografa pela primeira vez o lado oculto da Lua.	
1960	Explosão da primeira bomba atômica francesa.	Inauguração de Brasília.
	Independência de diversas repúblicas africanas: Camarões, Togo, ex-Congo Belga, Somália, Alto Volta, Costa do Marfim, Daomé, República Centro-Africana, Chade, Gabão.	Eleições realizadas em 3 de outubro dão a vitória a Jânio Quadros, com 48% dos votos. O mal. Lott recebeu 32% e Ademar de Barros, 20%. O candidato do PTB, João Goulart, vence a eleição para vice-presidente.
1961	Iúri Gágárin torna-se o primeiro homem a subir ao espaço.	Jânio Quadros preconiza uma política externa independente, criticando os Estados Unidos. Em agosto condecora "Che" Guevara com a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro.
	Exército cubano esmaga tentativa de exilados, com apoio dos Estados Unidos, de invasão do país pela baía dos Porcos.	Jânio Quadros renuncia, em 25 de agosto, e o presidente da Câmara, Raineri Mazzilli, assume a presidência.
	A República Federal da Alemanha ergue o Muro de Berlim separando as duas seções da cidade.	Movimento da Legalidade inicia-se no Rio Grande do Sul, em 27 de agosto, com a liderança do governador Leonel Brizola, recebendo a adesão do III Exército. No decorrer dos dias ocorrem manifestações em todo o país pela posse do vice-presidente.
		Em 2 de setembro, o Congresso aprova emenda parlamentarista, que garante a posse de João Goulart em 7 de setembro. O cargo de primeiro ministro é ocupado por Tancredo Neves.

1962	Eclode a guerra entre Vietnã do Norte e Vietnã do Sul.	É criada a Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos.
	Independência da Argélia.	Lei institui o 13º salário.
	Crise dos mísseis em Cuba. Tensão entre Estados Unidos e União Soviética.	Greve geral reclama a antecipação do plebiscito sobre o parlamentarismo, consulta que fora agendada para o dia 6 de janeiro do ano seguinte.
1963	O presidente americano John F. Kennedy é assassinado em Dallas, Texas.	Vitória do Presidencialismo por esmagadora maioria.
		Clima de tensão nos sindicatos, nos meios militares e entre os empresários devido às crescentes reivindicações classistas.
1964	EUA promulgam a Carta dos Direitos Cívicos.	No Comício da Central (13 de março), João Goulart defende as Reformas de Base.
	Martin Luther King recebe o <i>Prêmio Nobel da Paz</i> .	Radicalização dos movimentos populares de esquerda e de direita contra o governo de Goulart.
	Envolvimento americano na Guerra do Vietnã após o incidente do golfo de Tonquim.	Após discurso do presidente em Assembleia de Sargentos, eclode o movimento militar, que tem início em Minas Gerais, em 31 de março. Em 2 de março, João Goulart exila-se no Uruguai, e assume o presidente da Câmara Ranieri Mazzilli.
		O marechal Castelo Branco assume a Presidência.
		Instalado o Ato Institucional nº 1 que, entre outras medidas, suspende os direitos políticos de 337 cidadãos, entre eles os ex-presidentes Kubitschek, Jânio Quadros e Goulart, 6 governadores e 55 deputados e senadores.
1965	Concílio do Vaticano II propõe uma série de modificações na Igreja Católica.	Castelo Branco promulga o Ato Institucional nº 2, que extingue os partidos políticos e institui o bipartidarismo.
1966		É promulgado o Ato Institucional nº 3, estabelecendo eleições indiretas para o cargo de governador dos estados.
		O Marechal Costa e Silva é ratificado pelo Congresso para a presidência da República.

		O Governo decreta o recesso do Congresso por um mês devido a não aceitação da cassação do mandato de deputados.
1967	Israel vence a Guerra dos Seis Dias contra países árabes.	O Congresso promulga uma nova Constituição (24 de janeiro).
	Morte do guerrilheiro argentino Che Guevara, na Bolívia.	Sancionada a nova Lei de Imprensa, restringindo a liberdade de expressão.
	Na cidade do Cabo, o cirurgião Christian Barnard realiza o primeiro transplante de coração em um ser humano.	Ação de guerrilhas armadas revolucionárias. Esta tática da luta armada seria condenada pelo 6º Congresso do Partido Comunista.
		Forma-se a Frente Ampla no Rio de Janeiro, reunindo políticos oposicionistas, entre eles Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek.
1968	Líder pacifista negro Martin Luther King é assassinado nos Estados Unidos.	Manifestações estudantis resultam na morte de um jovem.
	Primavera de Praga: a Assembleia Nacional reabilita os condenados políticos e suspende a censura. Três semanas depois, tropas soviéticas invadem o país.	Portaria do governo extingue a Frente Ampla e faz a apreensão de livros, revistas e jornais.
	Protesto de movimentos estudantis em vários países, como França, Estados Unidos e Brasil.	Protestos em todo o país contra as determinações de censura e o aumento do salário mínimo. Intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e prisão de estudantes em Ibiúna, São Paulo.
		Devido à negativa da Câmara de autorizar o pedido do Governo para processar o deputado Marcio Moreira Alves, o Governo assina o AI nº 5, fechando o Congresso, cassando deputados e arrojando a censura.
1969	O astronauta americano Neil Armstrong é o primeiro homem a pisar na Lua a bordo do voo tripulado da Apolo 11.	Costa e Silva promulga o AI nº7, suspendendo as eleições parciais em todo o país.
	Protestos contra a Guerra do Vietnã em Washington.	Costa e Silva deixa a presidência, vítima de trombose. É substituído por uma Junta Militar ao invés de sê-lo pelo vice-presidente, Pedro Aleixo.

		Após o episódio de sequestro do embaixador americano e de sua troca por prisioneiros políticos, a Junta Militar decreta o AI nº 14, que prevê pena de morte e prisão perpétua para casos de "subversão e guerra revolucionária".
		Após 10 meses, o Congresso é reaberto para tratar da sucessão de Costa e Silva depois de sua longa enfermidade. É indicado o Gen. Emílio Garrastazu Médici.
1970	Entrada em vigor do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares.	Repressão às facções revolucionárias com a morte do líder do PCBR nas dependências da Polícia do Exército em São Paulo.
		Novos sequestros de representantes estrangeiros: o cônsul do Japão, o embaixador da Alemanha e o embaixador da Suíça, trocados por presos políticos.
		Política econômica de desenvolvimento com a apresentação de um Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo. Início da construção da Transamazônica, e realização de empréstimos do Bird para a expansão da siderurgia.
1971	EUA iniciam política de conversações amistosas com URSS e China.	O ex-capitão do Exército, Carlos Lamarca, um dos líderes da luta armada, é morto pelas forças de repressão na Bahia.
	Assinatura de Tratado sobre a situação de Berlim.	
1972	Visita do presidente americano Nixon à China.	O Governo torna indiretas as eleições para governador, que viriam a ser realizadas em 1974.
	Saída das últimas tropas americanas do Vietnã.	A censura à imprensa é condenada pela Associação Interamericana de Imprensa.
1973	Grã-Bretanha torna-se membro da Comunidade Econômica Europeia.	Médici indica para seu sucessor o gen. Ernesto Geisel, e, para vice, o gen. Adalberto Pereira dos Santos.
	Golpe de Estado comandado pelo general Augusto Pinochet, apoiado pelos EUA, depõe o governo de esquerda de Salvador Allende.	Realizados acordos internacionais com o Paraguai para a construção da Hidrelétrica de Itaipu, e, com a Bolívia, para a construção do gasoduto de Santa Cruz de La Sierra até Paulínia, em São Paulo.

	Assinatura de acordo de paz entre os dois Vietnãs - Norte e Sul - e os Estados Unidos.	
1974	Movimento militar, em Portugal, depõe o presidente Marcelo Caetano, encerrando os 40 anos de ditadura salazarista.	Ernesto Geisel assume a presidência, prometendo uma "abertura lenta e gradual".
	A ONU reconhece a OLP (Organização de Libertação da Palestina) como "única representante do povo palestino".	As Assembleias Estaduais homologam os candidatos escolhidos pelo Governo para os governos estaduais (3 de outubro).
	Presidente Richard Nixon renuncia para evitar <i>impeachment</i> resultante do escândalo Watergate.	Em 15 de novembro, eleições gerais para cargos legislativos são vencidas pelo MDB.
1975	Morre o ditador espanhol Franco. O príncipe Juan Carlos de Bourbon assume as funções de chefe de Estado.	Acordo nuclear entre Brasil e Alemanha.
	Termina a guerra entre o Vietnã do Norte e o do Sul; o país se unifica sob regime comunista.	O jornalista Vladimir Herzog é encontrado morto no DOI_Codi, em São Paulo. O culto ecumênico em sua homenagem reúne milhares de pessoas.
1976	A ONU condena a África do Sul pelo Apartheid e pelos conflitos raciais dele decorrentes.	Novo assassinato no DOI_Codi, do operário Manoel Fiel Fialho, provoca afastamento do comandante do II Exército.
	Golpe militar na Argentina com a deposição da presidente Maria Izabel Perón.	Sucessão de vários episódios violentos: atentados de extremistas da direita contra a Associação Brasileira de Imprensa, sequestro do bispo de Nova Iguaçu, assassinato de um padre no Mato Grosso e bomba na Editora Civilização Brasileira no Rio de Janeiro.
	Golpe militar no Uruguai e deposição do presidente Juan Maria Bordaberry.	Fuzilamento de três dirigentes do PC do B por agentes do II Exército, em São Paulo.
1977		O presidente Geisel decreta o recesso do Congresso Nacional e institui o chamado "Pacote de Abril" que, entre outras medidas, cria a figura do senador biônico.
		Emenda constitucional institui o divórcio no Brasil.
		Geisel promete o "fim das leis de exceção" e a instituição das "salvaguardas constitucionais".

1978	Anuar Sadat (Egito) e Menachem Begin (Israel) assinam o Tratado de Camp David (Estados Unidos), que levará a paz aos dois países.	Em fevereiro, o senador Magalhães Pinto lança-se como candidato civil à presidência, tendo como vice o ex-ministro Severo Gomes em oposição ao candidato oficial, João Baptista Figueiredo.
		Magalhães Pinto retira sua candidatura em favor do gen. Euler Bentes Monteiro, lançado pela Frente Nacional de Redemocratização (8 de agosto).
		Em 15 de outubro, Figueiredo é escolhido pelo Colégio Eleitoral, com 355 votos contra os 266 do candidato da oposição.
		Governo envia ao Congresso projeto de lei para alterar a Lei de Segurança Nacional, abolindo a pena de morte e a prisão perpétua.
		Eleições para o Legislativo dão vitória à oposição no número de votos, entretanto a maioria fica com o Governo devido ao número fixo de parlamentares.
1979	A Monarquia iraniana é derrubada e se estabelece uma República Islâmica, governada pelo aiatolá Ruhollah Khomeini.	Posse de Figueiredo na presidência.
	Revolucionários Sandinistas derrubam ditadura de Anastasio Somoza, na Nicarágua.	Intervenção nos sindicatos de metalúrgicos de São Paulo devido às greves.
	Tropas soviéticas invadem o Afeganistão.	Em 28 de agosto é sancionada a Lei da Anistia. Logo, começam a retornar ao país os exilados políticos.
		Reforma partidária extingue Arena e MDB.
1980	Começa a guerra entre Irã e Iraque.	Criação dos novos partidos políticos: PMDB, PDS, PT, PTB e PDT.
		Duas cartas-bomba são enviadas à Ordem dos Advogados do Brasil, resultando em uma morte e seis feridos.
		Emenda Constitucional estabelece eleições diretas para governadores de estado.

1981	Presidente egípcio Sadat é assassinado por fundamentalistas.	No Rio de Janeiro, explode uma bomba dentro de carro ocupado por militares, no estacionamento do Riocentro, onde se realizava show de música popular.
	Surgem os primeiros registros médicos da Aids.	
1982	Guerra das Malvinas: Argentina é derrotada pela Grã-Bretanha em guerra pela posse das ilhas do Atlântico Sul.	
1983		O deputado Dante de Oliveira apresenta emenda para realização de eleições diretas para a presidência da República.
1984		Campanha das Diretas-Já mobiliza a oposição, ocorrendo manifestações populares em todo o país.
		A emenda das eleições diretas é derrotada no Congresso após reação do governo, que incluiu o uso da força na capital.
		A oposição articula-se e apresenta candidato para concorrer à presidência nas eleições indiretas de janeiro de 1985. Tancredo Neves é escolhido para unir os partidos de oposição, juntamente com José Sarney, do grupo dissidente do PDS.
		Tancredo adoce na véspera da posse, no dia 15 de março, e assume o vice-presidente Sarney.
		Morre Tancredo Neves, em 21 de abril, em meio a uma grande comoção nacional.

II - Cronologia de Tancredo de Almeida Neves³

1910 – Nasce no dia 4 de março, em São João del Rei. É o quinto dos doze filhos de Antonina de Almeida Neves (Sinhá) e Francisco de Paula Neves.

1917 – Matricula-se no Grupo Escolar João dos Santos, em São João del Rei, onde estuda até 1920.

1921 – Faz o curso de Humanidades no Colégio Santo Antônio, de frades franciscanos, também em São João del Rei, concluindo-o em 1927.

1928 – Transfere-se para Belo Horizonte e matricula-se na Faculdade de Direito, seu primeiro laboratório de política, por meio do qual participa da Campanha da Aliança Liberal (1929-30) para a eleição presidencial.

1932 – Recebe o diploma de advogado e retorna à sua cidade natal, onde monta um escritório de advocacia.

1933 – Filia-se ao Partido Progressista, fundado no mês de janeiro, em Belo Horizonte por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Olegário Maciel e Wenceslau Brás.

1934 – Elege-se vereador para a Câmara Municipal de São João del Rei pelo Partido Progressista.

1936 – Torna-se orador de reunião de representações municipais em Belo Horizonte, organizada pelo governador Benedito Valadares, então dissidente do Partido Progressista. Logo após ocorre a extinção do PP.

³ Cronologia organizada a partir da obra *Casos e Acaso*, de Ronaldo Costa Couto (Editora Record).

1937 – É escolhido presidente da Câmara Municipal. Neste mesmo ano filia-se ao Partido Nacionalista Mineiro, criado por Valadares, que encabeça a candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República.

Em novembro, perde o mandato de vereador após o Golpe do Estado Novo. A partir daí, faz oposição à ditadura e por duas vezes é preso. Afasta-se da política e passa a dedicar-se à advocacia, época em que também se torna sócio da Fiação e Tecelagem Matozinhos S.A.

1938 – Casa-se com Risoleta Guimarães Tolentino.

1945 – Recusa convite do interventor Benedito Valadares para chefe de polícia do Estado. Neste mesmo ano: apoia a candidatura presidencial do marechal Eurico Gaspar Dutra (PSD), que vence o udenista Eduardo Gomes, brigadeiro, nas eleições de 2 de dezembro. Neste mesmo ano filia-se ao Partido Social Democrático (PSD).

1947 – É eleito deputado estadual para a Assembleia Constituinte de Minas em 19 de janeiro, com 5.266 votos, e foi escolhido relator-geral da Constituinte mineira.

1948 – Torna-se vice-líder e depois líder da oposição ao governo udenista de Milton Campos, cumprindo esta função até 1950. Com o objetivo de fortalecer os candidatos de seu partido, articula o “Rolo Compressor do PSD”.

1950 – Elege-se deputado federal com 11.515 votos e muda-se para o Rio de Janeiro.

1951 – Neste ano, torna-se membro da Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas da Câmara Federal e passa a ser reconhecido nacionalmente. Neste mesmo ano, aproxima-se de

Getúlio Vargas, com quem tem relações de família (o marido de sua irmã Mariana é primo do presidente pelo lado materno), devido à vitoriosa defesa de um veto na Câmara.

1953 – Torna-se líder da bancada mineira do PSD na Câmara. Em junho, Tancredo Neves é nomeado ministro da Justiça pelo presidente Vargas, substituindo o político e diplomata mineiro Francisco Negrão de Lima. Neste período, passa a atuar em questões políticas desencadeadas pela UDN, ferrenha opositora do Governo Vargas, e em questões administrativas, como a reforma nos quadros do Ministério.

Entre as ações à frente do Ministério, cita-se a desapropriação dos bens de companhias particulares de transporte fluvial e a modernização e ampliação dos estabelecimentos integrantes do Serviço de Assistência ao Menor.

1954 – Agravamento da crise político-militar desencadeada no ano anterior, com a tentativa de assassinato do jornalista e político Carlos Lacerda, o mais aguerrido e contundente adversário de Vargas, e com a morte do major Vaz, da Aeronáutica, que acompanhava o líder udenista. Como ministro da Justiça, instala inquérito policial para elucidar o crime, ação que foge do seu controle. Neste período, Tancredo Neves propõe a Vargas a extinção da Guarda Pessoal, sugestão logo executada. Militares sublevados instalam um inquérito policial-militar para apurar os fatos, com as diligências sendo realizadas na Base Aérea do Galeão. A crise cresce e se aprofunda.

Tancredo propõe a prisão dos militares, que assinam nota exigindo a renúncia do presidente e o envio de mensagem ao Congresso pedindo a decretação do estado de sítio. A proposta é rejeitada pelos ministros militares.

Na reunião ministerial de urgência convocada por Vargas em 23 de agosto para analisar a crise político-militar, Getúlio e Alzira Vargas, juntamente com o ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha,

propõem a resistência a qualquer ataque à sede do governo. Apesar da decisão, Vargas admite licenciar-se.

Vargas presenteia Tancredo com a caneta com a qual escreveu a histórica carta-testamento. Em 24 de agosto, Tancredo praticamente testemunha o tiro no peito com que Vargas se suicidou e acompanha o corpo até o sepultamento em São Borja (RS), onde faz um discurso homenageando Vargas e denunciando o governo de Café Filho como “golpismo”. Não retorna ao Ministério da Justiça, deixando-o aos cuidados de um oficial de gabinete.

Em 30 de agosto reassume sua cadeira na Câmara Federal, dedicando-se, até o fim de seu mandato em janeiro de 1955, a articular a candidatura de Juscelino Kubitschek à presidência da República.

1955 – O governador de Minas Gerais, Clóvis Salgado, substituto de Juscelino, nomeia Tancredo para o cargo de diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Nesse período, torna-se conselheiro político do presidente da República, que acata suas posições em diferentes assuntos.

1956 – Assume o cargo de diretor da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil em 26 de abril. Mais tarde essa Carteira se tornaria um dos pilares da formação do Banco Central. Em julho, assume a presidência interina do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico – BNDE, e, neste mesmo ano, diploma-se pela Escola Superior de Guerra. Passa a participar dos debates presididos por Juscelino e seus ministros, embates que resultaram no fechamento da Frente de Novembro e do Clube da Lanterna, dois grupos militares de posições opostas, cujas atividades geravam agitação militar.

1958 – Passa a ocupar o cargo de secretário de Finanças de Minas Gerais em 17 de julho, na gestão do governador Bias Fortes.

Esse quadro desfavorável ao PSD mineiro o afasta das eleições legislativas.

1960 – Tancredo deixa a Secretaria para candidatar-se ao Governo de Minas Gerais. Na convenção do PSD, derrota o deputado José Ribeiro Pena e é indicado candidato do partido, com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Republicano (PR). A disputa quebra a unidade do PSD, pois Ribeiro Pena, com o apoio do deputado federal José Maria Alkmin, registra a chapa Pena-Alkmin na legenda do Partido Democrata Cristão (PDC), apoiado pelos partidos Social Progressista (PSP) e Social Trabalhista (PST). Tancredo perde a eleição para José de Magalhães Pinto, candidato da UDN, em uma eleição polarizada também em nível federal.

Em dezembro do mesmo ano o presidente Juscelino nomeia Tancredo para o cargo de presidente do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento), na tentativa de marcar posições em empresas públicas.

1961 – Seu nome é cogitado, em janeiro, para a Embaixada Brasileira na Bolívia. No mês de março deixa o BNDE, pois o presidente Jânio Quadros não aceita interferências em seu governo, conforme anuncia em entrevista. Com a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto, instala-se uma crise institucional, pois os ministros militares não aceitam a posse do vice-presidente João Goulart. Tancredo volta à cena nacional na tentativa de buscar alternativas para o impasse. Está ao lado de lideranças nacionais como Ernâni Amaral Peixoto (presidente nacional do PSD), Ulysses Guimarães, Néelson Carneiro, José Maria Alkmin e José Martins Rodrigues.

Durante este período, cresce a participação de diversos setores no Movimento da Legalidade, iniciado por Leonel Brizola, em Porto Alegre, e apoiado pelo 3º Exército. Tancredo é designado para viajar a Montevideú e encontrar-se com Goulart. Também

fica responsável por negociar a adoção do parlamentarismo republicano híbrido, solução aceita pelos militares revoltosos. A Emenda é aprovada em 2 de setembro. Goulart assume em 7 de setembro.

No dia 8 de setembro, Tancredo tem seu nome aprovado no Congresso por 259 votos contra 22 para o novo cargo de primeiro-ministro, assumindo a presidência do Conselho de ministros e a chefia do Governo (primeiro-ministro). Seu objetivo passa a ser formar um ministério composto com nomes de diversos partidos, dando-lhe uma ampla base política. Entretanto, este é um período de crise econômica, aliada à radicalização da luta política: o novo governo é acusado pela direita de instigar a agitação social ao defender o caráter inadiável das reformas e ao pregar o retorno do sistema presidencial.

1962 – Deixa o cargo de primeiro-ministro em 6 de junho com a alegação de que o consenso deixara de existir. Os ministros também renunciam. Tancredo candidata-se à Câmara Federal e eleger-se deputado federal.

1963 – Volta à Câmara, após oito anos de afastamento, e ocupa a liderança do governo e da maioria (PSD/PTB) na Câmara.

1964 – Tenta evitar o comparecimento de João Goulart ao Ato Público organizado pelos sargentos no Automóvel Club do Rio de Janeiro. Em 31 de março, o governo João Goulart é deposto e, no dia seguinte, Tancredo acompanha o presidente até o avião que o levará para o exílio. Instala-se o regime militar.

Afasta-se da liderança parlamentar, mas continua com o mandato parlamentar. Neste mesmo ano ocorre a eleição do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco pelo Congresso. Tancredo recusa-se a apoiá-lo e vota em branco, apesar dos apelos de Kubitschek. Após este episódio, entra em longo período de relativo ostracismo político, pois recusa-se a seguir as principais lideranças do PSD mineiro em apoio ao novo governo.

1965 – Apoiava a candidatura oposicionista de Israel Pinheiro (PSD) ao governo de Minas, mesmo ano em que é editado o Ato Institucional nº 2 em 27 de outubro, determinando o fim do pluripartidarismo.

1966 – Participa da fundação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), movimento de oposição ao novo regime. Elege-se deputado federal com a segunda maior votação da oposição no estado.

1968 – Representa a Câmara na *XXIII Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas* (ONU), realizada em Nova Iorque.

1970 – Elege-se deputado federal com a maior votação do MDB em Minas.

1971 – É designado para a presidência da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados. A estratégia adotada era a convocação dos ministros da área para prestar depoimentos à Comissão. Entretanto, poucas vezes compareceram.

1973 – Participa intensamente da campanha do deputado Ulysses Guimarães como “anticandidato” à eleição indireta à presidência da República.

1974 – Inicia-se o lento processo de distensão e abertura política que culminaria na eleição de Tancredo em 1985. Elege-se deputado federal, apesar do convite para candidatar-se ao Governo de Minas Gerais.

1976 – Em 22 de dezembro, pronuncia violento discurso para a divulgação da correspondência mantida entre o Departamento de Estado do governo norte-americano e sua embaixada no Brasil durante o governo de Lyndon Johnson.

1977 – Declara-se a favor da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte.

1978 – É eleito líder da bancada do MDB na Câmara Federal. Pronuncia discurso em Minas pela anistia ampla, geral e irrestrita e é eleito senador da República por Minas Gerais.

1979 – Assume a cadeira de senador em fevereiro. No decorrer deste mandato, assume funções nas comissões de Finanças e de Relações Exteriores e sai em defesa do projeto de transição pacífica, “sem revanchismos e sem radicalismos”, proposto pelo senador Petrônio Portela, que é contrário ao voto distrital.

Com a extinção do bipartidarismo em 22 de novembro, articula a criação do Partido Popular (PP), centrista, que reúne dissidentes do MDB e da Arena, inclusive o histórico rival José de Magalhães Pinto. Para Tancredo, o novo partido “teria de ser um PSD de centro-esquerda, um partido sintonizado com as realidades sociais, com conotação social-democrata mais acentuada, em busca da justiça social, sem radicalismo e sem compromissos ideológicos”. Para ele, o que caracterizaria o radical é que ele “se desinteressa do governo e critica o regime, a ordem social [...] Faço uma política de oposição que visa ao governo”.

1980 – Assume a presidência do PP em 7 de junho. Nessa ocasião, faz discurso em que afirma: “a nação estava amordaçada por uma pequena minoria que usurpou o poder pela força e dele não queria sair senão pela força”.

1981 – Tancredo é lançado candidato ao Governo de Minas, com início de articulações para uma aliança com o PMDB. Entretanto, em novembro, um projeto do governo proíbe coligações partidárias e institui o voto vinculado, que inviabiliza eleitoralmente o PP.

1982 – Promove a fusão do PP com o PMDB, oficializada em convenção no dia 14 de fevereiro. É eleito vice-presidente nacional do PMDB em 14 de fevereiro. No mesmo ano, em novembro, é eleito governador de Minas Gerais.

1983 – Realiza discurso de despedida no Senado Federal, destacando os perigos da recessão econômica com a inflação, o desemprego e a queda da produção. No mesmo ano, em 15 de março, toma posse no cargo de governador de Minas.

1984 – Atua ativamente na campanha nacional Diretas-Já, de janeiro a abril, pelo retorno imediato das eleições diretas para presidente da República, que estavam previstas na emenda Dante de Oliveira, apresentada no final de 1983. O Movimento pelas Diretas-Já realiza comícios e concentrações em cidades de todo o país. Na última manifestação, em 16 de abril, reúne mais de um milhão de pessoas em São Paulo, recorde na história brasileira, com a presença dos mais destacados políticos da oposição. Neste mesmo ano, Tancredo prega a conciliação nacional.

Em 25 de abril, o Congresso rejeita a emenda constitucional das eleições diretas com a diferença de 22 votos. Tancredo é lançado candidato à presidência da República pelos governadores de oposição, que se reúnem, em julho, em São Paulo. Em agosto, Tancredo é oficialmente aprovado candidato na convenção do PMDB, tendo o dissidente Sarney como candidato a vice. O partido celebra aliança com a ala dissidente do partido da situação, o PDS, que formara a Frente Liberal. Da união, surge a Aliança Democrática. A candidatura recebe também o apoio do PTB e do PDT.

Tancredo desincompatibiliza-se do cargo de governador de Minas e oficializa a candidatura ao Planalto em 14 de agosto. Em seu lugar assume o vice-governador Helio Garcia. A partir

daí tem início uma campanha intensa que passa pelos diversos estados e que sofre diversas tentativas do governo de bloquear seus avanços. Em discurso proferido em Vitória, Tancredo cunha o termo “Nova República” e, em outra exposição, no Rio de Janeiro, prega a necessidade de convocação de uma Assembleia Constituinte.

1985 – É eleito presidente da República em 15 de janeiro no Colégio Eleitoral, com 480 votos contra 180 para Paulo Maluf. Faz o discurso da vitória, reafirmando as linhas mestras de seu governo: a organização institucional do Estado e a importância da conciliação, que “não exclui o confronto de ideias, a defesa de doutrinas divergentes”. Concita o país ao “grande mutirão nacional” para o qual “não há um de vós que possa ser dispensado”. Visita Estados Unidos, Itália, França, Portugal e Espanha em 16 dias, tratando dos assuntos brasileiros no exterior. Concede entrevista coletiva a mais de 400 jornalistas brasileiros e estrangeiros.

Compõe a equipe de governo com Ulysses Guimarães e Francisco Dorneles, o qual era responsável pela área econômica, unindo as diferentes correntes que o apoiaram.

A saúde do presidente está seriamente afetada. Sente dores abdominais e faz exames de sangue que mostram a infecção. Exames radiológicos confirmam uma alteração orgânica. Apesar de consciente de risco de vida, recusa-se a ser operado antes da posse em 15 de março porque estava preocupado com o impasse institucional e a inviabilização da Nova República. Temia ação de forças não democráticas e também que o general Figueiredo, desafeto do vice-presidente José Sarney, obstasse a posse deste.

Por conta disso, já anuncia o ministério. Circulam boatos sobre seu estado de saúde.

Ao assistir à missa no Santuário Dom Bosco, em Brasília, no final da tarde de 14 de março, sente dores. Preocupado, solicita à assessoria os atos de nomeação do ministério, assina-os e os manda publicar.

É internado no Hospital de Brasília na noite de 14 de março, e sofre cirurgia para extração de tumor benigno (leiomioma) a menos de 10 horas da posse. Apesar disso, o vice-presidente José Sarney é empossado às 10 horas do dia 15 de março. Em 20 de março, Tancredo Neves sofre nova operação em Brasília. No dia 26, é transferido para o Instituto do Coração, em São Paulo, onde mais cinco cirurgias precisam ser realizadas. Tancredo de Almeida Neves morre na noite de 21 de abril, vítima de infecção generalizada.

III – Pensamento de Tancredo de Almeida Neves⁴

Os textos de Tancredo Neves resultaram do corajoso enfrentamento das circunstâncias, dos movimentos e das expressões dramáticas da sociedade e da nação brasileira a partir dos meados do século 20. Não há, nesse esforço, uma armação teórica, *a priori*, mas profundos princípios a preservar e a honrar: a liberdade e, conseqüentemente, a democracia.

Tancredo Neves envolve-se profundamente na “Era Vargas” em busca da democratização. Por isso, acompanha Getúlio Vargas na construção e execução de um novo projeto para o Brasil.

Defende o projeto nacional. Defende a legalidade, não no seu formalismo, mas como defesa do princípio de liberdade. Apóia a legalidade da posse e da permanência de João Goulart até as últimas conseqüências no marco da luta política.

Derrotado o novo projeto, enfrenta o autoritarismo e as suas conseqüências extremas.

No combate diário, corajoso e persistente, derrota a ditadura e reconstrói a democracia.

O que leremos de Tancredo Neves neste livro é a fiel manifestação de um democrata nos momentos dos enfrentamentos extremos da política brasileira a partir dos meados do século 20. Assim como os mineiros, como os brasileiros, Tancredo Neves foi o construtor da democracia que vivemos no século 21, luta que sempre se fez no bojo de um projeto partidário, entendido como instrumento de ação pedagógica da atividade política. É isto que os textos enfatizam.

⁴ Comentário dos organizadores

Brasil 85

Cr\$ 330



TANCREDO NEVES - HARMONIZADOR DOS 3 PODERES

W. PUNTAR

III. 1 – A Era Vargas: profissão de fé na democracia⁵

A Revolução de 1930 trouxe novos ares à política, à sociedade e à economia do Brasil, prometendo uma transformação ao país. Após a República, o Brasil continuou ligado aos setores mais conservadores das oligarquias, em especial, à paulista, controladora do mercado cafeeiro, e à mineira, detentora do mercado interno da pecuária e derivados. Por meio de acordos políticos e troca de favores, essas oligarquias subordinavam os demais estados da Federação aos seus interesses. Era o tempo da Política Café-com-Leite e da Política dos Governadores.

Para romper com este quadro restritivo à participação dos demais estados, formou-se a Frente Liberal, que lançou a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas à presidência da República, e do paraibano João Pessoa a vice, os quais tiveram o apoio decisivo de Minas Gerais, rompendo o pacto anterior. A derrota nas urnas demonstrou o grau de submissão dos eleitores a seus líderes políticos e revelou a existência da fraude eleitoral, seja pela coerção do cidadão durante a votação, seja pela adulteração dos resultados finais. Contra este quadro, as lideranças destes estados organizaram um movimento que resultou na renúncia do presidente Washington Luís e na posse de Getúlio Vargas, em 3 de novembro de 1930. Iniciava-se a chamada Era Vargas.

Contraditório em suas atitudes, Vargas representava o período difícil pelo qual o mundo passava. No plano econômico internacional, a crise de 1929 quebrava as economias americanas e europeias. Vargas optou, primeiramente, pela defesa dos produtos brasileiros, passando, num segundo momento, a elaborar uma política de desenvolvimento centrada no Estado. No plano político, esta fase constituiu-se de dois momentos:

⁵ Comentário dos organizadores

o Governo Provisório, com a posterior convocação de uma Assembleia Constituinte e com a confirmação de Vargas como presidente constitucional (1934); e o Estado Novo (1937-1945), quando Vargas embarcou na onda fascista que assolou o mundo. A segunda guerra (1939-1945) obrigou-o a tomar a decisão definitiva que permitiu seu retorno ao poder em 1954, ou seja, aliar-se aos Estados Unidos e às potências aliadas, deixando de lado a aventura autoritária.

Tancredo Neves, ainda jovem neste período, iniciou sua carreira como vereador. É desta fase a *Saudação a Benedito Valadares*, por meio da qual tece elogios à figura do governador de Minas Gerais. Com o advento do Estado Novo, Tancredo afasta-se da política, dedicando-se à advocacia. Só retornaria à atuação política mais tarde como deputado constituinte, após mudança do regime.

Saudação a Benedito Valadares⁶

O fortalecimento do princípio da autoridade é, sem dúvida, a pedra angular deste empreendimento de reação e reconstrução de nossas combalidas instituições, que estão a reclamar um travejamento novo, de vigas fortes e maleáveis, capaz de resistir à fúria dos vendavais impetuosos, que ameaçam subvertê-las na noite tenebrosa das ditaduras exclusivistas e absorventes, em que se abismarão a República e a própria nacionalidade.

E V. Exa., Sr. Governador⁷, com aquela aguda penetração dos acontecimentos, que o tem caracterizado, ao promover a pacificação da política mineira, congregando junto à sua autoridade as expressões de real prestígio moral, intelectual e político de nossas alas partidárias, mostrou a sua nítida compreensão da quadra tormentosa que vivemos, e, ainda desta vez, se revelaram as suas insignes qualidades de estadista.

O apelo, que, em hora de feliz inspiração, V.Exa. dirigiu aos mineiros sinceros e bem-intencionados para se confraternizarem em derredor dos ideais comuns de devoção à causa de Minas, foi dos mais notáveis e relevantes serviços que se há prestado ao Brasil, nestes últimos tempos. A salutar repercussão nacional deste importante acontecimento, pela nobreza dos alevantados intuítos que o determinaram, pelo que representa na defesa da ordem e pelo que significa em prol da grandeza do Brasil, não poderá ser negada por quem se proponha a analisar os fatos isento de paixão, de malícia ou de despeito.

⁶ Discurso do vereador Tancredo Neves, então Presidente da Câmara de São João del Rei, representando os Vereadores de Minas Gerais durante homenagem ao governador de Minas, Benedito Valadares, em 4 de outubro de 1936, na cidade de Belo Horizonte.

⁷ Governador Benedito Valadares. Jornalista. Ocupou em 1930 o cargo de Prefeito de sua cidade, Pará de Minas. Em 1933 foi nomeado governador provisório de Minas Gerais, sendo, em 1935, eleito Governador pela Assembleia Legislativa. Acompanhou Getúlio Vargas no golpe de 1937, quando foi nomeado interventor de seu estado. Manteve esta posição até 1945, quando se tornou um dos fundadores do Partido Social Democrático.

A Providência, inspirando o nosso proverbial bom-senso, ao colocá-lo nesta cidadela inexpugnável do civismo mineiro – o Palácio da Liberdade – que V.Exa. tem honrado e enaltecido como os que mais o fizeram, quis incumbir-lhe a missão histórica de consolidar, entre as nossas alcandoradas cordilheiras, a obra revolucionária.

No desempenho dessa altíssima incumbência, V.Exa. vai realizando com descortino e sabedoria, com segurança e equilíbrio, com insuperável dedicação e inigualável espírito de sacrifício, com inteligência e justiça, um governo de que se orgulharão as nossas futuras gerações.

Por tudo isto, Exmo. Sr. Governador, as Câmaras Municipais de Minas Gerais, pelo mais obscuro dos seus presidentes, o da Câmara de São João del-Rei – desta veneranda, lendária e formosa cidade, que não é somente uma sagrada relíquia do nosso passado, mas principalmente uma estupenda realização do nosso presente –, as Câmaras Municipais de Minas Gerais, dizia eu, trazem a sua incondicional solidariedade ao seu benemérito governo e reafirmam a V.Exa., de público, o solene compromisso de se acharem sempre sob o seu comando em todas as pugnas em que houvermos de nos empenhar em defesa da democracia, e de estarem sempre ao seu lado todas as vezes que se fizerem necessárias para o maior prestígio de Minas, dentro do Brasil forte e poderoso.

III.2 – Período Democrático⁸

A deposição de Vargas, em 1945, restabeleceu a democracia no país. Uma Constituinte foi convocada e eleições para a presidência foram realizadas no final do mesmo ano. O retorno à democracia foi seguido do desenvolvimento econômico e da expectativa de colocar o país entre as grandes nações emergentes do pós-guerra. Apesar das dificuldades, desenvolveram-se setores ligados à infraestrutura, como estradas, portos, e à indústria de base, como siderurgia, petroquímica, mineração.

Com o retorno de Vargas ao poder, após as eleições de 1950, os temas econômicos debatidos evoluíram para a questão do planejamento estatal da economia e da intervenção em áreas vitais, como o petróleo e a geração de energia. Vargas ergueu a bandeira do nacionalismo, batendo de frente com os interesses internacionais e despertando assim a hostilidade dos setores conservadores da sociedade, que ganhavam com o modelo estabelecido. Esta crise passou para o campo político e resultou no suicídio do Presidente, em 24 de agosto de 1954. Tancredo acompanhava Vargas neste segundo mandato, sendo seu Ministro da Justiça, e esteve presente em seus momentos finais. Seu discurso de despedida foi emocionado e pungente, relatando este período. A Tancredo, Vargas referiu-se no seu último encontro, ao lhe ofertar a caneta de ouro, com as seguintes palavras: “ao amigo certo das horas incertas”.

A eleição de Juscelino Kubitschek ocorre em meio a uma tentativa de golpe dos setores conservadores. A popularidade do presidente era grande e sua meta de desenvolver o país era audaciosa: “50 anos em 5”. A construção de Brasília, em tempo recorde, acabou consagrando-o, mas ao mesmo tempo levou o país a desembolsar mais do que suas reservas permitiam. Esta crise financeira desencadearia a incerteza dos anos seguintes,

⁸ Comentário dos organizadores

aliada a uma grave tensão política decorrente da renúncia de Jânio Quadros, presidente eleito em 1960. O movimento da Legalidade (agosto de 1961), iniciado pelo governador gaúcho Leonel Brizola para garantir a posse do vice-presidente João Goulart, resultou na adoção de uma solução alternativa: o parlamentarismo. Neste momento aparecia a figura de Tancredo Neves como político de conciliação, capaz de gerir este momento difícil. O gabinete esteve no poder até o plebiscito de 6 de janeiro de 1963, quando a nação optou pela volta do presidencialismo. O governo de João Goulart (1963-64) seria de incertezas e de radicalismos, promovidos por atos tanto da direita como da esquerda. Tempos difíceis, acerbados pelo clima de guerra fria entre as grandes potências. Assim, o golpe militar que depôs Goulart era algo anunciado, o país novamente rompia com a democracia e imergia em uma ditadura.

A Justiça Eleitoral reforça a confiança na democracia⁹

Os representantes do Povo Mineiro, reunidos nesta Assembleia, delegaram-me poderes para trazer os seus calorosos e sinceros aplausos à Justiça Eleitoral de Minas Gerais pela sua irrepreensível atuação e pelas suas irreprocháveis atitudes na tarefa de magna importância, que lhe foi cometida nesta última e memorável jornada cívica.

Mais uma vez se confirmou o alcandorado conceito que em todo o Brasil - para orgulho de nós mineiros - goza a nossa Magistratura, integrada por uma plêiade de denodados servidores do Direito e de abnegados obreiros da Justiça, que têm na pessoa veneranda do eminente desembargador Leovegildo Leal da Paixão, uma de suas mais altas e legítimas expressões.

A democracia no Brasil há de ser preponderantemente obra de seus magistrados. A eles cabem, nesta hora de graves apreensões, decorrentes da reimplantação de nossas instituições democráticas, aquelas atitudes corajosas, por que clamava o grande Rui: redimir os direitos postergados, proteger os espoliados e os perseguidos, amparar os princípios fundamentais do regime, abroquelando-os contra as investidas insensatas das paixões populares, da intolerância partidária e das exorbitâncias do poder, incutindo em todos o respeito à soberania da Lei, à qual se curvam todas aquelas civilizações, cômicas de sua destinação histórica.

Um povo que possui um colégio de magistrados, imbuído de vigilante espírito público, dotado de acendrado amor ao Direito, compenetrado da grandeza e da responsabilidade de sua missão providencial - como tem sido, mercê de Deus, a magistratura mineira - é um povo fadado à realização de seus gloriosos destinos e ao qual está destinado um papel de proeminência, marcante e decisivo, na obra de reestruturação democrática de nossa Pátria.

⁹ Discurso na Sessão de Instalação da Assembleia Legislativa Constituinte de Minas Gerais, em março de 1947, na cidade de Belo Horizonte.

Aqueles povos que não sabem guardar a fidelidade aos valores morais de seus quadros históricos, que repudiam os valores autênticos de sua tradição de nobreza e heroísmo, são povos que perdem a sua consciência humana e social, para se transformarem em inexpressivos ajuntamentos humanos, sem história, sem beleza, sem dignidade e sem bravura, porque passam a ser animados tão somente pelos mesquinhos egoísmos de sua natureza inferior. Podem ser um conjunto de criaturas humanas, mas não serão nunca uma sociedade organizada a serviço da humanidade.

Sou daqueles que creem firmemente na constante ascensão espiritual do Povo Mineiro, entre outros motivos porque, no opulento patrimônio de suas enobrecedoras tradições, fulgura a de sua magistratura íntegra, culta e vigilante, servida por espíritos de eleição, recrutados na mais alta linhagem de nossa aristocracia moral e intelectual, capazes de todos os sacrifícios e das rudes renúncias, para cumprirem com serenidade, modéstia, simplicidade, não raro com destemor, mas sempre com absoluta precisão, os seus imperiosos deveres para com a Justiça.

No preparo na realização e na apuração do pleito memorável, de que é resultante imediata este espetáculo de fé e de confiança na Democracia, do qual participamos sem rancores partidários, viveu a Justiça Eleitoral¹⁰ de Minas os seus dias mais gloriosos, cumprindo a sua grandiosa missão com alto senso patriótico, inexcelsável elevação moral e insuperável devotamento, honrando e engrandecendo o seu passado e se avultando ainda mais na admiração e no reconhecimento do povo mineiro.

Por tudo isto, sr. Desembargador Leovegildo Leal da Paixão, os deputados a esta Assembleia, pelo mais obscuro dos seus membros, trazem à Justiça Eleitoral do nosso Estado, na pessoa de V. Exa., cuja personalidade sintetiza as aprimoradas virtudes de honradez, cultura e devotamento do juiz mineiro, a expressão comovida do seu entusiasmo e a saudação fremente de sinceridade do seu profundo acatamento.

¹⁰ A Justiça Eleitoral foi extinta com a Constituição de 1937, e voltou a atuar a partir do Decreto Lei 7.586, de 28 de maio de 1945.

E ao formular esta saudação, estamos convictos de que as inspirações patrióticas desta hora histórica não se perderão com os ecos das últimas palavras aqui proferidas. Meditaremos sobre elas, sempre as teremos em nossos corações e por elas pautaremos a nossa conduta no serviço do povo mineiro.

Circunda esta Casa, prestigiando-a, uma cálida atmosfera de confiança. Nunca o povo mineiro confiou tão cegamente nos seus representantes. Precisamos, pois, de estar à altura desta confiança, identificando-nos sinceramente com os seus legítimos interesses, buscando compreender para removê-las as causas dos seus sofrimentos, envidando o melhor de nossas energias para esculpir nas leis, que iremos elaborar, as suas justas aspirações.

Esta talvez seja a derradeira experiência do ideal democrático em nossa terra. Se ela fracassar, um invencível sentimento de desânimo e de descrença ocuparão o coração do homem do povo, engendrando nos espíritos uma revolta de consequências imprevisíveis, na qual periclitarão a santidade dos vossos altares, a dignidade dos nossos lares e a sublimidade de nossa vida cristã.

Se, por displicência, indiferentismo ou incompreensão, deixarmos escapar essa oportunidade para assentarmos em bases sólidas, no nosso Estado, uma democracia inspirada nos princípios eternos insubstituíveis da dignidade da pessoa humana, teremos cometido um crime de lesa-pátria, e, então, sobre as nossas cabeças, numa como que maldição divina, abater-se-á o anátema terrível de um povo espoliado nas suas esperanças, ludibriado na sua confiança e traído nos seus ideais.

Recolhamos, pois, as sugestões patrióticas desta hora histórica e caminhemos impávidos e resolutos em busca dos nossos objetivos. Não será difícil atingi-los, desde que haja de nossa parte absoluta sinceridade de propósitos, coragem de atitudes e uma firme determinação de servir a Minas até o sacrifício e necessário, tendo cada um de nós, permanentemente,

diante de sua consciência, aquela famosa imprecisão de Rui Barbosa: “A Pátria acima das localidades, a República acima das facções e a Constituição acima dos indivíduos.”

No Ministério da Justiça: “Minha missão é servir”¹¹

Convidado pelo eminente Presidente Getúlio Vargas¹² para ocupar a Pasta da Justiça, integrando o corpo de seus auxiliares imediatos e diretos, eu, que vinha acompanhando com simpatia, admiração e entusiasmo o notável e fecundo esforço do governo de S. Exa. e não lhe regateara o meu modesto mas desinteressado apoio e a minha desvaliosa mas sincera colaboração, não pude furtar-me à honrosa confiança com que S. Exa. me distinguiu, embora o meu primeiro movimento fosse de surpresa e de relutância a minha primeira reação.

O alto posto que sou chamado a ocupar, não precisaria dizê-lo, desborda da minha capacidade e das minhas aspirações. A tarefa que me aguarda, não tenho dúvidas a respeito, é ingente e exigirá que lhe consagre todas as minhas energias, num devotamento sem restrições e num sacrifício sem tréguas. Não me era lícito, contudo, desatender ao generoso apelo que me endereçara o Primeiro Magistrado da Nação, pois ninguém tem o direito de esquivar-se ao serviço público, quanto isso equivale a mostrar-se egoísta diante do dever e demissionário diante da responsabilidade.

Não me move o instinto do poder, que Adler punha na raiz de toda ação humana, enquanto o seu mestre, Sigmund Freud, contra quem logo se rebelou para retificar-lhe a doutrina, estava dominado pela obsessão sexual e transformava um dado parcial e limitado numa verdade central e básica, erigindo o que era pouco mais que uma hipótese de trabalho, fecunda como método de pesquisa ou recurso terapêutico, num sistema do conhecimento,

¹¹ Discurso de posse de Tancredo Neves ao assumir o Ministério da Justiça no governo de Getúlio Vargas, em 26 de junho de 1953, tendo ocupado a pasta até 24 de agosto de 1954, data em que Getúlio Vargas comete suicídio.

¹² Getúlio Vargas retorna à Presidência da República pelo voto popular.

numa teoria da natureza humana, numa concepção da finalidade da existência. O que me inspira é a vocação de servir, que é feita de idealismo e de renúncia e vê na função pública a oportunidade para o exercício de um apostolado e o cumprimento de uma missão.

A minha geração, mais do que qualquer outra, precisa distinguir-se pela coragem e pela firmeza, pela disposição para empreender uma revolução antes silenciosa e interior que agitada e bulhenta. A nossa época não reclama que emprestemos à vida um sentido esportivo ou teatralmente heroico, mas que readquiramos o gosto das cousas simples e reencontremos o caminho da humildade e da renúncia, da solidariedade e da confiança. A crise contemporânea só poderá ser enfrentada e debelada com uma revisão de valores, numa reforma dos costumes, uma transformação da mentalidade imperante.

Este é o ensejo que me é indicado para, embora numa forma condensada e esquemática, traçar a orientação que me cabe seguir e revelar o ideal que acalento e o propósito que me anima. Os problemas do nosso tempo, a que ninguém pode ser indiferente, pois envolvem o próprio destino do homem como ser livre e responsável, revestido de inalienável dignidade pessoal, e de sua solução depende a sobrevivência da civilização a que nos orgulhamos de pertencer, exigem da parte de todos nós uma tomada de posição, uma definição dentro da qual se desdobre a nossa conduta com um sentido coerente e construtivo.

Com a crescente complexidade da existência neste século, com a multiplicação das necessidades humanas, com a destruição e o desequilíbrio decorrentes das duas conflagrações que abalaram o mundo, com o desenvolvimento industrial e a expansão da técnica de produção em massa que acabaram impondo o domínio do big business, a arregimentação de grandes aglomerados humanos e a tendência concentracionária

da economia moderna, aumentaram os encargos do governo e se ampliaram as tarefas da administração pública. O drama da nossa civilização está em que, ao mesmo tempo que precisamos preservar no homem a iniciativa e a liberdade, o Estado é chamado a desempenhar funções cada vez mais variadas e a empreender serviços cada vez mais complexos, o que faz criar órgãos e controles que estão sempre dilatando e reforçando o poder impessoal da administração pública e estendendo a sua intervenção, melhor diria a sua intromissão, a setores e áreas, até há pouco invioláveis, da atividade privada. O Estado concentra cada vez maior soma de poderes, intervém sob mil formas nas atividades dos cidadãos, tende a tomar-se onipresente e daí onipotente, transformando-se no Leviatã, e, assim, vive o nosso tempo sob a constante ameaça totalitária.

Temos, pois, necessidade de opor o dique da pureza dos princípios contra a desfiguração dos grandes temas e das grandes questões que agitam o nosso tempo.

O homem não existe para a sociedade, embora dificilmente pudéssemos conceber agora o homem fora da sociedade. Esta é que existe em benefício do homem, que não lhe pode ser imolado, pois isso seria a criação devorando o criador. A sociedade é temporal, o homem é eterno.

As ruturas ou distorções na estrutura do conhecimento vão, por fim, exercer fatalmente a sua repercussão desagregadora na modelação dos fatos sociais. Basta que assinalemos, por exemplo, apenas três instantes revolucionários do pensamento, denunciando a inversão hierárquica preconizada por Descartes ao conferir preeminência à matemática, por Kant ao conferir preeminência à física, por Comte ao conferir preeminência à sociologia, certo como é que constitui um erro tremendo, de consequências perigosas e anárquicas, deificar seja o número, a natureza ou a sociedade.

Devo, então, dizer que aceito os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, mas como de origem e substância cristãs, pois o cristianismo é que proclama o homem ser livre e responsável, considera-nos a todos iguais e irmãos e reconhece que todos temos direito à partilha dos bens terrenos, pelo menos na medida de nossas necessidades, a fim de podermos praticar a virtude e realizar o nosso destino. Considero a democracia como o regime de governo mais apto à promoção do bem comum, reconhecendo que a soberania reside no povo, mas que todo poder vem de Deus, de sorte que entendo serem as posições de mando ao mesmo tempo uma investidura popular e um mandato divino. Entretanto, a democracia a que me refiro, como ideal de governo, como modelo de organização social, ainda não obteve nem obterá jamais plena realização em nenhum país, embora tenha atingido em uns mais alto estágio evolutivo do que em outros. É que essa democracia não é um regime de governo ou um sistema de vida que algum dia completem o seu desenvolvimento ou esgotem as suas possibilidades, não sendo nem hirtos nem estáticos, mas, ao contrário, plásticos e dinâmicos e se expandindo e se adaptando e se aperfeiçoando sem cessar, pois visam à libertação do homem e o centro de interesses dessa libertação não é imóvel nem imutável, mas se desloca e varia de acordo com a época. Ontem eram as franquias religiosas, era a inviolabilidade das consciências, eram os direitos políticos; hoje é, sobretudo, a segurança econômica. E não basta realmente a ficção constitucional de que todos são iguais perante a lei, pois não o serão se não dispusermos de meios para afirmar essa igualdade.

Em consequência, há que subordinar a economia e a política à ética. Temos de atribuir ao trabalho destaque sobre o capital na consideração dos fatores da produção e estou persuadido de que os direitos do trabalhador devem prevalecer sobre os interesses da empresa e de que as reivindicações ou ambições de qualquer

classe devem ceder ante as exigências do bem comum. Tenho os governantes como atentos e dedicados servidores do povo, e não como displicentes ou arrogantes senhores do povo, achando necessário e urgente levar para a vida pública um intransigente sentimento de honra e uma firme vocação para o sacrifício e considerando os altos postos não como sinecuras ou fontes de honorárias, mas como situações de maior risco e responsabilidade no esforço, que é um dever de todos e de cada um, em prol da prosperidade coletiva e da paz social.

Fui recrutado nos quadros da representação popular, trago no meu coração e na minha consciência de brasileiro as ressonâncias dos sentimentos e das aspirações que dominam a nossa gente. Fiz toda a minha carreira política como parlamentar, primeiramente na Assembleia Legislativa Estadual e últimamente como membro da bancada federal de Minas Gerais. Saio agora do Congresso Nacional, onde patriotas vigilantes e sinceros, homens ilustres e devotados à causa pública debatem com elevação os problemas relacionados com o aperfeiçoamento e a defesa do regime, com a recuperação e o fortalecimento econômico do país, com a criação de novas estruturas administrativas, divididos naturalmente em suas opiniões, pois a divergência de opiniões é da essência dos Parlamentos e das Assembleias, mas convencidos todos de que os pontos de vista que sustentam e as soluções que preconizam é que melhor satisfazem os interesses nacionais e atendem ao bem comum. Presto aqui, pois, o mais caloroso tributo ao Poder Legislativo, a que ainda há pouco pertencia.

Sei que a minha inclusão como membro do Ministério que S. Exa. o Sr. Presidente da República houve por bem reorganizar, numa dessas mudanças e renovações tão normais, tão inerentes às formas democráticas de governo, não representa o reconhecimento de serviços, que os não prestei, nem de méritos, que os não revelei ou possuo, mas apenas a homenagem do Exmo.

Sr. Presidente ao meu Estado natal, que, diga-se de passagem, com a execução acelerada e firme do programa administrativo de tão larga envergadura traçado pelo Governador Juscelino Kubitschek de Oliveira, ficará dotado dos meios necessários para tomar-se uma das regiões mais prósperas e de maior produtividade do país.

Não poderei gerir os negócios desta Pasta com o brilho, a eficiência e a nobreza com que V. Exa., sr. Embaixador Negrão de Lima, sempre os conduziu, mas procurarei não deslustrar de todo as tradições de tato, acerto e equilíbrio que V. Exa. deixa nesta Casa. O acervo de serviços que V. Exa. tem prestado à administração e ao Brasil, nos setores mais delicados, expostos e difíceis da gestão da coisa pública, seja representando a Pátria no estrangeiro com exemplar dignidade e a mais lúcida compreensão da sua missão, seja dirigindo departamentos da maior importância para a vida nacional e o funcionamento do regime, foi notavelmente enriquecido nos últimos tempos com a sua atuação à frente do Ministério da Justiça.

Serei, no desempenho da elevada comissão de que fui investido e que neste instante acabo de assumir, intérprete fiel do pensamento presidencial, dedicado executor do programa de S. Exa., procurando traduzir, no tratamento das questões da alçada do Ministério da Justiça, as inspirações da sua ilibada consciência de patriota, os planos da sua comprovada capacidade de administrador e as diretrizes da sua lúcida visão de estadista.

Volto também, daqui, o espírito para a minha cidade natal, a minha querida São João del-Rei, e nas páginas da sua história, onde avultam episódios centrais da nossa evolução política e da formação da nossa consciência cívica; nos exemplos dos seus grandes filhos, entre os quais sobre-excede a figura legendária de Tiradentes; nas suas tradições, na sua simplicidade, na

sua austeridade, no seu senso do que é sólido, vivo, eterno, buscarei o substrato para a minha orientação, a luz para as horas obscuras, o alento para o infatigável labor de cada dia e a virtude premonitória contra o pessimismo e a desilusão.

Hilário Belloc em *A Crise da Nossa Civilização* recomenda e apela para que não trabalhem com o nosso olhar e a nossa atenção limitados e presos aos paliativos do momento. Não adianta absorvermo-nos no combate aos sintomas, reflexos e consequências. O nosso esforço não teria fim nem proveito. Precisamos descer ao fundo dos problemas e, chegando lá, revestir-nos de coragem, planejar com imaginação e proceder com tenacidade. Se o fizermos, não tenhamos dúvida de que sairemos depressa das dificuldades em que nos encontramos, pois nem tudo no nosso passado são erros, nem tudo no nosso presente são vacilações, nem tudo no nosso futuro são incertezas.

Porei o que possuir de experiência da vida pública, de conhecimento dos homens, de observação dos nossos costumes e das tradições, de amor à nossa gente simples, ordeira, sofredora e resignada a serviço do mais exato, correto e escrupuloso desempenho de minhas funções ministeriais.

É com esse pensamento de confiança e esse propósito de trabalho que assumo a direção do Ministério da Justiça.

Agosto de traição, de sangue e tragédia: homenagem à memória de Getúlio Vargas¹³

Passado o tumulto das paixões e superada a luta pré-eleitoral dos interesses políticos, venho falar-vos de Getúlio Vargas e dos acontecimentos que mancharam os idos de agosto de traição, de sangue e de tragédia.

Não quero acrescentar mais um “depoimento pessoal” a tantos que já foram divulgados, limitando-me a um relato de fatos e circunstâncias já mais do que notórios. Pretendo analisar as trágicas ocorrências que culminaram no sacrifício do glorioso Presidente, de maneira a ressaltar a verdade, escoimada do entulho de mentiras e de infâmias, com que foi propositadamente oculta pela imprensa facciosa e inimiga jurada de Getúlio Vargas e de seu programa de governo.

É preciso antes de mais nada procurar identificar as origens do sentimento antivargas, para poder entender os objetivos da sanha implacável dos seus inimigos. Não se explica a desapiedada campanha movida contra o grande Estadista por motivações de simples ódio pessoal. Existe algo de mais concreto, de mais substancial.

A mobilização da imprensa e particularmente de certa imprensa do Rio de Janeiro contra Getúlio Vargas teve início antes mesmo do seu empossamento no governo. Inelegibilidade e maioria absoluta foram as duas primeiras batalhas que travou contra aqueles que se recusavam a aceitar o categórico pronunciamento das urnas em 1950, que o foi buscar na solidão dos pagos longínquos de São Borja, para trazê-lo nos seus braços até o Palácio do Catete. Inelegibilidade e maioria absoluta, duas teses absurdas, anticonstitucionais, espúrias, que não resistiram à sua própria fraqueza, ruindo em meio ao desaponto dos que

¹³ Discurso na Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro, em 1954, por meio do qual analisa o governo do ex-presidente Getúlio Vargas.

se opunham desesperadamente ao cumprimento da vontade sacrossanta do povo, consubstanciada na sentença das urnas.

Mas não descansaram os seus adversários. Não se limitaram à ação legítima da oposição democrática. Enveredaram, desde o primeiro dia de sua investidura, pelo caminho da injúria e do insulto, detratando cada um de seus atos, condenando a priori todos os seus esforços para resolver os nossos graves problemas econômicos, financeiros e administrativos. Nessa campanha insidiosa e constante procuravam minar a autoridade do seu governo, enquanto aguardavam um pretexto suficiente para deflagrar um movimento de maiores proporções, suscetível de provocar o seu afastamento do governo.

O “caso” da correspondência com Perón, cavilosamente urdido e preparado para desencadear uma crise nacional, não obteve os efeitos esperados, pois a opinião pública não se deixou embair pela trama mentirosa e cerebrina destinada a apontar ao povo o Presidente da República como um traidor da Pátria. A exploração em torno da morte do repórter Nestor Moreira também não bastou para se erigir em motivo suficiente do movimento, visando ao afastamento do Presidente da República do poder, a que ascendera pela vontade exclusiva do povo.

Como último e desesperado recurso, promoveram os seus inimigos o processo constitucional do impeachment. Aí, no terreno seguro dos meios democráticos, Getúlio Vargas infligiu aos seus adversários calamitosa e desalentadora derrota, com os próprios deputados do partido oposicionista votando contra o descabelado processo de impeachment.

Justamente quando as forças oposicionistas amargavam essa derrota definitiva, quando lavrava nos seus arraiais a desunião, e quando os seus líderes se recriminavam mutuamente pelo revés sofrido, quando a figura do Presidente da República mais se agigantava no meio da sanha odienta de seus inimigos, eis

que a fatalidade lhes oferece o esperado butim, consubstanciado no lamentável atentado em que pereceu um oficial das nossas Forças Armadas.

Agarraram-se os mentores da campanha contra Getúlio Vargas ao cadáver do major Vaz com a fúria desesperada do naufrago que depara com a derradeira tábua de salvação. Figuras corvinas de grandes líderes não deixaram um só minuto a alça do esquife mortuário do infortunado oficial, na sofreguidão mal contida do assalto ao poder.

Não é preciso lembrar aqui o que foram os vinte dias subsequentes ao atentado. Está na mente de todos nós a orgia histórica de certa imprensa, que mal escondia o seu júbilo, a sua alegria neurótica nas dobras do crepe funerário das lamentações. “Afinal o grande pretexto”, era o que se lia nas entrelinhas das manchetes sensacionalistas. De nada valeu a serenidade do grande Presidente, que na segurança da mais completa inocência, concedeu todas as facilidades para a apuração do crime, entregou as investigações àqueles que mais se encarniçavam em inculpá-lo e abriu as próprias portas de sua residência oficial ao torvo Santo Ofício da conspiração. Cumprindo as etapas de um plano friamente traçado, as operações da conjura se desenvolveram a contento. Às sucessivas reuniões e contrarreuniões, ao amontoado de notas e mais notas oficiais e oficiosas, todas hipocritamente prometendo a salvaguarda dos Poderes constituídos, seguiu-se o “pronunciamento” armado em grande estilo, no desfecho tipicamente latino-americano de uma crise política. Somente a grandeza do sacrifício de Getúlio Vargas pôde dar ao desenlace, tão caracteristicamente Banana Republic, foros de legitimidade.

Antes de entrar na análise desses inglórios acontecimentos é justo indagar: onde está a origem desse estranho rancor, desse ódio invencível, dessa incansável atividade contra o governo de Vargas, legitimamente constituído?

Dois objetivos supremos guiaram toda a vida pública de Getúlio Vargas: redenção das massas trabalhadoras e nacionalismo econômico. Esses dois termos não constituem postulados demagógicos e enganosos. A sinceridade do grande Presidente é atestada pelo acervo gigantesco de realizações empreendidas no sentido do cumprimento de seus dois propósitos supremos: toda a legislação trabalhista que emancipou o nosso operariado e todo o monumental edifício da previdência social estão aí para comprovar a constância dos esforços de Vargas em promover o bem-estar das classes menos favorecidas pela fortuna. São fatos concretos de que decorrem para os trabalhadores benefícios auferidos dia a dia, não são teses desenvolvidas teoricamente em conferências eruditas, com a assistência florida da nossa melhor elite dirigente. Volta Redonda, a espantosa industrialização de São Paulo, a Petrobras, as colossais obras das usinas elétricas também testemunham a sua convicção nacionalista com argumentos mais concretos do que os meros enunciados de convicção pessoal.

Nacionalismo econômico e redenção das massas trabalhadoras, inspiração da vida de um grande estadista, constituíram também o motivo e a causa da sua morte. Interesses tentaculares viam contrariados os seus planos e em perigo as suas possibilidades de lucro. O Brasil autossuficiente significava a perda de um importante mercado, nesta hora em que os mercados escasseiam e os estoques se acumulam em proporções assustadoras. Os nossos progressos na siderurgia, a afirmação das espantosas qualidades técnicas do nosso operário, foram a advertência que pôs de sobreaviso os trustes interessados em nos manter no regime de feitoria de dinheiros alheios. A hidrelétrica de Paulo Afonso, em vias de conclusão, agravava as preocupações fundadas dos que temiam ver-nos alçados à categoria das nações economicamente independentes. A Petrobras com todas as possibilidades de imediato funcionamento e de sucesso, graças às fontes seguras

de recursos financeiros, lançou o pânico nos domínios da grande finança imperialista. Quando nos lançamos na elaboração do formidável plano nacional de eletrificação, consubstanciado na Eletrobrás, percebeu o truste que não era mais possível qualquer hesitação.

Lançou-se à luta, com todos os fabulosos recursos das suas arcas pejadas do dinheiro sorvido das nações subdesenvolvidas, para destruir no Brasil um governo que era responsável pela audácia nacional de querer livrar-se dos grilhões do capitalismo internacional. Toda a campanha se limitava no objetivo principal de liquidar Getúlio Vargas, porque ele simbolizava toda a resistência aos dinheiros poderosos de além-mar.

Por outro lado, encontraram os interesses financeiros internacionais um aliado vigoroso no nosso capitalismo desalmado, nos nossos homens de fortuna, que, não se contentando com os lucros assombrosos aqui auferidos, passaram a hostilizar o governo Getúlio Vargas em proporção correspondente às medidas que adotava para mitigar os sofrimentos do operariado e para dar-lhes condições de vida consentâneas com a condição humana. A fixação dos novos níveis de salários mínimos foi o elemento catalisador de toda a tempestade de ódio que se formava nos horizontes capitalistas, ameaçando o governo Vargas. Assinando o decreto de primeiro de maio, que veio assegurar ao nosso trabalhador apenas o indispensável para não morrer de fome, Getúlio Vargas assinou a sua sentença de morte.

Eis o panorama das forças sinistras que se conluiaram contra o grande Estadista. Vejamos agora os instrumentos de que se serviram.

Um partido oposicionista conservador e antitrabalhista, por duas vezes derrotado em eleições democráticas, em cujas fileiras – é preciso reconhecer – existem também verdadeiros

patriotas iludidos na certeza de que servem aos seus ideais e não a interesses antinacionais – eis o elemento de fachada, a brigada de choque da grande conjura. Uma imprensa conservadora também, ligada aos interesses dos grandes capitalistas nacionais e, por conseguinte, amalgamada no ódio a Getúlio Vargas e ao seu programa de governo, eis a máquina de agitação da opinião pública e de infiltração no seio das Forças Armadas, através do ludíbrio das boas intenções de oficiais dignos e bem intencionados, mas, ao mesmo tempo, suscetíveis a uma determinada espécie de propaganda, por isso mesmo que saídos das classes mais abastadas. Por detrás de tudo isso e acima de tudo isso, agia um grupo de notórios representantes do capital estrangeiro, de ricos interessados em salvaguardar as suas gordas fontes de lucros em divisas. Por serem sabidamente ligados aos dinheiros estrangeiros, souberam manter-se no mais completo anonimato, arquitetando o plano cientificamente traçado de destruição do governo Vargas e velando pela sua execução, nos seus mínimos detalhes. Esses foram os verdadeiros autores da conspiração e os principais responsáveis pela morte de Vargas. Homens na sua maioria de grande valor intelectual, nomes de repercussão nacional. Esses tristes inconfidentes da traição e da morte tinham nas mãos todos os cordões que movimentaram os titeres da implacável conspiração. É digno de nota que entre eles figuraram até mesmo antigos ministros de Vargas, pessoas que gozavam da sua maior confiança e que, ainda no mais aceso da crise, procuravam o glorioso Presidente para hipotecar-lhe a solidariedade. Mas, os trinta dinheiros da traição, sobre os quais se lançaram sofregamente, identificaram perante a Nação os judas iscarotes da traição ao povo.

No que toca às Forças Armadas, cumpre ressaltar que o ato de indisciplina e deslealdade ao seu Chefe Supremo, a que foram levadas pela influência desagregadora de alguns líderes ambiciosos, é em grande parte devido à ação de um grupo de

oficiais da Escola Superior de Guerra. Essa Escola, criada para proporcionar aos oficiais uma formação mais esmerada de seus conhecimentos técnicos, papel a que se ateve durante o governo anterior, cedo se transformou num centro de exploração política e de atividades conspiratórias. Os seus currículos incluem disciplinas a cujo trato os militares não estavam acostumados. Fugindo ao simples aperfeiçoamento dos conhecimentos necessários à formação de um chefe militar, a Escola proporcionou aos oficiais que ali se matricularam a aventura sedutora de enveredar por caminhos inteiramente novos para os seus espíritos não acostumados com os assuntos de uma autêntica formação humanística e universitária. A Filosofia, a Sociologia, a hermenêutica dos fatos históricos, o contato com a Teoria do Estado, com o Direito Público e com o Direito Internacional, tudo isso era horizonte novo para a louvável curiosidade intelectual dos nossos membros das Classes Armadas, a que se juntaram civis também interessados nessa espécie de estudos. O contato com tantos problemas novos, o estudo das questões administrativas e as lições e conferências administradas por alguns professores, convictos de que estavam formando a nata da mentalidade nacional, os jovens turcos encarregados de salvar o Brasil, criaram na Escola Superior de Guerra a mentalidade do messianismo exaltado. Côncios da sua qualidade de depositários da sagrada missão redentora, os árdegos oficiais não tardaram em descobrir o seu líder, um misto de Nagib e Salazar, fluente no manejo da palavra, senhor de uma erudição um tanto maçuda e indigesta, mas, por isso mesmo, mais fascinante para os que não estavam na medida de julgá-la nos seus verdadeiros méritos e, ainda por cima, com a tradição de uma antiga campanha revolucionária, onde teria patenteado virtudes de um condottieri militar. Não foi difícil aos maquiavélicos arquitetos da reação, aos políticos profissionais duas vezes fragorosamente repudiados nas urnas e aos jornais a serviço da conspirata, atrair para si o grupo dos

salvadores nacionais e o seu belo Nagib de gabinete. A insinuação destes junto aos seus colegas de farda também não foi difícil. Os autênticos oficiais, os homens da tropa, os que consagraram a sua vida ao serviço leal da Pátria e das autoridades legalmente constituídas, foram, na sua boa-fé, empolgados pelo messianismo da gente preparada cuidadosamente na Praia Vermelha para a ação de quebrar a confiança dos soldados na autoridade do governo. Papel de relevância na trama desempenhou também outro chefe militar, candidato repetidamente derrotado pelos votos do povo, mas que nunca desistiu de dirigir esse mesmo povo que insistia em repudiá-lo.

Aí está toda a maquinaria da conjuração preparada e adestrada, que só aguardava um pretexto para se pôr em ação.

O atentado da rua Tonelero foi a tão esperada cheville ouvrière da revolução preparada, em todos os seus pormenores, de antemão. Quando a serenidade e a inocência de Vargas, que, prestigiando de toda a forma o inquérito para a denúncia dos criminosos, punha em perigo o desenvolvimento da manobra insidiosa, recorreu-se ao famoso arquivo Gregório. É evidente que se o Presidente Vargas tivesse a menor suspeita de que o arquivo de Gregório Fortunato continha papéis que pudessem de qualquer forma comprometê-lo, teria providenciado a destruição de tais documentos. Para isso teve tempo de sobra. Que fez entretanto? Timbrou em entregar às autoridades do famigerado inquérito do Galeão esse arquivo, depois tão explorado. Pode haver maior prova de boa-fé e de inocência? A campanha tomou novo vigor com o chamado “lamaçal” do “tenente” Gregório. Na realidade, as manchetes sensacionalistas superestimam o que foi encontrado no arquivo. Até telegramas de felicitações e agradecimentos de cumprimentos de aniversário foram divulgados como papéis abjetos, dignos da execração nacional. Afora propostas que nunca tiveram andamento ou execução, umas contas de armazém e os referidos documentos congratulatórios,

pouco se aproveitou do famoso arquivo para denegrir o governo. Longe de mim tentar defender Gregório ou justificar os seus atos que possam ser verdadeiramente eivados de corrupção.

Mas, ainda que ficasse provada a maior corrupção nas atividades desse empregado subalterno do Presidente, ainda que ficasse provada a conivência do governo com o crime da rua Tonelero, existiriam meios democráticos e legais de coibir o crime e punir os culpados. Em outras terras, em países que escapam ao epíteto de Banana Republic, a que hoje fazemos inteiramente jus, que se faz se ocorre uma circunstância semelhante? Há exemplos recentes que ilustram assazmente o assunto. Durante o governo Truman, nos Estados Unidos, houve o escândalo dos chamados five percenters, figurões do mundo oficial que recebiam 5% dos grandes e vultosos contratos firmados por companhias particulares com o governo americano, em pagamento de uma advocacia administrativa em favor dos proponentes. A própria esposa do presidente da República foi acusada de receber valiosos presentes para agir em favor dos que pleiteavam contratos com o governo. Houve inquéritos, apurou-se o assunto, condenou-se a quem de direito. A campanha presidencial de Eisenhower se aproveitou muito desse escândalo, fazendo da luta contra a corrupção um dos seus principais slogans. Não se tem, entretanto, notícia de que o Exército norte-americano se tenha imiscuído no assunto ou se tenha arrogado o direito de restaurar a dignidade nacional ferida pelas negociatas administrativas. Faltava em West Point uma Escola Superior de Guerra. Não dispunham os americanos de um Torquemada façanhudo, investido por ato próprio das funções de inquisidor-mor da moralidade administrativa. Ainda no governo Truman apurou-se em Nova Iorque, num inquérito divulgado pela televisão, a participação do prefeito daquela cidade em todas as atividades ilícitas de apostas em cavalos de corridas e de exploração da prostituição. Ficou evidenciado

que o prefeito O'Dwyer recebia gordas maquinas decorrentes da sua condescendência para com aquelas atividades ilegítimas. A punição que lhe coube foi uma comissão do embaixador dos Estados Unidos no México. Acaso o exército americano, as forças armadas da grande nação se movimentaram em expedição punitiva contra a corrupção? Ainda agora investiga-se na Itália o chamado "escândalo do século", envolvendo até mesmo o tráfico de drogas entorpecentes por parte de pessoas ligadas ao governo. Cogita-se de apurar as responsabilidades. Enquanto isso não se fizer, o parlamento não se considera em condições de retirar a confiança que depositara no seu premier. As forças armadas italianas estão inteiramente alheias ao assunto, como é seu dever, cuidando das suas atribuições e deixando os assuntos políticos para os políticos. Mais recentemente ainda descobriu-se na França uma perigosa rede de espionagem que compromete altas autoridades do governo. Investiga-se o assunto, que será certamente resolvido de maneira a atender aos interesses da defesa desse grande país. Não se tem, entretanto, notícia de reuniões e mais reuniões de oficiais das forças armadas para discutir o affaire, nem de notas enfáticas de promessa de defesa da ordem constituída. Em países como esses, a promessa é desnecessária. Ou melhor, a promessa é feita quando o oficial assume o seu compromisso de honra, pois é para a defesa da ordem que ele é pago e não para se arrogar o direito de julgar da legitimidade dos mandatos conferidos pelo povo aos seus governantes.

Infelizmente, essa não foi a atitude das nossas Forças Armadas na crise de agosto último. Tivemos, para vergonha da Nação, que curvar-nos diante do imperativo truculento das soluções de força e de convencer-nos que politicamente ainda estamos no estágio das Banana Republics.

Apesar do interesse manifesto do Chefe do Governo em apurar e punir os autores do atentado da rua Tonelero, apesar

da sua inocência de qualquer ato de corrupção administrativa, a sede de poder dos seus adversários não esperou sequer pelo desfecho do inquérito. Não esperou muito provavelmente por já saber, de antemão, que o inquérito não incriminaria o Presidente ou qualquer pessoa de sua família. O intelecto da conjura precisava de uma última fagulha para desencadear a crise. Elaborou-se então uma artimanha cerebrina e intrincada: a dupla renúncia.

O Sr. Café Filho deixou-se envolver na manobra. Ele, que foi amigo pessoal do glorioso Presidente, ele, que, mais do que ninguém, gozou da sua intimidade, ele, que era o companheiro alegre e constante das suas horas de lazer e frequentemente seu conselheiro em assuntos políticos, ele, o velho companheiro da jornada gloriosa de 1950, prestou-se a servir aos propósitos solertes dos conspiradores. Na véspera da madrugada triste de 24 de agosto, o Sr. Café Filho subiu à tribuna do Senado para pronunciar aquele estranho discurso. Como dupla renúncia? Podia o Sr. Café renunciar ao que não tinha? Podia ele abrir mão do que não era seu? Podia ele desistir daquilo que era apenas uma expectativa de cargo, de um projeto de mandato, de uma possibilidade de poder? O Sr. Café Filho não queria renunciar a coisa nenhuma. Não podia renunciar ao que não tinha. O único objetivo do discurso, verdadeiro beijo de judas na melancólica trama, era expor à Nação o Sr. Getúlio Vargas como um ser insensível e egoísta, como um político agarrado ao cargo, sem ouvidos para o clamor do povo e para os perigos que ameaçavam a nossa Pátria com uma autêntica guerra civil. De contrapartida, o discurso, laboriosamente arquitetado em todos os pormenores das suas frases bem pesadas, pintava à Nação o retrato de um Vice-Presidente modelo de abnegação e desprendimento. Pois bem, ainda depois de pronunciada essa estranha oração, tão grande era a estima e a confiança do Presidente Vargas no Sr. Café Filho, que, ao comentá-lo comigo, declarou-me que estava

certo de que o Sr. Café procurara, daquela maneira, um recurso qualquer para defendê-lo. Não sabia então que o Sr. Café, apenas alçado ao Poder, apenas envergado a faixa presidencial ainda sangrando do seu nobre sacrifício, convidava para integrar o seu governo os mais tradicionais e virulentos inimigos do glorioso Presidente. Não sabia que, apenas elevado à Suprema Magistratura do País, o Sr. Café Filho se apressaria em atender aos interesses dos autores intelectuais da queda de Getúlio Vargas, dos agentes da finança internacional, quer dando imediata aprovação ao Plano Sakes & Klein, quer chamando para ocupar os postos-chave da administração os mais notórios advogados de dinheiros estrangeiros, quer acenando para os trustes com a revisão do esquema de aproveitamento do petróleo brasileiro em bases nacionalistas, quer promovendo a prisão em massa de operários sindicalizados de empresas estrangeiras, que reivindicavam os seus direitos numa greve passiva. Getúlio Vargas está morto, mas o povo, que é o herdeiro de sua causa, julgará por ele os vendilhões da Pátria e os falsos profetas da salvação nacional.

As eleições demonstraram que o povo repudiou o partido a serviço do reacionarismo que deseja nos conservar na dependência dos mercados estrangeiros. Ficou patente, hoje mais do que nunca, que as forças populistas, inspiradas pelos ideais de Vargas, reconquistarão o poder federal, esse poder que o povo, com os seus milhões de votos, colocou nas mãos de Getúlio Vargas e que os seus inimigos arrebataram pela força das armas. Os atuais detentores do poder devem apressar-se na satisfação de seus desígnios. Não lhes restará muito tempo para contentar aos seus patrões de além-mar. Em outubro de 1955, o povo, com as suas próprias mãos, fará justiça aos atos que praticarem no desempenho dos cargos que lhes vieram às mãos, amaldiçoados pelo sangue do maior dos brasileiros.

Com as minhas palavras não desejo agitar a opinião pública nem trazer um elemento a mais para a instabilidade política em que nos deixou a morte de Getúlio Vargas. Calei-me enquanto julguei que o governo atual, legalizado com o sangue de Vargas, perigava. Embora condenando os caminhos por que os governantes atuais chegaram ao poder, sentia que da sua estabilidade dependia a única esperança de uma verdadeira redemocratização do País. Hoje, depois da estupenda demonstração de vigor que o povo deu nas eleições de 3 de outubro, considero ultrapassada a crise e conjurado o perigo do nagibismo-salazarista. Por isso vos falo nesses termos, ditados pela verdade e pela franqueza.

É preciso que todos conheçam a verdade para que possam escolher, em sã consciência, os que nos governarão na plenitude do mandato recebido das mãos sagradas do povo, quando for passado o período de mando daqueles que arrebataram o poder à força das espadas.

Na luta que agora encetamos, estou seguro de contar com o apoio de todos os patriotas que não acreditam ser a força das armas a instância suprema das decisões dos negócios políticos do nosso País.

Se vencermos, nos rincões da fronteira remota de São Borja, no seio da terra generosa que o viu nascer, Getúlio Vargas repousará em paz, na tranquilidade de não ter subido em vão os degraus das aras da Pátria para o supremo sacrifício. Em verdade, será a sua morte o marco da redenção de todo um grande povo.

Em defesa da legalidade: a soberania da lei¹⁴

Nesta hora turva da vida nacional, em que se tenta resgatar nossa constituição, colocando a Nação na iminência de uma horrenda luta fratricida, não é lícito a ninguém, com alguma parcela de responsabilidade na vida pública do país, o direito de silenciar-se.

Somos pelo respeito à Constituição. Nenhum povo pode viver respeitado na sua dignidade e nem acatado na sua soberania se o veredicto de sua vontade, manifestado livremente nas umas, deixa de ser a fonte de legitimação do Poder.

A consciência democrática do povo brasileiro já não mais lhe permite viver sob a tutela de governos de exceção ou discricionários que fecham e emudecem os Parlamentos, coagem a Magistratura, amordaçam a Imprensa e confiscam aquelas liberdades inerentes à dignidade da pessoa humana.

As responsabilidades históricas de nossa Pátria, a projeção do Brasil em face do mundo, como um dos mais poderosos bastiões dos valores cristãos da humanidade, estão a exigir do nunca desmentido patriotismo dos nossos chefes militares que mais do que nunca se coloquem acima de ressentimentos e incompreensões para se dedicarem com o devotamento que lhes é peculiar tão-só e unicamente ao serviço do Brasil, poupando o seu nobre e generoso povo, em sua maioria pobre, humilde e ordeiro, dos horrores de uma luta sem ideal, sem nobreza e sem grandeza.

O que a Nação deseja, reclama e impõe é o respeito à nossa Constituição, que todos juramos amar e defender. Não sejamos perjuros. Não faltemos aos lares brasileiros que em todos os rincões da Pátria só almejam o retomo aos dias de paz para o labor fecundo.

¹⁴ Mensagem quando da Renúncia do Presidente Jânio Quadros, em 30 de agosto 1961. Neste período Tancredo Neves estava sem mandato, pois havia perdido a eleição de Governador para José Magalhães Pinto.

Acatar, pois, a nossa Magna Carta, empossando o sr. João Goulart na Presidência da República, não é apenas submeternos a um imperativo da vontade popular, mas também reconduzir o nosso povo à trilha ampla e redentora de sua vocação para a liberdade, dos direitos de sua soberania e de seu prestígio internacional.

Não há lugar para vacilações. A trincheira da resistência democrática é a posição em que se encontram nesta hora os que lutam pela sobrevivência de nossas instituições livres, pela tranquilidade de nossas famílias, pelo progresso moral e material de nosso povo.

Dirigimo-nos, ao final, particularmente aos Mineiros. Que o espírito da Inconfidência nos anime. Façamos de Teófilo Otoni, João Pinheiro, Antônio Carlos e Artur Bernardes os numes tutelares de nossas decisões. Busquemos no seu exemplo e na sua vida as inspirações patrióticas para que Minas esteja, como sempre, de pé e vigilante pelo Brasil.

Um republicano combativo: discurso de posse como Primeiro-Ministro¹⁵

Estamos vivendo uma hora histórica. O governo que foi criado pelo Congresso Nacional, e em seu nome é exercido, pratica o solene ato inaugural do seu efetivo funcionamento ao submeter, à patriótica consideração dos ilustres representantes do povo brasileiro, o seu plano de ação político-administrativa, a que pretende submeter e condicionar toda sua existência.

Ele contém, em cada um dos seus capítulos e parágrafos, em cada uma de suas ideias, o eco e a ressonância dos últimos acontecimentos que traumatizaram o País, como também lições de nossa experiência histórica.

Houve, por muito tempo, quem menosprezasse a nossa tendência quase invariável de buscar para todos os problemas, por mais graves que se configurassem, soluções pacíficas e harmônicas, que se conciliassem interesses aparentemente contraditórios, mas resultando sempre na afirmação ativa e corajosa de que acima de tudo devia ser considerado o bem comum dos brasileiros.

Houve, sem dúvida, sociólogos e políticos que, no caldeirão racial onde se está formando, há quatro séculos, o homem brasileiro, foram descobrir sinais inconfundíveis de indolência e conformismo, para explicar a nossa aversão às atitudes drásticas e extremas.

Mas tudo leva a crer que estas sejam coisas do passado, agora definitivamente mortas diante deste Brasil que surge como Nação disposta a encontrar seu caminho nos rumos autênticos da paz e da vigorosa e máscula afirmação de sua soberania, jamais renegando os compromissos assumidos, porém jamais

¹⁵ Discurso de posse ao cargo de Primeiro-Ministro, na Câmara dos Deputados, após ser aprovado seu nome por 259 votos contra 22 para ocupar o cargo de primeiro-ministro do governo de João Goulart. Brasília, em 28 de setembro de 1961. Arquivo Tancredo Neves, FGV/CPDOC, TN pi Neves, T 1961.09.28.

impermeável aos ensinamentos, por vezes rudes e imperativos, da conjuntura internacional.

A 25 de agosto, um Presidente da República, eleito por esmagadora maioria, renunciava ao seu mandato, imprevista e abruptamente, deixando 70 milhões de brasileiros mergulhados na mais profunda perplexidade. Não seria muito difícil prever as consequências de gesto semelhante em qualquer país do mundo que estivesse atravessando condições idênticas às do Brasil. Nenhum dom profético especial se exigiria de qualquer analista para vaticinar a superveniência do caos, da guerra civil, de uma ditadura, de um retrocesso, enfim, na evolução democrática da República.

É possível que ainda não se tenha dado à nossa vocação jurídica toda a transcendental importância que merece. No entanto, bastaria um olhar retrospectivo à nossa história para perceber, de modo límpido, que o instrumento revolucionário que por excelência manejamos tem sido, e continua sendo, nos dias que correm, a lei.

Mesmo nos mais duros períodos de transição, quando as circunstâncias decretam a morte da Lei Velha, nunca apelamos para o arbítrio puro e simples, mas sempre nos esforçamos em elaborar uma Lei Nova, aceitável pela maioria, para, em seu nome e sob seu império, prosseguirmos na tarefa da construção nacional. E tivemos, como raras exceções, a grata surpresa de verificar que normas jurídicas, asperamente condenadas no momento de sua promulgação, resultaram, com a passagem do tempo, nos meios mais eficazes para preparação e o funcionamento pacífico das novas realidades sociais.

Hoje a sociedade brasileira se encontra, uma vez mais, num difícil e grave período de transição.

Dos sofridos estados do Norte e do Nordeste, bem como dos ricos estados do Sul, milhões de vozes se erguem, clamando pela

execução de reformas estruturais básicas, que nos mantenham no caminho da ordem e da paz, que contribuam decisivamente para o advento e a consolidação da justiça social, que promovam a recuperação de milhões de brasileiros, a fim de que possam colaborar na vasta obra de enriquecimento e de engrandecimento da Pátria. A esse coro gigantesco, que nos últimos anos se ouve com intensidade cada vez maior, se uniram desde o primeiro momento, e agora se fazem ouvir com mais força, as vozes da Igreja, das classes produtoras, da inteligência e do trabalho indígena. É que ninguém mais discorda quanto ao fato de que a hora soou e de que está encerrado o capítulo das protelações.

Eis por que o episódio da renúncia, apesar de seu caráter abrupto e chocante, a ninguém encontrou desprevenido. O povo, os seus mandatários nas duas Casas do Congresso Nacional, as forças do capital e do trabalho, os intelectuais e, sobretudo, as Forças Armadas brasileiras, não tiveram outro pensamento senão o de preservar as instituições democráticas e o de assegurar a posse do Presidente João Goulart.

Por alguns dias, ainda bem vivos na memória de todos, o povo brasileiro e todas as nações da Terra ficaram em suspenso, expectantes, aguardando o desfecho da crise que sacudiu o nosso País. Do violento impacto causado pela renúncia, da surda oposição que setores mal informados ou pouco esclarecidos manifestavam aos novos caminhos que o Brasil procura seguir, para afirmação de sua soberania e de sua independência, bem como à sua decisão de enfrentar e resolver, dentro da lei, os seus graves problemas internos, emergiu, como solução conciliadora e alta, a implantação do regime parlamentarista.

E com a posse de Sua Excelência o doutor João Belchior Marques Goulart, que assumiu a suprema chefia do Estado brasileiro, para a qual se credenciava através de um áspero e tormentoso passado de lutas em prol do fortalecimento de nossas

instituições democráticas, lutas duras em meio às quais fundiu sua forte personalidade de líder, em que se destacam as virtudes nobres e viris da clarividência, da isenção, da serenidade e da conciliação, líder que possui, como poucos, aquele raro dom que marca os autênticos estadistas – o de esquecer mágoas e superar ressentimentos, para se preocupar, tão somente, com o bem-estar e a segurança do seu povo e o engrandecimento de sua Pátria. Com a posse de Sua Excelência, repito, estavam restauradas as franquias democráticas e as prerrogativas inalienáveis do povo brasileiro. Dele – deste bravo, ativo e generoso povo brasileiro – foi à vitória alcançada.

Do povo, diretamente, e do povo através de seus legítimos representantes na Câmara e no Senado; do povo, através dos seus gloriosos “cidadãos em uniforme”, que constituem as Forças Armadas de terra, do mar e do ar, e de cujas convicções democráticas tanto nos orgulhamos; do povo, através dos seus intelectuais, do clero, dos seus combativos sindicatos, dos seus estudantes.

Se saímos, enaltecidos, de uma das mais graves, senão a mais grave crise que as nossas instituições democráticas atravessaram, também é certo que nunca os homens responsáveis desta Nação tiveram consciência mais aguda e clara das tarefas urgentes e vitais que são, neste momento, chamados a executar. A cada um de nós compete, pois, com o espírito totalmente voltado para o bem comum, fazer do regime parlamentarista o instrumento revolucionário eficaz de que necessita o País para as suas reformas fundamentais.

A luta heroica dos parlamentares brasileiros pela preservação da legalidade, durante as horas memoráveis de angustiada expectativa no esforço hercúleo para fazer prevalecer exclusivamente a vontade férrea de superar e vencer as dificuldades que se antepunham à sobrevivência da democracia,

constituirá, para todo o sempre, uma das páginas mais luminosas da nossa história.

Trata-se agora do coroamento desta obra iniciada a 25 de agosto, em meio a profundas apreensões e negros presságios. Dissiparam-se as trevas, uma imensa claridade banha o País, é hora de trabalho, é hora de empunhar as ferramentas e iniciar a grande tarefa de reduzir os desnivelamentos sociais, abolir o abismo entre a miséria e a opulência, construindo pontes amplas ao tráfego livre, pelas quais possam transitar tranquilamente todos os brasileiros.

Nunca, porém, é demais repeti-lo: não devemos querer nem deixar iludir-nos pela suposição de que haja cessado a crise. Claro que não cessou, pela simples razão de que não cessaram as suas causas profundas. Bem haja o nosso povo que, agindo com aguda sensibilidade, salvou a democracia; bem haja o Congresso Nacional que, com lucidez, nos ofereceu, na hora devida, o instrumento de trabalho – político e governamental – conveniente à condução dos problemas e das soluções de base que a realidade nos defronta.

Nada valerá tudo isso, entretanto, se este governo, que é nosso – do Conselho de Ministros e do Parlamento –, não se mostrar digno da sensibilidade do povo e da lucidez do legislador, dominando com segurança este método de ação política – flexível e eficaz como nenhum outro – que é o sistema parlamentar; se V.Exas., autores deles e seus responsáveis, não derem aos seus delegados executivos os recursos eficientes e prontos que o novo regime permite e impõe, para que possamos ao menos equacionar os problemas que permanecem ao vértice da crise que apenas se amainou. Não nos iludamos, Srs. Deputados, com a trégua que ela ora nos concede, e até com o clima de quase universal simpatia e boa vontade que cerca a nossa ação, ou melhor, expectativa de nossa ação de governo.

Essa trégua e esta amável expectativa apenas nos estão colocando ante o dilema clássico de decifrá-la – a crise apenas interrompida – ou sermos por ela devorados.

Ou nós formulamos soluções premunitivas de novos e maiores equívocos e conflitos que os de alguns dias atrás, ou estaremos abdicando de toda esperança de salvação para o nosso patrimônio espiritual de crença, liberdade, paz e soberania. Ou este governo assume, desde já, um forte conteúdo afirmativo e reformista, com decisão e coragem inquebrantáveis, ou teremos abertas as comportas de vácuo para sucção de todas as aventuras e subversões contra as tradições e as esperanças brasileiras. (Palmas).

É necessário, e mais do que necessário, urgente e indispensável, que o Brasil prossiga na marcha para seu completo desenvolvimento. Não será com medidas policiais, artifícios ou processos enganosos que faremos face aos altos custos de bens de consumo que são ao mesmo tempo consequência e causa do surto inflacionário. Só conquistaremos a desejada estabilidade e só estaremos em condições de alcançar o nosso objetivo supremo – que é atender ao anseio de justiça social – se conseguirmos mudar a nossa estrutura econômica, se nos transformarmos num grande país industrial. É vital, pois, para o presente e para o futuro desta Nação, que continue a reinar a confiança, a segurança, a tranquilidade para empresários e operários que se têm dedicado a construir o Brasil e a tirá-lo da estagnação e do atraso. Esta é a hora de fazermos um apelo aos homens da iniciativa privada, aos que produzem, e dizer-lhes que o Brasil jamais necessitou tanto deles como neste momento. Este governo não quer senão que o País cresça e se expanda, e está disposto a colaborar, ombro a ombro, com os que, leal e corajosamente, se dedicam ao trabalho redentor e consolidador da independência efetiva deste País. É pensando no Brasil que apelo para que não deixem de atuar as energias e a capacidade de nossos homens de empresa. Estou

certo de que não lhes faltará o apoio das nossas autoridades para que levem a efeito uma tarefa de tão grande transcendência. Será impossível construir e tornar tranquila esta Nação se não houver uma operação de transformação de nossas bases econômicas, e esta transformação não se verificará sem o apoio dos homens criadores de riqueza, que vêm lutando para sermos um povo próspero e, na realidade, independente.

Os propósitos deste governo, Srs. Deputados, estão neste volume que se põe às mãos de V.Exas., para ser estudado, meditado, criticado e aprimorado. Para tanto, contamos com as inspirações de patriotismo, com os suplementos de sabedoria dos Srs. Congressistas, na certeza de que, na execução de tarefa de tamanha magnitude, não haverá defecções, omissões ou deserções de qualquer natureza. Nortearemos a nossa ação por estas quatro palavras que a sintetizam e resumem: desenvolvimento, estabilidade, integração e justiça.

Desenvolvimento, porque a única maneira de salvar o povo da miséria é enriquecer a Nação.

Estabilidade, para que a inflação não devore, por um lado, o que o desenvolvimento cria por outro.

Integração, para que pedaços da Nação não se cevem na miséria de irmãos de outras regiões.

Justiça, para que o trabalho e a privação de muitos de seus filhos não sejam fontes de lucros excessivos e do ócio improdutivo de alguns poucos.

A crise do Poder Executivo, que obrigou o Parlamento brasileiro a assumir o governo do País, empresta especial significação a este momento, quando os membros do Conselho de Ministros, no desempenho de dever constitucional, submetem à alta consideração de V.Exas. o seu programa de ação administrativa.

Fazem-nos conscientes do seu encargo – inédito na República –, mas animados pelo resultado da experiência de uma dessas raras oportunidades em que uma Nação põe à prova a sua efetiva unidade. Resultado que é expressão e atestado da maturidade do povo brasileiro, mediante a constituição de um governo de real união nacional, em benefício do compromisso maior com o desenvolvimento, a ordem e a paz social.

A compreensão da história identificará, no processo desse desenvolvimento, já bem complexo, ao impacto de múltiplas tensões sociais, movido por vários e ricos dinamismos, a causa profunda da recente crise. Desbordando dos quadros de uma direção unipessoal, o desenvolvimento brasileiro evidenciou a inadequação do presidencialismo como instrumento de decisão política na atual etapa da nossa evolução. O pluralismo econômico e social, penhor de nosso progresso, terá necessariamente no governo de Gabinete a mais apta e flexível forma de repartição coletiva na condução da política nacional.

O programa ora apresentado desdobra sistematicamente as necessidades e os objetivos do desenvolvimento brasileiro, bem assim as políticas que o Gabinete de Ministros entende mais ajustadas ao desempenho do mandato recebido de V.Exas.

Não nos podemos furtar, entretanto, a enunciar, de pronto, algumas precondições de que dependem tanto a ação do Gabinete como a própria continuidade desse processo, e que estão a reclamar um assentimento profundo da nossa comunidade.

Não será possível pensar em desenvolvimento, sem estabilidade social e política. Ao emergirmos da séria crise, podemos perceber, em toda a sua extensão, o preço da instabilidade, que nos sujeita a súbitos retrocessos nas conquistas logradas penosamente por lento e continuado esforço coletivo. Será indispensável que nos voltemos – todos os brasileiros – à contenção dos inconformismos e intransigências,

e que aceitemos sempre a humanidade do diálogo democrático, ao invés de pretendermos impor pontos de vista individuais, numa exacerbação de ânimos que só interessa aos inimigos da Pátria.

A compreensão do dinamismo social revela, entretanto, que a estabilidade é função do constante ajuste das molduras institucionais às novas formas de uma sociedade em transição. Neste passo, considera o Gabinete que o parlamentarismo criou um instrumento mais hábil – e a obrigação inadiável de sua plena utilização – para concretizar as reformas de base por que almeja o País, e cuja postergação tem sido, com injustiça, repetidamente imputada ao Congresso Nacional. Para essas reformas o Gabinete espera, com o apoio do Parlamento, explorar todas as virtudes do novo regime.

Impõe-se, também, num sistema em que a necessária convivência do Estado e da iniciativa privada no campo econômico encontra limites mal definidos, demarcar as áreas de competência e criar as condições de segurança e previsibilidade de cálculo econômico. O setor privado deve trazer ao desenvolvimento nacional a contribuição que dele reclama, e que em tantos setores se tem mostrado altamente útil. O estágio que já atingiu a economia nacional não mais se compadece com um regime de indefinição que entorpece as iniciativas, gera imobilismo e contribui para esbater a nitidez das concepções políticas e jurídicas que informam a nossa estrutura constitucional. Não carece o Estado de tarefas adicionais, e sim de meios para executar aquelas que já o assoberbam.

A última das precondições a destacar é aquela que traduzirá, plenamente, o sentido de responsabilidade histórica e o desejo da coletividade de optar pelo desenvolvimento: austeridade, tanto no governo, como no povo.

A demonstração de unidade nacional, de paciência da gente brasileira e da sabedoria política de seus representantes, em que se converteu a recente crise, evidenciou, em todo o seu vigor, as reservas cívicas de que dispõe a Nação. Mobilizadas para a obra construtiva do desenvolvimento, será fácil encontrar forças para suportar os sacrifícios por ele transitoriamente exigidos, a fazer dos benefícios, que se podem desde já antever, o fruto de uma decisão cada vez mais coletiva do povo brasileiro.

O programa de governo que oferecemos à apreciação do Congresso Nacional representa um esforço para equacionar os grandes problemas com que se defronta a Nação e para indicar as medidas que permitirão encaminhá-los à solução, dentro de prazos previstos, tão breves quanto o permitam os recursos humanos e financeiros mobilizáveis pelos poderes públicos. Nele ressalta como expressão máxima do amadurecimento nacional a coragem de focalizar e definir as condições de penúria e ignorância em que vive tão grande parcela de brasileiros ao lado da deliberação de defrontá-las. A indicação maior de que o Brasil se encaminha para o desenvolvimento é esta tomada de consciência dos seus problemas e esta inconformação. A cada meta alcançada no caminho do desenvolvimento, novas e ainda maiores tarefas de descortinam, desafiando as energias da Nação.

Esta consciência crítica e o inconformismo com o atraso e com a miséria é que garantem aos brasileiros o direito de serem, hoje, um povo otimista. Todos sabemos que o dia de amanhã será melhor que o de hoje por força da nossa capacidade de mobilizar pelo trabalho, pelo estudo e pela pesquisa o inesgotável patrimônio de que somos herdeiros, para colocá-lo a serviço do bem-estar de nosso povo.

O novo governo encara como um dos problemas de maior importância e de maior premência, em nossa atualidade política, o do reforço e reformulação da nossa estrutura federativa.

É sabido que a Federação foi introduzida, ao ocorrer o advento do regime republicano, como expressão do anseio de autonomia das antigas províncias brasileiras sem que estas, entretanto, reivindicassem qualquer parcela de independência política em face da Nação. O regime federativo estruturou-se juridicamente e funcionou durante estes setenta anos, permitindo que se diferenciasssem as condições da vida política regional e que se afirmassem às peculiaridades do caráter brasileiro de acordo com a variedade de suas determinantes históricas e geográficas.

Todo regime político tem, porém, além de superestrutura jurídica, uma infraestrutura econômica que o mantém. A Federação deveria ser mantida graças ao mecanismo de distribuição de rendas, ponto dos mais delicados da estrutura constitucional, que encaminha os recursos fiscais para os cofres da União, do estado ou do município, segundo uma avaliação prévia do montante dos encargos de cada uma dessas entidades. Poderiam ser feitas censuras a essa discriminação à luz mesmo dos critérios racionais que a motivaram; entretanto, bem ou mal, durante muitos anos, ela correspondeu a uma interpretação da realidade e permitiu que os estados mantivessem com recursos próprios os seus serviços, ainda que eventualmente auxiliados por empréstimos do governo federal ou por operações financeiras realizadas no exterior.

Recentemente toda essa situação sofreu uma transformação radical. Até 1942, poucos anos antes de ser adotada a nova Constituição, os recursos fiscais eram, de maneira predominante, aqueles com que contava o poder público para o preenchimento de suas funções. Nesse ano, entretanto, um decreto-lei, do mesmo dia daquele em que se mudou o padrão monetário, veio estabelecer que as emissões de papel-moeda podiam ser feitas por solicitação da Carteira de Redescontos ao Tesouro Nacional, observado para cada emissão o lastro de 25% em ouro e divisas.

Em 1945, outro diploma legislativo, promulgado pelo governo Linhares, aboliu implicitamente esse derradeiro limite ao permitir que o ouro e as divisas de que dispúnhamos, e que serviam de lastro às emissões, fossem aplicados sem qualquer recolhimento destas à liquidação de compromissos do País no exterior.

A partir dessa data ficou livre de quaisquer limitações objetivas, entre nós, o poder monetário da União, ao mesmo tempo que o Banco do Brasil se viu autorizado a recorrer à Carteira de Redesconto para obter recursos destinados ao atendimento das despesas federais. Desde esse dia, os recursos fiscais passaram a representar apenas uma parcela dos meios com que a União atenderia ao seu próprio programa de investimentos. Ao lado deles, os recursos simplesmente monetários compareceriam com importância crescente, desequilibrando, de maneira definitiva, o cálculo aproximativo em que se baseava o plano constitucional da discriminação de rendas.

Daí por diante, enquanto os estados e os municípios tinham de contentar-se com o produto da arrecadação dos impostos e taxas, a União, além dos impostos federais, tinham aberto diante de si, regulado apenas pela prudência dos governantes, o poder de emitir papel-moeda.

Essas condições estruturais geraram a inflação de meios de pagamento que conhecemos, e com ela a alta dos preços, ou melhor, a desvalorização da moeda, que transformou rapidamente o valor nominal das mercadorias e serviços em nosso País.

Em face dessa desvalorização, as finanças dos estados e dos municípios sofreram dois graves e irresistíveis impactos: em primeiro lugar, a inflação monetária concentrou seus efeitos imediatos de maneira desigual nas regiões do País, fazendo confluir recursos financeiros em grande escala para as áreas onde se acelerava o processo de industrialização e deixando à míngua

de recursos aquelas que persistiam em atividades primárias como a agricultura, a pecuária e a mineração. Daí resultou, como um efeito inevitável do processo de industrialização financiado por meios inflacionários, o violento desequilíbrio entre áreas industrializadas e as áreas agropecuárias do País, com o conseqüente crescimento da renda fiscal de alguns estados e o decréscimo relativo de renda fiscal dos demais.

Em segundo lugar, nem todos os impostos reagiram da mesma forma aos efeitos da inflação. Alguns, diretamente relacionados com os preços, sofreram a influência imediata da mudança de valor da moeda e cresceram juntamente com os índices de desvalorização. Outros, baseados em cadastros, em lançamentos estatísticos, em lançamento de revisão demorada, mantiveram-se refratários àquela influência e sofreram até um decréscimo relativo no produto de sua arrecadação.

Entre estes últimos figuram praticamente todos os tributos deferidos aos municípios, dos quais apenas um, o imposto de indústrias e profissões, é suscetível de ser relacionado com os preços, e ainda assim graças a reformas da legislação tributária que só em algumas capitais e em raros municípios foram realizadas.

Os estados tiveram nas vendas e consignações a sua fonte mais flexível de recurso para acompanhar os efeitos da inflação monetária, mas ainda assim, salvo nos estados onde se concentrou o processo da industrialização, foram gradualmente condenados à insolvabilidade e passaram a ter a necessidade constante de recorrer ao auxílio federal, não por vício de administração ou por um descalabro de suas finanças, mas sim por um defeito de estrutura que desvenda em cheio as debilidades de sistema federativo.

Enfrentar esse problema, trazer-lhe uma solução urgente e compatível com a realidade brasileira, é um dos objetivos

primordiais do atual governo, que o enfrentará da Pasta da Fazenda e da Pasta da Justiça convocando a Câmara no que for necessário para a suprema responsabilidade da reforma constitucional.

Não devo esconder à Nação apreensões do governo diante das perspectivas sombrias que parecem delinear-se diante de nós e de que podem resultar sérias convulsões sociais, se desde já, e de imediato, não forem tomadas severas medidas acauteladoras.

Crises – como essas por que acabamos de passar – aguçam o espírito da coletividade para a necessidade de soluções fundamentais. É preciso ter a coragem de identificar, sob a aparência política de tais situações, os fatores acumulativos que as geraram.

Esses fatores, na atualidade em que nosso crescimento econômico começa a depender substancialmente do próprio mercado interno, nos proporcionam o diagnóstico de que não mais é possível interferir naquele processo à base apenas de mecanismos cujos efeitos, surpreendentemente, nem sempre revertem em benefício do País e do bem-estar do povo.

O momento desafia a capacidade de indagação de nossas elites. Assistimos à exacerbação da inflação de custos sem correspondente impulso no desenvolvimento nacional.

Testemunhamos a extinção dos estímulos adjetivos antes aplicados para a aceleração desse progresso, e mesmo em resguardo da tranquilidade social, mas não conseguimos divisar a instituição simultânea dos instrumentos substantivos indispensáveis à racionalização e consolidação do crescimento, em razão das necessidades e diversidades regionais do País.

A situação recebida da recente crise impõem-nos graves considerações e justificam a ênfase emprestada às reformas estruturais.

A expansão observada no meio circulante ameaça transformar-se em efeitos inflacionários de graves consequências econômico-sociais, agravando os tão acentuados desequilíbrios internos nacionais e regionais.

Ao tempo em que se constata a calamitosa aceleração do aumento do custo de vida; que se observa a queda sensível do ritmo das inversões de infraestrutura e de natureza reprodutiva, quer de origem interna, quer de origem externa, grandes proporções dos nossos recursos disponíveis são desviadas para inversões de caráter nitidamente financeiro. Vemos as inversões no setor do comércio e da produção cederem lugar ao atrativo de vultosas especulações, cujas altas margens de lucratividade não podem deixar de manifestar-se, sob a forma de um ônus adicional, a inflacionar, de modo sub-reptício e crescente, os custos dos bens, cujas criações, circulação e consumo são financiados, em última análise, pela massa assalariada do povo.

Urge que modifiquemos essas tendências evidentemente comprometedoras do progresso e da tranquilidade por que tanto anseia a Nação brasileira.

Não constituirá fácil tarefa, nem realizável de pronto, essa. Impõe-se de início que se compense o excesso atual da moeda com o correspondente aumento da criação de riquezas e da produtividade. Implicará também parcela de tempo o restabelecimento do ritmo de capitalização do País, em declínio inquietante.

Retomado que seja esse ritmo, sobretudo mediante desestímulo das vultosas aplicações economicamente estéreis, estaremos, então, dando os primeiros passos no caminho certo.

Restabelecido o rumo que se afina com as tendências de nossa evolução, tornar-se-á menos difícil, em consequência, combater com eficácia os desequilíbrios regionais, e, no plano nacional, atenuar os desequilíbrios orçamentários e cambiais.

Na realidade, somente o estímulo à capitalização fará com que seja possível ao setor público distribuir com os empresários privados o ônus da oferta adequada de emprego a um povo que cresce à razão de 1 milhão de 800 mil almas por ano. Somente com enriquecimento à base de adequada compensação regional de rendas será dado ao Brasil revelar ao mundo o fortalecimento de sua moeda, símbolo de sua soberania material.

Desprezar esses postulados seria insistir em medidas de superfície, não mais aceitáveis; seria continuar a enganar-nos a nós próprios, em detrimento de nossa capacidade criadora, num constante adiamento de solução que poderá provocar, em reação, conquistas por meios outros que não os próprios da evolução natural.

Faz-se mister – e o fato não comporta a menor dúvida ou discrepância – reajustar os salários aos aumentos do custo de vida. Fatores de várias naturezas, entre os quais pode-se citar o abalo por que a Nação acaba de passar, de consequências ainda não bem avaliadas, seja na sua economia interna, seja nas relações comerciais com o exterior, fizeram que o aumento no custo de vida ultrapassasse as previsões mais otimistas.

Os salários já não correspondem às necessidades da grande massa trabalhadora. Muitos não ganham o suficiente para o sustento da própria família, e a multiplicidade de encargos a que têm de dedicar-se não só lhes põe em risco a saúde, mas ainda os afasta do aconchego do lar, impedindo-os até mesmo do dever primacial de prestar assistência direta aos filhos. Homens e mulheres lutam pela sobrevivência, nas cidades e nos campos, por vezes em condições de vida infra-humanas. E cada dia que passa vão eles mais e mais tomando consciência das injustiças sociais que os afligem, vão-se impregnando dos sentimentos de uma revolta íntima, cujas consequências já nos é possível vislumbrar. É preciso que nos convençamos de que

vivemos num outro mundo em que não tem mais lugar a plena fruição dos regalos da vida, por parte de um grupo em minoria, em detrimento do grupo infinitamente maior, que se esfalfa, que sua, que se desgasta, que se adoenta na luta por algumas migalhas de pão.

Os reajustamentos salariais, por mais justos e equilibrados que sejam, costumam trazer após si uma sequência de reações em cadeia, nem sempre passíveis de um controle total, e gerar desajustes entre as classes beneficiadas e aquela cujos salários ou vencimentos não se sujeitam às mesmas facilidades de revisões periódicas.

Se importa ao poder público zelar pela manutenção da ordem social através de medidas que atendam a um direito mínimo da classe trabalhadora, que é o direito à sobrevivência, também importa às classe produtoras, à classe patronal, não faltarem – e é de justiça ressaltar que em sua maior parte não tem faltado – com a sua contribuição para o amortecimento dos desastrosos efeitos que sub-repticiamente vão minando os alicerces da nossa estrutura social.

O atendimento justo a uma parcela sensível e fortemente atuante na construção da grandeza nacional terá os seus efeitos anulados, com a agravante da sobrecarga às demais, se o governo não atacar corajosa, decidida e energicamente os problemas de base que a Nação, já despertada para as conquistas bem mais avançadas, de há muito está reclamando.

Particular atenção há de merecer do governo a reforma agrária, como passo inicial e precípua para a integração do homem do campo em nossa vida econômica, com reflexos ponderáveis sobre os demais setores da economia nacional, como um dos fatores de equilíbrio da nossa estabilidade social, como um ato de justiça social.

Todas as vozes se unem neste reclamo, fora e dentro deste Parlamento.

Eis, pois, um dos itens de prioridade absoluta na agenda do governo que acaba de assumir a direção do País.

Paralelamente, como um dos meios de fortalecer a economia interna, promover o surgimento de novas indústrias, ou desenvolver e fortalecer as já existentes, ampliar as áreas de aplicação de capitais, conduzir à melhoria dos serviços prestados, cuidará o governo de acelerar a regulamentação das remessas de lucros para o exterior. Não nos anima nenhum sentimento de xenofobia, e é bom que fique claro o pensamento do governo em matéria de tamanha relevância.

As portas do nosso País continuarão abertas a quantos quiserem nele estabelecer-se. O Brasil reclama capitais alienígenas para consolidar e ampliar a sua estrutura econômica. Regulamentar as remessas de lucros para o exterior não significa – é escusado dizê-lo – impedir uma compensação adequada, sob diversas formas por que é feita, mas sempre dentro de justos limites, sem prejuízo dos supremos interesses do País, sem as bárbaras sangrias que vêm debilitando o organismo nacional.

Quer no âmbito interno, quer no externo, é preciso, nesta hora, conclamar os mais bem aquinhoados para um esforço em comum, no sentido de libertar milhões de brasileiros da miséria em que se debatem, estrangulados pela cobiça do lucro fácil, pela ganância do enriquecimento a qualquer preço, pelas garras do poder econômico, imoderado.

Estruturado em sólidas bases, o projeto de lei antitruste, em tramitação nesta Casa, virá constituir uma poderosa arma em mãos do governo a favor do bem social.

Urge, portanto, acelerar a promulgação da lei antitruste, com vistas a fornecer ao governo os instrumentos para combater

a carestia artificial, gerada pela desenfreada especulação, pela fome dos lucros excessivos e pela ambição desvairada daqueles a que faltam os mais rudimentares princípios da caridade cristã.

Desta forma, espera o governo cumprir o seu dever através de uma corajosa e intransigente política reformista que terá que assentar-se na sólida institucionalização do novo regime constitucional, com reformulação da nossa vida partidária e a revisão dos nossos estatutos eleitorais para sintonizá-los com a dinâmica da vida parlamentar, de forma a abroquelar a manifestação da vontade popular, da fraude e da corrupção, tornando a representação nacional e os governos dela oriundos cada vez mais legítimos e genuínos.

Lançar-nos-emos, com inabalável e firme decisão, à reforma agrária, salarial, bancária, fiscal e monetária, bem como dos nossos processos e sistema de educação e cultura, à custa de adequada e urgente legislação, cujos rumos estão indicados nos documentos que hoje tivemos a honra de entregar à esclarecida consideração dos nobres representantes da Nação. É trabalho de excelsa magnitude, que nos levaria ao desânimo se não contássemos, para o seu bom êxito, com as prodigiosas reservas de civismo e resistência moral do nosso povo.

Se não nos faltarem os estímulos, o apoio e a lúcida colaboração dos nossos cultos e dignos legisladores, levaremos a bom termo a nossa missão, mesmo sabendo de antemão que haveremos de suportar, resistindo, a todas as pressões, lutar contra a incompreensão de uns, as paixões de outros e o egoísmo de muitos.

O Brasil merece todos os sacrifícios e nós lhe daremos todos os que forem exigidos de nós.

Em síntese, a ação do governo no campo social terá sempre em vista o interesse nacional, dentro destas diretrizes de Sua Santidade o Papa João XXIII, na recente encíclica Mater et Magistra:

“Dar trabalho ao maior número de operários; evitar que na cidade e mesmo no próprio meio de trabalhadores se formem grupos de privilegiados; manter uma justa proporção entre salário e os preços; tornar acessíveis os bens e comodidades da vida ao maior número possível de pessoas; remover completamente, ou pelo menos reduzir, as desigualdades de existem entre os vários setores econômicos, isto é, o setor agrícola, o setor industrial e o de serviços públicos; realizar o equilíbrio entre a expansão econômica e o desenvolvimento dos serviços prestados aos cidadãos, especialmente pela autoridade pública; adequar nos limites do possível as fontes de produção aos progressos das ciências e das técnicas; fazer, enfim, com que sejam alcançados os melhoramentos de uma vida mais humana, e que sirvam não só à geração presente, mas também às futuras.”

No âmbito da política externa, reitera o governo, perante esta Câmara, a política brasileira de inteira independência, a continuidade da nossa tradicional linha de pugnar pela consolidação da paz entre os povos, pela solução amigável dos litígios, pela abolição da desigualdade de condições econômicas entre os vários países, com total repúdio ao apelo às armas ou às formas de coação política, ideológica ou econômica, para redimir conflitos ou impor domínios.

Respeitará o governo, integralmente, os atos internacionais firmados pelo Brasil, mantendo-se assim uma coerência observada no curso de nossa história.

Sempre repugnou à consciência nacional qualquer tipo de racismo ou de colonialismo, e dentro dessa política será definida pelo Brasil a autodeterminação dos povos, observadas as nossas convicções democráticas.

Reafirma o governo a fidelidade do Brasil aos ideais do pan-americanismo, aos compromissos assumidos com as demais nações deste continente, em particular aqueles que digam respeito à erradicação da miséria entre os povos subdesenvolvidos das Américas, objetivo primeiro da Operação Pan-Americana e, últimamente, da Aliança para o Progresso.

Não nos enganemos com o vulto e as dificuldades sem conta da tarefa que nos aguarda; que, aliás, em rigor, nem nos aguarda, desde que, nela, tudo traz a marca de uma urgência dramática. Não nos desanimem, porém, quaisquer obstáculos, por maiores que sejam. Confiemos na capacidade de recuperação do País, tantas vezes posta à prova, quantas triunfante de todas as adversidades. Confiemos na capacidade de trabalho do homem brasileiro, que, nos campos, nas fábricas, nos escritórios, cria, de sol a sol, e muitas vezes nas vigílias da noite, a riqueza nacional que precisamos defender para ele próprio e para a Nação. Confiemos na capacidade de iniciativa e de compreensão dos nossos homens de empresa, que, tendo dado, através da história, tantos e tão altos exemplos de invenção criadora, de espírito pioneiro e de visão realista e realizadora, enfrentam, nesta hora, uma dupla batalha pela reforma estrutural da economia do País e pela sobrevivência, ao preço de qualquer sacrifício, do regime político-econômico em que nos formamos e queremos formar nossos filhos e os filhos dos nossos filhos. Confiemos na capacidade dos homens públicos brasileiros, cujo exemplo dado ao mundo nos últimos acontecimentos constitui a ponta-de-estrada de toda uma evolução que tem marcado a vocação e o destino da vida pública deste País como um caminho de liberdade e de civilização sem paralelo nas coordenações geográficas que ocupamos no planeta. Confiemos, enfim, no patriotismo de todos os brasileiros, quando a Pátria os convoca para uma verdadeira cruzada de sobrevivência e renovação do porte e

da natureza desta em que nos empenhamos como imperativo de salvação pública e salvação nacional.

Tenhamos fé em todos estes fatores de confiança e esperemos que o povo brasileiro, através deste órgão da soberania nacional, confie, igualmente, na ação deste governo, chamado à prestação de serviço tão grave e árduo quanto empolgante. Poremos, na sua execução, todas as disponibilidades do trabalho, de dedicação, de estudo e ação de que formo capazes, certos de que o momento assim o exige do governo e de todos os governados.

Procuraremos fazer do programa que ora submetemos à vossa aprovação um instrumento de trabalho tão rígido quanto o recomendam os altos objetivos a atingir e tão flexível quanto o aconselharam os próprios resultados e deficiência que se revelam no curso da nossa atividade sem pausa, em que cada dia será uma experiência e uma lição. Esta obra ingente, em que procuraremos suprir e agigantar, pelo esforço, o que acaso nos falte e atributos e recursos de toda ordem, terá de nós, deste governo, todas as nossas reservas de confiar e esperar, de duvidar e experimentar, de perseverar e reformar; e, acima de tudo, toda a isenção e serenidade no julgar e decidir, mas também toda a obstinada paixão no cumprir e executar, certos de que, sem paixão, sem amor, nada de grande se cria nem realiza, pois, como disse aquele que tais coisas tanto sabia, “só o amor constrói para a eternidade”.

As bases da democracia brasileira¹⁶

Ao assumir os encargos da Liderança do Governo nesta Casa do Congresso, cedendo à imperiosa convocação do Presidente João Goulart, que as bancadas do Partido Social Democrático e do Partido Trabalhista Brasileiro houveram por bem ratificar, num gesto que tanto distinguiu a modéstia da minha vida pública, outro propósito não me animou senão o de contribuir, de maneira singela, é verdade, mas com todas as forças de que somos capazes, para o normal funcionamento do regime e o fortalecimento de nossas instituições. Aos homens públicos que têm a verdadeira consciência da crise nacional, não há alternativa de escolha, quando chamados para o exercício da função pública. A nenhum é lícito recusar o seu concurso, para que sejam superadas as dificuldades do País e minorados os sofrimentos do povo. Nem a magnitude dos obstáculos a serem vencidos, nem as considerações da conveniência pessoal servem de escusas para que os interesses de ordem individual prevaleçam sobre a obrigação de servir. Tudo fiz, não obstante, para que a outrem coubessem os pesados encargos da árdua missão, que todos sabem das mais delicadas e difíceis e que só não me leva ao desânimo porque tenho a alentar o espírito a minha inabalável fé nos destinos da democracia brasileira, que se situa na projeção política e moral desta Casa, coração mesmo da República, cuja vitalidade se afere pelo vigor dos seus ritmos.

Somos em verdade uma Nação em crise. Mas a crise que nos abate não é a crise da exaustão que no curso dos tempos tem levado os povos em decadência a se mergulharem numa vil e apagada tristeza, nem tampouco é a crise da estagnação que destrói as forças criadoras da Nação, lançando-as na desagregação social e política, arrebatando-lhes a esperança

¹⁶ Discurso proferido por Tancredo Neves ao assumir a liderança do governo João Goulart e da Maioria, na Câmara dos Deputados, em Brasília, no dia 24 de julho de 1963.

e o ideal e com eles a honra e a independência. A crise em que nos contorcemos é a crise fecunda, é a crise redentora, é a crise renovadora de um povo que se afirma dia a dia nos esplendores da sua cultura, nas surpreendentes resistências de sua fortaleza moral, na sua insuperável capacidade de lutar, sofrer e construir sob inspiração da fé dos nossos maiores, sem ódios e sem discriminações, buscando na compreensão e na tolerância os ensinamentos com que temos norteado nossa conduta. A nossa crise é a crise de um povo que se despede de estruturas que se exauriram e que por isto mesmo, por obsoletas, já não mais correspondem aos reclamos da consciência nacional, acrescida da circunstância de que vivemos num mundo atormentado que perdeu a noção dos valores éticos, deslumbrado pelas conquistas da ciência e pelos prodígios da técnica, numa gigantesca e dramática competição entre imperialistas ousados e aguerridos que não nos deixa alternativa senão a de introduzirmos, a curto prazo, nas nossas instituições, modificações profunda, para que não sejamos relegados ao ostracismo ou à marginalização da vida internacional.

Sem fecharmos os olhos para a gravidade da hora que passa, que está a reclamar de todos os brasileiros e, particularmente, de suas elites dirigentes uma lúcida, honesta e corajosa tomada de posição, força é convir, não há na nossa crise por que nos entregamos à intimidação, ao desespero ou ao desalento, mas encará-la como uma contingência inevitável do nosso processo democrático, uma imperiosa transmutação de valores jurídicos, sociais e econômicos que perderam o sentido, uma transição de estágio em nossa civilização, cada vez menos colonial e subdesenvolvida e cada vez mais inconformada com seus baixos padrões de vida e cultura e irreconciliável com o sofrimento, a ignorância e a miséria do seu povo, terríveis estigmas de inferiorização de que nos cumpre libertá-lo.

O movimento político-militar de 1930 foi a deflagração da grande revolução brasileira, que ainda se encontra nos seus desdobramentos, pois que ainda não encerrou seu ciclo. As forças criadoras que esse movimento libertou, os elementos de catálise que fez eclodir, despertaram em todos os brasileiros a perfeita lucidez da sua força e da sua fraqueza, das suas virtudes e dos seus defeitos, mas, sobretudo e principalmente, a consciência plena do nosso apocalíptico subdesenvolvimento. Progredir ou desaparecer, a dramática advertência de Euclides de Cunha passou a repercutir em todos os espíritos, e o desenvolvimento econômico e social acelerado passou a ser o verdadeiro objetivo nacional a orientar os esforços comuns.

A revolução de 1930 encontrou na Carta de 1946 um ponto de parada, um como que compasso de espera, uma como que pausa para meditação. É nossa Constituição; e basta isto para que ela nos infunda o mais profundo respeito, o mais profundo acatamento e aquela submissão consciente que tem feito a glória e a grandeza de poderosas nações que, através de sua ordem jurídica, institucionalizaram a liberdade. Documento da mais acendrada sabedoria política, fruto do trabalho patriótico, devotado e abnegado de uma plêiade de notáveis homens públicos que a ele se entregaram com o melhor fervor da sua fé cívica. Mas, forçoso é reconhecê-lo, esse notável documento jurídico esgotou-se na sua força disciplinadora dos fenômenos sociais e políticos de nossa época em nossa Pátria. A celeridade com que se processaram no último decênio as conquistas do nosso desenvolvimento econômico e social fez com que muitas de suas regras se avelhantassem, que muitas das suas instituições entrassem em conflito gritante com a nossa política socioeconômica. Seria um estudo deveras interessante, cheio de ensinamentos, aquele que se dispusesse a desvendar qual dos títulos, dos capítulos, dos artigos e dos parágrafos de nossa Magna Carta que ainda não foram revogados, ultrapassados e diariamente violados pela lei inelutável dos fatos.

Estou mesmo afirmando, e creio que não declaro uma heresia, que, tirante o capítulo dos direitos do homem, que, segundo notável sociólogo, depois do Sermão da Montanha, é a mais alta e acrisolada manifestação do pensamento humano, todas as demais disposições de nossa Carta política já não mais se situam em termos de sintonização com os anseios da alma nacional.

Não desejo entrar em minúcias para explicitar a tese. Basta que consideremos que a República e a Federação – os pilares do nosso regime democrático, os dogmas da nossa ordem constitucional, tanto assim que a nossa Constituição acertadamente os declara insusceptíveis de revisão –, a República e a Federação, repito, de tal forma se deformaram, de tal forma se desfiguraram, que hoje recompor a sua fisionomia é uma das mais importantes tarefas das nossas gerações, da nossa geração.

Que é a República? República é representação.

A última e insubstituível conquista dos princípios inerentes à dignidade da pessoa humana. Mas quem fala em representação, fala em partidos, e quem fala em partidos, fala em voto. E que é o voto no Brasil nos dias de hoje? É duro confessá-lo e mais duro ainda proclamá-lo: caminha celeremente para o descrédito, a desmoralização e o vilipêndio. Degradou-o a demagogia. Corrompeu-o o poder econômico. Degrada-o a demagogia quando rasga perspectivas de paragens mirabolantes de inacessível bem-estar social do cidadão comum, quando acena com eloquência conscientemente, mentiras e falsas promessas que a realidade jamais poderá confirmar. E tudo isso apresentado à credulidade e simplicidade do brasileiro das ruas, que nelas, mercê de sua imensa boa-fé, acaba acreditando, mas ao término de cada eleição, esgotado o seu conteúdo emocional, convence-se, na amargura e na decepção, de que foi enganado

e foi ludibriado. E então passa a identificar a democracia, não pela sua substância ética, não pela sua capacidade de trabalho, pela sua eficiência, pela majestosa grandeza dos seus institutos jurídicos, sociais e econômicos, mas nela identifica o regime da mentira, da falsidade e da mistificação.

Assim se forma um marginal da democracia. E, mais do que isso, em breve, um inimigo da própria democracia, uma presa fácil das forças incumbidas da desagregação da ordem social.

O poder econômico corrompeu o voto através da propaganda organizada, sistemática, dirigida, que penetra pelos lares adentro, empolgando consciências, descendo ao subconsciente e dirigindo vontades, fazendo com que o incauto e desprevenido homem do povo, o incauto e desprevenido chefe de família se transforme num autômato a serviço das classes dirigentes, porque só elas, pelo seu poder econômico, têm fácil acesso aos poderosos instrumentos de publicidade. E, como nem sempre os seus interesses se harmonizam com os legítimos interesses do povo, mais se aprofundam e se radicalizam os conflitos de classe. O poder econômico que degrada o voto através de organismos estranhos e rebarbativos que surgem esbanjando recursos financeiros a esmo e que, sem nenhuma legitimidade legal, interferem insolitamente no processo eleitoral para perturbar a manifestação da vontade popular; poder econômico que aí está oniferante procurando influir em todas as decisões, representadas por forças ocultas e misteriosas que nunca se dispõem a veicular aquilo que realmente poderia levar à emancipação do povo brasileiro, mas em manter os grilhões que o aprisionam na sua servidão econômica.

Dizia eu, Sr. Presidente, que o poder econômico corrompeu o voto, porque até hoje não se prepara apenas para enfrentar uma eleição, mas mês a mês, ano a ano, tem o controle dos instrumentos de publicidade e, pelas técnicas mais modernas e

requintadas de publicidade, vai pouco a pouco anestesiando as resistências do povo e impedindo que ele realize seus destinos.

Equedizer-seda Federação? Sóos juristas bem intencionados, em suas cerebrinas elucubrações, numa genial exegética, conseguem ainda num esforço de reformulação enquadrá-la dentro dos imperativos da realidade nacional. Estados ricos e pobres ostentam numa autonomia cotidianamente desmentida e destruída pelo monopólio de tributos, de salários, de crédito e de câmbio que se instituiu em favor da União; se a esse quadro acrescentarmos as nossas disparidades regionais, nossos desequilíbrios econômicos, o conflito campo versus cidade e as cargas inflacionárias que dia a dia são deflagradas sobre a resistência das economias locais, não precisamos possuir penetrante presciência para concluir que estamos caminhando aceleradamente, social e economicamente, para um centralismo, um unitarismo absorvente, destruidor e estatizante.

A democracia no Brasil está hoje em crise e precisa ser restaurada.

Que dizer dos partidos políticos, que tão altos e assinalados serviços têm prestado à causa do povo brasileiro? Em torno deles, aglutinam-se nossas elites dirigentes, mas são partidos sem base definidas, sem programa de governo, incapazes de se entenderem sobre os problemas básicos da nacionalidade ou de se comporem em torno de um vasto projeto nacional que realmente conduza o povo às estradas ensolaradas da sua definitiva emancipação econômica e social.

Continuando nas considerações que vinha desenvolvendo para mostrar a imperiosa contingência em que nos encontramos de ter de substituir essas estruturas, resta-nos ainda, fazer algumas considerações em torno dos poderes em nossa Pátria. Eximir-me-ei, por escassez de tempo, de falar sobre o Poder Judiciário. Mas não posso deixar de falar sobre o Poder

Legislativo, o Congresso Nacional, trincheira intransponível da República, cidade inexpugnável da democracia.

O nosso Poder Legislativo, dizia eu, precisa promover com urgência a atualização das suas técnicas de legislar, precisa aprimorar seus métodos e seus processos de trabalho. Chamado a legislar sobre infinidade de problemas, envolvendo em grande parte questões técnicas inacessíveis à sua competência, perde-se na inércia ou na ineficiência. É que a sua estrutura tornou-se ineficaz, gerando fracasso do seu funcionamento e, em consequência, levando-o à desestima do povo. O Poder Executivo, a seu turno, tem de operar uma máquina administrativa emperrada, de peças desgastadas e obsoletas, que está muito aquém do governo...

... esse Poder Executivo se vê impedido de atender à sua tarefa dinâmica, pois que tem de lidar com instrumentos precários, deficientes e insuficientes, e por isso mesmo sobre ele se descarrega a grita de todas as insatisfações, de todos os descontentamentos, que o responsabiliza pelo fracasso de sua missão. A precária seleção dos elementos humanos que os manipulam, o arcaísmo de suas peças, a obsolescência das normas e critérios administrativos, a irracionalidade do seu funcionamento, só mantêm a ordem e o progresso do País porque o nosso povo possui qualidades inatas e extraordinárias de improvisação e adaptação.

Como vemos, Srs. Deputados, sem perda de tempo é necessário que empreendamos a recuperação da República, restituindo dignidade ao voto, dando autenticidade aos nossos partidos, para que eles se identifiquem realmente com os legítimos interesses do povo.

Urge que empreendamos, dizia eu, enquanto é tempo, a recuperação da República, restituindo ao voto a dignidade que está perdendo, dando aos partidos a sua autenticidade para

que eles se identifiquem realmente com os sentimentos e as aspirações do nosso povo e se transformem em forças estáveis e permanentes a serviço dos ideais eternos da Pátria. Partidos que sejam instrumentos do bem público e não instrumentos do ódio, e nem veículos de ambições desvairadas, mas partidos que saibam cumprir a sua tarefa mais alta e mais importante, que é de manter sempre vivo no coração do povo o amor pela democracia. Mas, quanto a esse quadro, que procuro traçar, não em pinceladas pessimistas, mas em largas pinceladas realistas, recordamos que vivendo num século que fez do trabalho a pedra angular de toda a ordem econômica e social, instituindo-o em centro dos direitos e obrigações, ainda nos aferramos, como se estivéssemos em pleno século XVIII, no direito de propriedade e o erigimos em coluna mestra de nossa ordem jurídica, não sofreamos a angústia de pungente desalento, que nos infunde atraso histórico tão deplorável. Promover a evolução do direito de propriedade no direito à propriedade é um mandamento irretorquível das modernas democracias, que na multiplicação de novos proprietários encontraram o segredo da sua estabilidade social, e mesmo a segurança do direito de propriedade.

E quando a estrutura da propriedade, na vida dos povos, como ocorre com as nações subdesenvolvidas, se apresenta desumana e cruel, impondo a miséria, como condição de vida inarredável, a consideráveis contingentes humanos, transformá-la – humanizando-a e dignificando-a – não é apenas um imperativo de política de solidariedade social, mas um dever de toda consciência cristã, cujo cumprimento não temos o direito de procrastinar.

É o que presenciemos com a massa imensa dos nossos trabalhadores rurais, lançada ao báratro degradante de uma existência incompatível com a dignidade da pessoa humana. Ampará-la contra a diversidade econômica e social que

escraviza, protegê-la nos seus sagrados direitos à vida digna e operosa, enriquecê-la e dignificá-la, transformá-la de unidades mortas dos nossos censos demográficos em unidades de produção e consumo, pela instrução, a saúde e o trabalho, é a magna tarefa que a todos nos incumbe. Essa ciclópica integração humana e social de milhões de irmãos aos padrões mais elevados de nossa civilização só será possível, porém, com o acesso à terra – à luz dos princípios que informam a nossa organização social e política – de todos aqueles que estejam em condições de torná-la produtiva. Retardar o reconhecimento desse direito é levar a subversão ao campo, onde os sem-terra acabarão impondo pela violência e pela força o pior tipo de reforma agrária, porque argamassada no sangue de irmãos e alicerçada no ódio fratricida. Que Deus nos poupe dos horrores de tão grande calamidade, iluminando a consciência de nossas elites dirigentes e lhes apontando a estrada nobre e generosa da justiça social.

Grandes, como vemos, são as nossas dificuldades e elas não resultam apenas da dimensão dos problemas a enfrentar, da intensidade da inquietação social ou da profundidade da crise econômico-financeira. Problemas tão graves ou ainda mais difíceis já enfrentamos e superamos no passado, e as potencialidades do País, bem como as qualidades de seu povo, só autorizam confiança e esperança no futuro. A gravidade da hora resulta menos dos problemas do que da diminuição de nossa capacidade de enfrentá-los. E essa diminuição de capacidade – como povo – de dar solução às nossas dificuldades resulta, antes de tudo, do que poderíamos definir como a nossa incapacidade de organização para enfrentar, disciplinando e dominando, o vasto complexo socioeconômico de nosso povo. A verdadeira crise brasileira, do Brasil como sociedade e povo, é a perda do sentido do esforço comum, a ação coletiva em torno de objetivos, meios bem definidos. A perplexidade, a

desesperança e o desânimo de muitos resultam dessa ausência de um projeto nacional articulado, em torno do qual seja possível a liderança política galvanizar o esforço nacional.

Tanto a preocupação reformista, que domina o País, quanto às manifestações singulares, a que assistimos, de apelo a processos revolucionários, traduzem ânsia de mudança, de progresso social e econômico, de inconformismo com o imobilismo, com o *statu quo* ou a derrota, e serão frutíferos, se puderem ser coordenados e orientados no sentido dos verdadeiros objetivos do País.

O que devemos temer são as soluções protelatórias, que representam apenas a demissão da responsabilidade individual ou coletiva. O que não devemos nem podemos aceitar é o reformismo verbalista, sem qualquer conteúdo, é a pregação revolucionária sem o objetivo. O que precisamos evitar é que temas de política econômica ou social, ou mesmo de relações internacionais, sejam transformados em causa de radicalizações estéreis que nada contribuem ou acrescentam no único sentido que nos interessa, que é o desenvolvimento e a melhoria das condições econômicas e sociais do nosso povo.

O que precisamos, nesta hora de decisões históricas em nossa Pátria, nós, elites dirigentes, nós, forças do governo e forças da oposição, é encontrar, no interesse nacional, no sagrado interesse do povo brasileiro, o denominador comum das nossas divergências. Que os ódios se retraiam, que as ambições se refreiem, para que possamos ter a mente tranquila e o pensamento limpo para buscar aquelas soluções que dizem respeito aos fundamentais interesses da Pátria.

O meu pronunciamento nesta tribuna, nesta hora e neste instante, é para deixar em todos os espíritos a convicção de

uma certeza. Líder do governo nesta Casa, aqui trarei sempre o pensamento de Sua Excelência o Presidente João Goulart, todas as vezes que estiverem em debate proposições de relevante interesse nacional que reclamem o nosso estudo, o nosso exame e a nossa decisão. Mas, se líder do Presidente João Goulart junto a esta Casa, não deixarei nunca de ser o líder, pelo menos da sua Maioria, junto a Sua Excelência, todas as vezes que me imponha a consciência democrática, o dever de zelar pela segurança da nossa ordem jurídica e constitucional, e, sobretudo, a garantia dos direitos e das liberdades dos nossos concidadãos.

Lealdade a João Goulart¹⁷

Tendo em vista as declarações há pouco feitas pelo nobre Deputado Almino Affonso, devo declarar a V. Exa. e à Casa que nunca declinei, não declino e não declinaria nesta hora, das minhas responsabilidades de líder do governo e da Maioria nesta Casa. Mais do que nunca o meu destino está indissolúvelmente vinculado ao do Presidente João Goulart, para a vitória e para a derrota. Os que me conhecem a formação e os sentimentos jamais me fariam a injustiça de supor-me capaz de uma deserção no fragor da luta.

Recuso-me, efetivamente, a participar dos debates no clima passional em que estão sendo travados, em que a polêmica se resume à troca de objurgatórias, mais ou menos veementes, e a apelos calorosos e às vezes patéticos aos sentimentos da dignidade patriótica que cada um coloca sob ângulo de suas tendências e interesses políticos, e em que os fatos são apresentados incompletos e, por isso mesmo, distorcidos, desfigurados e, até, inventados. Espero em breve poder ocupar a tribuna, mas, tendo em conta as minhas responsabilidades, só o farei, como é do meu feitio, baseado em fatos verdadeiros, em informações fidedignas ou em ocorrências incontestáveis, para que, comentando-as e analisando-as, possa trazer aos espíritos uma contribuição esclarecedora e construtiva.

Tendo, porém, o Deputado Almino Affonso manifestado o desejo de fazer uso da palavra, e como só pode fazer pela Maioria, na condição de líder, anuí ao seu propósito, cedendo-lhe, nesta oportunidade, a qualificação regimental de que carece para ser ouvido. Peço, pois, a V.Exa. que, levando em conta as circunstâncias excepcionais do momento, fale agora, pela Maioria, o ilustre Deputado Almino Affonso.

¹⁷ Discurso, na Câmara dos Deputados, declarando lealdade ao presidente João Goulart. Brasília, em 31 de março de 1964.



LIBERTAS
TAMEN

Centenário de Nascimento do Presidente Tancredo de Almeida Neves

RS1,05 Brasil 2010

Ricardo Cristofaro

III.3 – Período do Regime Militar¹⁸

Os militares assumem o Estado escolhendo o novo presidente, o marechal Castelo Branco, e mergulhando o país em mais uma interrupção do processo democrático. O país teve sua normalidade constitucional rompida através da decretação, pelo presidente da República, de Atos Institucionais que restringiam os direitos civis e constitucionais: Casas Legislativas foram fechadas; políticos e cidadãos comuns foram cassados; as eleições tornaram-se indiretas, entre outras medidas.

A partir de 1968, como repercussão dos movimentos estudantis na Europa, ocorreram protestos nas principais capitais do país, e membros do Congresso ergueram a voz contra o regime. O regime foi posto à prova e, como resposta, o presidente Costa e Silva, com o apoio dos militares de linha dura, decretou o Ato Institucional nº5, que lhe dava poderes extraordinários — os quais se sobrepunham à recente Constituição de 1967 —, e que suspendia várias garantias constitucionais. Instalou-se o regime da segurança nacional e estabeleceu-se a censura à imprensa e à divulgação cultural. São os “anos de chumbo”.

O presidente Geisel assumiu em 1974, em disputa indireta contra o candidato da oposição Ulysses Guimarães. Devido aos clamores da sociedade civil e ao desgaste do regime, o novo presidente promete levar o país de volta ao regime democrático, através de uma abertura política “lenta, gradual e segura”, e amenizar os rigores da ditadura militar. Geisel entrou em conflito com militares da linha dura, e, finalmente em 1978, uma emenda constitucional veio a anular todos os atos institucionais.

O sucessor de Geisel, Figueiredo (1979-1985), teria um árduo caminho, como o próprio sucessor preconizou no discurso de posse: “fazer deste país uma democracia”. Neste período, o

¹⁸ Comentário dos organizadores

país comemorou a volta dos exilados, o fim do bipartidarismo, o pluripartidarismo e o retorno das eleições diretas para governadores e prefeitos de capitais. Entretanto, havia o impasse das eleições presidenciais e, por um descuido do governo, o deputado Dante de Oliveira propôs eleições diretas para Presidente, em 1985. Uma grande mobilização popular, patrocinada pelos partidos políticos ou muitas vezes espontânea, levantou o país com o slogan “*Diretas Já*”, mas a emenda não foi aprovada. O país caiu na amargura. São desse período os discursos de Tancredo denunciando os abusos do regime e a necessidade de substituí-lo.

A homenagem emocionada a Juscelino Kubitschek¹⁹

No elogio fúnebre de De Gaulle, no seu inimitável “Quando os carvalhos se abatem”, o talento literário de Malraux nos narra cena simples e comovente que presenciou, quando, em Colombeyles-Deux-Églises, era dado à sepultura o corpo do grande herói francês. Uma fila de fuzileiros navais, eretos e firmes, apresentava armas ao cortejo que desfilava, contendo uma multidão que atrás de si se apinhava. Eis que do meio dela se destacava uma mulher do povo, uma pobre camponesa de xale preto, humilde e triste, que, dirigindo-se a um daqueles militares, com voz altiva e enérgica, reclamou: por que não me deixam passar? – a ordem é para todos, foi a resposta ríspida e seca. Malraux, que assistia ao diálogo, pousou a sua mão no ombro do marinheiro e ponderou: “deixe-a passar. O general ficaria satisfeito. Ela fala como a França.” Fazendo meia-volta, sem pronunciar uma palavra, sem mexer um só músculo, ainda apresentando armas e abrindo um claro, por ele penetra, coxeando, aquela francesa obscura e anônima. Nesse episódio, Malraux sentiu e viu, através de estranho e misterioso simbolismo, um apresentar de armas à França eterna, miserável e fiel.

Esse o sentimento que de todos se apoderou na tarde e noite do último 23 de agosto, quando contemplamos, nesta capital, aquela imensa massa humana que se agitava no seu seio e se espraiava ao longo das suas ruas e avenidas, aguardando horas a fio, respeitosamente, o instante de prestar a sua última homenagem ao presidente, ao servidor do povo, ao amigo de todos, que, horas antes, a morte tragicamente nos arrebatara. Ela resumia, na sua consternação, a alma de quase cento e dez milhões de brasileiros, espalhados na vastidão do nosso território que, naquela mesma hora, tomados da mesma emoção, unidos na

¹⁹ Discurso na Câmara Federal, homenageando o presidente Juscelino Kubitschek. Brasília, em 14 de setembro de 1976.

mesma dor, carpiam o líder excepcional, cujo desaparecimento colocava em destaque a lição digna e luminosa de sua vida, tecida no estudo, no trabalho, na bondade e na inquebrantável fidelidade aos valores perenes da Pátria.

Houve em cada lar uma prece, em cada face uma lágrima, em cada coração um voto de pesar e de saudade.

É que Juscelino Kubitschek de Oliveira pertencia àquela rara estirpe do herói de Sófocles na Antígona: “não viera para partilhar o ódio, mas para distribuir o amor.

As nacionalidades dependem muito de sua configuração física, dos acidentes imprevisíveis e incontroláveis de sua formação, dos entes telúricos que lhes vincam a índole e a vocação, mas não há notícia na história de que nenhuma delas se haja transformado em nação poderosa, digna e culta, sem a presença de condutores clarividentes e proféticos, de guias seguros e carismáticos, de líderes sábios e generosos. São os predestinados que, com as suas mãos fortes e rígidas, sabem argamassar as virtudes e os defeitos do seu povo para torná-lo viril e dinâmico e que, com o olhar fito no futuro, rasgam nos horizontes a perspectiva iluminada do seu destino. Deles, mercê de Deus, está repleta a nossa história. Desde aquelas páginas encantadoras de beleza e heroísmo escritas pelos missionários jesuítas, passando pela epopeia das Bandeiras, em que os Garcia, os Raposos, os Bartolomeu Bueno e os Fernão Dias balizaram os limites de nossa geografia, revogando o Tratado de Tordesilhas, a golpes de bravura, tenacidade e audácia, até chegar aos sonhos de liberdade de Tiradentes e Frei Caneca, que o príncipe resoluto e impetuoso concretizou, cunhando a bela e estupenda legenda de nossa Independência.

Deles, e dos maiores, foi Pedro II, que, nos quatro decênios do seu reinado, estruturados na luta, no sacrifício e na austeridade, permitiu que a espada conciliadora de Caxias fundisse a unidade

moral, política e territorial de nossa Pátria; a Vasconcelos e a Honório Hermeto, plantar e consolidar as nossas instituições livres; ao Visconde do Rio Branco e a Paulino de Souza, fixar as diretrizes de nossa política externa; e a Mauá, empreender as primeiras tentativas de nosso processo de emancipação econômica, enquanto Nabuco, Patrocínio e a princesa Isabel nos redimiam da vergonha extrema da escravidão.

Crescemos, fortalecemo-nos e nos dignificamos sempre na linha da generosidade cristã, no respeito ao direito, no culto da liberdade, sem a qual as nações se transformam em imensos campos de concentração e os povos se estiolam no medo, na covardia e na mediocridade.

Com o advento da República, Rui Barbosa retoma a defesa dos princípios fundamentais da nossa História. Com o seu gênio político, o seu verbo potente e a intrepidez do seu caráter, incendeia a alma nacional contra os perigos da violência, contra as deformações da força e, sobretudo e principalmente, nos deixa a lição imortal que penetrou a consciência da Nação e nela se cristalizou, do acatamento às decisões dos tribunais íntegros e livres, da submissão à lei e, acima de tudo, do horror a todas as formas de tirania, que se extravasam sempre na intolerância, na opressão e no fratricídio.

A Primeira República – e o afirmo sem nenhum demérito para os ilustres varões que a presidiram com honra e patriotismo – foi Rui Barbosa. Quando ele morre, ela também se exaure e perece, extinguindo-se num melancólico crepúsculo de vil e apagada tristeza.

E rompe 1930, uma alvorada redentora, uma clarinada de fé e civismo, uma mensagem de esperança em todos os corações, trazendo, no bojo dos acontecimentos de um mundo convulsionado e em crise, a figura consular de Getúlio Vargas, que, com a fascinação de sua forte personalidade, haveria de dominar o cenário histórico do seu tempo.

O voto secreto e a Justiça Eleitoral, a Petrobras, Volta Redonda e Eletrobrás, a Força Expedicionária Brasileira e os seus feitos heroicos e, acima de tudo, a renovação social do Brasil são vigorosas e definitivas dimensões de cultura, força e grandeza que se acresceram ao patrimônio de nossa civilização.

Eclode a guerra, qual um dilúvio apocalíptico de sangue, fogo e ferro, como se fora um imenso e insaciável Moloch, de fauces hiantes a devorar implacavelmente os valores de uma civilização perempta, que se avelhantara e se degenerara na impiedade, no egoísmo, na mentira e na injustiça. Em meio a esse cataclismo gerado no ventre dos conflitos ideológicos, quando o mundo desarvorado parecia naufragar, dilacerado, em meio à hecatombe, os nomes tutelares da Pátria convocam Juscelino Kubitschek de Oliveira para comandar-lhe os destinos.

Não vou traçar a biografia esquematizada do grande brasileiro. Outros já o fizeram com a acuidade e o brilho de que eu não seria capaz, e muitos outros ainda o farão. Limitar-me-ei apenas a assinalar que de todas as etapas de sua existência irradia-se uma mensagem que enobrece e dignifica a vida: do menino pobre de Diamantina vem-nos a fé no futuro; do jovem que atravessava as madrugadas debruçado sobre um aparelho telegráfico remonta a confiança no trabalho; do médico humanitário fica-nos o amor ao próximo, e, do estadista, a lição indelével da servidão cega à Constituição, da dignidade humana elevada à santidade de um dogma, o culto à liberdade, metamorfoseado em religião, que não se apostata impunemente.

Prefeito de Belo Horizonte, oprimido pela angústia dos recursos financeiros, supre, com imaginação e inteligência, a deficiência dos meios, fazendo da então apagada e obscura capital sertaneja, um centro de trabalho intenso, de estudos sérios e de desenvolvimento artístico.

A urbanização e o embelezamento da Pampulha, com a sua primorosa e pioneira igreja, são hoje expressões universais do poder criador de artistas desconhecidos na época, mas agora consagrados mundialmente, que atendem pelos nomes de Lúcio Costa, Niemeyer, Portinari, Ceschiatti e Santa Rosa.

Era um novo Midas, transformando em ouro, ao toque de seu talento privilegiado, o cascalho duro e informe daquela cidade triste e desconfiada.

Governador de Minas, na sucessão dos dias, meses e anos, de um labor infundável, caracterizou-se pela nobre ambição de tudo fazer para eliminar e reduzir o sofrimento do povo, dando-lhe educação, trabalho, hospitais, estradas e energia. Não postergou a tradição, mas a ela não se escravizou. Revolucionou, renova, inova, constrói e destrói, conseguindo milagres verdadeiramente surpreendentes com o seu binômio: energia e transporte. E de tal forma se houve no Palácio da Liberdade que o volume das suas realizações e as proporções extraordinárias da sua obra projetaram-no em todos os recantos do Brasil, que passou a ver no governador de Minas um homem público lúcido, presente e atuante, dos maiores do seu tempo.

A sua caminhada para o Catete foi uma epopeia, uma batalha sem tréguas, uma travessia desassombrada por terreno minado, que a qualquer outro teria levado ao desânimo, menos a ele, que possuía a fibra indomável de um gladiador.

A campanha que os adversários lhe impuseram foi das mais duras, ásperas e violentas. No rádio, na imprensa escrita, na televisão, nas tribunas parlamentares, nada lhe foi poupado. Não houve expediente, dos mais torpes aos mais desumanos, que não fosse posto em prática. Era um deliberado acender de fogueiras. Vetos, cédula única, maioria absoluta, a intimidação no devassar impiedoso e inescrupuloso da sua intimidade, mas ele, nem mesmo no paroxismo da luta, quando mais cortantes

eram as contumélias, mais contundentes as injúrias, mais infamantes as calúnias, se deixou atormentar pela paixão ou pela irascibilidade, não admitindo sequer pudesse perder a linha de sua elevada compostura; e, como aquele mar que Xerxes chicoteou, continuava imperturbável e impassível, tranquilo com a sua consciência, intemorato com o seu coração.

Todos nos lembramos dos primeiros dias de seu governo. O estado de sítio amortilhava a Nação, como medida extrema para conter o delírio dos inconformados e impedir a proliferação das maquinações do terrorismo impenitente. A Nação sangrando e dividida em campos nitidamente caracterizados. Crise econômica, crise política, crise militar. Os mais otimistas vaticinavam: governo agitado, legalidade ameaçada.

Eis que se revela o estadista, em toda a sua plenitude, e o gênio político na força de sua capacidade. Os que nele esperavam vinditas e represálias se surpreenderam e se decepcionaram. Suspende, por iniciativa própria, no mesmo dia de sua posse, o estado de sítio, restaura as franquias legais, devolve à imprensa e aos instrumentos de comunicação os veículos da liberdade. Cinco anos de trabalho, de estabilidade, de prática ilesa da democracia. A paz interna, a prosperidade. Legislativo e Judiciário intocáveis na sua majestade, imprensa solta e o prestígio internacional que ele consegue, através da subordinação inapelável à voz das urnas e da diuturna vigilância e zelo na observância do exercício dos sagrados direitos do homem. (Palmas)

Seria fastidioso descerrar as monumentais realizações de Juscelino Kubitschek de Oliveira na Presidência da República. E não apenas fastidioso, de todo desnecessário, porque elas estão gravadas, em letras de fogo e para sempre, na gratidão nacional. Mas não se pode falar de Juscelino Kubitschek de Oliveira sem falar de Brasília, o que seria uma omissão imperdoável.

Concepção nacionalista dos primórdios de nossa história,

devaneio dos inconfidentes, visão alucinada do patriarca, sonho de inspiração divina de Dom Bosco, mandamento imperativo de todas as nossas Constituições, haveria de encontrar, no garimpeiro de Diamantina – sonhador temerário e ousado – as mãos ciclópicas para plantá-la e chantá-la nas regiões abandonadas no nosso Planalto Central, como âncora da nacionalidade, a lhe apontar permanentemente os horizontes sem fim da esperança. (Palmas prolongadas)

Lutou e muito sofreu para construí-la. Teve de enfrentar pressões externas e internas, insuportáveis. E quando se viu só na sua determinação, apelou para o candango, em cujos músculos, como avatar, se alojara o arrojo dos bandeirantes.

Já se disse que as catedrais medievais não teriam sido levantadas se a fé católica, viva e forte, não morasse no espírito dos seus obreiros. De Brasília, parodiando, poder-se-á dizer o mesmo: ela teria sido um fracasso oceânico, um himalaia de frustrações, se o coração ardente do candango, com todas as suas veras não se sintonizassem com a fé, a coragem e a decisão de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Brasília foi, no passado, o seu desafio, hoje é a sua afirmação e amanhã há de ser o marco eterno de sua glória.

Esta bela capital é o cadinho onde se acrisolam as esperanças mais puras da nacionalidade, a forja imensa onde se retemperam as energias da brasilidade, o mais alto movimento artístico de uma raça e o atestado inequívoco da determinação de um povo.

Cassaram-no, é verdade. Baniram-no da vida pública. Os vilipêndios que amarguravam os últimos anos de sua existência não o abateram e nem o diminuíram, ele cresceu no coração do povo. Na sua humildade cristã, ele encontrou as forças da altivez e da honra para enfrentar e suplantar as maquinações do ódio.

Os interrogatórios inquisitoriais não demoliram o seu ânimo. As ameaças do terror não o amedrontaram. Mas no exílio ele se entibiu e sofreu. A saudade da Pátria distante e o pavor de que não pudesse mais revê-la angustiavam-no e penetravam no seu coração como uma agonia. De Nova Iorque, ele escreve a um amigo palavras repassadas de desalento e de amargura. Ouçamo-lo:

“O dia de Natal amanheceu triste. São duas horas da tarde e a noite já cobriu a cidade; não se veem senão as luzes fosforescentes dos carros e dos anúncios. Ontem tive surpresa comigo mesmo. À noite, por volta das sete horas, senti uma solidão mortal. Não conseguia atender a telefonemas sem quebrar a emoção, porque esta me impedia de falar. Uma tristeza pesada, brutal, dolorosa, invadiu-me. Por que está acontecendo isto comigo? Nova Iorque é uma cidade constituída de rinocerontes de aço. À noite há muita luz que sai dos olhos dos animais, mas que em nada altera o panorama da solidão.”

O exílio é o preço que os grandes homens pagam para conseguir um lugar no coração da História. Eles são supliciados antes de serem glorificados, como ainda há pouco na sua notável oração dizia, desta tribuna, o insigne colega Brígido Tinoco. Demóstenes amargou-o por ter escrito a Oração da Coroa, o mais terrível libelo contra as tiranias e o liberticídio. Cícero, cuja cabeça decepada, colocada no rastro do jejum romano, ainda continua sendo, através dos séculos, o mais veemente protesto contra os delitos da força e as insânias da truculência, também o padeceu. Napoleão, que traçou com a ponta da sua espada o mapa do mundo na sua época, encontrou em Santa Helena os seus momentos de maior dignidade espiritual e a mais elevada sublimação de sua personalidade. Chateaubriand e Victor Hugo foram compelidos a comungar a hóstia do ostracismo, sem que em nenhum instante a imortalidade fosse amesquinhada.

Mas por que buscar tais exemplos em outras histórias e em outros povos, se temos entre nós não menos nobres nem menos belos?

Exilados foram os Andradas que nos deram a Independência. Pedro II, o mais conspícuo de todos os brasileiros, desterrado, morreu longe da Pátria, com o coração estraçalhado pelas ingratidões e a alma ulcerada de desenganos. O visconde de Ouro Preto e Silveira Martins cobriram-se de honras no degredo. Rui Barbosa e Epiitácio Pessoa se avultaram em dignidade e heroísmo, quando o preferiram a se acomodarem com o perjúrio da Constituição e o império da violência. Siqueira Campos, Washington Luiz, Otávio Mangabeira, Arthur Bernardes são constelações fulgurantes de civismo que, na expatriação, nos deram o exemplo de que todo o sacrifício é pequeno, quando celebrado com ardor patriótico, no altar da Pátria.

O exílio era o toque que faltava para compor a imagem histórica de Juscelino Kubitschek de Oliveira, a moldura de ouro de sua radiosa personalidade, o píncaro resplandecente de sua empolgante trajetória.

Seja-me permitido, antes do término desta alocução, que os sentimentos me vão ditando e que pronuncio por honrosa delegação da direção nacional do Movimento Democrático Brasileiro, que eu quebre, de leve, o protocolo solene desta magna e histórica sessão da Câmara dos Deputados para dirigir uma palavra à Exma. Sr.^a D. Sarah Kubitschek de Oliveira (palmas prolongadas), que nestes dias tristes nos surpreende com as suas resistências espartanas do seu espírito. O preclaro presidente Juscelino Kubitschek, estilista primoroso, como prosador e notabilíssimo orador, nunca, ao que me conste, em qualquer fase da sua vida, buscou o ritmo e a rima para expressar suas emoções. Sei, porém, que talvez o único verso da sua palavra ele o compôs para a sua consorte, incomparável companheira, no esplendor e no tormento, e o fez gravar numa

placa que em sua homenagem e reconhecimento do muito que dela recebera de encorajamento, ternura e amor, afixou na sua fazenda de Luziânia. É singelo e de emocionante beleza: “Solar de Dona Sarah, que, com exemplar dignidade, foi primeira-dama de Belo Horizonte, de Minas, do Brasil e é desta casa”.

Mais não se poderia dizer de dama tão ilustre, em cuja personalidade sedutora e harmoniosa se encastram todas as delicadezas do coração e a resistência inflexível do caráter da mulher brasileira.

Este discurso já vai longe e urge terminá-lo.

Falando pela última vez no Senado da República, onde se orgulhava de representar o bravo Estado de Goiás, e quando dúvida já não mais havia da sua proscrição iminente, Juscelino Kubitschek de Oliveira sentenciou:

“Mais uma vez tenho nas mãos a bandeira da democracia que me oferecem, neste momento em que, com ou sem direitos políticos, prosseguirei na luta em favor do Brasil. Sei que nesta terra brasileira as tiranias não duram; que somos uma Nação humana penetrada pelo espírito de justiça. Homem do povo, levado ao poder sempre pela vontade do povo, adianto-me apenas ao sofrimento que o povo vai enfrentar nestas horas que já estão caindo sobre nós. Mas delas sairemos para a ressurreição de um novo dia, dia em que se restabelecerão a justiça e o respeito à pessoa humana”.

Esse dia começou a alvorecer com a sua morte. Do fundo da sua tragédia, ele ainda conseguiu que a alma brasileira, inconformada e democrática, rompesse a reclusão e viesse para as ruas. Foi o seu último encontro com o povo, e esse encontro foi apoteótico, triunfal e consagrador.

Assistimos à antecipação do seu julgamento histórico, a sua entronização no Panteão da Pátria, o ato público apoteótico, solene e majestoso de revogação de todas as injustiças e agravos que os ódios e as paixões lhe irrogaram.

Ele foi um predestinado que soube cumprir com grandeza a sua missão. Ilustrou, enriqueceu e elevou a sua Pátria. Dignificou o seu povo. Prestigiou e fortaleceu as nossas instituições livres. Preservou e opulentou o patrimônio dos nossos princípios sagrados. Sonhou, lutou e sofreu para reduzir entre nós a área dos miseráveis e apaziguar o espírito revoltado dos que têm fome e sede de justiça.

Outro assim, para repetir o vate andaluz, tardará muito tempo em nascer.

Diante do seu vulto, que a morte transfigura e ilumina com os clarões da imortalidade, elevando-o aos páramos onde se encontram os espíritos tutelares da Pátria, outras palavras não encontro para encerrar esta oração, senão aquelas que o gênio de Shakespeare, na mais famosa de suas tragédias políticas, colocou nos lábios de Marco Antônio, ao contemplar o cadáver mutilado de César:

“Dos nobres era o mais nobre. A sua vida era pura. Os elementos que compunham o seu ser de tal forma nele se conjugavam, que a natureza inteira poderia levantar-se e bradar ao Universo: aqui está um Homem.”

O papel do MDB na restituição da democracia²⁰

Assumo hoje a liderança do MDB nesta Casa do Congresso Nacional, múnus a que fui guindado pela generosa confiança da maioria dos meus ilustres companheiros de Bancada. Não subestimo a imensa responsabilidade que me pesa, nesta hora tão incerta, sombria e cheia de perplexidade da vida nacional. As tarefas que temos pela frente levariam os mais otimistas e confiantes ao desânimo, se não nos inspirassem impostergáveis deveres para com a Pátria, impondo-nos, sem alternativas, a luta, sem tréguas, pela restauração entre nós da ordem democrática.

Nesta peleja valorosos emedebistas tombaram, outros foram marginalizados e alguns se viram frustrados nos seus ideais, mas para cada companheiro prescrito, exilado ou decepado de suas crenças, outros, aos milhares, vão emergindo para lhes cobrir a brecha e prosseguir na jornada heroica, bela pelo idealismo que a anima e nobre pelo que representa de esforço em prol da dignificação do homem brasileiro.

Para o cumprimento de tão alta missão surgiu o MDB. Os que se inscreveram sob a sua bandeira de renúncias e sacrifícios nunca se iludiram de que a pugna pela liberdade, a justiça e o Direito não se trava sem vítimas e heróis e os que nela assentam praça só se gratificam com a satisfação do dever cumprido e o aplauso da própria consciência.

Somos a trincheira impenetrável da resistência democrática e a fortaleza inexpugnável, onde se abriga a dignidade cívica do nosso povo.

Nascemos para o glorioso destino de resguardar os valores perenes da Pátria, defendê-los no presente, contra a violência e a corrupção, preparando, assim, o futuro da nacionalidade, que todos almejamos digna e respeitada, culta e poderosa, mais justa e humana.

²⁰ Discurso do Deputado Federal Tancredo Neves ao assumir a liderança da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) na Câmara dos Deputados. Brasília, 9 de março de 1978.

O MDB não tem compromisso com o passado. O saudosismo não contamina a sua visão iluminada e isenta dos homens e acontecimentos, nem dita o seu comportamento. O revanchismo, atitude primária e tacanha de uma política vesga e facciosa, é postura totalmente eliminada do nosso ideário, voltado permanentemente para o engrandecimento do nosso País. O passado já se incorporou à História e ele só nos interessa como inspiração para compreender e analisar os dias de hoje, decifrar as suas incógnitas e rasgar os horizontes ensolarados do porvir, que nos aguarda para a realização de nossas justas ambições de grande potência a serviço dos ideais de paz, tolerância e compreensão entre todos os povos.

Desde a nossa fundação, examinadas as ocorrências com serenidade e sem paixão, não se poderá, sem grave injustiça, acoimar o MDB de atuação contestadora, subversiva ou intransigente. Ao contrário, a nossa conduta tem sido marcada pela oposição responsável, mais prudente do que afoita, compreensiva e construtiva, uma vez que jamais negamos aos Governos revolucionários, sempre que em posição certa e justa, o nosso apoio e a nossa solidariedade. Na luta contra o terrorismo contou com a nossa sustentação; na conquista do mar territorial de 200 milhas não lhe faltou a nossa firme adesão; quando resiste às pressões do imperialismo estamos ao seu lado para com ele também resistir, e longo seria citar toda a relação de cooperação patriótica e lúcida a todas as iniciativas da administração, envolvendo legítimos interesses nacionais. Jamais se apontará um só caso em que o MDB se haja revelado negativista, obstrucionista ou em sistemática oposição.

Divergimos dos Governos da Revolução, e o fazemos com firmeza, franqueza, lealdade e energia, quando faz do arbítrio o instrumento único de sua ação, quando erige a força em norma política para dirimir conflitos normais na vida dos povos, quando emascula a liberdade, deforma e mutila o direito.

A resistência às reivindicações da consciência nacional pela implantação do Estado de Direito - em eclipse no Brasil, já vai para quase três lustros - revela nos detentores do poder uma crassa mentalidade que não se ajusta com a irreprimível vocação jurídica da nossa gente. Nada justifica, nem sequer explica uma tão longa excepcionalidade, que separou, por fosso largo e profundo, o Estado do povo, o Governo da sociedade, a autoridade da liberdade.

Pretendendo fazer da segurança nacional a meta fundamental da sua existência, os Governos da Revolução, na verdade, mais não têm feito do que gerar a insegurança, a intranquilidade e o medo, caldo de cultura onde vicejam, vigorosos, o terror policial, a corrupção desenfreada, o lucro predatório das multinacionais, a iníqua concentração de renda e o controle da cultura pela censura.

A segurança nacional para ser plena, invulnerável e monolítica, tem de emanar da adesão livre e consciente do povo e esta só se consegue na plenitude do exercício das franquias democráticas. Só a Força é impotente para garanti-la, porque só dá a aparência da proteção, quando não tem a vivificá-la a substância dos princípios, das convicções e dos ideais.

Não retarde o Governo, por mais tempo, a eliminação do arbítrio. Substitua, com urgência, o autoritarismo pelo Direito. Esse é um clamor da alma nacional, faminta de justiça e angustiada por liberdade.

Não se deixe iludir com a falsa e enganosa perspectiva de que o seu imobilismo tem força suficiente para conter a ação incontrolável das forças humanas e sociais. Essas estão em maré montante, conquistando para a sua causa as Igrejas, as instituições mais veneráveis, as universidades e os sindicatos, em suma, todas as expressões do pensamento, da vontade e dos sentimentos nacionais.

Se o Governo persiste em se mostrar frio e indiferente às vozes profundas que partem do coração da nacionalidade, fechando-lhes os ouvidos e negando-se a interpretá-las e compreendê-las, estará assumindo perante a História, que será implacável no seu julgamento, uma tremenda responsabilidade.

O que existe hoje para impedir a marcha da Nação no rumo da Democracia? Quais os obstáculos que se levantam para a integração do povo com o Estado? O que está tolhendo a decisão dos nossos Governantes para o início das aberturas amplas e saneadoras da Democracia?

Defesa das regras democráticas, constituição, liberdade, justiça e participação para o povo: agora e já²¹

A crise institucional brasileira caminha para o seu desfecho. Catorze anos de arbítrio desfiguraram, mutilaram e tornaram irreconhecíveis as estruturas tradicionais de nosso Direito, da nossa civilização e de nossa organização social. Em consequência, graves deformações éticas, políticas e humanas, inerentes aos longos regimes de exceção, de corrupção em corrupção, acabaram por erigir a força em sustentáculo do governo, fonte única de sua legitimidade. Acontece que a força é precária pela sua própria natureza. Ela dá a ilusão do poder, mas não o legitima, não o humaniza, nem o dinamiza. A ordem que ela mantém é a ordem estéril da coação, do medo e do servilismo. Não cria valores estáveis, acastela-se no imobilismo, que estanca o desencadear das forças vivas da nacionalidade, destrói o idealismo na juventude, emascula as energias do trabalho, cresta a seiva criadora da inteligência, mergulhando o povo na apatia cívica, na mediocridade moral e intelectual e no imediatismo de sua sobrevivência sem elevação e sem esperanças.

Todas as vezes que, na vida dos povos, em nome da segurança do Estado, se elimina o Direito, suprime-se, ou se reduz a área da liberdade, o que assistimos é a implantação do autoritarismo na sua forma clássica de despotismo ou nas suas nuances mais brandas, mas não menos funestas das autocracias salvadoras, esclarecidas ou técnicas que se aprisionam na rede de seus inextrincáveis e subalternos interesses e terminam sempre por confundi-los e por superpô-los aos da Nação.²²

²¹ Discurso do Deputado Federal Tancredo Neves, na Câmara dos Deputados, sobre as condições políticas implantadas no País a partir do golpe de 1964. Brasília, em 27 de abril de 1978.

²² A importância do risco do despotismo político.

Substituem o povo em nome do Estado, sem outra delegação que não aquela que a si mesmo se outorgam, como se tivessem sido iluminados pelo Divino Espírito Santo, para cumprimento de uma missão Divina. E a cumprem com a maior tranquilidade de consciência. Não lhes percorre a espinha, nem mesmo por um momento, o frio das usurpações que cometem. Não se detêm um só instante para pensar nos atentados à Pátria, que perpetraram, e nem se intimidam diante do julgamento da História. Nem sequer lhes acicata o espírito e o coração o remorso de haverem privado o seu povo do direito inalienável de decidir o seu destino.

Agarram-se ao poder, como ostra do rochedo. Fazem dele um fim em si mesmo. O poder pelo poder, a qualquer preço, ainda mesmo que, para mantê-lo, tenham que destruir as normas civilizadas do convívio humano, obstruir os canais da participação popular e esmagar pela violência as manifestações da consciência nacional.

As revoluções só se justificam, em termos éticos e jurídicos, quando passado o curto período de sua fase demolidora, que deve ter a duração estritamente necessária à sua consolidação, institucionalizam-se pelo voto, devolvendo o Poder ao Povo, seu único e legítimo titular.

Do contrário, elas se monstrificam, instituem o Estado onipotente, alimentado no caldo de cultura do liberticídio, da corrupção e da degeneração dos atributos fundamentais da ordem social.

E nem se diga que essa assertiva, um truísmo em ciência política, seja uma objurgatória da Oposição. Ela teve nos arraiais da Revolução intrépidos paladinos da estirpe moral e intelectual de um Castelo Branco ou de um Milton Campos.

Mesmo porque aceitar como válida a tese da revolução permanente implicaria em reconhecer com precedente uma concepção do socialismo comunista, fruto do cérebro poderoso

de Trotski, um dos mais truculentos entre os profetas do credo vermelho, ou seja, o Estado divorciado do Direito, criando o seu próprio sistema legal, emanção do arbítrio e do capricho, no qual a ampliação do campo de atuação incontestável do poder se faz aniquilando as prerrogativas imprescritíveis do povo e com a erradicação dos direitos sagrados da pessoa humana.

De tanto exercitarem o Poder, com ele se identificam e passam a usá-lo como instrumento de imposição de suas verdades absolutas, indiscutíveis e definitivas. Eliminam o debate e se dispensam de definições e esclarecimentos justamente sobre os pontos mais controvertidos e polêmicos de sua conduta. A verdade dos governantes é infalível e nada deve prevalecer contra ela, nem suportam sequer a crítica, ainda que justa e desapaixonada, e nem mesmo toleram os reparos e ponderações ditados pelo patriotismo.

Em notável conferência proferida na Escola Superior de Guerra, o ministro Seabra Fagundes, um dos luminares de nossa cultura, observou, a propósito, que o fanatismo nazista, responsável pelos morticínios mais infames, nasceu da certeza da sua verdade política. E quando na União Soviética os dissidentes são internados em sanatórios para doentes mentais, é porque, erigido o comunismo em verdade suprema e incontestável, os que não se apercebem da validade desse dogma, após decênios de doutrinação, estão enfermos do intelecto e, portanto, urge segregá-los da sociedade.

No Brasil, aos dissidentes e divergentes, nunca, para honra nossa, se aplicaram esses torpes métodos de repressão. As cassações, a suspensão dos direitos políticos, a invasão do domicílio, a intimidação através de prisões arbitrárias e irresponsáveis, os processos à revelia, os maus-tratos e os artificialismo eleitorais substituem-nos com a mesma finalidade: assegurar a intangibilidade das certezas governamentais.

Ora, nos regimes democráticos, o que caracteriza e enobrece os governos é a sua capacidade de tolerância e compreensão. É a vocação permanente para o entendimento, a busca constante e tenaz da conciliação. Nas horas críticas das nacionalidades, quando

o cataclismo dos fenômenos sociais sacode os seus alicerces, nos períodos de crise aguda, quando estão eclipsados os seus valores perenes, só a conciliação das forças em antagonismo fornece os recursos indispensáveis à união dos propósitos, à convergência dos interesses, à sintonia das aspirações, na sincera unificação dos esforços para o soerguimento da Nação combalida, aflita, angustiada e insegura quanto aos rumos do seu futuro.

Hoje, governar o Brasil é conciliar, e conciliar enquanto é tempo.

No seu discurso de plataforma de candidato à Presidência da República, o general João Baptista Figueiredo, escolhido pelo general-presidente para continuar a série dos generais-presidentes – e aqui servindo-nos da suave ironia de Carlos Drummond de Andrade –, revelou estar possuído de aguda sensibilidade e de alta compreensão da conjuntura tormentosa que vivemos, quando enfatizou: “A hora é de conciliação e é de compreensão, sem acomodações subalternas, mas também sem intransigências em benefício do Brasil”.

Aos mais míopes, de logo se impõe que conciliar e compreender, sem acomodações subalternas, é restaurar em toda a sua plenitude a ordem democrática, em que o Estado será instrumento da vontade social, deixando de ser o seu senhor e dominador, e na qual o sentimento do povo, nos seus diversos segmentos, possa se exprimir livre e efetivamente através do sufrágio universal, direto e secreto.

Se as reformas prometidas e anunciadas não consagrarem a observância desse postulado, elas não passarão de novo engodo e de uma outra mistificação.

Haja vista o espetáculo estarrecedor e degradante que estamos assistindo com a escolha, em recinto fechado, dos futuros governadores, processo que, se diminui os poucos que escolhem, avilta, diante do povo, os escolhidos.

Voltamos aos tempos dos interventores nomeados, nos idos do Estado Novo, que os atuais detentores do poder tanto combateram.

Os critérios para selecionar os privilegiados são os do mais estranho subjetivismo e os do paternalismo mais deslavado. Nem mesmo se preocupam em recrutar os mais capazes e competentes, insolitamente desprezados em favor dos mais capazes e competentes em ganhar eleições, como se disse alto e em bom som, numa chocante manifestação de total despreço pelos princípios mais rudimentares da ética política.

Premiam-se as dedicações e subserviências, preterem-se os mais bem dotados, contemplam-se com as benesses do favor oficial os convenientes e apaniguados, os amoucos e serviçais. Do ignóbil processo não participa o maior interessado que é o povo.

A oposição é dele excluída, como se não existisse. Oprimida, é impedida de eleger os seus dirigentes em estados onde é notoriamente majoritária, como o Rio Grande do Sul e São Paulo e em vários outros, em que conta, hoje, com todas as possibilidades de uma vitória segura.

Jamais se viu no curso de nossa História uma revolução feita a serviço do Brasil transformar-se, de degradação em degradação, com o maior desplante, num movimento a serviço de um grupo de amigos, associados, protegidos e parentes.

Esse, não obstante, é o término fatal de todo movimento político que marginaliza o Direito, que proscreve as normas democráticas e se perde nos descaminhos da força. De tanto abjurar os preceitos da Constituição e das leis, os seus responsáveis acabam por impor à Nação a sua vontade e os seus interesses, e, por fim, não se pejam em substituí-la por suas camarilhas e conventículos.

A violência que se pratica, com o esbulho acintoso e ultrajante do direito do povo, nos seus estados, de eleger livremente os seus governadores e senadores, não tem sequer a justificá-la uma única e relevante razão de ordem pública.

Os pro cônsules que estão sendo impostos são, além do mais, na sua maioria, recrutados de notáveis e consagradas oligarquias, velhas e surradas, que voltarão ao poder, em suas províncias, trazendo sob seu pálio protetor toda uma complexa rede de interesses estabelecidos e de condenáveis acomodações, que só se legitimam pela sua extraordinária capacidade de sustentar a oligarquia central.

A renovação, no caso, é sinônima de regressão. A Revolução se anquilosa, torna-se reacionária e se cristaliza nas práticas e nas expressões mais vigorosas de um passado que todos supúnhamos definitivamente varrido da face do Brasil. Na incapacidade de gerar novos métodos e processos, retrocedendo ao que havia de mais repudiável na nossa vida pregressa, a Revolução confessa pública e solenemente o seu ruidoso fracasso.

Depois de catorze anos de vigência, usando e abusando do arbítrio, o que ela consegue nessa altura do seu longo estágio para traduzir a sua mística são gastas e cediças lideranças de grupos e parentelas, refletindo assim toda a sua frustração e a sua impressionante inaptidão para criar novos valores humanos, o que significa uma demonstração inequívoca e pomposa do seu malogro no campo da renovação de nossas elites. Cada escolha eclode como uma assustadora trovoadas, alarma os mais seguros, traumatiza os mais previdentes, promove descontentamentos em cascata e intensifica a discórdia que lavra corrosiva e destruidora nas hostes do oficialismo.

O governo, a quem incumbe a pacificação nacional, como um dos seus primeiros deveres, não consegue sequer unir o seu próprio partido, que saíra desse torneio de nefastas competições, contundido, amesquinhado e lesado. Quando tudo nesta hora aziaga dos destinos nacionais conclama à confraternização de todos os nossos patrícios em prol do Brasil, é o próprio governo que instila a cizânia e incrementa a desagregação no seio de sua própria família política.

As escolhas dos futuros governadores, como se vê, não se revestem de critérios éticos, que as tornem respeitáveis, despojam-se da segurança jurídica imprescindível à sua estabilidade e surgem do vício insanável da ilegitimidade, com o qual terão de conviver, num conúbio intolerável, porque constitui uma agressão permanente dos sentimentos do nosso povo.

A Nação, oprimida e envergonhada, já dá mostras inquietantes do seu inconformismo com as reiteradas afrontas à sua honra, aos bríos e aos seus direitos.

Há em todas as consciências um basta ao arbítrio, que se não se reconhecer impotente para conter o caudal dos anseios nacionais por liberdade, justiça e participação, os seus agentes e beneficiários se verão inexoravelmente repudiados pela condenação da consciência democrática do País e serão implacavelmente justificados perante o tribunal da História.

Retardar o fim do arbítrio, disfarçá-lo sob as fórmulas enganadoras de um jurisdicismo caolho, com nome de reformas, reduzir em nome das conveniências de grupos ou de pessoas a extensão do que é esperado por todos, será levar o povo a uma nova e terrível frustração, e desta vez fecunda em atos os mais nefastos à unidade e estabilidade nacionais.

Compenetrem-se os responsáveis pela segurança e a plena realização dos nossos destinos de potência que nenhuma pátria pode construir a sua grandeza sem que o Estado e o povo se sintam integrados, sem que governo e sociedade estejam harmonizados, sem que o Direito, com o seu imenso manto protetor, a envolva de dignidade cívica, a imponha no apreço internacional, tornando-a respeitável e respeitada.

Reivindicamos, em nome da honra nacional, que não mais se retarde a reintegração do Brasil na plenitude do Estado de Direito, que já não mais pode ser procrastinada para satisfazer os objetivos

nem sempre louváveis dos senhores do poder, com o sacrifício do atendimento das necessidades mais prementes do povo.

A Nação está farta de prepotência e de intolerância. Almeja ardentemente o seu reencontro com as suas tradições históricas. É dever de todos e obrigação moral indeclinável do governo apressar esse acontecimento.

A crise institucional brasileira caminha para o seu desfecho, não porque o governo o queira, mas porque a Nação o exige: Constituição, liberdade, justiça e participação para o povo, agora, e já.

A reconquista da democracia: ações imediatas²³

A crise institucional brasileira está vivendo seus instantes de maior trepidação. Impossibilitados de lhe dar o tratamento adequado, que seria a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para assentar os fundamentos definitivos e autênticos de uma nova ordem jurídico-constitucional para o Brasil, o Governo e as forças que o sustentam preferiram o caminho das emendas à Constituição, tímidas, canhestras e imperfeitas, como que temendo romper, de uma vez por todas, as suas amarras com o arbítrio, onde se encalhou, há 14 anos, para desgraça nossa, a nau do Estado.

Proibido de participar ativamente do processo político, o nosso povo, privado desse sagrado direito, foi submetido a uma ignominiosa tutela contra a qual, nesses últimos anos, vem se levantando, de forma firme e tenaz, através dos segmentos mais expressivos de nossa sociedade, até forçar os responsáveis pelo nosso destino ao atendimento de suas reivindicações mais sentidas.

Sob a égide do autoritarismo, que se tem invocado para coibir a subversão, como indispensável ao clima de paz e tranquilidade para assegurar a continuidade administrativa e o trabalho construtivo dos nossos concidadãos, erigiu-se como instrumento de Governo uma poderosa tecnoburocracia que se associou, de logo, aos interesses da minoria mais rica, que foram desde então, deliberadamente, confundidos com os da Nação, com intencional detrimento da grande maioria dos brasileiros, relegada ao segundo plano dos sacrifícios sem retribuição, de trabalho sem justa remuneração, da cooperação intensa sem o ressarcimento equitativo dos seus esforços. A solução das necessidades mais

²³ Discurso do Deputado Federal Tancredo Neves, como líder do MDB na Câmara dos Deputados, sobre a Emenda Constitucional de iniciativa do Poder Executivo. Brasília, 21 de setembro de 1978.

prementes do povo é procrastinada sempre a cada vez mais para o futuro. Uma falsa democracia abriga uma falsa economia. Falsa é a filosofia do Governo, falsas as suas instituições, artificiais são os Partidos e falsas as estruturas de sua sustentação material. Obras faraônicas são executadas para o deleite de nossa vaidade cabocla, enquanto fecham os olhos para o quadro sinistro de 30% de nossa população submetida ao inferno dantesco da fome.

Realizou-se o milagre brasileiro, promoveu-se o crescimento desmedido do nosso Produto Interno Bruto (PIB), tudo através de uma desumana acumulação capitalista à custa dos mais pobres. Marginalizado politicamente, o nosso povo viu deteriorar-se a sua qualidade de vida, além de se lhe impor um regime de duras e implacáveis privações, que lhe quebra a resistência cívica e o condena à submissão política e econômica.

Estão ficando cada vez mais distantes os horizontes de uma sociedade pluralista, solidária, cordial e unida, que harmonize, em favor do nosso povo, uma clarividente política de bem-estar, uma sadia atmosfera de justiça social, com desenvolvimento e liberdade.

Continuamos sob o guante de um Governo autoritário, no qual só o Executivo dita, faz e impõe a lei. Não há controles para a sua atuação desordenada e avassaladora. Açambarca com a sua amplitude o regular funcionamento dos demais poderes, enquanto que os direitos fundamentais da pessoa humana deixam de ser prerrogativas inalienáveis do homem passando o seu efetivo exercício a uma mera concessão de liberalidades dos detentores eventuais do Poder. É reduzida e quase nula a taxa de legitimidade democrática do regime confessadamente antiliberal e antipovo, em nome do desenvolvimento e da segurança, erigidos em objetivos prioritários do Governo, ainda que, para alcançá-los, houvesse deixado à margem do processo decisório parcelas numerosas da opinião pública.

A tese de que o desenvolvimento rápido era incompatível com a liberdade e a justiça social ganhou foros de verdade absoluta e para contestá-la bastariam os expressivos índices do nosso crescimento. Não se atentava para o vertiginoso processo de transformações sociais, para a ampliação, em escala geométrica, dos nossos parâmetros demográficos, para a inflação, de origem endógena e exógena, arrasadora e convulsionante, para a urbanização com todos os seus impactos negativos, que um intenso surto de industrialização só tem feito agravar, eis que tudo estava a indicar a construção de instituições democráticas fortes e dinâmicas, modernas e flexíveis, que pudessem conter, disciplinar e conduzir, sem abalos e violentas coerções, o nosso desnorteante complexo político.

Nos últimos quinquênios criou-se uma potência vulnerável e vulnerada sob a moldura de uma “republicueta jurídica” para servimo-nos do conceito do eminente Senador José Sarney.

A retomada do processo democrático tornou-se uma indeclinável e impostergável imposição da consciência nacional. Retardá-la, mais do que uma violência contra a Nação, vem sendo um temerário abuso do Poder, cujas consequências serão, fatal e inexoravelmente, a insurreição dos oprimidos contra os opressores, o rompimento do pacto social, levando de roldão todas as conquistas do progresso já incorporadas ao patrimônio de nossa civilização ao preço de sangue, suor e lágrimas.

Sensibilizado por esse quadro, ao que supomos, mas, sem dúvida, compelido pelas pressões advindas de todos os setores do nosso povo, o Governo cedeu na sua resistência autoritária, fez concessões às exigências da opinião pública brasileira, já na iminência do protesto violento, e remete ao Congresso Nacional um Projeto de Emenda Constitucional, que, se não tem o mérito de dar solução apropriada à crise de nossas instituições de Estado, representa, sem dúvida o propósito de aliviar as

tensões existentes, com a promessa de prosseguir na escalada das aberturas, esperando, um dia alcançar o alto nível de uma democracia compatível com a nossa cultura e a posição de relevo que ocupamos no conjunto das nações civilizadas.

Sempôrem dúvida a sinceridade dos propósitos governamentais não há por que deixar de proclamar que as reformas apresentadas são deficientes, porque não devolvem o poder ao povo, são precárias, porque não tiveram a coragem de se desvincular totalmente do arbítrio, são inumanas, porque carentes de conteúdo social.

Não há de negar, que as reformas apresentam aspectos positivos e negativos. O que existe de positivo na reforma proposta pelo Governo são aquelas contribuições que o Movimento Democrático Brasileiro, no seu programa e nos longos anos de sua pregação, vem levando, com sua mensagem, à consciência democrática do nosso povo. Mas há, na emenda constitucional, de iniciativa do Governo e do seu Partido, aspectos com os quais a Oposição não pode concordar, porque são remanescentes do arbítrio, resíduos da prepotência, e como tais, a sua permanência, ainda que sob a roupagem da legalidade democrática, são perigosos instrumentos coercitivos, porque inspirados na nefanda filosofia do AI-5.

Temos de salientar, na emenda do Governo, os seguintes aspectos positivos:

- a) a restauração, em parte, da inviolabilidade dos Deputados e Senadores no exercício dos seus respectivos mandatos, isentando-os do processo de prisão, com fundamentos na injúria, difamação, calúnia ou perturbação da ordem pública;
- b) o restabelecimento da garantia prévia de licença da Câmara a que pertençam para que os Deputados e Senadores possam ser processados, mesmo no caso de prisão em flagrante;
- c) a revogação dos atos institucionais e complementares da qual decorrem, automaticamente, as seguintes consequências necessárias:

- c.1. a extinção da cassação pelo Poder Executivo dos mandatos legislativos federais, estaduais e municipais;
- c.2. a vigência das garantias dos juízes estabelecidas no Art. 113 da Constituição;
- c.3. o restabelecimento da estabilidade dos funcionários públicos, determinada nos Arts. 100 e 105 da mesma Constituição;
- c.4. a restauração, em toda a plenitude, dos direitos e garantias enumerados no Art. 153 da aludida Constituição, entre os quais figura o habeas corpus;
- c.5. a cessão da inelegibilidade perpétua dos cassados;
- c.6. a extinção da faculdade do Presidente da República de decretar o recesso do Congresso Nacional;
- c.7. idêntica extinção da faculdade do Presidente da República de confiscar bens sumariamente;
- c.8. a abolição da censura à imprensa fora dos períodos de suspensão das garantias constitucionais;

Ora, não temos por que rejubilarmo-nos que hajam o Chefe da Nação e o seu Partido atendido a essas reivindicações, porque elas, em verdade, não chegam a ser direitos constitucionais; elas são os pressupostos da existência da vida democrática, são aquelas preliminares sem as quais não pode haver uma vida decente em nenhuma Nação civilizada.

Mas, a despeito de serem pressupostos da vida democrática, essas prerrogativas já há muito estavam suprimidas do nosso Direito. Há 14 anos, é incrível, que esses postulados tenham entrado em eclipse e que só agora o Governo com a sua emenda constitucional resolve reconhecê-los e não o faz em homenagem à Oposição, que nunca abandonou a sustentação e a defesa desses princípios; faz porque a opinião pública brasileira, pelos diversos

segmentos da nossa Sociedade, impôs e exigiu que estes dignos padrões de vida fossem novamente restaurados em nossa Pátria.

Além do mais, há outros aspectos da emenda constitucional do Governo que mereceriam nosso exame atento e a nossa consideração, mas deixaremos de fazê-lo, porque outros oradores desta tribuna já o fizeram durante a discussão da matéria. E, também, porque a nossa crítica, neste particular, poderia parecer eivada de suspeição por partir de um integrante do Partido da Oposição. Mas vou valer-me, Sr. Presidente, de depoimentos isentos, de críticas desapassionadas, como as do Instituto dos Advogados do Brasil que aprovou, por unanimidade, o parecer deste bravo, assombroso e nunca assaz louvado, Sobral Pinto, cujo notável trabalho começa com as seguintes considerações:

“O Projeto, no seu conjunto, não satisfaz. Ele não restitui ao povo brasileiro a sua soberania. Não liberta totalmente, como deveria, a tribuna parlamentar. E quando esta não é inteiramente livre, a liberdade do cidadão e a dos outros meios de comunicação ficam, também, bastante limitadas. Igualmente não é de aceitar-se o projeto de reformas pelo que silencia: mantém a eleição do Presidente da República e a dos Governadores dos Estados debaixo do processo indireto, privando, deste modo, o povo de escolher, ele próprio, através do sufrágio universal secreto, os titulares do Poder Executivo Federal e do Poder Executivo dos Estados. Não procede a alegação de que a passagem do País do regime autoritário que o oprime para o regime democrático que o libertará deve ser feita por etapas. Uma tal alegação é, além de inadmissível manifestamente incorreta, inaceitável, por falsa e errada. Nenhuma Constituição é provisória e temporária. Toda Constituição é, por natureza, permanente e definitiva. Ela é feita para durar e, mais do que isso, para opor barreiras ao arbítrio dos governadores e ao império da força.”

Aí está, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, a crítica serena, imparcial e desapaixonada do Instituto dos Advogados Brasileiros, sodalício que, pela sua tradição, fala com aquela isenção, aquela segurança, de quem não se dirige a partidos nem a governantes, mas de quem fala à Nação sempre nas horas de crise e tormenta, nas horas de borrascas e de inquietação, inspirado na Verdade e no Direito.

O que existe de grave na emenda constitucional apresentada ao congresso é que ela não devolve o poder ao povo. O Presidente da República e os governadores continuarão a ser eleitos por esse afrontoso processo de eleição indireta, vigente no Brasil, que não é eleição nem é indireta, porque é uma nomeação ratificada por um Colégio Eleitoral, que se permite a prerrogativa de substituir a Nação para ratificar com o seu voto, num conglomerado de amigos e sectários, e beneficiários, a escolha que vem de um poder mais alto.

As eleições diretas para o provimento das funções executivas do Poder e do terço do Senado lamentavelmente não foram contempladas no bojo da iniciativa governamental e basta esta constatação para que, de logo, a coloquemos de quarentena.

Não haverá democracia na face da terra enquanto o Governo não emanar do povo e em seu nome for exercido. Todos os Governos que se constituírem ao arrepio desse postulado básico padecerão de ilegitimidade que nenhum Colégio Eleitoral, ainda que autêntico e independente, o que não tem ocorrido entre nós, conseguirá suprir. A Nação é insubstituível na escolha dos seus governantes e pretender representá-la numa reunião festiva de amigos e apaniguados, em reduzido número, é amesquinhá-la, mistificá-la, pois que dela se está confiscando prerrogativas inalienáveis que só pela força podem ser usurpadas.

Por que esse aferrado empenho depois de longa excepcionalidade em frustrar o povo do seu indeclinável

direito de dispor do seu destino? Por que os donos do Poder, na semilegalidade em que se abrigam, ainda insistem em nele se manter sem a unção do voto popular?

Só há uma explicação. O uso e o abuso do Poder, a prática reiterada do Governo oligárquico levam os seus titulares a confundir a coisa pública, propriedade do povo, com algo do seu acervo privado. Dela se decide com a tranquilidade e a desenvoltura de quem distribui benesses do seu próprio patrimônio. Cria-se uma corrente de contemplados, arma-se o círculo dos apoios e das retribuições, na ação entre amigos, numa atmosfera de favores mútuos e, dessa forma, os premiados não se dão conta que vão se degenerando os padrões das escolhas no aviltamento impune das categorias morais e jurídicas, que condicionam a convivência humana na dignidade da existência.

Como se não bastasse, entre nós, o provimento, por critérios até domésticos, das mais altas funções do Governo Executivo na União e nos Estados, cria-se uma figura caricata, que o povo, na sua intuição divinatória, já cognominou de biônico, os Senadores por via indireta da caprichosa seleção dos que se outorgaram a suprema prerrogativa de falar e decidir pelo povo.

Essa situação anômala e oprobriosa não pode persistir por mais tempo. Que Deus se apiede do Brasil e que os atuais, se não agora e já, sejam os últimos a serem impostos ao povo, de forma tão chocante e contundente. Surjam os vindouros do seu coração, no debate apaixonado, mas sempre regenerador das umas livres, porque só assim as democracias se formam, se purificam e se consolidam.

Mas, não é só no aspecto político que essas reformas se mostram deficientes e precárias. A emenda é, também, inumana, como já acentuei, do ponto de vista social. Ela não atendeu, em nenhum momento, às reivindicações de nossas classes trabalhadoras. E sobre isso nenhum depoimento é

mais expressivo do que o manifesto dos líderes do sindicalismo brasileiro, quando declaram em seu documento:

“Esperava-se que, efetivamente, fosse o País reconduzido ao estado de direito e restabelecidas as liberdades individuais reclamadas pelo povo brasileiro. Todavia a ninguém sensibilizou o projeto. Ao contrário, provocou, apenas, desencanto e frustrações. Realmente, a reforma preconizada, além de marcar pelo casuísmo, procura, apenas, erigir em princípio constitucional o que já se contém e de exceção.”

Como veem Vossas Excelências, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, não quer o MDB votar este projeto de emenda constitucional, mesmo tendo aparentemente que se contrapor àqueles postulados que são os do seu programa, aquelas teses que são as de sua constante pregação. Isto porque a Mesa e a Maioria não deixaram à Oposição outra alternativa.

A decisão que V. Exa. acaba de tomar, negando, in limine, o destaque para verificação, no mérito, das emendas da Oposição, é deveras lamentável. Não é apenas, agora, um golpe de força contra a Oposição. É um golpe de força contra a própria soberania do Congresso Nacional, que Vossa Excelência retira do dever precípua de examinar as matérias colocadas à sua consideração.

Custa-me crer que homem da envergadura de V.Exa., com seu passado político, a sua tradição liberal, a sua consciência democrática, para servir aos interesses eventuais de uma episódica conjuntura política, lance todo seu prestígio pessoal e do seu cargo nessa decisão, que não vai fazer honra ao Congresso Brasileiro.

Nós lamentamos e protestamos contra a decisão de V.Exa. Ela agride, frontalmente, não apenas os parlamentares da Oposição, mas ofende todo passado de nossa venerável instituição.

V. Exa., melhor do que ninguém, conhece a letra expressa do nosso regimento, sabe muito bem que nele há como se

enquadrarem as emendas do Movimento Democrático Brasileiro. Mas, o que não interessa à Mesa e o que não está interessando à Maioria é que as propostas da Oposição possam, eventualmente, lograr vitória, valendo-se daqueles votos dos arenistas que não querem mais se submeter às imposições do poder.

A Oposição vai dar a V.Exa. e à Maioria, Sr. Presidente, uma demonstração do seu espírito de colaboração, do seu espírito de respeito à austeridade e à dignidade desta Casa: vai retirar todos os destaques que ofereceu, menos um, o que diz respeito ao item 7, da Emenda nº 2, que se refere à eleição, por via indireta, do Senador. Já que abrimos mão de quase todos os nossos destaques, menos de um, nós nos sentimos no dever de apelar para V.Exa. que não nos negue a prerrogativa de ver essa proposição, de cujo destaque nós não desistimos, submetida ao exame, discussão e consideração dos Srs. Congressistas. Pedimos o mínimo. É que ela é de vital importância para a vida do País, quando estamos ensaiando os primeiros passos na retomada do processo democrático. Esperamos que a Mesa não nos iniba, que a Mesa não nos silencie, que a Mesa não nos esmague, que a Mesa não nos obrigue a um protesto que violentará a nossa natureza, o nosso comportamento e os deveres que temos para com esta Casa. Que V.Exa., que tem como primeiro e mais importante dos seus encargos, ao presidir esta instituição, o de zelar pelo seu prestígio, decoro e projeção, não nos deixe, Sr. Presidente, na constrangedora alternativa de termos de lavar um protesto digno, veemente e enérgico contra a violência que nos oprime.

Sr. Presidente, a hora que vive a Nação é da maior gravidade. Não acreditamos que as emendas propostas pelo Governo venham a erradicar, de uma vez por todas, a agitação que vai no *underground da Pátria*. O que o Brasil precisa, nesta hora, é refundir suas instituições democráticas, mas refundir na sua integridade, refundi-las totalmente, reorganizá-las organicamente. Não podemos continuar exibindo ao mundo civilizado os farrapos e andrajos que cobrem a nudez indecorosa do arbítrio.

A hora é de criarmos um arcabouço jurídico que seja, na verdade, um arcabouço de uma grande Nação que está caminhando para os seus destinos de potência. E não é possível, que na hora em que a Oposição, armada dos melhores propósitos, se dispõe a colaborar com o Governo no alargamento da sua sugestão e iniciativa, ela se veja frustrada e decepcionada por casuísticas e sofisticadas interpretações do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Queremos, de uma vez por todas, deixar bem claro: desde que esta emenda constitucional chegou à Casa, todos os cerceamentos foram aplicados ao comportamento do MDB, nada lhe foi permitido e tudo lhe foi negado. Antes, no execrando pacote de abril, já se havia reduzido o quorum constitucional para o de maioria absoluta, com o determinado propósito de prescindir da Oposição nas votações de emenda constitucional.

De início, para que lográssemos o número de assinaturas suficientes para a apresentação e sustentação de nossas emendas levantou-se a objeção de que a Mesa não aceitaria assinaturas xerografadas, ainda que autenticadas pelas Lideranças do Senado e da Câmara. Aceitamos esta decisão da Mesa para que não nos transformássemos numa força de obstrução. Mais tarde, porém, se permitiu, na Comissão Constitucional, que o ilustre relator geral da matéria, o nobre Senador José Sarney, apresentasse emendas sem ter realmente um terço de assinaturas do Senado e da Câmara, e essas emendas, assim apresentadas, foram submetidas à consideração dos membros da Comissão Constitucional e consideradas válidas na sua processualística, mesmo contra a Letra expressa da nossa Constituição, das nossas leis e do nosso Regimento.

Tais discriminações vêm acompanhando a Oposição com o objetivo de tolher o seu trabalho. Mas, afinal de contas, vencendo todos os obstáculos, Sr. Presidente, as emendas da Oposição

puderam ser apresentadas. Não podendo fulminá-las no seu mérito, sem nenhuma cerimônia, elas são arguidas de impertinentes, emendas mortas para que sobre elas não se manifeste o Plenário.

Não quero insistir no aspecto dessa dacroniana decisão, mas tão somente, significar a V. Exa. e à Casa que estas emendas não foram, como se disse, desprezadas na Comissão Constitucional. Não foram consideradas impertinentes, como se apregoa, pelo contrário, o que se vê do parecer do nobre relator, José Sarney, é que elas foram rejeitadas. Quer dizer, foram consideradas, para serem rejeitadas, e isso consta expressamente, com todas as palavras, da conclusão do seu relatório.

Logo, não pôde passar, a Mesa, por cima da decisão de uma Comissão Constitucional que examinou a proposição para declarar que essas emendas têm que ser excluídas da apreciação do Congresso porque são impertinentes. O Relator, assim, não as considerou: logo a Casa não pode, também, considerá-las impertinentes e, estou certo de que V. Exa., no âmago do seu coração, no íntimo da sua consciência, também, assim não as considera.

Mas, vamos admitir que houvesse, nas emendas do Movimento Democrático Brasileiro, alguma infringência ou ofensa à Letra do Regimento. Somos uma Casa do povo que deve ser animada de espírito democrático e V.Exa., mais do que qualquer outro, em nome do seu passado, devia ser o primeiro a encontrar a cobertura regimental para que não se furtasse à deliberação dos representantes do povo, emendas mais alta importância de iniciativa do Movimento Democrático Brasileiro.

E o que pede a Oposição em suas emendas? Que se implante no País uma Assembleia Nacional Constituinte porque, sem ela, jamais estruturaremos esta Nação, em termos de normalidade democrática, com justiça e liberdade.

O que pede o Movimento Democrático Brasileiro nas suas emendas? A Anistia. Não é possível, por mais tempo, manter esta Nação dividida entre os que tudo podem e os que, proscritos, têm que viver foragidos, marginalizados e exilados.

Que pede mais o Movimento Democrático Brasileiro nas suas emendas? Que acabe, de uma vez por todas, com este violento ultraje aos princípios democráticos que regem os povos civilizados de ver Presidentes da República escolhidos na intimidade do Palácio, de ver Governadores escolhidos no compadrio, na recompensa a dedicações e, até entre os cortesãos, frequentadores das antessalas dos gabinetes palacianos.

O que mais reivindica o MDB? Que se outorgue aos trabalhadores brasileiros regime de justiça social, garantindo-lhes o direito ao trabalho, a sua segurança econômica, o respeito ao seu sindicato, o direito de greve e a sua participação nas decisões da vida nacional.

E, finalmente, o que nós não aceitamos é ver a Federação mutilada, quando em cada Estado um dos seus representantes no Senado não vai emanar do voto direto dos seus habitantes, mas vai nascer de um processo artificial oriundo de uma concepção abstrusa.

Concluindo as nossas considerações, Sr. Presidente, afirmamos que, abrindo mão de todos os destaques, menos de um, trazemos aos nossos trabalhos uma notável colaboração, certos de que V.Exa., não em homenagem à Oposição, que talvez fosse esperar demais, mas, em homenagem ao Congresso, há V.Exa. de nos dar o direito de discutir e votar esta emenda para que sobre ela decida a soberania dos representantes do povo no Congresso Nacional.

Consenso como sobrevivência nacional²⁴

Chegamos ao fim de mais uma legislatura; lamentavelmente, não teve a marcá-la nem a grandeza dos acontecimentos, nem o brilho de sua produção e, muito menos, uma forte contribuição ao aprimoramento dos padrões éticos, jurídicos e humanos da nossa malfadada democracia.

Oriunda do pleito memorável de 1974, uma estupenda afirmação do espírito democrático do nosso povo, na sua ojeriza a todos os tipos e formas de opressão, despontou sob os radiosos de uma aurora de fé, esperança e otimismo na reconstrução das estruturas de nossas instituições livres. Essa a vontade do povo inequivocamente revelada em todos os recantos da Pátria, numa eleição, cujos resultados, não obstante, viriam a ser, logo depois, duramente defraudados. A ilusão de uma retomada democrática durou pouco. Não tardou em desfazer-se em melancólica decepção ao encontro com os duros penhascos de uma realidade política, que o autoritarismo vem timbrando em manter mesmo ao arrepio das mais contundentes manifestações da consciência nacional. As mais fagueiras e legítimas esperanças se frustraram e os mais elevados propósitos se engolfaram no pessimismo dissolvente de desalentadora mediocridade.

Tínhamos tudo para confiar na força de resistência, de iniciativa e de recuperação da legislatura que se instalava sob as bênçãos mais calorosas da unção popular. Nada lhe faltava para cumprir o seu papel histórico. Parlamentares cultos, dignos e patriotas. Homens públicos da melhor cepa cívica, imbuídos das mais torturantes preocupações pelo destino da nossa gente e todos determinados em envidar todos os esforços para dar ao Brasil a configuração moral e institucional a que tem direito pelas suas tradições e os elevados níveis de sua cultura.

²⁴ Discurso do deputado federal Tancredo Neves, na Câmara dos Deputados, em Brasília, no qual avalia a legislatura 1974-1978.

Não se fez esperar, porém por muito tempo, para que o Executivo, servido pela forte personalidade do Presidente Ernesto Geisel, se desmandasse no abuso do poder e colocasse o Congresso, triste e cabisbaixo, na posição subalterna de um Poder ratificador. Poucas vozes se levantaram para protestar e resistir; o Legislativo, porém, não resistiu: entregou-se. Preferiu acomodar-se ao estilo duro e ríspido do Chefe da Nação a contê-lo nos limites de suas prerrogativas constitucionais.

Nada menos do que seis cassações de mandato, sem motivação grave e sem defesa prévia, à revelia do nosso Poder, perpetradas nos nossos Anais. Marcelo Gato, Nadyr Rosseti, Amaury Müller, Lysâneas Maciel, Marcos Tito e Alencar Furtado foram as estarrecedoras mutilações impostas à integridade do Congresso Nacional, nessa legislatura que hoje se finda, em nome de uma ordem que a ética não justifica e o Direito condena.

Era, apenas, o prenúncio de um nefando retrocesso, cujas nuvens negras se adensavam no temporal de arbítrio, prestes a desabarem-se sobre a Casa do Povo, mergulhando-a em humilhação e cobrindo-a de vexame. O seu recesso e o pacote de abril, de funesta memória, eclodiram, levando de roldão as conquistas mais respeitáveis da civilização, ao mesmo tempo que estraçalhava a Constituição que todos juráramos preservar e defender, aviltava, a um só tempo, o Legislativo e o Judiciário e afundava a Nação nos abismos insondáveis dos povos sucumbidos e humilhados. Os senadores biônicos e a Lei Falcão são os monstrenhos gerados no ventre dessa calamitosa convulsão da razão, das instituições e dos princípios.

A Nação repudiou, como jamais se viu, a figura esdrúxula daqueles senadores sem votos e sem eleição, representantes dos conchavos palacianos.

A Lei Falcão estava destinada a preparar a mais espúria, abastardada e corrompida das eleições já registradas na

história do nosso povo. Ela permitiu o exercício, em escala incomensurável, do poder do dinheiro, que comprou às soltas no trabalho de aliciamento e corrupção dos eleitores, na propaganda afrontosa dos candidatos, numa competição em que não se levavam em conta os méritos dos postulantes do voto popular, mas sua capacidade de pagar, a preço de ouro, as adesões e os apoios de densos redutos.

A Nação não suporta mais uma eleição como a de que acabamos de participar. Quando na vida de um povo não se pode preservar a limpidez das fontes do poder, algo de grave está para acontecer, pondo em risco as suas tradições morais, a intangibilidade de sua consciência jurídica e a sua própria respeitabilidade.

A grande tarefa que nos incumbe em face do futuro, se quisermos legar aos porvindouros uma Pátria de que devam orgulhar-se, é a da moralização e da autenticidade do voto. Se nos omitirmos desse dever e fugirmos ao cumprimento dessa inadiável obrigação, já na próxima escolha de representantes do povo só iremos ver recrutados os candidatos de linha ideológica, ou os emanados do poder econômico, empresários ou seus testas de ferro, ficando à margem, sem representação fidedigna, os segmentos mais importantes e expressivos da nossa sociedade.

A revogação da Lei Falcão, para que o câncer que está putrefazendo a legitimidade do nosso processo eleitoral não aprofunde as suas raízes e não crie metástases incuráveis, é uma imposição sagrada, se realmente pretendemos sobreviver sob a égide de uma democracia exemplar nas suas práticas e vigorosa na plenitude de sua soberania.

Não temos, nós do MDB, a despeito de tudo, mesmo enfrentando as situações mais adversas, por que descreer da capacidade de luta e de resistência do nosso povo. Ele compreendeu a nossa mensagem, atendeu o nosso apelo e nos

confiou os sufrágios da maioria da Nação. Pretender tapar o sol com a peneira, para valermo-nos do depoimento insuspeito do futuro Vice-Presidente da República – o ex-governador Aureliano Chaves –, quando se busca sobrepujar a votação majoritária para o Senado, esta, sim, a legítima manifestação da alma nacional, com a precária maioria alcançada pelo partido do governo na Câmara dos Deputados, pois que, no Senado, excluídos os senadores nomeados, a Oposição é majoritária, é abusar do engodo e da mistificação.

No pleito proporcional prevalecem, ainda, as relações de parentesco, amizade, reconhecimento e prestígio das lideranças tradicionais, cujos vínculos com o seu eleitorado não se desfazem facilmente. É o voto condicional por injunções pessoais. Só nas eleições majoritárias é que o voto eclode na força telúrica de um grito da consciência, livre e desassombrado, na afirmação de um estado de espírito, cujos limites são os parâmetros da própria Pátria.

Daí não hesitem os analistas isentos e imparciais, que se situam fora e acima dos partidos, em apregoarem a estupenda vitória da Oposição, na última pugna cívica, com uma maioria superior a cinco milhões de votos sobre os sufrágios do partido situacionista.

Hoje, em que pese a todas as deformações de nossas instituições, fundidas nas forjas do arbítrio para proscrever e marginalizar os anseios populares, não há negar-se que somos nós, do MDB, a mais legítima representação da Nação brasileira. Não somos o governo, que não emana do povo, mas somos a Nação por decisão da maioria do povo.

É imperativo, portanto, que o governo pondere, reflita e medite sobre o pronunciamento das urnas de 15 de novembro. Ele traz consigo um veredicto solene e inapelável. De nada vale minimizar a sua significação, ou deturpar o seu sentido. Ele é

inequívoco. A Nação não mais suporta a usurpação do poder. Não aceita a eliminação do voto em benefício de privilégios dos grupos oligárquicos. Deseja a implantação de efetivas garantias ao pleno exercício dos direitos humanos. A universidade livre. Os sindicatos autênticos. A imprensa liberta. A corrupção punida e a incompetência afastada. A usura externa e interna contida em nome da miséria e dos sofrimentos de nossa gente. A inflação dominada, para que o trabalhador não se sinta lesado e haja um mínimo de alegria e de esperança nos lares pobres de nossa Pátria.

Compenetremo-nos todos, de uma vez por todas, que a retomada do processo democrático é irreversível. Contê-lo, procrastiná-lo ou, de qualquer forma, impedir a sua natural expansão é realizar obra de lesa-pátria e desafiar a implacável condenação de todos os brasileiros. Eliminemos, corajosamente, os resíduos da ilegalidade e sejamos os futuros legisladores, artífices responsáveis e conscientes de uma nova ordem institucional, alicerçada no direito, inspirada na justiça e vendo nos horizontes infindos o sol fulgurante da liberdade, que só ele prepara as nações fortes, cria os valores estáveis e dá aos povos a consciência da sua dignidade.

O fim de uma legislatura é sempre uma hora melancólica. Tem a conotação violácea das despedidas e o amargor dos adeuses. Uns ficam e outros se vão. Muitos, mesmo não ficando, deixam nesta casa a marca indelével do seu talento, da sua cultura, probidade e espírito público.

Seria para todos sumamente penoso recordar, mencionando os que não voltam, levados pelos percalços e azares da vida pública. Esta é uma contingência inelutável dos que se entregam ao serviço do povo. Por ela passaram, em todos os tempos e em todas as nações, os seus maiores estadistas. É que, no revés eleitoral, quase sempre não se registra uma derrota, mas a

contribuição de sacrifício à grandeza dos ideais que nos animam e à perenidade da vida democrática, e ela não se faz sem os seus heróis, líderes e, também, as suas vítimas.

Os que caem são, não raro, os que mais concorrem para a sustentação da cidadela democrática, cuja preservação nunca é uma conquista definitiva, mas uma luta de todos os dias, na eterna vigilância pela prevalência dos princípios supremos.

Há, porém, nessa legislatura, uma despedida que não pode passar sem um destaque particular. Eu me retiro ao nobre líder do governo, Deputado José Bonifácio Lafayette de Andrada, que enrola o seu pavilhão e desfaz a sua tenda de combate, depois de 38 anos de ininterrupta atividade parlamentar. Caso raro na vida das nações cultas, esse de um homem público dedicar toda a sua existência à representação do seu povo, servindo-o, no governo e na Oposição, irritando os governos, quando os combalia, e indignando a Oposição, quando do lado dos governos.

Feijó dizia dos Andradas que eles eram tiranos no poder e demagogos na Oposição. O nosso Andrada de hoje não fugiria à sentença, pois que nunca soube fazer política sem a paixão do bem público. Marcou os Anais desta Casa como poucos o têm feito e deixa-nos o exemplo de sua agressiva combatividade e de sua irrepreensível honradez. A Pátria lhe é reconhecida, e os pósteros recordar-lhe-ão o nome e a vida. Nessas palavras receba V. Exa., nobre líder José Bonifácio, as homenagens de despedida dos seus adversários, que abominam os seus posicionamentos políticos nessa legislatura, mas louvam a sua infatigável dedicação cívica e a integridade do seu caráter.

A Nação está dividida. O governo, divorciado do povo. A autoridade oprime a liberdade. O arbítrio eclipsa o Direito. Nenhum povo pode viver, dedicando-se ao trabalho fecundo, nesse clima de inquietação, injustiças e sobressaltos. Na opressão ainda germinam as sementes do ódio e do ressentimento. A

conciliação, mais do que uma ação política, é uma condição de sobrevivência nacional. O general João Baptista Figueiredo, futuro presidente da República, fez dela um compromisso de honra. Ninguém dúvida de que ele vai cumpri-lo. A Constituinte e a anistia são os caminhos mais curtos para alcançar a sua meta. Que S. Exa. empreenda, sem perda de tempo, essa jornada. Não lhe faltará para esse objetivo a ajuda da Oposição e as bênçãos da Nação. Que seja generoso, e os brasileiros ser-lhes-ão gratos. Se não puder ser generoso, seja justo e os seus concidadãos ser-lhe-ão reconhecidos. Mas, se também não lhe deixarem ser justo, seja enérgico e clarividente, e o povo não lhe faltará.

Cenário brasileiro em 1979²⁵

A turbulência dos acontecimentos políticos, dos últimos dias, não me deixou tempo e nem vagar para elaborar um discurso em consonância com os severos estilos desta Casa do Congresso Nacional. Mas, se não lhes posso dar um pronunciamento vazado nos elevados cânones a que os colegas estão habituados, resta-me a esperança de poder submeter à consideração de todos palavras profundamente sinceras.

Vivemos uma hora de crise universal. A humanidade se debate, angustiada e oprimida, no torvelinho dos ódios e paixões das lutas ideológicas, no conflito dos interesses contrariados, assistindo à agonia dos imperialismos que se desmoronam e à afirmação da dignidade dos povos que surgem livres para a civilização. Os prodígios da ciência estarrecem, ensoberbecem e amedrontam, enquanto que os milagres da técnica de tal forma engrandecem o homem que ele já se julga, no seu orgulho insano, um rival de Deus. As religiões debilitadas sentem periclitar a sua força para iluminar e disciplinar as consciências. A moral se dilui em meio ao materialismo e à impiedade dos costumes, da exacerbação do sexo, da apologia da violência e da institucionalização do pauperismo. O Direito já não mais consegue submeter e coordenar os fatos, que o agridem, zombando da soberania dos seus princípios. A economia, divorciada da ética, parece resumir-se numa só lei: a que dá aos povos ricos o direito de se enriquecerem sempre e cada vez mais, ainda que à custa da miséria genocida de milhões de criaturas humanas. Estamos contemplando um mundo que morre e outro que nasce. É o fim da civilização do petróleo e o início dessa outra civilização trágica ou redentora, a civilização do átomo.

É nesse contexto de um mundo desvairado e cruel que se insere a civilização brasileira no estágio atual de sua evolução.

²⁵ Discurso proferido em Sessão Plenária no Senado Federal em novembro de 1979 para comunicar ao país a formação de um partido de oposição.

Recebemos os reflexos de todas as desventuras do exterior e a elas temos que adicionar as nossas próprias vicissitudes. Crise ampla e profunda assola todos os setores da vida nacional. A moral pública, agredida e abalada cotidianamente, se desgasta nos fatos e ocorrências os mais chocantes, esfacelando-se no câncer da corrupção, que se espalha dos municípios da União, em metástases destruidoras.

Transformaram a Nação num imenso pano verde. Joga-se nos prados de corrida. Nas loterias federal e estaduais, na loteria esportiva e, agora, na zooteca, que consomem semanalmente parcelas consideráveis dos parques rendimentos de nossas classes médias e dos salários de nossa massa trabalhadora.

A política, como nau sem rumo, navega ao sabor dos ventos, despertando a insânia de uns, a ambição de não poucos e a má-fé de muitos. O País está perplexo e desorientado, sem que possa compreender e alcançar quais os objetivos que o Governo, na verdade, está perseguindo, se a consolidação e a ampliação de nossas conquistas democráticas e sociais, ou o funesto propósito de implantar a confusão para o retrocesso aos dias ominosos de um passado recente, que cobriram de vergonha e opróbrio a nossa história.

A administração, descontrolada e desordenada, ostenta no arbítrio de uma presunçosa tecnoburocracia todas as pompas de uma arrogante irresponsabilidade. Corrompe-se no esbanjamento perdulário dos dinheiros públicos. Compromete a sua eficiência no conflito de competências paralelas, altamente dispendiosas. Órgãos diversos, em área de jurisdição conflitante, estudam, examinam e buscam solução para os mesmos problemas e nunca chegam ao mesmo resultado. Perverte-se na execução de obras mirabolantes, com o desprezo daquelas que são realmente de interesse do povo. Na concepção de projetos milionários gasta-se, imoderadamente, o recurso que falta à assistência dos necessitados. Avilta-se nas

viagens suntuosas, nas mordomias nababescas, nas polpudas e desnecessárias comissões, ao mesmo tempo em que escandaliza Nação com os vultosos gastos com uma publicidade desmedida e uma delirante promoção do Governo e seus integrantes.

Quebra-se a hierarquia, de vez que não há mais competências definidas, os planos se superpõem ou se chocam, a responsabilidade se decompõe no jogo das influências, através das incompetências que se instalaram pelo favoritismo, nos setores mais importantes da máquina estatal.

Reflete ao vivo esse quadro alarmante, anômalo e confuso, esse incrível PND-3, no qual não se sabe o que mais assombra, se o desprezo pela inteligência dos que o leem, se a audácia das afirmações apressadas, levianas e inconsequentes.

A economia, traumatizada pelos erros acumulados nas gestões de sucessivos governos revolucionários, está dando os sinais mais inequívocos da perda de substância do nosso processo de desenvolvimento econômico. Setores fundamentais de nossa sobrevivência, como Nação, estão na iminência do colapso. Já se estancam as fontes do trabalho, estamos empobrecendo e a nossa estabilidade social corre riscos evidentes.

A pequena e a média empresas, que representam de perto 90% de todas as nossas atividades econômicas, estão submergindo sob o peso de um insuportável endividamento, que as aniquila, não lhes permitindo um só dia de trabalho seguro e tranquilo.

O comércio sucumbe, esmagado ante as perspectivas de encargos fiscais, sociais e bancários intoleráveis.

A indústria vê inquieta os dias sombrios que se aproximam com sua produção sem mercado, a redução de suas horas de trabalho, os estoques se acumulando e os juros se multiplicando.

As atividades da agropecuária estão vendo o pacote agrícola como uma miragem no deserto de suas desolações. Dois

terríveis flagelos as castigam impiedosamente: as calamidades cíclicas, que as deixam prostradas e desassistidas e a pressão de providências administrativas voltadas para o seu total desencanto e desencorajamento.

Os títulos protestados, em volume e valor, batem todos os recordes nacionais. As concordatas e falências aí estão denunciando grave e perniciosa, enfermidade.

Nas finanças públicas impera, imponente e soberano, sua majestade, o déficit. Déficit nos orçamentos fiscais e monetários. Déficit nas balanças de comércio e pagamento. Déficit nas empresas públicas e nas sociedades de economia mista. Para financiá-los só ocorre aos nossos administradores o recurso primário e cada dia mais imperioso de mais endividamento interno e externo, com que vamos alienando parcelas de nossa soberania, vulnerando perigosamente a própria segurança nacional. Em dias do mês passado, para valorizar o dólar, debilitado nos mercados internacionais, as autoridades monetárias dos Estados Unidos houveram por bem aumentar 1% as taxas de juros dos empréstimos que concedem e isso foi o bastante para que, da noite para o dia, os nossos compromissos, no exterior, aumentassem em 500 milhões de dólares. Por aí se vê, de forma candente, a vulnerabilidade a que estamos expostos em razão de uma política irrefletida de coleta indiscriminada de recursos alienígenas para o financiamento de nossas atividades econômicas. Estamos reduzidos à deplorável situação de uma colônia de banqueiros, subjugados aos seus interesses caprichos, que acabaram por nos transformar no paraíso da usura internacional, expondo o Brasil à risível condição de titular de um recorde melancólico: é o país que paga os mais altos juros pelos seus financiamentos. Já não temos poder de barganha e temos que nos sujeitar às imposições do capitalismo predador.

Os investimentos nacionais perderam o sentido exato do atendimento aos mais inadiáveis interesses do povo, para se

voltarem para as obras mirabolantes altamente onerosas, que nem mesmo as nações mais ricas poderiam se dar ao luxo de empreendê-las. Obras fantasmagóricas de longo período de manutenção e de duvidoso, resultado social. A Transamazônica, a Ponte Rio-Niterói, a Ferrovia do Aço e esse alucinado programa de energia nuclear são apenas algumas das mais expressivas iniciativas monumentais executadas sem planejamentos e sem projetos, levando de cambulhada todos os orçamentos financeiros no mais desabusado emprego dos dinheiros do povo. O kw de Angra-1 já custa US\$ 2.100, enquanto que as previsões para Angra-2 e 3 chegam a US\$ 2.400, ou seja, mais do que o dobro do kw instalado em Itaipu, previsto em US\$ 900.

A inflação mostra, dia a dia, a sua face feroz. Os preços sobem em escala geométrica e os salários em escala aritmética.

Um déficit de 6 bilhões de dólares está sendo esperado no encerramento do exercício em Curso. O dispêndio com petróleo no próximo exercício será da ordem de 11 a 12 bilhões de dólares. Os subsídios já atingiram a casa dos 300 bilhões de cruzeiros. O serviço de nossa dívida externa vai exigir, para o ano, um dispêndio de 6 bilhões de dólares, tudo isto para uma exportação que ultrapassará de pouco a casa dos 14 bilhões da moeda americana. É o descalabro. Diante desse quadro, que é o mais negro que uma administração, entre nós, já enfrentou, o governo se revela omissos, inoperante e perplexo.

As providências estudadas e planejadas não são postas em execução e, quando o são, já não mais produzem efeito, por tardias ou inadequadas. Impotente para conjurar seus funestos efeitos e incapaz de dominar os seus impactos arrasadores, o Governo adia, temporiza, transige, avança e recua, perdido e aturdido em meio ao cataclismo dos acontecimentos que o atropelam. De omissão em omissão, de recuo em recuo, de protelação em protelação, da chamada inflação corretiva, chegaremos ao

final do exercício com a inexplicável inflação de 70 a 75%. Isto vale dizer: maior concentração de renda, os ricos mais ricos e os pobres tendo que se alimentar de suas próprias necessidades. Se o Governo não se revestir de coragem e determinação para romper com a linha de ação política que vem pondo em prática, reformulando radicalmente os seus esquemas, a inflação continuará erodindo as resistências nacionais, corroendo as energias físicas do nosso povo e mergulhando-o nos horrores de uma existência dura, desumana e atroz.

Não se combate a inflação a não ser com a heroica tenacidade de um patriotismo vigilante e enérgico, com o destemor da impopularidade e a coragem resoluta para enfrentar e submeter os poderosos. O Governo se recusa a adotar essas linhas de ação. As diretrizes são vacilantes, em vez de enfrentar patrioticamente a impopularidade, corre atrás da popularidade com um açodamento que, não raro, compromete a sua austeridade, cede e concede às multinacionais, cujos abusos não tem sabido controlar.

Preocupa-nos, por outro lado, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a crescente radicalização do processo político nacional. O centro de gravidade da vida democrática do País está se inclinando para as áreas convulsionadas do debate e da agitação ideológica. Somos uma Nação que tem horror à violência, que não aceita as imposições dos credos autocráticos, ama a liberdade, cultua a tolerância e faz da cordialidade e da compreensão atitudes inerradicáveis do seu espírito. Esse é um patrimônio de incalculável riqueza da nossa formação. Há que preservá-lo e ampliá-lo. Implantar, no coração do povo brasileiro, o ódio é crime de lesa-pátria, etapa última de uma sequência de revides, represálias e revanches. Não há como isentar, também, o Governo de responsabilidade por esse clima. No passado, pelos abusos cometidos, a pretexto de reprimir a subversão. O ódio ideológico gera o terror ideológico num sistema trágico de

vasos comunicantes, onde se sucedem toda a sorte de crimes e horrores.

No presente, porque ainda se vale dos resíduos do arbítrio para políticas de cerceamento de liberdades e de opressão dos seus adversários.

Haja vista essa decisão de extrema violência que o levou a extinguir os atuais partidos. Nada o justifica, se não um insensato capricho da prepotência. Tudo já se disse nesta Casa e na Câmara dos Deputados verberando com indignação o inominável ato força que se praticou. Desejo, apenas, a propósito, acrescentar duas advertências: primeiro, para acentuar de que nada valem as reformulações partidárias se elas não são acompanhadas de profundas modificações de natureza eleitoral. De pouco ou nada significam as facilidades para a criação dos novos partidos, se os casuísmos aéticos e injurídicos continuarem a modelar o nosso comportamento cívico.

De que valerá o pluripartidarismo convivendo com os famigerados institutos da fidelidade partidária, que escraviza o homem público a uma organização, e com o voto vinculado que reduz a consciência do cidadão na opção de suas escolhas? A sublegenda será ou não mantida? Iremos assistir à ignomínia do distrito eleitoral? Ficaremos, ainda, sob a humilhação da Lei Falcão? O Senador indireto, que conspurca as nossas tradições políticas, será extinto? Iremos ter eleições diretas em 1980 e 1982 para o provimento dos governos municipais e estaduais? Essas questões deviam, indeclinavelmente, ser discutidas juntamente com o debate da lei que extinguiu os partidos em nome de um pluripartidarismo, que se pretende necessário ao aprimoramento de nossa vida democrática. Mas tal não se fez.

Sonegando o exame desses temas, o Governo e o seu Partido não se houveram, no caso, com lealdade. A extinção dos Partidos deixou de ser um meio para se atingir objetivos mais amplos,

para se constituir num fim em si mesmo. E isto é a suprema afronta.

Em segundo lugar, a eliminação dos partidos políticos, da noite para o dia, destruindo-os como trastes inúteis, é, do ponto de vista da pedagogia democrática, algo que humilha e avilta uma Nação.

As democracias modernas são democracias de Partidos. Eles têm nelas função de primacial e insubstituível importância. Devem, por isso, como ocorre entre os povos mais cultos, ser encarados com a consideração e o respeito das instituições veneráveis.

É da confiança que inspiram pelos seus líderes, os seus programas, a conduta dos seus adeptos e, sobretudo, pelo seu sentido de permanência e duração que eles se impõem à simpatia, à dedicação e ao amor do povo. Pode-se medir o conteúdo de uma democracia pelo valor e a eficiência dos seus Partidos. Se não são tratados e protegidos em função de suas prerrogativas, a democracia periclita e pode até perecer. Se não se incute no espírito do povo o amor e o reconhecimento pelos Partidos, estaremos desservindo e comprometendo os ideais democráticos. Pois foi justamente isto que acabam de fazer o Governo e sua maioria no Congresso. Levaram os Partidos ao descrédito e, cobrindo-os de ridículo, amesquinhou-os diante do povo, que passa a ter todos os motivos para desrespeitá-los e menosprezá-los. Por esta inglória decisão, a História certamente, reservar-lhes-á severo e candente julgamento.

Orgulhamo-nos de haver fundado e de termos militado e lutado nas fileiras Movimento Democrático Brasileiro. Ele escreveu uma página memorável na História republicana. Derrotou a ditadura e conteve o arbítrio. Salvou as liberdades democráticas em nossa terra e não deixou que se apagasse, no coração do povo, amor da Justiça e do Direito.

Durante a longa noite do liberticídio que se abateu sobre a nossa gente, foi a lâmpada votiva, permanentemente acesa, diante do altar da Pátria.

Clamou, sem cessar, para a consciência nacional, quando brasileiros eram sacrificados ou desapareciam. Sofreu com os exilados e torturados. Humilhou-se com Poderes da representação nacional, quando parlamentares eram cassados, mas, se deixar abater, voltava à luta com mais decisão e coragem. Forçou as aberturas, impôs a anistia e redimiu para a dignidade da existência democrática toda uma Nação. Derrotá-lo não seria possível, mas eliminá-lo seria fácil.

E assim foi feito. Nunca lhe faltamos com a nossa lealdade e o nosso devotamento. Cumprimos o nosso pacto de honra de acompanhá-lo até os últimos instantes de sua desdita, resistindo a todas as provocações, repelindo todos os convites, repudiando todas as insinuações, para que pudéssemos, hoje, enfrentar a Nação de viseira erguida.

Estamos, porém, em face de uma nova realidade. Os Partidos já não mais existem. O Brasil vai continuar e a luta pela Democracia é eterna. Urge fundar outros para substituí-los na sua missão e na sua dinâmica de principais agentes da promoção democrática.

A radicalização política, como há pouco assinalávamos, é o grande mal que nos ameaça. Nem o governismo, incondicional e obliterante, e nem o oposicionismo passional e subversivo. Nem o governismo apático, reacionário e entreguista, nem tampouco o oposicionismo sectário, intolerante e implacável.

Esse maniqueísmo levará a Nação à exasperação e ao caos, retardará a restauração da democracia plena, agravará todos os nossos problemas, já de si extremamente complexos, o que só pode interessar às forças da desagregação social.

Meditando e estudando esse quadro, chegamos à conclusão que uma nova opção política seria um serviço, do mais alto

patriotismo, ao Brasil. Ela funcionaria como força de contenção do arbítrio e de neutralização dos impactos da radicalização das oposições. Seria um centro amortecedor dos conflitos de grupos intransigentes e inflexíveis, oferecendo a grandes e numerosos segmentos de nossa sociedade a oportunidade de se situarem, participando do quadro partidário nacional, sem lesarem a sua consciência e sem violentarem os seus sentimentos.

Partindo dessa consideração, um conjunto de ilustres líderes políticos brasileiros, com relevantes serviços à Nação e de marcada responsabilidade no destino do País, se encontrou com o firme propósito de organizar, com esses objetivos, uma nova agremiação política, que será um Partido de oposição na sua filosofia, no seu comportamento e nos seus objetivos. Oposição firme, decidida e sem equívocos, mas oposição leal e responsável. Recusamo-nos a qualquer compromisso direto ou indireto com aquelas áreas do pensamento político que se dizem democráticas, para com mais segurança atraí-lo e liquidar a Democracia.

Não têm o direito de esperar a confiabilidade do povo os que se associam aos que renegam a sua fé, a sua Pátria e o seu amor à Democracia. Não aceitamos, por fidelidade ao Brasil, a conivência ou a cumplicidade com essas forças. Seremos um instrumento para servi-lo, aprimorá-lo, defendê-lo, na inabalável convicção de vê-lo, em breve, respeitado, festejado e prestigiado, como uma das maiores democracias do mundo.

Esse é o nosso ideal e para sua concretização convocamos todos os brasileiros e brasileiras, qualquer que seja a sua condição social, para dar ao Brasil o esforço de sua colaboração patriótica.

Repeliremos os regimes de exceção e não nos pouparemos na luta para forçar o Governo a eliminar as estruturas residuais do regime discricionário. Não haverá Democracia para o nosso povo, enquanto, pelo voto livre e direto, não puder escolher os seus

governantes. Queremos as Igrejas livres de ameaça e opressão. A imprensa, os sindicatos e as universidades emancipados de censuras, tutelas e condicionamentos de qualquer tipo. O regime concentrador da renda, que privilegia pequenos grupos sociais, nós o condenamos em nome da justiça social. A participação de todos nos benefícios da civilização e nos frutos do seu trabalho é um imperativo da convivência digna entre todos os brasileiros.

O fortalecimento da federação é meta prioritária no processo da redemocratização plena do País, com a restauração financeira dos Estados e Municípios, libertando-os da vexatória condição a que estão condenados. Não concordamos com o modelo econômico, que concede todos os favores e concessões às forças do capital e coloca em segundo plano as atividades da produção e do trabalho. Denunciamos o poderio, sem controle, das multinacionais e nos esforçaremos para coibir, nos seus excessos, o capitalismo estatal e tecnocrata. Batalharemos por uma política de renovação rural, que assista o homem do campo, dando-lhe fé e esperança no futuro, erradicando de nossa estrutura fundiária o latifúndio improdutivo e o minifúndio ineficaz, e assegurando aos homens e mulheres que trabalham a terra, dignidade, propriedade, segurança econômica e liberdade. Que não haja ninguém sem escolas, ginásios e universidades. Abandonados, sem abrigo e educação, doentes sem hospitais e velhos sem proteção.

Dentro em breve, na Câmara dos Deputados, pela voz autorizada de Magalhães Pinto, apresentaremos à Nação a nossa proposta. Será um programa no rumo de uma democracia justa, humana, cristã, dinâmica e fecunda. Na nova organização partidária haverá lugar para todos que queiram lutar contra o arbítrio, as injustiças sociais, a espoliação nacional, os credos totalitários e a marginalização das camadas mais humildes e sofredoras do nosso povo.

Pelo Brasil e pela Democracia. Esse será sempre o nosso lema.

Princípios para restaurar a democracia²⁶

Esse encontro com a cultura jurídica do Rio Grande do Sul, no seu tradicional, culto e respeitado cenáculo da Ordem dos Advogados, deixa-me justamente desvanecido. Esse sodalício é uma das expressões mais altas e luminosas do culto e do estudo do Direito, não apenas em nosso País mas em nosso continente, em cuja civilização atormentada e tumultuada, a palavra dos juristas gaúchos foi sempre de sábia advertência, trazendo, para a solução dos terríveis enigmas que nos desafiam, a notável contribuição de suas diretrizes serenas, do seu conselho sempre oportuno e do seu apelo lícido e caloroso, na esteira de Rui Barbosa, de que, fora da lei, não há salvação.

Os violentos traumas de nossa época, desencadeando movimentos políticos e sociais de estranho poder de mudanças e transformações, põem a ordem jurídica, em todas as nações, sob permanentes impactos, que colocam em risco a sua estabilidade e impedem a cristalização de doutrinas, conceitos e normas com força para discipliná-los.

Enquanto os fenômenos econômicos e sociais se processam velozmente, afetando as instituições políticas, ora para ultrapassá-las, ora para torná-las impotentes, a ordem jurídica vacila, transige, avança, recua, periclita, para se adaptar aos fatos decorrentes das novas realidades. Nunca se exigiu tanto da capacidade dos homens públicos, juristas e sociólogos para, sem desprezar os valores da legalidade democrática, fundir fórmulas, esquemas, novas instituições para conter e regular, no seu ímpeto, os tufões renovadores que, se não forem detectados com antecipação e retificados na sua rota, acabarão por impor a destruição, deixando atrás de si os danos irreparáveis de sua fúria.

²⁶ Discurso do Senador Tancredo Neves em Sessão Plenária do Senado Federal. Brasília, em outubro de 1980.

Armados de barômetros ultrassensíveis e de antenas de percepções sutis, só nos resta a vigilância indormida dos postos de escuta para espreitar o temporal, registrar a sua eclosão, sempre anunciada pelos trovões do inconformismo, da descrença e do desespero.

Construir e preservar os pilares da ordem jurídica em meio às crises econômicas e às agitações sociais, modernizando-a, sempre, para não ser levada aos pedaços pelos cataclismas da desordem e fortalecendo-a e aprimorando-a para que nunca deixe de ser a fortaleza inexpugnável dos valores eternos e insubstituíveis do espírito, sempre foi e é a grande missão dos advogados, juristas, magistrados e políticos comprometidos com a Supremacia do Direito, a hegemonia da liberdade e a resplandecência do reinado da Justiça, numa palavra, comprometidos com a democracia.

Ela é a síntese, no curso da história, de todas as experiências humanas, visando à criação de normas de vida, que, assegurando a ordem, o desenvolvimento cultural e material, permite a expansão dos povos sem a quebra dos valores inerentes à dignidade da pessoa humana.

Maritain via nos Evangelhos as raízes da democracia, razão de sua elevação ética, por ser o único regime político compatível com as exigências da consciência do homem. Nunca se cristaliza em fórmulas definitivas, não repousa sobre postulados imutáveis, não se funde em normas empedernidas. Ela é dinâmica por essência. Repudia os conceitos estáticos. Cada conquista alcançada abre novas perspectivas para a conquista de novas reivindicações, numa constante sucessão de lutas e conflitos na busca de almejados estágios de bem-estar, segurança e felicidade das criaturas humanas.

É nesta mutabilidade, nesta incessante capacidade para se modificar e se renovar que reside o segredo da sua resistência

e da sua perenidade. Não pode envelhecer. Se o faz, entra em caducidade, perecendo. Se não se adapta às novas situações geradas no bojo do processo social, deixa de ser instrumento da civilização, do progresso e da convivência entre os homens, povos e continentes e se transforma em obstáculo à evolução das forças da emancipação política, social e econômica das sociedades. O dinamismo é, pois, o seu motor, ativando, com as suas descargas, o seu permanente rejuvenescimento e a constante flexibilidade de suas estruturas, para absorver e consolidar as correntes dos movimentos inovadores e revolucionários.

Daí a fatalidade da vida democrática que tem que viver entre a revolução e a reforma.

Maurice Duverger assinala a propósito:

“A discussão entre reformistas e revolucionários é, geralmente, deformada por considerações passionais. A revolução vê o reformismo como uma traição. Do ponto de vista racional, os partidários da revolução afirmam que o reformismo é uma ilusão, porque não pode jamais destruir a ordem antiga. Por esse método, dizem eles, só se modificam os elementos secundários. Desde que se toca no essencial, os partidários da velha ordem reagem com violência e como no seu interior eles conservam as posições de força, acabam, sempre, por triunfar”.

E conclui muito no seu estilo habitualmente eclético:

“Não tomaremos posição nesse debate. Basta constatar que as duas estratégias podem ser empregadas para mudar a ordem existente - a do reformismo e a da revolução”.

Não vemos, no Brasil, como transformar a ordem existente brutalmente, de um só golpe, para, em seu lugar, impor, revolucionariamente, a ordem nova. O reformismo lúcido, enérgico e clarividente se nos afigura o método ideal para alcançarmos as metas de uma sociedade pluralista, culta, forte e dinâmica. Há que destruir, na ordem vigente, os seus aspectos iníquos, as suas estruturas injustas, o que nela existe de violento e obsoleto,

por etapas, progressivamente, sem avanços precipitados, mas, também, sem estagnações demoradas, ou com recuos que são sempre funestos.

O Brasil reclama por reformas urgentes que o atualizem com o espírito da época, rompendo as barreiras do obscurantismo e do imobilismo. Como processar essas reformas? Pelo autoritarismo, ou no cenário amplo da democracia? A história recente na Grécia, na Península Ibérica e no nosso atormentado continente revelou, de maneira inconcussa, que os regimes autoritários, quando divorciados da verdadeira justiça social não resolvem nenhum problema, apenas adiam e tornam ainda mais catastróficos os conflitos não desfeitos ou absorvidos, na ótica realista de Jarbas Medeiros, dos mais percucientes entre os sociólogos da moderna geração de Minas Gerais. Todos desejamos as reformas no palco amplo e iluminado da democracia. Mas havemos de convir de que a implantação de uma democracia autêntica, que não exija respeito somente ao seu aparato e ritual liberal, mas, sobretudo, à criação de condições de acesso do povo ao poder econômico e aos benefícios da civilização, esta democracia é temida pelas elites e classes dominantes em nosso País, que veem, no avanço social das massas por mais segurança econômica e justiça social, uma ameaça aos seus monopólios e privilégios erigidos sobre a violência e a injustiça. Não basta o desenvolvimento econômico para corrigir os desníveis sociais. Se ele é comandado pelo espírito do autoritarismo, como está ocorrendo entre nós, verifica-se que não se trata de um desenvolvimento econômico para o povo, mas para os segmentos privilegiados e minoritários nacionais. Essas camadas, que se situam no topo de nossa pirâmide social, cercadas de toda a proteção e se locupletando da quase totalidade do trabalho de todos, devem se convencer de que o seu apego aos seus interesses e privilégios, no processo de profundas transformações por que passa o país, as coloca em risco de soçobramem na avalanche revolucionária,

que, fatalmente, as levará de roldão, se persistirem as estruturas políticas e sociais iníquas que as sustentam.

Robert Mac Namara, insuspeito pela sua clarividente fidelidade à filosofia do mundo capitalista, adverte, com a força de sua penetrante lucidez:

“Quando as pessoas altamente privilegiadas passam a ser poucas e as extremamente pobres muitas, e quando as diferenças entre as primeiras e as outras tendem a aumentar, a necessidade de uma opção definitiva entre o custo político da reforma e o risco político da rebelião é, apenas, uma questão de tempo.”

O Brasil ou se moderniza pela reforma, promovendo o desenvolvimento econômico e humano sob a égide da justiça social, ou terá que enfrentar, queiramos ou não, dias calamitosos e sinistros.

O dínamo da reforma é o Poder Legislativo. Fortalecê-lo, tomando-o autêntico, através de eleições limpas e lisas, fazendo dele a lídima expressão da soberania nacional e o instrumento eficiente de nossas mutações políticas, econômicas e sociais, é a tarefa mais importante que incumbe às lideranças brasileiras. É ele que força o Executivo a se tornar fecundo e realizador. É nele que se debatem as grandes decisões para os grandes problemas nacionais. É por ele que o povo, através de seus representantes, postula as suas reivindicações, apresenta as suas inquietações, angústias e protestos. Da sua vitalidade, se julga a força de um regime democrático. Quando inoperante, hierático e claudicante expressa, nas suas deficiências e deformações, a precariedade do regime que espelha e serve. Mas, se forte, respeitado e fecundo, está refletindo o vigor das instituições democráticas que nele se sustentam e dele recebem a seiva do seu vigor.

Organismo vivo, palpitante e sempre vibrante, ele há de estar em permanente adaptação às transformações do meio social em que se situa. Quando deixa de corresponder às suas

realidades políticas, econômicas e sociais, ele se transforma em núcleo da reação e do regresso, deixa de ser a alavanca das conquistas da consciência nacional para atuar como dique, que impede, retarda e anula os avanços da História.

A sua maior missão, como observa Daniel Faraco, “a sua função específica está em ser a expressão política da sociedade, incumbida de dar a esta uma consciência nítida de como está sendo governada e oportunidades reais de influir no governo”.

Pouco importa que, nos dias de hoje, o Parlamento é cada vez menos legislativo. Isto não o diminui em nada na sua importância e nem na expressão da sua insubstituível missão política. O deslocamento da função legislativa para o Executivo é uma imposição dos nossos dias em todas as democracias do mundo civilizado. Governar é, hoje, uma atividade de alta complexidade técnica, ou seja, executar planos e políticas de desenvolvimento econômico e de progresso social, tarefas para as quais o Legislativo, pela sua natureza e composição, não está habilitado a desempenhar. Só o Executivo, pelo controle que exerce sobre a administração, a economia e o plano social de uma nação, tem o conhecimento de suas necessidades e recursos e só ele está em condições de fixar as prioridades em função de suas potencialidades, recursos técnicos e humanos, ou seja, a elaboração e execução dos planos de governo.

“As funções do moderno Estado”, escreveu, com toda procedência, Afonso Arianos, “vieram concentrar no Executivo os poderes legislativos da representação.”

Erram os que, partindo desta observação da realidade política hodierna de todos povos, proclamam a decadência da democracia.

Se a função legislativa, por inelutável imperativo gerado pela complexidade da vida em nossos dias, se incorpora, predominantemente, ao Poder Executivo, há que se destacar

que o Parlamento ganhou novas e importantes atribuições nas democracias modernas. O controle das atividades do governo, por exemplo, que o insigne Bordeau considera como a função parlamentar por excelência é de tal significação que, quando excessivo, cerceando, com vigor, a ação do Executivo, pode levá-lo à inércia. Ouçamo-lo nessa sábia lição:

“Uma oposição que corrige é mais valiosa que uma oposição que tudo destrói.”

Secundando o ensinamento de Bordeau, o não menos ilustre Schwartz, depois de o funcionamento das instituições políticas americanas, não hesitou em pontificar que a força política do seu Congresso é, hoje, mais importante que a sua atividade legislativa. Haja vista o rumoroso caso Watergate, em que a ação fiscalizadora do Congresso levou o Presidente Nixon, até então prestigioso e solidamente amparado no apoio popular, à renúncia do mais alto posto político do mundo.

Não sei, na história dos povos, de nenhum outro caso que haja traduzido, com tanta veemência, a força política de um Parlamento. Ele ilustra ao vivo, com o maior relevo, a crítica de Schwartz:

“Um corpo legislativo é pouco digno do título de Congresso ou Parlamento se, meramente, produz legislação.”

Mas não é, apenas, como controlador e fiscalizador da administração que o Legislativo se faz presente, tenaz e pugnante nos dias de hoje. É, ainda, como foro para o debate dos grandes problemas nacionais que ele assume papel insubstituível da mais alta relevância na formação e esclarecimento da consciência do povo, em face dos desafios, não raro, esmagadores com que tem que se defrontar para assegurar a sua sobrevivência digna, a elevação dos seus padrões de pujança e cultura, em meio às tormentas do dia a dia. É no debate parlamentar que

as democracias se afirmam e se aprimoram. O debate é, pois, a alma dos Parlamentos que só existem em razão dele, de vez que, sem ele, acabariam por desaparecer.

O debate coloca na ribalta da opinião pública as inquietações, angústias e crises que sacodem a alma nacional. Não importa que ele nem sempre se faça à luz dos melhores critérios de competência e racionalidade que o calor da paixão o domine, que o extravasamento da linguagem comprometa a sua serenidade, não importa, ele é sempre benéfico, adverte contra a irresponsabilidade, corrige o erro, pune a corrupção e previne contra os abusos do poder e mobiliza a Nação para defender-se contra os atentados à sua integridade e ao seu patrimônio histórico e moral.

Um dos problemas, não apenas de valor histórico, mas cheio de interesse, que se coloca diante de quem se preocupa com os problemas do Poder Legislativo, diz respeito à antiga polêmica entre unicameralistas e bicameralistas. Os dois sistemas têm por si adeptos fervorosos, mas, no Brasil vem prevalecendo a composição do Poder Legislativo dividido em duas Casas: o Senado e a Câmara dos Deputados. Nos últimos anos, concessões substanciais os bicameralistas têm feito aos unicameralistas, em nome da racionalidade e economia dos trabalhos do Congresso. Assim é que, em regime unicameral, são discutidos e votados projetos da maior importância. O orçamento, por exemplo, tarefa básica do Parlamento, se processa na sua tramitação, como se o Senado e a Câmara fossem uma só Assembleia. Do mesmo modo, o decreto-lei, que absorve, hoje, mais da metade dos trabalhos legislativos, não se falando nas comissões parlamentares de inquérito de Senadores e Deputados, previstas na Constituição e regulamentadas na sua constituição e funcionamento pelo Regimento Comum do Congresso. A tendência, como se vê, é a unificação das duas Casas do Poder Legislativo para que, em ação comum, cumpram um número cada vez maior de encargos de sua competência.

Entre nós não são muitos os patrocinadores do unicameralismo. O maior dos seus corifeus foi João Mangabeira, que, com a sua imensa autoridade, sustentava:

“O que a vida social nos revela é o declínio do sistema bicameral em toda a parte.”

E acrescentava:

“É que o bicameralismo só se justifica quando uma das Câmaras representa a nobreza, a riqueza, uma aristocracia qualquer, outra classe, enfim, diferente da que constitui a Câmara Baixa, eleita pelo sufrágio popular. As Câmaras Altas foram, sempre, órgãos do patriciado, opostos às reivindicações das classes pobres.

Esses baluartes da reação conservadora não podiam, portanto, resistir ao alargamento do sufrágio, à expansão crescente das massas, à ascensão triunfal do operariado na vida política do Estado moderno. As Câmaras Altas simbolizam um mundo que desaparece, na expugnação dos privilégios iníquos da aristocracia do sangue, ou da riqueza. A ascensão irresistível das massas exige o desaparecimento completo dos símbolos de um feudalismo já morto, ou de um capitalismo que, sob o açoitado da vaga operária, não faz, desde o começo do século, senão recuar, abandonando em ruínas todas as suas fortalezas. E que, ainda agora, nas últimas linhas de trincheiras, procura, apenas, adiar o desenlace fatal de sua decadência, enquanto o Estado não assume o seu grande papel de, num plano por ele concebido e controlado, impor a todos o regime da solidariedade social, baseado na solidariedade da produção. Eis por que as Câmaras Altas desaparecem e morrem. São incompatíveis com a ascensão das massas, com a incorporação do proletariado à sociedade moderna, como previra Comte, quando divisava nela apenas ‘acampado’. Por isso mesmo, os membros dessas Câmaras eram eleitos ou nomeados por toda a vida, ou a longo prazo por processo totalmente diverso do estabelecido para as Câmaras Populares.”

Estas palavras de João Mangabeira, ricas de conteúdo, escritas em 1934, poderiam, na época, aos ouvidos da maioria reacionária, significar uma pregação subversiva. Nos dias de

hoje, com o surgimento dos Senadores indiretos, não há negar, elas adquirem a ressonância das verdades profundas que a ação do tempo tem dado clareza e substância.

Nelson de Sousa Sampaio, mestre consagrado, ensina com a sua incontestável competência:

“O bicameralismo gozou de grande voga até a Segunda Guerra Mundial e não faltaram apologistas para demonstrar, sobretudo na época dominante do Estado Liberal, que era a estrutura ideal do Poder Legislativo. Hoje está em visível declínio, a começar pela própria Inglaterra, chamada a ‘Mãe dos Parlamentos’, em virtude da atrofia da Câmara Alta, especialmente na área legislativa.”

E acrescenta:

“Cresce cada vez mais a tendência do unicameralismo, como se vê pelo predomínio numérico na cifra redonda de 160 países: 74 são apenas uma Câmara Legislativa, quase o dobro das nações bicamerais, ou 46% dos Estados do Globo. Os restantes estão sob governos de fato, ou sob ditaduras sem disfarces, onde as leis são feitas por um chefe revolucionário (com seus assessores, é claro), por juntas governamentais, ou por comissões nomeadas pelo Poder Executivo.”

No entanto, a resistência ao unicameralismo pleno encontra, entre nós, um argumento que se tem mostrado invencível: o sistema unicameral se justifica nos Estados Unitários, mas nos Estados Federativos não se pode prescindir de uma Assembleia em que os Estados, as unidades da Federação se façam presentes no mesmo pé de igualdade.

O próprio João Mangabeira evidenciou a inanidade do argumento, cuja consistência jurídica e sociológica é das mais precárias. Mas ele, entre nós, continua de pé, como uma rocha indestrutível, a sustentar a força, o prestígio e a projeção do Senado. Se lhe faltam a seiva do realismo e o vigor das verdades jurídicas, sobram-lhe a força da tradição e da história, sustentáculo de imensa rede de interesses políticos e econômicos,

cujos integrantes se recusam a enxergar, no Senado, a última cidadela “de um mundo que desaparece” e de “um regime social que agoniza”.

Tão profundas são, entre nós, as raízes do bicameralismo que muito tempo ainda passará para vê-lo substituído, em nome de um Congresso mais autêntico, legítimo e representativo. E mesmo quando o Senado perder o seu poder de influenciar, diretamente, a legislação, ele ainda permanecerá como sólio majestoso de cujas tribunas falarão à Nação as grandes vozes da nacionalidade temperadas no sofrimento, na experiência, no saber e no patriotismo.

Prerrogativas são atributos inerentes aos Poderes Constitucionais em que, nas democracias, se divide a soberania nacional. Elas os individualizam. Marcam a sua identidade e os caracterizam. Nelson de Sousa Sampaio, com a sua probidade mental e a precisão com que executa os seus trabalhos, sólidos e ricos, de erudição, identificou, no Poder Legislativo, as seguintes prerrogativas:

“I - Poder legiferante em todos os seus graus;

II - poder de iniciativa legislativa;

III - deliberação sobre o veto;

IV - promulgação da lei, quando o chefe de Estado não o fizer;

V - resolver sobre tratados e convenções;

VI - declarar ou autorizar a declaração de guerra, e permitir o trânsito ou permanência de tropas estrangeiras no território nacional;

VII - poder de inaugurar a sessão legislativa, de adiar ou prorrogar os seus trabalhos e convocar-se extraordinariamente;

VIII - poder de escolher os membros dirigentes dos seus trabalhos e organizar sua secretaria;

IX - poder de fixar os subsídios e a ajuda de custo dos seus membros e os subsídios do chefe do Estado ou do Governo;

X - poder de polícia, dentro da órbita de suas atividades;

XI - fiscalização e controle dos atos do Poder Executivo;

XII - aprovar ou recusar a nomeação de algumas autoridades;

XIII - ser foro de determinados titulares de cargos executivos e judiciais;

XIV - ter os seus membros as imunidades necessárias para o exercício de suas funções.”

Observa o preclaro mestre baiano, que faz honra à nossa cultura jurídica, que “o país que possuísse a integridade dessas prerrogativas seria um pleno Estado de Direito democrático”.

Acontece entre nós após a situação criada em 1964, que o nosso Parlamento não possui mais, em sua plenitude, nenhuma delas. As que não lhe foram usurpadas foram derogadas, ou existem de tal forma diluídas, que, na prática, se anulam.

Seria exaustivo examinar cada uma delas de per si, mas basta o seu enunciado e o seu confronto com o atual enquadramento constitucional do Poder Legislativo para, de logo, se constatar a posição subalterna de subpoder, a que se acha reduzido, no Brasil, o órgão supremo da representação nacional.

Duas delas, pelo menos, merecem ser postas em destaque, porque são essenciais à existência e à independência do nosso Parlamento: a do poder legiferante, em todos os seus graus, e a das imunidades necessárias aos seus membros para o exercício de suas funções.

Essas são as prerrogativas, por excelência, dos parlamentos que se prezam e sem as quais eles se mutilam e se inferiorizam no respeito da opinião pública.

No regime constitucional vigente, no Brasil, o Poder Executivo, a pretexto da necessidade de quebrar “a inércia do

Legislativo”, tem à sua disposição os seguintes expedientes: o decreto-lei; a legislação por decurso de prazo; e a lei delegada.

O decreto, com força de lei, tem sido o instrumento por excelência da atividade legislativa do Poder Executivo. Ele absorve, praticamente, todo o trabalho do Legislativo. Usado e abusado, se constitui, hoje, na fonte do caos das leis, em que se debate o país, traumatizando os princípios gerais de direito, violentando a norma jurídica e infringindo comezinhos princípios de técnica legislativa.

A sua supressão, pura e simples, seria da maior importância para a disciplina, o aprimoramento e a consolidação do nosso sistema legal.

Para atender as necessidades e interesses fundamentais e prementes do país, os Governos contam com os institutos da legislação por decurso de prazo e das leis delegadas, ambos com suficiente elasticidade para atender, com brevidade e urgência, os reclamos da ordem pública e a aceleração do nosso processo de desenvolvimento cultural e econômico.

Através do decreto-lei, forçando as suas limitações constitucionais, por demais amplas, já se disciplinou o sistema do inquilinato, promoveu-se a criação e o aumento de tributos para serem cobrados no mesmo exercício de sua estipulação e, até, a instituição de empréstimos compulsórios.

Não sendo possível a sua extirpação, que se restrinja o seu uso aos casos e situações estritamente fixados, de forma explícita e inequívoca no texto constitucional. Em rigor, o decreto-lei só se legitimaria em caso de interesse público urgente e relevante e somente durante o recesso do Congresso Nacional. Com a sua atual conceituação, decorrente da Emenda Constitucional nº 1, os seus limites estão de tal forma desbordados, que a sua abrangência asfixia, quando não inutiliza a missão precípua do Congresso, que é a de legislar. Ele cria a ditadura do Executivo no campo legislativo. A sua discussão e votação têm o prazo limitado

por sessenta dias. Entra em vigor na data da sua publicação. Não pode ser emendado. O Congresso terá que rejeitá-lo ou aprová-la em bloco. Decorrido o prazo sem a sua manifestação, será tido como aprovado. Nada mais drástico e fulminante. Na prática, o Poder Legislativo, no Brasil, não participa da elaboração do decreto-lei. São tantos e tão numerosos em permanente tramitação, que poucos parlamentares se dão ao trabalho de lê-los e, para realizarem essa tarefa, têm que se impor um esforço titânico. Nada tem contribuído tanto para o desprestígio do Poder Legislativo do que o uso imoderado, abusivo, discricionário do decreto-lei.

A Emenda Constitucional que transita pelo Congresso, visando à recuperação de prerrogativas usurpadas ao Legislativo, de iniciativa das Mesas do Congresso e responsabilidade dos Partidos nele representados, diante da impossibilidade política de suprimi-la, tenta abrandar o seu conceito.

Na sua justificativa, os autores da Emenda esclarecem:

“Aceita a proposta de Emenda ao artigo 55, já não poderá o Executivo editar decretos-leis quando se trata de matéria tributária, ou que crie ou extinga cargos públicos e fixe os vencimentos dos servidores da União, eis que envolvem, respectivamente, direitos subjetivos individuais do contribuinte, protegidos por princípio imemorial do mundo jurídico civilizado - ‘no taxation without representation’ - bem como, no caso de funcionários de agentes do Poder Público Federal, as suas situações jurídicas subjetivas e os respectivos efeitos patrimoniais, sem falar das conseqüências que deles decorrem para o Tesouro.”

Como se vê, no particular, a emenda, restringindo e limitando o campo de ação do decreto-lei, traduz a revolta da consciência jurídica nacional contra a iniciativa ditatorial, que humilha o Congresso e reduz os seus membros à melancólica situação de servos do Príncipe.

No tocante à iniciativa legislativa, por aprovação tácita, ou decurso de prazo, estabelecem as normas constitucionais

vigentes que os projetos oriundos do Executivo, com solicitação de prazo, terão o de quarenta e cinco dias, em cada Casa do Congresso, ou de quarenta dias, em sessão conjunta, isto é, de Câmara e Senado.

A falta de deliberação dentro dos prazos solicitados implica em aprovação tácita dos projetos.

Esse processo de legislar tem por finalidade agilizar a tarefa do Congresso, cuja tendência é procrastinar o estudo e a aprovação dos projetos de lei. Em si, não há por que recriminar essa forma de legislar. A vida moderna, com a sua complexidade é vertiginosa sucessão de fatos, que os instrumentos de comunicação de massa aceleram e multiplicam, reclama um Poder Legislativo dinâmico, com o sentido de urgência, sem quebra da segurança, para solucionar os conflitos humanos e sociais emergentes.

A fixação de prazo para que o Congresso cumpra o seu dever de legislar, ou de participar ativamente da elaboração das leis é uma imposição dos tempos modernos, para atender às exigências de uma sociedade em transformação.

Acontece, porém, que essa iniciativa legislativa, no regime constitucional brasileiro, está configurada com o indisfarçável propósito de despojar o Congresso Nacional de prerrogativa que lhe é essencial, deixando-o na deplorável e vexatória condição de permanente submissão a outro Poder.

Muitas sugestões têm sido aventadas por eminentes tratadistas, visando a corrigir a anomalia e colocar o Poder Legislativo na alta posição de dignidade e de capacidade política a que tem direito.

As mais acolhidas, com amplo apoio de eminentes homens públicos de notável saber jurídico e larga experiência parlamentar, consistem em completar a aprovação automática pelo decurso de prazo, com a inclusão do projeto, de imediato,

vencido o prazo, na Ordem do Dia e nenhum outro assunto se resolverá enquanto aquele não for apreciado.

Assim, evita-se a aprovação tácita das proposições de iniciativa do Executivo. O Legislativo, por outro lado, é compelido a tomar conhecimento das mesmas, para discutilas e votá-las.

Além do mais, fixado o critério moralizador e estruturador do prestígio e da autoridade moral do poder legiferante, impede-se o expediente obstrucionista, de que se tem valido, inescrupulosamente, a Maioria, para impor à Minoria os projetos do seu interesse. Essa vem se constituindo numa prática rotineira, em que pese o seu caráter profundamente aético, além de lesivo da respeitabilidade das Casas do Congresso. A aprovação automática das iniciativas do Executivo, por decurso de prazo, avilta os legisladores perante a Nação, que se frustra por não participar, pelos seus representantes, da mais importante função do Congresso Nacional - a de legislar.

Por último, impõe-se uma rápida consideração sobre as leis delegadas. Com as facilidades geradas pelo esbanjamento do decreto-lei, a sua utilização, entre nós, está relegada ao quase esquecimento. No entanto, a delegação legislativa é processo normal de legislar nos Parlamentos das nações cultas, que dela tiram o maior proveito, como instrumento legislativo dos mais eficientes. Entre nós essa modalidade do processo de elaboração das leis está asfíxiada e, praticamente, revogada.

O decreto-lei impera absoluto e soberano, centralizando quase que a totalidade do esforço criador das leis, abandonando, como inútil, o instituto das leis delegadas, em que a participação do Legislativo se faz marcante e sempre presente. A preocupação tem sido a de manter um Congresso meramente ratificador, sem meios de impor a sua força decisória na construção do conjunto de nossa legislação. Um Congresso

que não legisla, coonesta. Não faz e nem colabora na formação da lei, porque está, tristemente, condenado a aceitá-la, ainda que resistindo e protestando.

Por fim, falemos das prerrogativas mais eminentes do Parlamento. Referimo-nos às imunidades. Elas se constituem de regras, que asseguram aos seus membros uma proteção contra as ações judiciais, que podem querer intentar contra eles, não só o Governo, como particulares. Elas, na verdade, erigem em benefício dos Parlamentares a derrogação dos princípios de igualdade dos cidadãos diante da lei e da justiça.

O Professor Raul Machado Horta, da Universidade de Minas Gerais, salienta que imunidade é expressão genérica, comportando dois tipos:

“Existe a imunidade real e material, também denominada de inviolabilidade ou irresponsabilidade, conforme a preferência do sistema constitucional e a imunidade processual ou formal. Ambas surgiram no singular ordenamento inglês, a princípio se manifestando nas práticas, nos usos, nos procedimentos e nos costumes, sujeitas aos eclipses por vontades despóticas, para, finalmente, receber a consagração de textos que recordam a gradual conquista das liberdades britânicas.”

Acentua Temístocles Cavalcanti que:

“a imunidade não constitui direito subjetivo, mas visa a proteger o exercício de um mandato, de interesse coletivo e que envolve as próprias prerrogativas da Câmara.”

Ao que acrescenta:

“Da regalia dimanam abusos, maiores, porém, inestimáveis, até, não sido as vangens da existência de um poder vigilante, que verbera, sem temor, as demasias dos outros, pelo que adotaram a prerrogativa das Assembleias inglesas todos os povos cultos.”

A prerrogativa assume conotações de intangibilidade, quando, no entendimento lânime de mestres e tratadistas, ela

é considerada irrenunciável. Ela não pertence ao Parlamentar, mas à Câmara, pelo que a renúncia, sem autorização do órgão legislativo, enseja penalidade ao renunciante, de vez que a mesma é fundamental à sua independência e ao seu livre funcionamento.

E Rui Barbosa, com a eloquência e a segurança de sempre, pontifica:

“O privilégio da imunidade é um privilégio a favor do povo, um privilégio a favor lei, um privilégio a favor da Constituição. Sempre se entendeu assim, desde Blackstone até Brunialdi. O privilégio não pertence aos membros da Câmara, mas à Assembleia.”

São decorrências desses princípios, hauridos na melhor doutrina, as seguintes normas de comportamento:

1. que o Deputado ou Senador é civil e criminalmente irresponsável por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato;
2. que essa irresponsabilidade é absoluta, definitiva, perpétua e irrenunciável.

Tratando da matéria com a magistral proficiência dos seus lapidares pronunciamentos, o nosso, mas muito mais vosso, o eminente Professor e Estadista Paulo Brossard deixou claro:

“O que se debate é, apenas e tão somente, o sentido, o alcance, a existência ou inexistência da imunidade parlamentar, chamada material, que da processual se distingue por ser, como todos sabem, permanente e absoluta, enquanto a imunidade processual é relativa e temporária. Temporária porque se extingue com o mandato; relativa, porque a Câmara pode dispor sobre ela, caso a caso. Permanente e absoluta é a imunidade material; permanente, porque dura sempre, mesmo depois de extinto o mandato; absoluta, porque nem a Câmara tem poderes para abrir mão dela; a própria Câmara dela não pode dispor. “

Essa tem sido a doutrina dominante no Brasil, que se expressou com maior limpidez na Constituição Imperial de março de 1824. Foi repetida, ainda, com maior clareza e precisão, no texto da Constituição Republicana de 1881. A Carta de 1946 a acolheu sem qualquer restrição e é curioso observar-se que a Constituição de 1967, dominada de evidente espírito autoritário, não reduziu ou diluiu essa prerrogativa, mas a produziu *ipsis litteris*, em rigorosa consonância com a tradição do nosso Direito Constitucional.

É que, sem ela, os Parlamentares se emudecem. Constrangem-se. Transformam-se em assembleias tímidas e canhestras, antes uma Academia política, nunca, porém, um Congresso. O insigne Pontes de Miranda, em frase curta e incisiva, retrata melancólica situação, ao enunciar que, sem elas, não há Poder Legislativo que possa presentear, com fidelidade e coragem, os interesses do povo.

É na Emenda Constitucional nº 1, hoje Constituição do País, que lhe foi outorgada pela Junta Militar que assumiu o governo, no impedimento e morte do saudoso Presidente Costa e Silva, que se quebra, para indelével vexame nacional, a secular doutrina que resguardava, entre nós, o valor excelso das imunidades. No seu artigo 32 e parágrafos, formam-se os princípios, para permitir a vulnerabilidade do instituto, permitindo que o Parlamentar, no exercício do seu mandato, pudesse ser processado por crimes de injúria, difamação, ou calúnia, ou nos casos previstos na Lei de Segurança Nacional. As imunidades deixaram de ser consagradas desde a expedição do diploma, até a inauguração da legislatura seguinte. Ocorreu o desaparecimento da licença prévia e a prerrogativa da Câmara em conceder licença para o processo de formação de culpa, ou autorizar a punição dos seus membros. O edito ditatorial mergulhou o nosso Congresso na vil e apagada tristeza de um órgão sem grandeza e sem dignidade,

amesquinhado na sua soberania e reduzido às proporções vexatórias de um poder mutilado.

A Emenda Constitucional nº 11, de 1978, o famigerado pacote de abril, imposto à Nação pelo arbítrio e a prepotência, dá nova redação ao artigo 32 e seus parágrafos do edito anterior, ao dispor:

“Os Deputados e Senadores são invioláveis, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo no caso de crime contra a Segurança Nacional.”

Suprimiram-se os crimes contra a honra.

Restabeleceu a imunidade a partir da expedição do diploma, até a inauguração da legislatura seguinte. Deixou, porém, no seu parágrafo 5º, essa enormidade:

“Nos crimes contra a Segurança Nacional, cujo processo independe da licença da respectiva Câmara, poderá o Procurador-Geral da República, recebida a denúncia e atento à gravidade de delito, requerer a suspensão do exercício do mandato parlamentar, até a decisão final de sua representação pelo Supremo Tribunal Federal.”

A Lei de Segurança Nacional, todos o sabem, é vaga, imprecisa, genérica, não fixa a tipicidade dos crimes nela arrolados, que se contam a mais de quarenta espécies. Basta essa constatação para se pôr em destaque os riscos e perigos a que estão expostos, no Brasil de hoje, os seus parlamentares.

Trava-se no Congresso, no momento, memorável e histórica campanha, visando à restauração plena da inviolabilidade parlamentar. É um esforço dos mais significativos, que vai responder nos anais de nossa vida política, como eloquente afirmação de que os representantes do povo podem, coagidos, ceder episodicamente às pressões dos grupos dominantes, mas que não se apaga no seu coração a chama viva da liberdade, que é a alma das democracias viris.

Na justificativa da chamada Emenda das Prerrogativas do Poder Legislativo, no que tange à restauração da inviolabilidade, escrevem os seus ilustres autores:

“Entre as valiosas contribuições recebidas do Presidente do Senado Federal, a do irrestrito restabelecimento da inviolabilidade dos parlamentares é das mais felizes. A independência do Poder Legislativo, bem como a de seus membros, e a Segurança Nacional são bens sociais que o Direito deve tutelar. Não são incompatíveis, nem tampouco excludentes.”

Assim começa a reação do Congresso contra os preceitos espúrios que comprometem o seu prestígio, reduzem a sua independência e o esmagam na sua coragem e no seu destemor na defesa dos interesses do povo, sob o guante ameaçador da força. A luta prossegue. Não sou dos mais otimistas quanto ao êxito do seu desfecho. O importante, porém, está na resistência, no clamor contra o arbítrio, na denúncia à Nação dos que a espezinham e tripudiam sobre os direitos sagrados da sua representação política. O resto ficará a cargo do povo que, cedo ou tarde, fará prevalecer os direitos inconspurcáveis da sua consciência, fazendo descer, sobre os que os profanaram no sacrilégio da violência, a maldição da sua inapelável condenação.

Meus Senhores, somos uma Nação que se contrista por não possuir uma Constituição. A ordem institucional que temos é um conglomerado de textos de velhas constituições, atos institucionais, emendas sem legitimidade e sem juridicidade, em suma, um conjunto inorgânico e conflitante de normas, que degradam a cultura jurídica do Brasil.

Afonso Arinos, mestre de profundo saber, feito no estudo e na experiência, homem afeito aos conceitos serenos e inclinado à conciliação, ferido na sua inteligência e agredido na sua consciência, desabafou:

“Para a nossa tradição jurídica e para o nosso prestígio internacional, a atual Constituição brasileira é uma nódoa indelével.”

Paulo Bonavides, o consagrado mestre cearense, de absoluta isenção pelo alto cunho científico que imprime aos seus trabalhos, é taxativo:

“Herança do arbítrio e prancha dos destroços constitucionais de 1967, essa Constituição foi feita para súditos e não para cidadãos. Breve há de ser ela um texto sobre o qual a História saltará, fechando, num parêntese de sombra, uma idade de exceção, fruto do AI-5 e da Emenda Constitucional nº 5.”

Diante desse quadro, deveras deplorável, só nos resta, os que acreditamos na força redentora do Direito, resistir e lutar, para que não se extirpem da alma da nacionalidade os valores da Liberdade e da Justiça, sem os quais os povos se transformam em imensos rebanhos e as nações se engolfam nas trevas da humilhação e da vergonha. Fora da democracia não há salvação. Restaurá-la, no Brasil, é dever indeclinável de todos os cidadãos, mas, sobretudo, dever precípua dos nossos juristas e advogados.

A reforma eleitoral e sua repercussão no mundo político²⁷

O voto é a fonte de representação e a representação é a alma da democracia. Onde a representação é inautêntica, emasculada e artificial não existe democracia, mas o autoritarismo, qualquer que seja a sua expressão, de maior ou menor virulência, mas, sempre, autoritarismo.

Quando se quer avaliar o grau de aprimoramento, legitimidade e representatividade de uma democracia, basta observar e examinar a sua legislação eleitoral. Se esta preserva, assegura e garante o voto em toda a sua plenitude, não há dúvida de que estamos em face de um autêntico governo das leis, que é o supremo ideal das civilizações sábias e cultas. Quando, porém, a legislação eleitoral é um amontoado de postulados espúrios, de insinuantes artificialismos e de mecanismos hábeis, feitos para conter, deturpar e corromper a vontade eleitoral do povo, também não há dúvida de que estamos diante de um simulacro de democracia, gerando a insegurança dos governos, a instabilidade das instituições e a desordem nos planos administrativo, político, econômico e social. Como se vê, é na genuína e lídima representação que os governos democráticos encontram a sua estabilidade, pedra angular da ordem, do trabalho, do desenvolvimento econômico e cultural dos povos.

A teoria da representação lança as suas raízes na era anti-Rousseauiana. Mas foi Rousseau quem primeiro a teorizou. A do mandato imperativo, que se inseria na sua grande concepção da vontade geral. Segundo Rousseau, o mandante e o mandatário, desde o momento da escolha até o término do prazo da delegação, continuam indissolúvelmente vinculados. Se o mandatário fugir às determinações do mandante, este tem o direito de cassar-lhe a confiança outorgada. Essa tese de Rousseau não encontrou

²⁷ Discurso proferido pelo senador Tancredo Neves em Sessão Plenária do Senado Federal sobre a reforma eleitoral. Brasília, em agosto de 1981

acolhida na literatura e na política dos povos ocidentais. É curioso, porém, notar que é hoje tese vitoriosa nas constituições das chamadas democracias populares, subordinadas ao modelo da Rússia Soviética. Todas elas consagram o princípio da revogação do mandato por infidelidade do mandatário. É a doutrina do mandato imperativo.

A doutrina de Rousseau encontrou contestação forte e convincente na tese do mandato fiduciário, criação de Edmond Burke, no seu famoso discurso aos seus eleitores de Bristol. Dizia o preclaro estadista britânico: “O eleitor só é livre de escolher o seu candidato no ato de votar. Uma vez eleito, o mandatário é livre, à luz de sua consciência, para decidir como melhor lhe aprouver os problemas de sua comunidade. Deixa de ser um representante do eleitor, do distrito ou da província, para se transformar no representante da Nação e só a esta deve satisfação dos seus atos.” Essa tese teve circulação ampla nos últimos séculos entre as democracias do mundo. Serviu de base à implantação, expansão e apogeu do Estado liberal, dando-lhe sustentação e projetando a sua imagem. Com algumas alterações é ela, ainda hoje, fundamental aos estudos sobre a representação política. Outras doutrinas têm surgido, visando a aperfeiçoar ou complementar os conceitos antigos. É, assim, o caso da chamada escola da representação sociológica, que conta, entre nós, entre os seus corifeus, o notável cientista político Paulo Bonavides, mestre insigne e dos mais acatados. Segundo essa escola, todo representante está, direta ou indiretamente, vinculado aos interesses de um segmento da sociedade. É condicionado por eles e tem sempre que tomá-los em consideração na hora das decisões. É um determinismo decorrente da divisão do trabalho e da separação das classes nas sociedades modernas.

E, por fim, a mais festejada das doutrinas democráticas da representação política é a que se convencionou denominar de representação participativa, que hoje domina vitoriosamente

os espíritos e a vida das democracias mais avançadas. Não há representação autêntica sem participação. Representados e representantes devem viver uma permanente simbiose ouvindo e recolhendo, reciprocamente, sugestões, críticas e observações. A representação não termina com o voto, ao contrário, ela continua durante todo o mandato num movimento de sua atualização para que a sua atuação seja mais dinâmica e fecunda. Esta participação se faz permanentemente desde os clubes de ruas e bairros, até as grandes concentrações e assembleias sindicais ou dos vários órgãos representativos das diversas classes sociais que acompanham, colaboram, criticam o trabalho dos seus representantes para o exato cumprimento de suas atividades parlamentares e governamentais.

Passadas, assim, em revista as doutrinas mais importantes sobre a natureza, a dinâmica e a finalidade da representação política, passemos a examinar a sua aplicação no Brasil.

Temos tido uma autêntica representação do nosso povo? Todos os sociólogos e cientistas políticos são unânimes na negativa. No Império, em que pese o brilho intelectual e a notável competência dos nossos parlamentares, tivemos Câmaras elitistas. Eram os condes, marqueses e barões, por força do sangue ou da riqueza, que se permitiam o honroso privilégio de representar e legislar em nome do povo. Este sempre foi mantido longe das Casas dos que se diziam seus representantes. A situação não mudou com o advento da República. Os nobres fidalgos foram substituídos pelos grandes latifundiários do açúcar, do algodão, do cacau e do café. Até a Revolução de 30, eram os interesses desses grupos que dominavam as decisões de nossas Câmaras políticas.

O surgimento da civilização industrial, a partir de 30, forçou o debate em torno de assuntos mais ligados aos trabalhadores, tais como, acidente no trabalho, caixa de pensões e aposentadorias,

lei das oito horas e outros congêneres, mas não se alterou a composição elitista da representação. Os profissionais liberais substituíram os donos da terra e os manipuladores do comércio. E assim continua até hoje. É mínima em nossa representação nacional a participação dos trabalhadores. Dela eles estão ausentes e se algo conseguem no sentido do atendimento dos seus interesses, o conseguem por via indireta, usando o poder de pressão política de suas organizações de classe.

Essa, a meu ver, a grande falha da representação democrática em nosso País. Ela não é abrangente porque não contempla, nos seus quadros, legítimos representantes das classes trabalhadoras e nem os tem na justa proporção de sua expressão numérica e segundo a sua importância política e econômica no contexto de nossa sociedade. Esta falha é tanto mais deplorável, quando se sabe que a civilização moderna não se baseia mais na primazia aristocrática do sangue, já não é mais a civilização dos latifúndios e muito menos a do capital. A pedra angular das modernas democracias, fonte permanente de sua renovação e dos seus direitos, é o trabalho que absorve e totaliza todas as preocupações dos estadistas em todo o mundo. Pois bem, essa força que dirige, comanda e disciplina as atividades sociais, em nossos dias, não tem expressão significativa no bojo da representação política da Nação brasileira.

O mesmo se pode dizer da representação feminina. Num mundo em que a mulher é cada vez mais participante e reivindicante, é quase nula a sua presença nas Casas do Congresso Nacional. São quatro as Deputadas, e, apenas, uma Senadora. Havemos de convir que é um coeficiente por demais diminuto para espelhar a comunidade das mulheres brasileiras, cada dia mais cultas, politizadas e atuantes.

Os cientistas políticos têm colocado em evidência que sistema de partidos e sistema eleitoral são duas realidades

indissolúvelmente ligadas. Uma não pode funcionar sem a outra. De nada adianta uma boa legislação eleitoral, se a atividade partidária está mal estruturada e disciplinada.

Haja vista a experiência brasileira, que é rica na explicação da tese.

A primeira eleição de âmbito nacional que houve em nosso País foi a de 1821, para a escolha dos deputados que representariam o Brasil, na época do Reino Unido a Portugal, para a composição da Assembleia Constituinte, que se reuniria em Lisboa. Foram eleições indiretas, por processos os mais rudimentares.

A Constituição outorgada, de 25 de março de 1824, já o Brasil independente, dispunha que a escolha dos Deputados e Senadores fosse feita por eleição indireta, “elegendo a massa dos cidadãos ativos em Assembleias paroquiais os eleitores de província e estes os representantes da Nação”. Esse regime eleitoral vigorou até 1881, quando foi modificado por força da Lei Saraiva, que adotou o voto direto. Em 1855, Paraná cria a chamada Lei dos Círculos, em que cada um deles elegeria o seu deputado pelo voto majoritário. Foi a primeira instituição do voto distrital no Brasil. A resistência da mentalidade conservadora à reforma proposta pelo Marquês do Paraná, ou seja, a interiorização do voto, se encarnou no Marquês de Olinda, que a combateu com a tenaz energia de sua forte personalidade. Os seus argumentos, guardadas as proporções do tempo e do meio, eram muito semelhantes aos que hoje se levantam contra o voto distrital. O litoral, dizia o preclaro pernambucano, era a cultura, a independência e o discernimento político, ao passo que o interior era a ignorância, a mediocridade e a submissão. A iniciativa do grande Paraná, a despeito dos obstáculos que encontrou, acabou por se transformar em lei.

Em 1860 os círculos de um só Deputado foram alargados, passando cada um a eleger três representantes à Assembleia Geral. Em 1875 foi adotado o sistema do voto incompleto, ou do terço, destinado à representação das minorias. Votava-se em dois nomes e deixava-se a terceira vaga para o Partido que perdesse a eleição. A esse projeto a sátira de Martinho Campos cognominou de Projeto Cabra-Cega. A Primeira República herdou do Império o sistema de eleições por círculos ou distritos plurinominais, ficando as minorias em situação de total esmagamento. Para redimi-las, veio a Lei Rosa Silva, de 1904, que instituiu o voto cumulativo. Cada eleitor dispunha de tantos votos quantas eram as vagas, a preencher, sendo-lhe reconhecido o direito de cumular os votos num só candidato, ou distribuí-los entre vários.

A década de 30 foi das mais fecundas e benéficas para o aprimoramento da nossa legislação eleitoral. Nessa quadra se incorporaram definitivamente ao nosso patrimônio político a justiça eleitoral, a representação proporcional e sufrágio direto, universal e secreto e o voto feminino.

Feito esse atabalhado transunto, podemos verificar nitidamente os diversos períodos em que se divide a nossa história eleitoral. O Mestre José Nabuco, em erudita conferência, numa síntese magistral, assim a resumiu: “O primeiro período, até 1881, o voto em todos os níveis foi indireto; o segundo, de 1881 a 1964, em que o voto em todos os níveis foi direto; e o terceiro, de 1964 até hoje, em que o voto para Presidente da República, Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e um Senador, este a partir de 1977, é indireto e para os demais mandatos eletivos é direto.”

Nunca houve, porém, nesse longo período, a não ser no interregno da Carta de 1946, eleições propriamente ditas e organização partidária digna desse nome. No Império prevalecia a “sorites” de que falava Nabuco. O Imperador escolhia o Chefe de Gabinete, este nomeava os seus

Ministros, que, por sua vez, elegiam as Assembleias. Na Primeira República prevaleceu indiscriminadamente “o bico de pena” e a ata falsa, o que não impediu que tivéssemos ilustres representantes, dando ensejo à conhecida ironia de Gilberto Amado: “as atas eram falsas, mas a representação era brilhante.” Sob a égide da Constituição de 1946, em regime superpluripartidário, as eleições foram formalmente limpas. A implantação da Justiça Eleitoral e do voto secreto muito contribuíram para o saneamento dos nossos costumes eleitorais. De 1964 até hoje as eleições têm sido truncadas, casuísticas e deformadas, muito mais um ritual farisaico de democracia, do que atos solenes de apuração da vontade do povo. Cassações indiscriminadas afastavam do pleito as mais credenciadas lideranças populares, figuras exóticas de inelegibilidades, muitas até de caráter personalíssimo, foram criadas. A Lei Falcão, com todo o seu ridículo e desfaçatez, veio coroar um sistema de opróbrio e humilhação para a consciência cívica da Nação.

Pari passu os Partidos inexistiam. Não tinham quadros definidos, faltavam-lhes lideranças consagradas; e pobres de ideologia, ou gravitavam em torno dos governos, ou se entregavam a um oposicionismo estéril e oportunista.

Quando, em 1964, eles já começavam a se apresentar com fisionomia própria, a expressar interesses particularizados dos grupos sociais, com quadros e lideranças respeitados, com os seus mártires, heróis e condutores, em nome de um funesto hipermultipartidarismo, extinguem-se a todos, arquivando-os a todos, sem qualquer discriminação, no limbo das frustradas esperanças nacionais. Foi um grave erro, entre os muitos, que cometeu a Revolução. Dezesseis partidos eram demais, mas preservar, dando-lhes melhor configuração, os quatro ou cinco que o tempo permitiu revelar viabilidade e a sua resistência era o mínimo que seria lícito esperar da lucidez dos responsáveis pela Revolução de 1964.

Há, ainda, que assinalar, para pôr em destaque o cuidado e a importância de promovermos a criação de novas instituições eleitorais, que existe, no Brasil de hoje, um amplo e profundo divórcio, quase desintegrante entre os seus quadros legais e as suas realidades socioeconômicas. Houve, nos últimos anos, uma forte contenção na marcha evolutiva do pensamento político nacional. Há uma perigosa defasagem entre o país legal e o país real, aquele amarrado a estruturas anacrônicas, superadas e obsoletas, e este repleto de vitalidade, dinâmico, criador e fecundo, mas contido na sua expansão e na sua modernização. Daí não ter nenhuma dúvida em afirmar que a maior e mais significativa repercussão de uma Reforma Eleitoral em nosso mundo político está em fazer do voto o grande e eficiente instrumento da reforma nacional. Implantar um Estado de Direito que seja a alavanca da emancipação econômica e social do homem brasileiro. Assegurar, não como uma liberalidade, mas como direito e prerrogativas inalienáveis da dignidade nacional os direitos e as liberdades fundamentais de uma vida decente, sem medo e sem humilhações para todos os nossos concidadãos. A justa distribuição da riqueza e a ampla formação de uma cultura, que, sendo universal nos seus parâmetros, seja nacionalista no seu fulcro, preservando as nossas tradições, os valores de nossa espiritualidade, enriquecendo o patrimônio moral e material que recebemos de herança dos nossos antepassados.

Se não promovermos, com urgência, as grandes transformações que a nossa sociedade está reclamando em altos brados, orientando-as, dirigindo-as e incorporando-as com inteligência política à nossa existência, essas transformações se farão à nossa revelia, sem nós e até contra nós pela força e a violência, levando de roldão, na sua fúria, muito do que deve ser preservado e que constitui acervo indestrutível de nossas conquistas jurídicas, humanas e cristãs .

“Quando as pessoas altamente privilegiadas passam a ser poucas e as extremamente pobres muitas e quando as diferenças entre as primeiras e as outras tendem a aumentar, a necessidade de uma opção definitiva, entre o custo político da reforma e o risco político da rebelião é, apenas, uma questão de tempo.” O conceito não é de nenhum subversivo, não o emitiu nenhum radical, é de um capitalista lúcido e de sensibilidade política, Robert MacNamara.

Duverger, na sua notável Carta aos Socialistas, estabelece três caminhos para as mudanças: 1º) a revolução brutal, ou seja, a transformação radical de uma sociedade por meios radicais; 2º) a revolução mediante reformas cumulativas, ou seja, mudança radical de uma sociedade por meios moderados num curso de uma longa fase transitória e 3º) o reformismo que tende somente a melhorar a sociedade existente, sem mudar os seus fundamentos.

Ninguém de bom senso reivindicaria para o Brasil o primeiro tipo de meios para alcançarmos a reforma. É o caminho das revoluções sociais sempre cruéis, sangrentas e violentas. Esse tipo de ação política é eficiente na destruição, mas impotente na construção.

No entanto, o segundo e o terceiro tipos de meios para alcançar as transformações sociais poderiam muito bem ser postos em prática no Brasil, consoante um ritmo de maior ou menor aceleração, tudo dependente do maior ou menor atraso dos diversos setores em que ela devesse atuar. Em suma, ainda repetindo Duverger: não devemos chegar à democracia pelo socialismo, como querem os marxistas-leninistas, mas chegar ao socialismo pela democracia, como reivindicam os sociais-democratas.

Tudo, porém, vai depender da nossa organização eleitoral. Se não fizermos dela o dínamo e o filtro para ativar e depurar a

livre manifestação da vontade do povo, o voto continuará sendo, entre nós, a sustentação de oligarquias peremptas, de estruturas injustas e de instituições ultrapassadas.

A tarefa de construirmos uma nova base eleitoral para o País é tanto mais difícil quando se constata que temos de formulá-la em uma Nação em que o Poder não possui nenhuma estrutura jurídica. Não estamos partindo de uma Nação cujo poder seja uma expressão de legitimidade democrática, para organizá-la eleitoralmente, mas, ao contrário, vamos tentar, através do poder eleitoral, organizar juridicamente o poder.

Essa observação evidencia toda a relevância do encargo que nos espera. Se vamos legislar eleitoralmente para manter o caos institucional que aí está, cometeremos um grave erro histórico, que as gerações futuras não nos perdoarão. Mas se o que se pretende é lançar os alicerces visando à futura reorganização institucional do país, vamos nos entregar a esse trabalho sem facciosismo, sem espírito de grei, sem preconceitos partidários, mas voltados todos, em plena consciência, para as perspectivas de perenidade de uma Pátria, que se recusa viver na pusilanimidade, na mediocridade e no aviltamento dos valores transcendentais de sua formação.

Da boa ou má legislação eleitoral, que vamos discutir e votar, vai depender o futuro das novas gerações, que estão aflitas e desorientadas em meio às mesquinhas preocupações de um imediatismo desmoralizante, de um utilitarismo pragmático, de um egoísmo insensato. Ou pensamos em legislar para o Brasil e seu povo, almejando vê-los integrados nos amplos e iluminados horizontes de sua destinação histórica, ou, então, vamos mergulhar a Nação no atraso de sua evolução, no retardamento de sua obra civilizadora ou, talvez, quem sabe, rasgando as covas rasas para o sepultamento de sua dignidade cívica. Se a meta for legislar para atender aos interesses do Partido oficial, para preservar no poder os grupos que o detêm há anos, impedindo o cumprimento do postulado básico da alternância, para manipular

o pleito a fim de que o povo não possa expressar, livremente, as suas opções, com o esmagamento, a marginalização e proscricção dos partidos oposicionistas, não se iludam os obreiros dessa sinistra empreitada, a Nação reagirá e reagirá, energicamente, por todos os meios ao seu alcance.

Não nos passa pela cabeça que o horror à disputa eleitoral, em campo aberto, de forma a ser assegurada igualdade de oportunidades a todas as facções, possa estar inspirando medidas de opressão e casuísmo, visando a tumultuar, corromper e degenerar a liberdade de consciência do eleitor brasileiro.

As Oposições, mesmo amparadas por uma legislação justa e equânime, ainda assim terão que enfrentar dois flagelos que são inerentes à composição e ao exercício do Governo entre nós e que só o tempo, a educação e o enriquecimento do nosso povo irão exterminá-los: o abuso do poder político e do poder econômico. Temos, que, no particular, valendo-nos da experiência de passadas eleições, aperfeiçoar a lei atual com normas da maior severidade e de rigorosa punição, visando a coibir os crimes que, com a pecúnia do erário público e o dinheiro da corrupção se têm conspurcado e violentado a consciência do homem humilde, sem defesa e sem proteção, contra a fascinação dos recursos fáceis colocados à sua disposição na trágica barganha.

Hoje, tomados de apreensão e sem sobressalto, estamos às vésperas de elaborarmos um novo estatuto eleitoral. Os novos Partidos, em formação, ainda ensaiam os seus primeiros passos, arrostando todos os entraves de uma burocracia solene, pesada e hostil, para conseguirem a afirmação de sua personalidade política e jurídica.

A hora é grave. As decisões têm de ser tomadas com grandeza, pensando no futuro do Brasil, no seu destino de potência, ou então, estaremos deixando escapar a grande oportunidade, que tão cedo não será renovada, de lhe darmos os meios adequados de se estabilizar, legitimando o Poder.

Despedida no Senado²⁸

Despeço-me, hoje, do Senado da República. Confrange-me o coração ao constatar que não apenas me despeço do Senado, mas também que, neste momento e nesta hora encerro para sempre as minhas atividades parlamentares.

Trinta anos de minha existência eu os devotei à representação popular. Vereador e Presidente da Câmara de minha vetusta São João del Rei. Constituinte e Deputado à Assembleia Legislativa do meu Estado, coube-me então, relatar a Constituição Mineira de 1947 e transformada a Constituinte em Legislativo ordinário por honrosa delegação dos meus correligionários, fui feito líder de nossa Bancada, a do benemérito Partido Social Democrático, então em Oposição digna, vigilante e combativa ao Governo de um dos mais ilustres e eminentes ocupantes do Palácio da Liberdade, o insigne Milton Campos.

A década de 50 se inicia e com ela sou alçado, pelo voto generoso do povo mineiro, à Câmara dos Deputados. Cumpria meu mandato, quando o Presidente Getúlio Vargas me convoca para ocupar, no seu Governo, a pasta da Justiça. Foi esse, sem dúvida, o instante mais alto de minha modesta vida pública. Convivi, de perto, com o grande Estadista nos últimos anos de sua nobre existência. Pude conhecê-lo na integridade do seu caráter, no seu patriotismo inexpugnável, no seu zelo indormido pela sorte do nosso povo, na sua integral identificação com o Brasil.

A tragédia que o vitimou foi a mais bela, heroica e digna das lições que nos legou.

Sacrificou-se para que o sangue brasileiro não fosse por ele derramado e se imolou para deixar aos porvindouros o ensinamento indelével de que no serviço da Pátria a vida é o que menos vale.

²⁸ Discurso de despedida do Senado Federal, para assumir o cargo de Governador do Estado de Minas Gerais. Brasília, em fevereiro de 1983.

Passam-se os anos. Nova borrasca desaba avassaladora sobre a Nação. O Presidente Jânio Quadros surpreende a todos com a sua renúncia à Presidência da República. A Nação estremece sobre os seus alicerces. As instituições periclitam. A guerra civil parecia iminente.

Condenado ao ostracismo em virtude de revés eleitoral, sou convocado a tentar a obra hercúlea da pacificação nacional. A solução constitucional para a crise, ou seja, o provimento da Presidência da República pelo Vice e legitimamente eleito, o saudoso João Goulart, era violentamente impugnada por fortes segmentos de nossas Forças Armadas, solidamente apoiados por expressivas lideranças parlamentares e prestigiosos órgãos de nossa Imprensa.

Não havia tempo a perder. Cada minuto inaproveitado era um risco a mais no nosso quadro político já por demais conturbado, O Rio Grande do Sul se insurge. A disposição de nossas Forças Armadas era de sufocar o movimento quaisquer que fossem os sacrifícios. A guerra fratricida estava por um triz.

Rumamos para Montevidéu, onde se encontrava o Presidente João Goulart. Não nos foi difícil convencê-lo das reivindicações dos adversários para que sua posse se fizesse, cercada do respeito e acatamento de todos. Em nenhum momento, diga-se a bem da verdade histórica, e em testemunho da grandeza d'alma do Presidente João Goulart - admitiu sua Excelência chegar à Presidência da República se tivesse que derramar uma só gota de sangue brasileiro. Nessa hipótese renunciaria à investidura. Este era o seu espírito uma inabalável decisão.

Cumprida a missão, regressamos, de imediato, ao Brasil. Dias e noites em conversas exaustivas, ajudado por excelentes companheiros, conseguimos desarmar os espíritos de civis e militares para que o Presidente Constitucional chegasse ao Poder sob a égide da legalidade democrática, assegurada a

unidade de nossas gloriosas Forças Armadas e preservadas, na sua integridade, as nossas instituições democráticas.

Implanta-se, no País, em consequência dos entendimentos levados a efeito, a primeira experiência republicana do sistema parlamentar de governo. Não vem a pelo mencionar as causas do seu malogro. A minha revelia e, praticamente sem o meu assentimento, antes por uma imposição a que tive de submeter-me, sou novamente colocado no centro de graves acontecimentos, que então sacudiam a alma nacional. Primeiro Ministro do Primeiro Gabinete que então se formou, assisti antes ao meu nome passar por dois rigorosos crivos: a aprovação da Bancada do meu Partido e a do Plenário do Congresso, na época um Poder na plenitude das suas atribuições constitucionais, cioso da sua independência e cômico de suas responsabilidades históricas.

Para enfrentar a crise que assolava a Nação, organizamos um Ministério de conciliação nacional. Dele participaram os representantes mais capacitados de todas as facções com presença no Congresso Nacional, as mais lúcidas e respeitadas mentalidades políticas e militares do tempo. Desvaneço-me de mencionar os nomes dos nossos preclaros colegas, Virgílio Távora e Franco Montoro e do Presidente Ulysses Guimarães, que o integraram, dando-lhe a notável contribuição de sua cultura, do seu espírito público e de sua fecunda operosidade.

Muito fez pelo País este Governo. Manteve respeitado no exterior o nome e a honra do Brasil. Conteve a marcha da desnacionalização de nossa economia. Regulamentou, com severidade, o capital estrangeiro, ampliou o potencial de Paulo Afonso. Assentou as bases para a construção da hidroelétrica de Boa Esperança. Pavimentou a Rio/Bahia, bem como a ligação Recife/João Pessoa/Campina Grande. Fez aprovar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e levou a efeito estupenda obra educacional e de saúde pública, ao mesmo tempo em que

promovia, sob inspiração cristã e democrática, uma política social das mais justas e humanas.

Mas, se nenhuma dessas realizações houvesse sido empreendida, bastaria, para orgulho nosso e a tranquilidade de consciência dos que comigo colaboraram, que soerguemos a Nação combalida e na iminência da desagregação política e social para reintegrá-la, próspera e dinâmica, na plenitude do vigor de sua vocação democrática.

Graças sejam dadas ao Senhor! O Senado tem sido ao longo de nossa História o palco de todas as lutas pela liberdade de nosso povo.

A sua gloriosa missão em sua existência sesquicentenária tem sido a resistência à opressão e a constante porfia pelo fortalecimento de nossas instituições democráticas. É a grande e monumental forja em que se nacionalizam, abrasileirando-as, as aspirações regionais, unificando-as na solidariedade pátria, cimento inquebrantável de nossa unidade política.

Quando lançamos um olhar retrospectivo para o nosso passado, custa-nos crer tenha sido possível aos nossos ancestrais reunir tanta inteligência, energia e imaginação para que pudéssemos ser hoje a Nação continental de que tanto nos ufamamos.

Vasconcelos e Paraná plantaram as nossas instituições livres para ordenar o caos e disciplinar a desordem. O Visconde do Rio Branco e do Uruguai, notáveis arquitetos da nacionalidade, deixaram esculpidos no seu frontispício a marca do seu gênio político. Quem não se emociona diante do vulto épico do Marquês de Olinda, coestaduno de Vossa Excelência, Senhor Presidente, Deputado às Cortes de Lisboa, Regente, por quatro vezes Presidente de Gabinetes Ministeriais, o primeiro escolhido pelo Imperador para compor o seu Conselho de Estado, inflexível nas suas convicções, conservador e quase reacionário, mas

personalidade sem a qual o Brasil ter-se-ia perdido em meio às turbulências de sua formação.

Quando nos lembramos que esta Casa foi honrada com a presença de Caxias e Osório, nós nos damos conta da sua grandeza moral e das suas imensas projeções históricas. Caxias, grande na guerra, maior na paz, símbolo mais alto da integridade nacional, espada mais do que invicta, porque imaculada, consciência inconsútil, energia serena que consolidou a unidade da Pátria.

Osório, o bravo dos bravos, desambicioso sempre digno no serviço da Pátria. Quando os seus amigos liberais instigaram-no para, com o prestígio de sua espada, alterar a situação política que lhes era adversa, proferiu, em resposta, uma frase que deveria estar gravada em todas as bases, casernas e quartéis de nosso País, pela lição perene de dignidade militar que nela se encerra: “A espada que trago na bainha é para defender a Pátria contra os seus inimigos, jamais para tiranizá-la.”

Cotegipe e Zacarias de Góes e Vasconcelos, dois epígonos do maior porte, no Governo ou na Oposição, fixaram para a História o perfil de suas vigorosas personalidades.

Gaspar Silveira Martins é outro nome que retumba de glória nos recintos austeros do Senado.

Rui Barbosa e Pinheiro Machado em nossa Casa escreveram a História da Primeira República. Rui Barbosa, a eloquência, a pregação infatigável dos ideais democráticos, o horror a todos os tipos de violência, a fé inabalável no império da lei, da justiça e da liberdade.

Pinheiro Machado, o realista frio, o estrategista imbatível, o que lhe faltava em concepções idealísticas, sobrava-lhe na interpretação realista das condicionantes e limitações da capacidade política do nosso povo.

Rui e Pinheiro, sempre adversários, completavam-se, no entanto, como intérpretes do Brasil em que viveram. Rui preconiza

o Brasil do futuro, liberto das garras do subdesenvolvimento cultural e político. Pinheiro Machado aceitava o Brasil das intervenções, dos estados de sítio, das atas falsas, das depurações, como se não houvessem outras alternativas para assegurar a ordem, manter a autoridade, e promover a continuidade do Brasil.

Arthur Bernardes, Nereu Ramos, Juscelino Kubitschek, Petrônio Portella marcaram, com o seu talento político, a sua passagem por esse átrio augusto.

Não citei a todos os que engrandeceram a nossa Instituição, mas aqueles a que omiti eu os homenageio naqueles que mencionei, sem dúvida vultos excelsos que sintetizam, no esplendor de suas vidas, a expressão pinacular do nosso Senado.

Todos os que invoquei foram senadores, já não mais estão entre nós, mas os seus espíritos supervagam a atmosfera moral do nosso venerando sodalício, como numes tutelares a nos inspirar, nos dias de crise, a nos animar diante das vacilações e incertezas e a nos apontar, na escuridão e no colapso dos valores democráticos, que eterno é o destino do Brasil.

Este o patrimônio de que somos guardiães e que nos foi transmitido num como que fideicomisso inconspicível e que devemos passar às gerações futuras, ampliado nas suas proporções, enriquecido nas suas tradições e dignificado na sua fidelidade à alma democrática do nosso povo.

As últimas eleições marcadas de humilhantes casuísmos, de inéditas e afrontosas pressões do oficialismo, corrompidas, em escala jamais vista pela ação desenvolta e desassomburada do poder econômico do Estado e da iniciativa privada, assinalaram, não obstante, uma etapa da maior importância na recuperação do nosso processo democrático. A Nação entretanto não suportará outra eleição igual à que por último assistimos e, para evitar as suas consequências que lhe serão fatalmente funestas, urge que a nova legislatura comece a cuidar, desde

já, de novos métodos e processos que assegurem, por inteiro, a honestidade e a veracidade dos pleitos, protegendo o voto de todas as garantias que o abroquelem contra as falsas seduções da demagogia, das deformações da violência e da ação deletéria da corrupção.

Estruturar uma democracia, sem aprimorar o seu regime partidário e sem aperfeiçoar a sua organização eleitoral, é realizar obra precária e insustentável, será sempre um exercício inconsequente de um esforço político em terreno sáfaro.

Criar novas instituições eleitorais é um imperativo inadiável da sobrevivência democrática do País.

A cediça observação da Nação dividida em dois blocos nunca foi tão evidente. De um lado um País legal, que se exaure na impotência de suas debilitadas energias e, de outro, o País real, vivo, exuberante e estuante de vitalidade.

Houve, nos últimos decênios, uma forte contenção na marcha evolutiva do pensamento político nacional. Há uma perigosa defassagem entre o País legal e o País real. Aquele amarrado a estruturas anacrônicas, superadas e obsoletas; e este repleto de seiva, dinâmico e criador, mas contido na sua expansão, na sua modernização e impedido de manifestar o seu ímpeto evolutivo.

Harmonizar essas duas faces da Nação só será possível através de ampla e profunda reforma eleitoral, que faça do voto um instrumento eficiente da reforma nacional. Está na criação do Estado de Direito, na Democracia Representativa e Participativa, no respeito à autonomia dos Três Poderes da República, na restauração da Federação, em linhas de modernidade e adaptação às realidades socioeconômicas do nosso País. No reconhecimento, não como liberdade, mas como direito inalienável da dignidade nacional dos direitos e liberdades fundamentais de todos a uma vida decente, sem medo e sem humilhações, com trabalho digno para todos os

nossos concidadãos. E promover a justa distribuição da riqueza e a ampla formação de uma cultura, que, sendo universal nos seus parâmetros, seja nacionalista no seu fulcro, protegendo as nossas tradições e os valores de nossa espiritualidade.

Não nos resta, ainda, por muito tempo outra alternativa. Ou promovemos com urgência as grandes transformações que a Nação reclama em altos brados, que só os deliberadamente surdos não querem ouvir, orientando-as, dirigindo-as e incorporando-as, com inteligência política, à nossa existência, ou, então, não nos iludamos, essas transformações se farão à nossa revelia, sem nós e até contra nós, pela força e a violência, levando de roldão, na sua fúria, o muito que deve ser preservado e que constitui o acervo indestrutível de nossa civilização.

A reorganização institucional de nosso país é a mais importante das tarefas impostas à nossa geração. Não poderemos falhar nesse compromisso histórico, porque sobre nós recairá a maldição das gerações futuras. Vamos nos entregar a esse trabalho, dando ao nosso povo uma constituição justa, moderna, instrumento de sua emancipação política e econômica e que se constitua na pedra angular do majestoso monumento de nossa irreprimível vocação democrática, elemento fundamental de nossa destinação histórica. Não hesitemos por mais tempo. Enfrentemos esse desafio com todas as nossas energias. Sem facciosismos, sem preconceitos, sem espírito de clã, animados todos da consciência da eternidade de nossa Pátria, cujo povo se recusa a continuar vivendo na pusilanimidade, na mediocridade e no aviltamento dos valores impostergáveis de sua formação.

Nação sem Constituição oriunda do coração do seu povo é nação mutilada na sua dignidade cívica, violentada na sua cultura e humilhada em face de sua consciência democrática.

O nosso povo se debate na voragem da mais devastadora de todas as crises que o tem assolado.

Desarvorado em meio ao colapso dos valores éticos da sua tradição cristã, ele está aturdido com a desordem administrativa do seu País, esmagado pela pressão econômica, angustiado por uma implacável inflação que solapa as suas resistências econômicas, acirra a luta de classe, reduz o poder de compra dos nossos trabalhadores, proletariza a nossa classe média, esteriliza no espírito da nossa juventude a nobreza dos seus ideais e põe em risco a sua própria estabilidade e segurança.

O nosso povo está aflito, inseguro, intranquilo em face dessas acabrunhantes realidades. Já não teme pelo seu futuro, mas pelo dia de amanhã, que lhe pode reservar as mais duras e penosas decepções no seu cotidiano já trágico.

O desemprego já não é mais uma ameaça, mas uma presença terrível em todos os lares de nossa Pátria. Desativam-se as empresas. Aumentam-se os números das falências e concordatas. O clima da estagnação e do desânimo envolve o País. Caem os níveis da produção na indústria e na agropecuária. O comércio se estiola. A renda *per capita* se reduz de ano a ano de forma alarmante e, em consequência, torna-se negativo pelo terceiro ano consecutivo o crescimento do nosso Produto Interno Bruto.

Não adianta a essa altura buscar as causas responsáveis pelo descalabro. Deixemos esse encargo para os historiadores e estudiosos. Basta registrar que os erros foram catastróficos.

A nós homens públicos, com responsabilidades irrevogáveis diante do nosso povo, o que cabe é encontrar os caminhos que nos soergam da terrível adversidade a que fomos lançados. O desafio é grande demais para ser enfrentado tão somente pelos tecnocratas do Governo. Ele exige para ser conjurado o esforço de toda a Nação numa como que união sagrada para libertar o nosso povo da angústia e sofrimentos que o infelicitam nesta hora desesperada e sombria.

Recuso-me a admitir que a institucionalização da recessão seja o rumo indicado para a superação da crise. Uma Nação com cento e vinte milhões de habitantes, com as suas peculiaridades geográficas e econômicas como a nossa, só vencerá os seus antagonismos lutando, trabalhando e crescendo.

A recessão prolongada terminará por destruir o nosso sistema produtivo. Explodirá com o nosso parque industrial. Enfraquecerá o nosso mercado interno. Levará o desânimo às atividades agropecuárias. Ver-nos-emos novamente transformados, para gáudio das grandes nações industrializadas num povo banido dos mercados internacionais, para colocação dos seus produtos industrializados, tendo que nos conformar em ser, como dantes, uma Nação fornecedora de matérias-primas, para alimentar os complexos industriais das grandes potências capitalistas.

A recessão nunca. Ela será túnica de aço sobre a Nação para empobrecê-la, impedir a sua afirmação histórica, colonizar o nosso povo e condená-lo a viver no subdesenvolvimento e na miséria.

Não faz muito, em oração lapidar de grande repercussão, mestre Afonso Arinos de Meio Franco que marcou a sua presença nesta Casa com a notável participação de sua capacidade política e de sua ampla e profunda ilustração acentuava:

“A credibilidade e a confiança são as fontes da esperança. A hora que vivemos neste Brasil confuso, temeroso e descrente, é austera e grave, prenhe de angústias, incertezas e receios. É, sem dúvida, uma hora de desesperança, mas não ainda de desespero.”

Se ainda não entramos, mercê de Deus, na faixa do desespero, dela não estamos muito distantes. Não há segmento da organização nacional que não apresente os sintomas inquietantes da insegurança, da perda de confiança, a prenunciar dias tormentosos, de inconformismos e agitações.

Se ainda não entramos, mercê de Deus, na faixa do desespero, dela não estamos muito distantes. Não há segmento da organização nacional que não apresente os sintomas inquietantes da insegurança, da perda de confiança, a prenunciar dias tormentosos, de inconformismos e agitações.

Há que tudo fazer para desanuviar os horizontes, para desanuviar os espíritos. Só os ingênuos, ou os politicamente retardados a essa altura do século ainda alimentam a crença de que o radicalismo ideológico seja o único processo de promover mudanças, reformas e transformações em países como o Brasil. Nada mais falso. Ele suscita o ódio e inspira violência, é eficiente na destruição, mas impotente na construção e incapaz de levar a efeito obra política estável e eficaz.

Mesmo os Partidos políticos, até mesmo os mais provados nas lutas democráticas, quando se enrijecem em tomo dos seus postulados, colocando-os acima da realidade política são levados pela dinâmica da gravidade dos acontecimentos a praticarem o confronto, estágio perigoso e indesejável em meio ao quadro inconsistente e cambiante de nossa precária situação política.

(Aparte: Senador Luiz Cavalcante)

A intervenção de V. Exa. opulenta o meu discurso, nobre Senador Luiz Cavalcante. A despeito das perspectivas sombrias que temos pela frente, eu, não obstante, não participo nem de um estado de espírito de pessimismo, nem de derrotismo. Nós temos, dentro do nosso País, energias suficientes para rompermos todas as barreiras que aí estão, empecendo o nosso desenvolvimento e impedindo o nosso crescimento, para atingirmos aquele estágio de potência que, queiram ou não, o futuro nos reserva.

(Aparte: Senador Aloysio Chaves)

Senador Aloysio Chaves, as palavras de V. Exa. deram-me atributos que eu não tenho; só a sua imensa generosidade poderia descobrir na minha apoucada personalidade essas virtudes a que V. Exa. se refere. Mas eu o conheço na sua bondade, eu o conheço na sua sinceridade, e as recolho como uma consagração para a minha desprezível vida pública.

(Aparte: Senador Humberto Lucena)

Nobre Senador Humberto Lucena, V. Exa. falou como velho amigo e falou como Líder do PMDB. A generosidade do amigo, a elas eu já estou habituado desde muitos e muitos anos, porque temos estado sempre nas mesmas trincheiras, lutando pelas mesmas causas ombro a ombro. As palavras do amigo são suspeitas, mas como V. Exa. fala como Líder desse nosso glorioso Partido, o PMDB, tão extraordinário no papel que desempenhou nesses últimos anos para reconstrução da democracia no Brasil, tão extraordinário na resistência que ofereceu aos desígnios da ditadura e às opressões do autoritarismo, é sumamente penhorado que eu o ouço. Nesta jornada, V. Exa. tem tido um papel da maior importância, pela sua bravura, lealdade, tenacidade e firmeza, porque é de homem como V. Exa. que a Oposição precisa para poder alcançar os seus objetivos sem ódio, sem medo e sem subserviência.

(Aparte: Senador Murilo Badaró)

Senador Murilo Badaró, as palavras de V. Exa. me emocionam. Embora elas venham de um velho amigo, a quem me vinculam laços da mais profunda afeição, pois que, já através do seu venerado progenitor, parlamentar ilustre, homem público dos mais notáveis do nosso Estado, nós já cultivamos um relacionamento pessoal que sempre muito me enobreceu. Os acontecimentos políticos nos colocaram em campos opostos, mas nunca as nossas divergências políticas fizeram reduzir em mim o apreço, a estima e a admiração que não apenas eu, mas que todos os mineiros temos por V. Exa. O povo de Minas Gerais

muito espera ainda do seu talento, energia e patriotismo, para que o nosso Estado continue a ser o que sempre foi, aquela pedra angular, aquele centro de gravidade da nacionalidade brasileira.

(Aparte: Senador Nelson Carneiro)

Senador Nelson Carneiro, o aparte de V. Exa. é uma honra insigne para mim. Nós o conhecemos há mais de 30 anos na luta parlamentar, dando com o seu talento, a sua cultura e seu espírito público alguns dos instantes maiores da história parlamentar do Brasil nesses últimos decênios. Nós bem sabemos que feliz é a Nação, feliz é o Estado que possui um homem público, um estadista da sua envergadura moral e da sua envergadura política.

(Aparte: Senador Fábio Lucena)

Senador Fábio Lucena, maior que o coração de V. Exa. é somente o seu Estado. V. Exa. chega aqui moço, tem pela frente uma grande carreira política. No convívio diário com os seus colegas, V. Exa. vai sentir-se envaidecido de estar presente numa Casa e numa tribuna que é sem dúvida a mais alta e mais nobre do Brasil. E como é bom e belo servir o Brasil senão no Senado da República? Aqui todos nós aprendemos todo dia uma lição, um ensinamento, e cada dia, ao encerrar o nosso expediente, nós saímos daqui mais brasileiros, mais orgulhosos da nossa Pátria. V. Exa. tem uma responsabilidade enorme para com seu Estado, e há também deveres que V. Exa. vai cumprir com o seu talento, com a sua dignidade cívica e o seu destemor, nesta Casa. Mas esteja V. Exa. certo de que é no Senado da República onde a Nação se identifica com os seus mais altos e os seus mais nobres sentimentos. Pertencer ao Senado da República é um galardão que honra a todo brasileiro que tem a ventura de penetrar neste átrio sagrado.

(Aparte: Senador Marcelo Miranda)

Agradeço ao nobre Senador de Minas Gerais por Mato Grosso do Sul, pela honra com que se refere à minha pessoa, traçando dela um perfil do qual, sem dúvida, estou muito distante. A faixa limítrofe entre Minas e Mato Grosso do Sul é por demais estreita, mas os vínculos afetivos, de solidariedade moral e humana, que unem Minas a Mato Grosso, têm, sem dúvida, parâmetros verdadeiramente oceânicos. Mato-Grossenses em Minas Gerais estão em todos os municípios na zona triangulina, dominando tratores, debruçados sobre os arados, cultivando a nossa terra e ali levando o ensinamento da sua energia, do seu idealismo e da sua coragem. E os mineiros vão também para Mato Grosso, e lá chegando, levando a contribuição de nossa brasilidade, identificando-se com o sentimento do Mato Grosso e de tal forma o Mato Grosso do Sul absorve o que Minas tem de bom e de melhor, que acabou nos retirando e nos furtando V. Exa., que deveria ser um eminente Senador pelo nosso Estado.

(Aparte: Senador Lomanto Júnior)

Senador Lomanto Júnior, os que o conhecemos sabemos das demasias do seu coração. Temos a impressão de que V. Exa. traz dentro dele catadupas de bondade. Só assim é que eu compreendo e justifico essa responsabilidade histórica que me quer atribuir, que eu não posso recebê-la, que eu não a tenho e nem tampouco condições para exercitá-la. Ficarei feliz diante da minha consciência e me sentirei quite diante da minha Pátria se puder ser o que tenho sido até hoje, um artífice obscuro, sincero e devotado na construção da unidade, da grandeza e da concórdia em nossa Pátria.

(Aparte: Senador Carlos Alberto)

As vozes do Rio Grande do Norte nesta Casa foram sempre das mais eloquentes e das mais altissonantes. V. Exa. chega aqui numa idade raras vezes vista em outros parlamentares e V. Exa. tem pela frente todo o futuro do nosso País, todo o futuro

da nossa Pátria. Que nós possamos sempre contar com V. Exa. na linha de frente sustentando com denodo, com altivez e com galhardia os princípios democráticos, porque somente estes princípios imprimem e dão dignidade à existência.

(Aparte: Senador Amaral Peixoto)

Ouçõ V. Exa. tomado do maior respeito e da maior admiração tantos e tão profundos são os laços que nos vinculam quanto a atuação conjunta de rara intensidade nos diversos lances de nossa história nos últimos anos. Habituei-me sempre a ouvi-lo e a receber os seus conselhos que nunca, em meu espírito e no meu coração, eu o admiti um adversário; embora politicamente afastados jamais V. Exa. se distanciou da minha estima. Tenho por V. Exa. aquele respeito sacral que todos dedicamos às figuras excepcionais do nosso País.

O Presidente Juscelino Kubitschek costumava dizer - e o dizia reiteradas vezes - que o Brasil não sabe o homem público que possui em Amaral Peixoto. Posso dar também este testemunho.

Quando se tiver que escrever a História verdadeira, a história oculta, aquela que não vem para o proscênio dos acontecimentos, mas que é aquela que na verdade promove a tessitura dos fatos, dos acontecimentos, o nome de V. Exa. virá à tona e ocupará lugar de destaque no reconhecimento e na gratidão de todos os brasileiros.

Não prescindo dos conselhos de V. Exa. Sempre os recebi no passado. Quero recebê-los no presente. Quando me sentir deles carente, irei a sua casa, como sempre o fiz, para receber do seu senso político, da sua ponderação, da sua lucidez, a palavra tranquilizadora, a sua palavra iluminada.

(Aparte: Senador Lourival Baptista)

Senador Lourival Baptista, agradeço a V. Exa. as palavras generosas. Temos sido adversários tradicionais, o destino nunca nos permitiu que lutássemos na mesma trincheira. Mas, talvez,

por isso mesmo, porque sempre estivemos em campos adversos, eu pude sempre admirar e respeitar a V. Exa., e pudemos manter, nesses anos, um relacionamento afetivo, de admiração, que é um dos títulos de que muito me honro, na minha já longa vida pública. V. Exa. é um Senador que honra o seu Estado. V. Exa. é um Senador que dignifica a Nação.

(Aparte: Senador Alberto Silva)

Senador Alberto Silva, estou muito honrado com as referências amáveis de V. Exa. A sua recordação de que estivemos no Piauí por duas vezes, no curso de nossas campanhas políticas, me traz também ao espírito aquele cenário inesquecível daqueles imensos comícios, falando a mais de 30 mil pessoas, em concentrações que começavam às 19 horas e se prolongavam até às duas e às três horas da madrugada, sem que uma só pessoa se afastasse do seu lugar, e o povo continuasse a insistir com os oradores para que continuassem a falar. Pude ver o quanto V. Exa. é estimado, o quanto V. Exa. é respeitado, o quanto V. Exa. é admirado pelos seus coestaduanos, e creio que esse é o título que mais honra um homem público onde quer que ele se encontre.

(Aparte: Senador Almir Pinto)

Nobre Senador Almir Pinto, a palavra do Estado do Ceará, vindo por V. Exa., é para mim uma honraria excepcional. V. Exa. é um cearense típico, na cultura, na inteligência, no espírito público e na fé que o anima no coração. Feliz o estado que possui, nesta Casa, um representante da estatura de V. Exa.

(Aparte: Senador Lenoir Vargas)

Senador Lenoir Vargas, não sei como agradecer a V. Exa. as suas palavras amigas, a não ser aproveitando a oportunidade do seu aparte para tornar pública a minha eterna gratidão aos meus amigos de Santa Catarina, a cuja frente V. Exa. sempre

esteve, pela colaboração que sempre me trouxeram, pelo apoio que sempre me deram nos instantes mais difíceis da minha vida pública.

(Aparte: Senador Luiz Cavalcante)

Nobre Senador Luiz Cavalcante. Alagoas só é pequena geograficamente falando, porque ela é grande pois possui brasileiros como V. Exa. com a sua dignidade, com a sua independência, a sua altivez cívica. E sabe V. Exa. o quanto este Senado se sente enriquecido quando conta com a sua presença. Valendo-se de um conceito de Milton Campos, V. Exa. me faz uma generosa advertência. Estarei atento a ela. Já pratiquei o ato de fé e não tenho nenhuma dúvida que vou começar a palmilhar, dentro em breve, o ato de sacrifício.

(Aparte: Senador Gastão Müller)

Vejo que V. Exa. compartilha daquele preceito de que não se devem impor limites à infinita bondade de Deus. Invejo a fé de V. Exa. nos prodígios da ciência; oxalá ela me dê forças e energia para um dia poder voltar a esta Casa. Não custa nada alimentar esse sonho...

(Aparte: Senador Passos Porto)

Senador Passos Porto, a sua longa vida de honradez, sentimentos democráticos e idealismos é o maior elogio que podíamos fazer a V. Exa. e é levando em consideração o seu longo e digno passado que eu recebo as referências à minha pessoa como um título de mais alta deferência. Grato a sua generosa manifestação.

(Aparte: Senador Affonso Camargo)

Senador Affonso Camargo, V. Exa. traz no nome uma das mais belas tradições do seu Estado, tradições que V. Exa. não tem feito mais que enriquecê-las, ampliá-las e fortalecê-las. Honro-me da sua amizade. Tivemos uma convivência

diuturna em instantes decisivos para a história da democracia brasileira, nesses últimos anos. Refere-se V. Exa. ao episódio da incorporação. Foi, sem dúvida, uma decisão corajosa. A muitos pareceu temerária, mas a todos nós que dela participamos - e aqui está o Presidente Ulysses Guimarães que foi um dos fatores mais importantes desse acontecimento político - nós sabemos que ela foi, sobretudo, uma decisão da consciência, uma decisão de compromisso para com a democracia brasileira. Honro-me, hoje, de ser amigo de V. Exa. É mais um vínculo entre mineiros e paranaenses. Paraná e Afonso Pena é uma mesma história. Mineiros no Paraná são uma rotina, chegamos mesmo, em Minas, a nos enciumar dessa atração que o Paraná exerce sobre os nossos coestaduanos. Mas pode V. Exa. estar certo de que esses coestaduanos que lá estão, e são milhares, ali estão dando todo seu trabalho, todo o seu civismo e todo o seu devotamento ao engrandecimento do seu Estado.

(Aparte: Senador Pedro Simon)

Senador Pedro Simon, as palavras de V. Exa. muito me desvanecem. A política é destino, escreveu Napoleão. E o destino me aproximou muito do Rio Grande do Sul, o destino me vinculou muito aos homens do seu Estado; pude participar, na intimidade dos últimos anos de sua vida, do maior de todos os gaúchos e brasileiros deste século: Getúlio Vargas. Conheci de perto Oswaldo Aranha, que tinha para comigo um acatamento singular; convivi com Batista Lusardo que sempre abriu, de par em par, as portas do seu coração para receber-me. Hoje, eu continuo esta amizade na pessoa de V. Exa., pois que ela já vinha revigorando através de João Goulart, cuja memória eu cultuo com o mais vivo dos meus sentimentos. Partilhei com ele, com honra e dignidade do seu destino político e como me alegro constatar na medida que os fatos vão sendo decantados, reconhecido e vê-lo acatado numa manifestação de apreço que lhe vota hoje toda a Nação.

Grato às palavras de V. Exa., guardarei seu aparte como uma das mais altas manifestações de consagração pública que eu podia esperar na minha vida de homem público. E não esquecerei nunca de que Minas e Rio Grande do Sul, hoje mais do que nunca, têm de estar unidos pelo Brasil e pelo seu engrandecimento.

(Aparte: Senador Marco Maciel)

Senador Marco Maciel, V. Exa. traz para esta Casa as enormes responsabilidades de Pernambuco. Pernambuco do Marquês de Olinda, Pernambuco de Rosa e Silva, Pernambuco de Agamenon Magalhães. Esta tradição hoje se encontra em V. Exa. e ela se sintoniza, perfeitamente, com os seus sentimentos, com a sua inteligência e a sua inteireza verbal.

Pernambuco está hoje, como sempre esteve, de pé pelo Brasil, é esse Pernambuco a quem tanto deve a Nação que aqui está, pela palavra de V. Exa., a trazer-me um testemunho que muito me enaltece. Grato ao nobre Senador.

(Aparte: Senador José Lins)

Senador José Lins. V. Exa. hoje abusou do direito de ser bondoso para com o seu colega. As suas expressões muito me cativaram. Possa eu - e dirijo a Deus um apelo fervoroso neste sentido - possa eu - repito - corresponder a esses vaticínios, a esses conceitos que valem para mim como um testemunho de que não foi inútil a minha apagada vida pública.

(Aparte: João Calmon)

Nobre coestaduano do Espírito Santo, muito de propósito, friso a expressão coestaduano, porque, em verdade, Minas Gerais e Espírito Santo, no seu espírito, constituem uma mesma comunidade. Nós mineiros nunca nos sentimos estranhos em terras capixabas, como os espírito-santenses, estou certo, jamais se sentem deslocados dentro do território de Minas Gerais. É uma honra para mim ouvir as referências de V. Exa., a afirmação de seus princípios democráticos, a rotatividade dos partidos

no poder, porém, mais do que isso, a advertência partida de V. Exa., que tem uma ressonância muito especial, que é hora de encerrar-se o ciclo atual, para que esta Nação volte novamente a recuperar sua hegemonia civil, que é uma das características do regime democrático em todos os povos civilizados.

(Aparte: Senador Hélio Gueiros)

Senador Hélio Gueiros, as palavras de V. Exa. me sensibilizaram sobremodo. Primeiro, porque é a palavra do Pará, diante da qual todos nós brasileiros nos curvamos genuflexos, porque o Pará foi sempre um dos polos mais cintilantes da cultura brasileira; em segundo lugar, porque vem através de V. Exa. que eu, em pouco tempo de convívio nesta Casa, já pude aquilatar a cultura, a dignidade, a bravura cívica, por isso já estou prevendo para V. Exa., nesta Casa Alta do Congresso Nacional, uma atuação das mais fecundas, das mais cintilantes e das mais proveitosas para todo o Estado de V. Exa. e para o Brasil. Muito obrigado a V. Exa.

(Aparte: Senador Roberto Saturnino)

V. Exa. feriu a fibra sensível do meu coração ao invocar os vínculos de amizade que me prendiam ao seu progenitor, aquele grande Saturnino Braga, o pioneiro das nossas técnicas rodoviárias, aquele que primeiro teve a concepção ampla do que significavam as rodovias para o progresso de nosso País. Antes de conhecê-lo só pelo nome, passei a estimá-lo e admirá-lo, mas sinto-me muito feliz e espero que onde se encontre o velho Saturnino Braga, ele deva estar orgulhoso, sentindo nesses momentos em que V. Exa. voltou à vida pública como Deputado e como Senador a grande alegria, a grande satisfação, de haver deixado no Brasil quem melhor o possa representar. Grato às palavras amáveis de V. Exa.

(Aparte: Senador Milton Cabral)

Senador Milton Cabral, V. Exa. é suspeito para proferir as palavras que acaba de anunciar. São antigos os laços de amizade

que nos prendem, vêm desde o seu progenitor e outra coisa não temos feito no curso de nossas existências senão consolidar e fortalecer esses vínculos de amizade.

Não posso e não devo aceitar a responsabilidade que V. Exa. generosamente coloca sobre meus ombros. A solução dos grandes problemas nacionais é uma obra de todos nós, é uma obra em que devem participar todos os brasileiros, porque para a realização dos nossos objetivos permanentes há lugar para todos aqueles combatentes que, com lealdade e boa-fé, queiram trazer a sua contribuição para que o Brasil possa realizar, em toda a sua plenitude, os seus objetivos históricos. Muito obrigado a V. Exa.

(Aparte: Senador Benedito Canelas)

Senador Benedito Canelas, V. Exa. me deixa realmente aturdido diante da generosidade de suas palavras. Continuo com o mesmo ânimo, a mesma determinação, a mesma coragem, a mesma bravura, a servir o seu Estado, porque é a melhor maneira de servir ao Brasil. Muito obrigado.

(Aparte: Senador Martins Filho)

Senador Martins Filho, levarei na minha gratidão as palavras de V. Exa., elas, em verdade, muito me desvanecem e muito me enaltecem. Não esquecerei nunca este momento em que as ouço, porque sei do valor moral que V. Exa. representa na política brasileira.

(Aparte: Senador Marcondes Gadelha)

Agradeço o testemunho de V. Exa. Ele, realmente, vem enriquecer a nossa modesta biografia. É o testemunho de uma inteligência moça, de um homem preocupado com o destino nacional, de um homem atormentado com os problemas do nosso povo. Imensamente grato a V. Exa.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, continuando no nosso discurso, afirmo: se a ação do radicalismo ideológico é

desagregante, a do radicalismo partidário, levada ao extremo, é infecunda e esterilizante. Impede as reformas, paralisa a administração pública, gera o facciosismo do Governo e leva as oposições aos protestos do sectarismo, ditados pela lesão dos seus direitos e pelo desrespeito às suas prerrogativas.

A Nação na fase atual de sua evolução não comporta nem lutas partidárias acirradas, nem luta de classe exacerbada. Há que encontrarmos, com urgência, o caminho do entendimento, se não em torno dos problemas menores do nosso povo, certamente em torno dos graves e complexos problemas de nossa ordem institucional e econômico-financeira.

Debatemos esses problemas com elevação e patriotismo, retiremo-nos dos gabinetes fechados da autossuficiência tecnocrata, vamos expô-los ao sol da praça, através de estudos e amplas discussões nas duas Casas do Congresso, em que os erros sejam apontados, as falhas corrigidas, fixadas novas diretrizes e adotados novos rumos para o destino do País.

A perplexidade que aí está pode nos conduzir à estagnação, o pior dos flagelos a atingir um povo que precisa, anualmente, de criar no mínimo um milhão e quinhentos mil empregos para assegurar a sua estabilidade social.

União nacional, diálogo, entendimento, conciliação, trégua são nomes de um estado de espírito que está se formando na comunidade nacional ávida de segurança, temerosa em face dos acontecimentos, aflita e angustiada na ausência de perspectivas ensolaradas.

O Brasil dos nossos dias não admite nem o exclusivismo do Governo nem o da Oposição. Governo e Oposição, acima dos seus objetivos políticos, têm deveres inalienáveis com o nosso povo. Mantenha-se cada um inquebrantavelmente fiel aos seus programas e compromissos. Não há por que

arriar bandeiras ou renunciar princípios, porque seria uma inqualificável traição, mas que se encontre um terreno limpo e nobre onde todos possamos nos encontrar emancipados de preconceitos e libertos de idiossincrasias para a obra comum do engrandecimento nacional.

No passado, em horas menos graves, com Paraná no Império, com Marechal Dutra na República, com Gabinete que presidimos ainda recentemente, foi possível a convergência de todos os esforços para controlar as crises que colocaram em risco as instituições.

Não será agora, com a Pátria sacudida pelo vendaval de uma crise de proporções oceânicas, que haveremos de assistir ao seu soçobrar, inibidos de qualquer iniciativa, porque, confessemos-lo sinceramente, porque está nos faltando grandeza nas decisões e coragem nas iniciativas.

Vamos nos valer ainda uma vez da palavra sempre ilustre de Afonso Arinos, que nos traça um roteiro preciso nessa sombria encruzilhada em que nos encontramos. Ouçamos o mestre:

“Parece cada vez mais evidente que o caminho da recuperação brasileira é o da composição, nunca o da confrontação, o livremente consensual e não o autoritarismo impositivo, o jurídico e não o tecnocrático.”

Com que profundo pesar encerro hoje a minha obscura vida de parlamentar.

(Aparte: Senador José Sarney)

Senador José Sarney, a nossa vida pública tem se conduzido sob dois signos: o do amigo e o do adversário. Nunca nos foi possível cruzar os nossos caminhos, sempre estivemos em linhas paralelas, lutando, cada um de nós, pelo que, no nosso entendimento, nos parecia mais acertado.

V. Exa. advoga com entusiasmo a tese da conciliação e da

trégua, mas permita V. Exa. que lhe pondere a responsabilidade maior no desarmamento dos espíritos, a responsabilidade maior para a compreensão entre todos os brasileiros deve partir justamente do Governo e do seu Partido. E, infelizmente, no curso desses anos, isso não tem acontecido. É lamentável registrar que a oposição brasileira nunca foi tratada com a dignidade a que ela tem direito, e nunca foi considerada pelo Governo como uma força das mais atuantes e das mais importantes na reconstrução nacional.

Fico muito contente de V. Exa. a esta hora já nos fazer, a nós da Oposição, esta justiça de achar que somos interlocutores dignos para que junto possamos, realmente, soerguer esta Nação da situação deplorável a que foi conduzida por lastimáveis acontecimentos com os quais, mercê de Deus, a Oposição nada tem que ver.

Vamos caminhar juntos, sem a preocupação de acerto de contas, mas com a preocupação de responsabilidades recíprocas. Realmente, a hora é extremamente grave, o que o povo brasileiro espera, de Governo e Oposição, é que estejamos à altura das graves responsabilidades históricas que incidem sobre os nossos ombros.

(Aparte: Senador José Sarney)

V. Exa. me perdoe, mas não coube a mim imprimir conotação político-partidária ao meu discurso. Foi V. Exa. que num aparte candente, fez a apologia da concórdia, da conciliação nacional, e deixou muito claro, nas suas palavras, que era o Partido de Oposição que estava criando dificuldades. Precisamos nos encontrar, em terreno comum, para dar ao País melhores dias e, ao seu povo, horas de mais segurança, paz e felicidade.

Mas não desejo, de maneira nenhuma - e V. Exa. vai-me permitir - não entrar, neste momento, e nesta hora em que sou alvo de considerações especiais de todos os meus pares,

correligionários e adversários, descer o meu discurso para um debate que, sem dúvida, terá outra oportunidade, em outras sessões deste Senado, travado por V. Exa. com parlamentares mais habilitados, mais competentes do que eu para focalizar o assunto.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, com que pesar encerro, hoje, a minha obscura vida parlamentar.

A emoção me comprime o coração; só não o estraçalha porque levo comigo a certeza de que aqui, nesta Casa, em ambas as bancadas, na do Governo e na da Oposição, ficam valorosos legionários da liberdade, que não permitirão, enquanto forças tiverem, que jamais se apague do altar da Pátria a lâmpada votiva da Democracia.

Sem ela, a vida se torna vil, os homens se corrompem na subserviência ou na violência, e a Pátria escravizada perde o senso de sua própria dignidade.

A nossa geração viveu e assistiu de perto ao que é o liberticídio. Que aquela época sinistra, seja proscrita e para sempre da nossa história.

Aos que ficam, as homenagens do nosso respeito e admiração. Aos que aqui estiveram e não mais se encontram, cujo convívio tive a honra de participar, na impossibilidade de tributar a todos o preito de minha veneração, eu os saúdo na pessoa de três grandes colegas, que ampliaram e iluminaram os parâmetros desta Casa Veneranda.

Do lado do Governo, eu invoco Jarbas Passarinho, bravo, culto e idealista. Nele o Governo nos anos em que aqui esteve encontrou o mais nobre, competente e dedicado defensor de suas teses e posições, expondo-se, não raro, a um calculado sacrifício político para não faltar aos seus deveres de lealdade.

Do lado da Oposição, Paulo Brossard, que elevou aos mais altos píncaros da dignidade parlamentar a atuação oposicionista do Senado. A sua passagem entre nós ficou assinalada nos nossos anais como uma das fases mais cintilantes de nossa vida parlamentar. Orador de eloquência arrebatadora, com uma imensa cultura humanística e jurídica, infundia-lhe compacto respaldo, dominou essa tribuna com os arroubos de sua oratória, os raios de sua objugatória, os golpes fulminantes de suas críticas implacáveis, sempre armado da mais perfeita ética, a revestir, na coragem indomável, uma bravura que o impôs definitivamente na galeria dos grandes homens públicos do nosso País.

E, por último, reverenciamos aquele que, pela sinceridade de sua pregação, o calor de suas convicções, o sublime devotamento de sua existência a um ideal, ultrapassou as barreiras partidárias para se transformar num símbolo da nacionalidade, na sua luta edificante por um Brasil mais justo, humano e digno. Eu me refiro a Teotônio Vilela.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não há por que nos deixarmos tomar de pessimismo ou de derrotismo em face do nosso futuro. As crises passam e o Brasil fica. O que nos cumpre é perseverarmos na peleja pela dignificação da sua consciência democrática, exterminando o arbítrio onde quer que ele se instale, revigorando e humanizando a sua economia, para que a miséria seja banida do nosso território, aprimorando a sua cultura para fazer dela o instrumento da definitiva emancipação do nosso povo.

Essa a nossa cruzada. Nela não há lugar para os pusilânimes, os céticos, os apátridas e nem para os espoliadores da nacionalidade. Vamos para a luta, que nela há lugar para todos os combatentes que não perderam a fé, não desertaram do ideal e nem se acovardaram diante do sacrifício.

Posse no Governo de Minas Gerais²⁹

Mineiros, o primeiro compromisso de Minas é com a liberdade. Quando ainda não havia caminhos e cidades nestas montanhas, os pioneiros, descortinando o alto horizonte, sentiram que nelas não haveria pouso para os tiranos, nem chão para as quimeras totalitárias.

Minas nasceu da luta pela liberdade. E porque a liberdade é o ânimo das pátrias, a Nação surgiu aqui, na rebeldia criadora dos inconfidentes, que nos deram por bandeira o mais forte de todos os ideais. Não se deve ao acaso que esta praça e este palácio tenham a mesma denominação.

Liberdade é o outro nome de Minas.

Mineiros, Deus me concedeu o privilégio de servir à causa de Minas desde que deixei os bancos escolares. Neste serviço não tive descanso, mas nunca me faltou a alegria, porque o cumprimento do dever é a completa forma de ser feliz. No serviço a Minas, amadureci emoções e aprendi que a política se faz com arroubos e sonhos, mas também com serenidade e razão.

Se lhes falta o entusiasmo renovador dos jovens, se carecem do calor fecundo dos reformadores, as nações sucumbem na apatia e se entregam facilmente aos déspotas. Mas de nada valerá a generosa entrega da juventude, nem a pregação criadora dos idealistas, se faltar aos movimentos políticos a razão da prudência. Em momentos como os que vivemos, ela deve sobrepor-se às facções e aos partidos.

Mineiros, depois de quase duas décadas, o povo reassume seu direito de dizer quem deve ocupar a suprema magistratura do Estado. Sinto-me orgulhoso de ter sido conduzido, pelo voto livre de Minas, a esta posição que considero a mais alta de quantas tenho ocupado em minha vida pública. Não me

²⁹ Discurso de posse no cargo de governador do estado de Minas Gerais, no Palácio da Liberdade, em 15 de março de 1983.

estimulam, nesta estação de tempo, as pompas do poder, mas é grato à alma merecer a confiança da gente montanhesa para a desafiadora tarefa de restaurar a palavra de Minas no serviço do Brasil.

Somos orgulhosamente sabedores da importância de Minas para a grandeza e o equilíbrio político do nosso País. Por isso, jamais desertamos da responsabilidade de que nos tem incumbido a História.

Assim tem sido na paz – e assim tem sido quando não podemos evitar a guerra. Nas campanhas do Sul, como nos campos da Itália, estivemos à altura da coragem que a Nação nos reclamava.

Conhecida é a nossa tolerância, elogiada é a nossa disposição para o diálogo e a conciliação. Mas quando se trata da dignidade da Pátria e da defesa de sua soberania, somos intolerantes, intransigentes, ensandecidos de bravura. Porque, para nós, o amor a Minas é amor ao Brasil.

Há cinquenta anos, prefaciando “As Razões de Minas”, do meu inesquecível amigo Mário Casassanta, Gustavo Capanema colocava com lucidez a nossa posição. Passo a citar suas palavras:

“Minas não quis jamais viver para si, para a sua riqueza e para a sua cultura. Minas nunca teve uma ambição de caráter particular, nem nunca acalentou a ideia de sua diferença, de sua hegemonia ou de sua separação. O que Minas sempre ambicionou foi a sua perfeita integração no corpo e na alma do Brasil.”

Esta tem sido a invariável posição de Minas, desde os primeiros tempos. Sempre defendemos a união de todos os brasileiros para a construção da nacionalidade, sem o predomínio de uns estados sobre os outros, de umas regiões sobre as outras. E exatamente porque assim somos, estivemos entre os primeiros que reclamaram a Federação como a melhor

forma de convívio político no País. O senso comum aconselha-não só como pressuposto da paz política, mas também como razão administrativa. O retorno ao sistema federativo em sua plenitude é uma reivindicação nacional a que Minas dará o apoio de toda sua força política.

Mineiros, recordo, com renovada responsabilidade, a peregrinação cívica que fizemos pelo Estado. Bastaria esta campanha para recompensar-me das noites indormidas, passadas na busca dos entendimentos políticos e no desempenho das tarefas do governo nos diversos postos que ocupei, entre eles o de ministro do grande presidente Getúlio Vargas, de secretário de Estado do governador José Francisco Bias Fortes e primeiro-ministro no regime parlamentarista.

Era nossa velha e “formosa província de Minas” que acorria às praças públicas para dizer a um de seus filhos que ainda não chegara a hora do descanso, porque o entardecer se convertia, pela vontade de seus cidadãos, em nova manhã, e convinha que sua experiência servisse ao Estado nesta hora de incertezas.

Bastaria esta confiança, repetida em cada rosto, no Vale do Rio Grande e do São Francisco, do Doce e do Sapucaí, para recompensar toda uma vida pública. A estes mineiros, de mãos calejadas, que são a seiva e o sumo de nossa grandeza, quero dizer que não lhes faltarei.

Sei de seu sofrimento, que resulta das penosas condições econômicas do Estado. Não me são estranhos os números acabrunhadores de uma estatística dolorosa, que demonstra ser a vida não um direito de todos os que nascem, mas privilégio de uns e mera concessão da sorte a outros. Se não lhes posso prometer a definitiva solução dos graves problemas que os afligem, quero dizer-lhes que a Justiça é um outro nome da Liberdade. Este governo se inaugura sob o mandamento da austeridade e da honra. Dentro dos limites constitucionais que conformam sua

ação, será um governo severo, que agirá atendendo à rigorosa emergência destes dias. Nessa ordem de ideias, o direito à vida, à saúde, à educação e ao trabalho de todos os mineiros se coloca como prioritário em nossos esforços.

Dirijo-me com a emoção de filho, esposo e pai, às mulheres de Minas. Aqui, desde muito cedo, o lar foi sempre o centro de todas as preocupações políticas. A participação da mulher em nossa história, que vem de Bárbara Heliodora e Joaquina de Pompeu às incansáveis lutadoras de hoje, nunca constituiu um fato insólito. A mulher mineira sabe que só pode preservar a paz de seu lar se houver a paz para todos. Ela sabe que seus filhos só poderão saborear com alegria o pão, se ele for comum e se cheios estiverem os celeiros. Elas, nas jornadas eleitorais que temos vivido, jamais negaram-me apoio. Ao contrário: seu estímulo, manifestado muitas vezes em horas difíceis, foi decisivo para que prosseguisse na luta.

Mineiros, a meu lado estão as diversas regiões de Minas. Ao escolher os meus secretários, busquei-os em todas elas, para que, integrados na mesma tarefa, possam integrar o Estado, no cumprimento de sua missão histórica.

Não foi difícil dar equidade a todas as regiões, porque a nenhuma delas faltam homens públicos dotados de inteligência e de honra. Difícil foi escolher entre tantos, cujo valor moral e capacidade de trabalho fazem-nos iguais para o desempenho das responsabilidades de governo. Estou certo, por isso mesmo, de que, com lealdade a Minas, o Secretariado saberá cumprir as diretrizes do governador e submeter-se, como é da essência do sistema democrático, à vontade do povo expressa pela Assembleia Legislativa.

Assumimos o governo em hora de crise. A economia se estiola no desemprego e na redução das atividades criadoras da riqueza. Minas Gerais, em sua condição de Estado

mediterrâneo, sofre com mais intensidade os duros impactos dos desajustes nacionais.

Trazemos no sangue a resistência a todos os tipos de adversidade. Sempre enfrentamos vitoriosamente a fatalidade do destino e as contingências da vida. As calamidades não nos amedrontam; servem, antes, como desafio à nossa paciência, coragem e determinação; nas crises, mais nos unimos. Elas não nos abatem, fortalecem-nos o instinto de coesão. Retemperam-nos as fibras morais para a luta. Enrijecem-nos o caráter, aguçam-nos a inteligência. Impelem-nos ao trabalho, que realiza o milagre de converter as lágrimas da desolação nos cânticos alegres das colheitas. Ao trabalho que transforma o cansaço dos músculos tensos no bem-estar das coletividades felizes.

Não temos por que nos atemorizar, diante das perspectivas desanimadoras que vislumbramos. A hora é para os fortes, aqueles que não perderam a fé, nem a esperança. A Nação nos convoca a todos para o serviço sagrado de sua recuperação política e econômica. Estamos certos de que os mineiros não faltarão a esse chamamento.

Sabemos, porque sentimos em nossa carne, que as atividades rurais estão imersas no desânimo do esforço sem resposta satisfatória e na angústia de intolerável endividamento. Desativam-se as empresas industriais, com o cortejo sinistro do desemprego, que amplia a área da miséria, da dor e do desespero em tantos e tantos lares de Minas.

O comércio sucumbe ao peso de fortes encargos sociais e financeiros, e os empresários assistem, confrangidos, à inflação corroer seu patrimônio, somado, tantas vezes, pelo persistente esforço de várias gerações. A máquina administrativa, cara e obsoleta, cada vez mais se distancia de sua finalidade, tornando-se lenta e desumana.

O crédito, escasso e oneroso para os pequenos e médios empreendedores, faz a opulência dos grandes e poderosos. A casa própria, sonho de todo trabalhador, é hoje o seu flagelo. Esse quadro precisa ser alterado. Ele reflete uma quadra de perversas anomalias, geradas, em parte, mas apenas em parte, pela desordem econômica internacional. Só há um caminho para sair desta conjuntura cruel: é o trabalho. Não nos adianta confiar na ajuda internacional. Temos, nós mesmos, que abrir a estrada da redenção.

Meu governo estará presente no esforço honesto e bem-intencionado de todos e cada um dos mineiros que queiram trazer sua contribuição à obra comum do engrandecimento do Estado.

Não nos pouparemos nesse desígnio. Recuperaremos a nossa riqueza agropecuária. Reativaremos nossas indústrias. Reanimaremos nosso comércio. Com isso, e com a ajuda de Deus, haverá emprego para todos e salários condignos para a sobrevivência decente daqueles que trabalham. Não cuidaremos apenas de assegurar dias mais fartos ao nosso povo, mas dirigiremos nossa preocupação para o aprimoramento cultural da comunidade mineira.

Recuperaremos nosso acervo espiritual. Em nosso passado há imenso patrimônio cultural a ser preservado. Ele não pertence apenas aos mineiros, mas é de todo o Brasil. E deve servir às gerações de hoje e de amanhã como exemplo fecundo de nossa inteligência e sensibilidade. Não podemos, porém, viver somente do que nos deixaram os antepassados. Temos que convocar e amparar os novos talentos cujas manifestações de cultura em todas as atividades demonstram que está vivo em Minas seu singular espírito criador.

Toda obra de cultura é também obra de educação. Sem essa, a dignidade humana se avilta, e os valores mais sagrados se

perdem. Daí a necessidade de investirmos sempre e cada vez mais na valorização do homem, através do ensino. Vamos apelar para todos os mestres e mestras do Estado e, unidos, partir para a inadiável cruzada de promoção humana. Coloco a erradicação do analfabetismo como tarefa primordial de meu governo. Para que consigamos esse objetivo, não faltarão escolas, quaisquer que sejam os sacrifícios a serem impostos ao Erário.

A valorização do homem não está apenas em sua educação. É necessário que tenha também saúde. É preciso protegê-lo contra as endemias e criar as condições de vida que o integrem nos benefícios da civilização, cercando-o de todos os recursos que a ciência e a técnica colocam a seu serviço.

Seremos um governo de Justiça e Liberdade. Não fugiremos aos mandamentos da Constituição e ao cumprimento da lei. Essa indesejável determinação obriga-nos a olhar com desvelo os problemas do Poder Judiciário. Sabemos das necessidades da Justiça, que reclama instrumentos administrativos modernos.

Tudo faremos para que o aparelho judiciário de Minas possa exercer seu trabalho, com a agilidade que não perturbe sua sagrada tarefa de aplicar o Direito. Uma Justiça eficiente e respeitada pelos outros poderes do Estado é uma das imprescindíveis condições para a paz social.

A violência é abominável, seja exercida por delinquentes ou pelos agentes do Estado, e encontrará, deste governo, a mesma e cabal repressão. Para que possamos combatê-la com o rigor da Lei e com a presteza que a tranquilidade da cidadania recomenda, contaremos com a vigilância do Ministério Público e a permanente colaboração dos magistrados.

Sensível às reivindicações sociais, o Governo lhes dará seu apoio e solidariedade, enquanto se fizerem dentro dos limites da Lei. Não admitirá, porém, a subversão da ordem, a

deprecação do patrimônio e a agitação contra a segurança e o trabalho de todos.

Por outro lado, a corrupção carcome o cerne ético do nosso povo. Ela infesta o organismo social, manifestando-se por toda parte, com seus germes deletérios. Expurgá-la, onde quer que se instale, é nosso dever. Seremos intransigentes e implacáveis nesta determinação.

Mineiros de Belo Horizonte, deixei para o fim de meu discurso as palavras de gratidão que vos devo, e um compromisso particular que quero assumir convosco. Vim para esta cidade ainda adolescente, a fim de frequentar a sua Faculdade de Direito e exercer, enquanto estudante, o jornalismo.

Aqui vivi periodicamente como deputado federal e secretário de Estado, e vi como a imprevidência transformou a Cidade Vergel de Bilac na atormentada metrópole de hoje. Assisti, com o pesar de todos os homens de sensibilidade, ao drama das últimas enchentes, que levaram o luto a tantos lares humildes.

O expressivo apoio que me destes permanece em meu coração como nota de orgulho. Sois o centro e o resumo de Minas e tendes a independência do julgamento político como tradição. A expressiva maioria de votos que me conferistes tranquiliza meu espírito de homem público. Se mereci o vosso apoio, quando me conheceis de tão longo convívio, posso convencer-me de que, à parte vossa indulgência, com minhas faltas, prestei-vos alguns serviços de que vos recordais.

Amigos de Belo Horizonte, a recuperação desta cidade, com as indispensáveis obras públicas que a protejam das calamidades e desobstruam a circulação, não pode mais ser adiada. A conquista de espaços verdes, o saneamento de seus bairros pobres e a solução definitiva para o problema do Arrudas constituem o mais urgente programa de vosso futuro prefeito. Eleito pelo povo como deseja o meu partido, se a Lei vier a ser

alterada ou escolhido por mim, dentro dos critérios de probidade e competência, não lhe faltará o apoio do Governo do Estado, para que possamos voltar a ser a cidade de Belo Horizonte.

Mineiros, esperava cumprir o mandato de senador que me confiastes nas eleições de 1978, quando, através de vossos líderes regionais, convocastes meu serviço, como candidato a governador de Minas. Com os vossos sufrágios, assumo hoje esta responsabilidade. Ela não é apenas minha, mas também vossa. Dependo de vossa ajuda, de vosso entusiasmo, de vossa vigilância e de vosso trabalho, para que possa cumprir o meu dever. Quisestes fazer-me vosso governador. Não me falte, pois, o vosso apoio em todas as horas e dias de meu mandato.

Que Deus nos ajude.

O último ciclo do Governo Vargas³⁰

Estou sendo convocado para trazer um depoimento sobre o último ciclo de Vargas, ou seja, aquele que vai da sua eleição para a presidência da República em 1951 até aquele dia que marca a maior tragédia de nossa história republicana, ou seja, o seu suicídio.

A eleição de Vargas em 1951 marcou uma grande revolução nos quadros da política brasileira. Vargas vinha de um longo ostracismo na fazenda de Santos Reis, no Rio Grande do Sul. Lá ele permaneceu à distância dos acontecimentos políticos que, no entanto, se precipitaram no Rio e nas outras capitais do País.

Vargas resiste em ser candidato. Concorde até em apoiar um candidato do PSD à sucessão do marechal Dutra, que seria o eminente e saudoso brasileiro, que foi Nereu Ramos.

Nereu Ramos tinha o apoio de todo o partido. Tinha também o apoio das lideranças políticas mais respeitáveis do PTB e ostensivamente, em documento por ele firmado, o próprio apoio de Getúlio Vargas. Mas o Palácio, onde se encontrava a figura eminente do marechal Eurico Dutra, se opõe tenazmente à indicação do senador Nereu Ramos.

Ele foi vetado pelas altas cúpulas palacianas e, em razão do veto, diversas fórmulas foram levadas a efeito para se encontrar o candidato que deveria enfrentar o brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da UDN na disputa da presidência da República.

Surgiu então a chamada “fórmula mineira”. Três ilustres nomes de Minas Gerais foram sugeridos à escolha do partido oficial de então, que era também o majoritário, PSD, para candidato à Presidência da República.

Eram os nomes de Bias Fortes, o nome de Cristiano Machado e o nome de Ovídio de Abreu. O PSD se inclinou pela escolha do

³⁰ Conferência do governador Tancredo Neves no VII Seminário de Estudos Mineiros, realizado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, 1983.

nome do candidato Cristiano Machado. Diga-se de passagem, figura das mais eminentes da política mineira, pela cultura, pela compreensão, pelos relevantes serviços prestados ao Estado e ao Brasil. Era um parlamentar dos mais distintos. Dos homens públicos, dos mais cultos.

Fixada a luta presidencial entre o PSD e a UDN, a UDN sustentando o nome do brigadeiro Eduardo Gomes e o PSD sustentando o nome de Cristiano Machado, sentiu Getúlio Vargas que era chegado o momento de voltar ao poder. Instado pelos amigos, fortemente ajudado por eficientes colaboradores e tendo tido então o apoio de Ademar de Barros, que era poderoso e prestigioso governador do Estado de São Paulo, ele se lança à luta.

Travada a eleição, consagra-se vitorioso para o retorno já agora sob a égide da legalidade democrática, para o exercício da Presidência da República. O que há de impressionante nessa vitória de Getúlio Vargas é que ele, distanciado dos centros políticos do País, saiu do seu exílio e derrotou nessa luta que enfrentou os vereadores do Brasil, em esmagadora maioria; quase a unanimidade dos prefeitos do Brasil, dois terços das Assembleias Legislativas, a quase unanimidade do Congresso Federal: deputados e senadores.

Teve que enfrentar todos os governadores do Estado, com exceção feita a Ademar de Barros. E, não obstante enfrentando essa oposição, tendo que arrochar todas as forças políticas organizadas no Brasil, ele logrou a vitória, contando única e exclusivamente com seu carisma e com a grande acolhida que sempre encontrou no coração do povo brasileiro.

A sua posse não foi fácil. Diversas questões foram levantadas pelos seus adversários depois dele eleito. Inventou-se mais uma vez a tese da maioria absoluta. Achava-se que Getúlio Vargas, que fora eleito com 42% do eleitorado brasileiro, não tinha

alcançado 51% necessários à sua eleição. A questão despertou certo interesse. Os adversários levaram a tese ao Tribunal Superior Eleitoral e esse egrégio Tribunal, pela unanimidade de seus membros, decidiu que não prevalecia a arguição feita contra Getúlio Vargas, de vez que o princípio da maioria absoluta não figurava na Constituição da República.

Dificuldades de ordem militar foram também levantadas, até que alguns chefes militares vieram de público e ostensivamente tomaram o partido e a sustentação da posse de Getúlio Vargas.

Empossado na Presidência da República, ele deu início ao seu governo e o fez de uma maneira muito curiosa: um governo de conciliação, um ministério integrado por pessoas que não tinham nenhum carisma populista. Para o Banco do Brasil, foi convidado um esclarecido empresário de São Paulo, que foi Ricardo Jafet. Para a pasta da Fazenda, um conhecido financista-monetarista do Brasil, homem notável pela sua competência na época, que foi Horácio Lafer. Para a pasta da Educação, um intelectual eminente, ilustre filho da Bahia, o ministro Simões Filho, que se caracterizava pelas suas vinculações com os grandes produtores de cacau do seu poderoso Estado. Para a pasta da Agricultura, foi convocado João Cleófas, da antiga União Democrática Nacional, que era, não obstante, o líder mais consagrado e mais prestigioso dos usineiros do Brasil.

Este ministério foi logo de início chamado de “Experiência”, porque havia realmente entre ele e o governo que Vargas prometera uma grande contradição. Vargas prometera um governo popular e populista e organizara um ministério com as expressões mais graduadas e consagradas do conservadorismo brasileiro. E o que marcou realmente os dois primeiros anos do governo de Vargas foi realmente esta contradição. Era um governo monetarista, um governo que se caracterizou inclusive

por esta particularidade. No segundo ano do seu período de governo, realizou-se, pela primeira vez, o orçamento republicano sem déficit. Foi mantido o equilíbrio orçamentário. Mas isto foi alcançado através de pesado custo de ordem social. Os serviços públicos praticamente ficaram paralisados e houve realmente uma decadência enorme em todas as atividades vinculadas ao nosso processo de desenvolvimento econômico.

O que existiu de importante e realmente de profundas repercussões econômicas na vida do país, nessa primeira fase do governo Getúlio Vargas, foi a implantação da Petrobras. Desse processo participamos como deputado. É interessante notar-se como foi hábil o presidente Getúlio Vargas na condução do processo da Petrobras.

Hoje, a Petrobras é contemplada pela mocidade como um fato consumado. Mas não foi fácil a implantação da Petrobras e, sobretudo, o monopólio estatal da Petrobras. A luta apaixonou o país. Havia os partidários do monopólio estadual, havia aqueles que achavam que o Estado nada tinha que fazer com a atividade petrolífera no Brasil, de vez que não faltava o fortalecimento do petróleo a preço baixo pelos trustes internacionais ligados a este setor da economia.

Não obstante, o presidente Getúlio Vargas manteve-se firme na sua posição de dar ao Brasil absoluta autonomia no setor da energia, e dizia ele textualmente: “O povo que não controla a sua energia, as suas fontes de energia, será sempre um povo colonizado. Só seremos uma nação emancipada no dia em que o Brasil puder ter o comando e o controle das suas fontes de energia”.

A campanha pela Petrobras caiu nas ruas e era realmente muito interessante ver naquela ocasião espetáculos singulares que mostravam o quanto o acontecimento apaixonou a opinião pública.

Eu tive que participar no Rio de Janeiro, na Cinelândia, de um comício em favor da Petrobras, do qual participaram Luís Carlos Prestes, Arthur Bernardes e eu. Era interessante verificar-se como não havia sequer a discrepância das ideologias na luta para que o Brasil tivesse o seu monopólio estatal do petróleo.

O presidente Getúlio Vargas não enviou para a Câmara o projeto da Petrobras consignando nele expressamente a tese do monopólio estatal. Reuniu alguns amigos: Antônio Balbino, Walter Cavalcanti, do Ceará; Brochado da Rocha, do Rio Grande do Sul; fazia parte desse grupo também eu. Vargas nos disse que se ele mandasse ao Congresso o seu projeto em relação à Petrobras com a cláusula do monopólio estatal, este seria fatalmente combatido e violentamente combatido. Que ele ia mandar com a tese em aberto, mas que pediria a um de nós que apresentasse a emenda instituindo o monopólio estatal, porque assim haveria mais facilidade do Senado, de ver que os seus adversários poderiam apoiar uma emenda que não fosse apresentada como de sua autoria.

Assim se fez. O incumbido de apresentar a emenda foi o deputado Brochado da Rocha, e é interessante observar-se o quanto a malícia do Presidente era realista. Tão logo foi apresentada a emenda, os adversários de Vargas mais intransigentes no plenário tomaram conta da emenda e foram muito além do que nós pretendíamos. Os parlamentares da União Democrática Nacional passaram a apoiar a tese do monopólio estatal do petróleo e também as estatizações das refinarias e de todas as subsidiárias que viessem a ser criadas em razão do complexo petrolífero estatal no Brasil.

Foi, portanto, através de uma manobra inteligente e hábil, que ele conseguiu alcançar o seu objetivo. Aprovado o projeto que instituiu a Petrobras, já era eu ministro da Justiça, e tive a honra de ser um daqueles ministros que referendaram este importante diploma legal que trouxe ao Brasil um dos pilares mais importantes da nossa emancipação econômica.

Essa luta foi terrível. Ela deixou profundos desgastes. Vargas saiu da campanha com a agressividade contundente de todas as forças do capital estrangeiro sediadas no Brasil. E associada a esse capital estrangeiro, todas as forças políticas de oposição decorrentes do descontentamento da derrota eleitoral que Vargas havia imposto. Começou aí o processo de desgaste do governo do grande presidente do Rio Grande do Sul.

Este foi, sem dúvida, o acontecimento mais importante da primeira etapa do governo do presidente Getúlio Vargas: foi a implantação, a nacionalização e a monopolização da exploração do petróleo no Brasil e por brasileiros.

Já a essa altura o chamado “Ministério de Experiência” tinha sido substituído e já um novo ministério colaborava com o presidente Getúlio Vargas, para que ele pudesse chegar ao término de seu mandato, em meio a turbulências intensas de ordem política, que agitavam as instituições nacionais.

Foi neste quadro que Getúlio Vargas tomou mais uma decisão da maior gravidade: a criação da Eletrobrás, dentro da filosofia de que o país que não comanda as suas fontes de energia mais cedo ou mais tarde está condenado a viver num regime de colônia.

O Projeto da Eletrobrás ainda foi muito mais grave do que o projeto da Petrobras. A Petrobras era apenas uma ameaça potencial a interesses externos aqui instalados. Ao passo que a Eletrobrás era uma ameaça direta, era uma ameaça contundente a todos aqueles trustes internacionais, que eram os controladores do sistema de produção e distribuição de energia elétrica do Brasil.

Vargas não vacilou. Enviou o projeto da Eletrobrás para o Congresso. A campanha contra a Eletrobrás foi realmente mais violenta do que a campanha contra a Petrobras. O Getúlio mandou, juntamente com o projeto que criava a Eletrobrás,

o projeto de criação do Fundo Nacional da Eletrificação e aí começou, em torno do Fundo Nacional de Eletrificação, um outro debate apaixonante.

O Fundo era vultoso e era necessário que ele se vinculasse exclusivamente à iniciativa das estatais, mas começaram a aparecer aquelas teses que defendiam que esses recursos deveriam ser destinados a todas e quaisquer empresas que tivessem serviços de produção e distribuição de energia elétrica no país. Então fez-se uma campanha das mais tenazes, das mais duras, das mais implacáveis pela imprensa do país, sobretudo a imprensa escrita e pelo rádio. Congressos eram realmente promovidos em todas as grandes capitais do país e o que se dizia era que aquele recurso devia ser colocado à disposição das empresas particulares. Ora, como essas empresas, em mais de 90%, eram todas elas estrangeiras, o que se queria é que o recurso da poupança nacional, coletado do sofrimento do povo brasileiro, fosse colocado para consolidar, fortalecer e possibilitar a expansão dos trustes internacionais da energia elétrica no Brasil.

Getúlio resistiu, resistiu com uma grande coragem, com um grande destemor, com um grande espírito público e não permitiu que um só centavo desse Fundo fosse desviado de outros objetivos que não fossem o da nacionalização da indústria de energia elétrica no Brasil.

Esta campanha significou realmente a mais terrível lesão para a consolidação e o prestígio do governo do presidente Getúlio Vargas, porque já agora os interesses feridos eram por demais poderosos. Eles tinham praticamente o controle de todos os instrumentos de comunicações do país e desde então desencadearam contra o Presidente e o seu governo uma campanha de todo dia, de toda hora, de todo o momento, e todos os pretextos eram válidos para um único objetivo: promover a

derrocada e a derrubada do Presidente legitimamente eleito pelo povo.

Éramos já, nessa ocasião, ministro da Justiça, e mantínhamos com Getúlio Vargas, já a essa altura, uma relativa intimidade, dentro daquele clima respeitoso que ele jamais abriu mão em favor de qualquer pessoa. As pessoas que não conheceram o presidente Getúlio Vargas não podem sequer imaginar o que era o seu carisma de respeitabilidade. Ele era um homem que jamais permitiu a quem quer seja um gracejo, um desrespeito, uma brincadeira menos adequada na sua presença. E eu nunca vi, na minha convivência com ele, uma só pessoa que se aproximasse dele e logo de imediato não se colocasse numa posição de mais profundo respeito. E na minha longa convivência com todos os homens públicos do país, nestes últimos decênios, não encontrei ninguém que impusesse aos interlocutores uma atmosfera de tanto acatamento, de tanta austeridade e de tanto respeito, como fazia o presidente Getúlio Vargas.

Era um homem simples, um homem sem maiores manifestações de orgulho ou de vaidade. Pelo contrário, era um homem tranquilo, um homem sereno, muito mais paternal do que um censor. Ele estava sempre pronto a aceitar críticas de seus pontos de vista e o fazia sem que em nenhum momento houvesse da parte dele qualquer laivo de aborrecimento ou de uma contrariedade.

A sua convivência com os seus ministros militares, então, era exemplar. Vargas divergia, mais divergia com sobriedade, divergia com moderação, com palavras estudadas e calculadas. E todos os ministros se sentiam diante dele inteiramente à vontade para debater e colocar os problemas, discuti-los em todos os seus ângulos e ele sempre os ouvia com a maior atenção e o maior respeito. Mas era um homem que, uma vez formada uma convicção, dela não se afastava. Ele a sustentava quaisquer

que fossem os ônus, quaisquer que fossem os sacrifícios. O que impressionava na figura do presidente Vargas era sua constância e a sua permanente identificação com os interesses do Brasil, e com o povo brasileiro. E aí está, a meu ver, o grande segredo da sua permanência na história, e da projeção de sua personalidade até os dias de hoje.

Estes foram, sem dúvida, os dois grandes acontecimentos no último período do presidente Getúlio Vargas: a criação da Petrobras e a luta pela Eletrobrás. Além disso, tiveram a realização de um governo de conquistas sociais da maior importância. Vargas, em nenhum momento, se despreocupou da sorte do homem brasileiro. Sempre esteve preocupado em criar melhores condições de vida.

Convivi de perto com Vargas e convivi de perto com o presidente Juscelino Kubitschek. Dois grandes políticos, mas totalmente diferentes na concepção dos problemas políticos. Getúlio Vargas era um homem preocupado com a justiça social e Juscelino Kubitschek era um homem preocupado com o desenvolvimento econômico. Nunca entrei no gabinete do presidente JK sem o ver ao telefone aos gritos cobrando a conclusão de uma ponte, a conclusão de uma estrada, a conclusão de uma grande universidade, de uma grande realização de desenvolvimento econômico.

O presidente Getúlio Vargas iniciava o seu dia tendo pela manhã uma pequena pauta onde estava a alta do custo de vida nos artigos essenciais à vida do povo: do arroz, do feijão, do macarrão, da banha. Ele ficava atento ao preço do café. Ele sabia que, naquela ocasião, o café era o produto básico da nossa exportação e que qualquer colapso no preço do café significaria realmente o empobrecimento da nação brasileira. Atento à cotação do dólar, quando havia uma variação qualquer na alta do preço do dólar ele se impacientava, irritava-se e queria saber

por que estava havendo aquele processo de desvalorização do cruzeiro. Ele sabia que, defendendo a nossa moeda, ele estava na verdade defendendo um equilíbrio por demais importante. Essas duas divergências entre dois temperamentos marcam muito bem os dois períodos.

Vargas em nenhum momento abandonou as teses da estabilidade social e da justiça social, e só se permitia rasgos de desenvolvimento econômico quando achava que poderia promover esses empreendimentos de grande envergadura sem que houvesse, em decorrência disso, um processo inflacionário que significasse um empobrecimento da coletividade, a custo de um empreendimento de vulto.

Já o presidente Juscelino Kubitschek achava que a nação estava suficientemente capitalizada e que uma pequena inflação de 20 a 25% era perfeitamente legítima porque esta pequena inflação podia realmente servir de financiamento a mais frentes de trabalho, significaria mais emprego, significaria mais trabalho.

Os dois se completaram muito bem na sua concepção de governo. Enquanto Vargas trabalhou, empenhou, consolidou a nossa economia, Juscelino pôde realmente dar um impulso a este país, como ele dizia, de 50 anos em 5 anos.

A situação econômica do país era perfeitamente estável. Quando iniciamos o ano de 1954, não havia, naquele momento, maiores choques dentro da economia brasileira. Mas já em início de 1954, quando estavam para ser concluídas as refinarias de São Paulo, obras iniciadas pelo governo do presidente Eurico Gaspar Dutra, e concluídas pelo presidente Getúlio Vargas, novas ondas de pressões passaram a incidir sobre o presidente e estas ondas de pressão eram no sentido de retardar ou sustar a conclusão das refinarias. As grandes empresas fornecedoras

de petróleo se obrigariam a nos fornecer o precioso líquido por preços vis, desde que nós abrissemos mão do que consideravam, na ocasião, uma pretensão vã e abstrata.

Vargas resistiu, resistiu o mais que pôde, e na medida em que ele resistiu, as sanções começaram a se fazer sentir. Nós que tínhamos uma posição tranquila no mercado do café de todo o mundo, e tínhamos no café, naquela ocasião, a nossa mais importante fonte de receita em dólar, porque o café era a riqueza responsável não apenas para fazer face aos nossos compromissos com o exterior, mas era aquela que nos proporcionava economias para financiar obras de grandes efeitos, de grandes realizações no Brasil. Começamos a sofrer a pressão dos trustes internacionais. Começou a cair o preço do café.

Quando chegamos mais ou menos na altura de junho/julho de 1954, o nosso café sumiu do mercado internacional. Isso teve como consequência a necessidade de emissão de moeda, para que fosse adquirido internamente um café que se amontoava e se entulhava nos grandes armazéns do Brasil, sobretudo nos armazéns dos portos de exportação.

Esta situação, que levou o país a um processo inflacionário agudo, teve como consequência descontentamentos de ordem popular, sobretudo de nossa classe média, que já estava sentindo na carne os efeitos de uma inflação violenta e acelerada. Esse estado de descontentamento foi muito fácil de ser explorado pelos nossos adversários, que tinham realmente velhas contas a acertar com Getúlio Vargas.

A essa altura a campanha contra Vargas era ostensiva. Era campanha feita na base da agressão direta à estabilidade do governo. Chegou-se a apresentar ao Congresso Nacional um processo de impeachment, e esse processo de impeachment, para surpresa de todos nós, conseguiu realmente uma grande repercussão na opinião pública.

O processo foi rejeitado na sua primeira fase, na fase preliminar de aceitação ou não do processo de impeachment. Essa foi uma luta parlamentar das mais penosas. O impeachment foi rejeitado, mas por uma margem de votação, por uma maioria que, na ocasião, não deixou de nos inquietar. E isso era apenas o início de uma campanha já aberta na imprensa e no rádio, reclamando a queda, o afastamento de Getúlio Vargas.

O clima se apaixonou, a atmosfera se adensou. A luta era realmente conduzida com muita paixão, com muito ódio e já se aliciavam ostensivamente para essa luta elementos de nossas Forças Armadas. O grande líder da oposição a Getúlio Vargas, que foi Carlos Lacerda, mobilizava segmentos importantes da opinião pública nacional, numa campanha odienta, numa campanha feroz, numa campanha implacável contra não apenas as diretrizes de Vargas. Era campanha contra a personalidade do próprio presidente, ofendido na sua honra e na honra de sua família. Os comícios se sucediam, as manifestações em praças públicas e em recintos fechados contra o governo de Getúlio Vargas se reproduziam, até que, numa noite, Carlos Lacerda, já àquela altura assessorado por oficiais da Aeronáutica, Exército e da Marinha, foi estupidamente alvejado. Um infausto militar, acompanhante de Lacerda, recebeu um tiro que lhe arrebatou a vida.

Coube a mim levar ao presidente Getúlio Vargas a notícia dos acontecimentos que ocorreram de madrugada. Ele não estava a par dos acontecimentos, ficou profundamente chocado, alarmado e assustado e disse esta frase que definiu realmente todo o episódio daí para frente: “Este tiro, que atingiu o major Vaz, atingiu-me também pelas costas”. Quer dizer, desde o primeiro momento ele teve a consciência nítida da gravidade da situação. A crise que era política, e enquanto política perfeitamente controlável, em 24 horas ou em menos de 2 horas se transformou numa crise política aguda. Aí o clima, que já era de paixão, se

transformou, realmente, num clima da mais intensa, da mais contundente, da mais aguda exasperação sentimental e de paixão política.

Movimentaram-se as Forças Armadas em solidariedade ao oficial assassinado. Reuniram-se os almirantes no Clube da Marinha. Reuniram-se os generais, os coronéis e outros militares no Clube Militar. No Clube da Aeronáutica, os brigadeiros, por absoluta maioria, lavraram um documento e exigiram a renúncia de Vargas.

Aí o acontecimento tornou-se realmente mais grave, mais difícil, porque não demorou nem 48 horas para que o almirantado brasileiro, quase em sua maioria absoluta, com exceção do almirante Guilobel, que era ministro da Marinha de Getúlio Vargas, hipotecava inteira solidariedade aos nossos oficiais aéreos.

A situação continuou realmente mais tensa de dia para dia, até que o Congresso Nacional recebeu de impacto uma proposta feita em termos dos mais candentes, de que o presidente Getúlio Vargas efetivasse a sua renúncia para que fosse evitada a guerra civil.

Vargas acompanhava os acontecimentos da maneira mais tranquila, a mais isenta e a mais fria. Sentia que os chefes militares haviam perdido o controle das suas respectivas armas. Em nenhum momento os recriminou. Em nenhum momento os advertiu. Limitava-se a receber deles as informações que lhe traziam.

O ministro do Exército, Zenóbio da Costa, dizia e assegurava ao presidente que não se preocupasse com as agitações que se tratavam nas forças da Marinha e da Aeronáutica, porque o Exército estava uno. O Exército estava inquebrantável dentro da linha da disciplina, do respeito à Constituição, às leis e de apoio intransigente ao mandato do Presidente.

Esta era a situação até o dia 23 de agosto. Neste dia, surgiu o primeiro manifesto dos generais, todos eles destituídos de comando, mais todos eles de grande prestígio na corporação a que serviam. E este manifesto era o primeiro pronunciamento dos oficiais-generais de solidariedade aos oficiais da Aeronáutica e da Marinha. Getúlio, ao receber essa comunicação pelo ministro da Guerra, ficou realmente chocado, mas em nenhum momento perdeu a calma e tranquilidade. O Ministro do Exército lhe garantiu que providências enérgicas seriam tomadas para conter, o que ele chamava, os seus amotinados. Ao se despedir do general Zenóbio da Costa e, eu, por coincidência, assisti a este diálogo, o presidente me disse: “Não há mais nada o que fazer. Perdemos a Marinha, a Aeronáutica e estamos agora perdendo o Exército”.

Neste momento, com surpresa para todos, o vice-presidente Café Filho, que até então se matinha numa linha da mais estreita colaboração com o presidente Vargas, na maior cordialidade, na maior intimidade, nos surpreendeu a todos com um discurso feito no Senado Federal, que era por ele presidido, em que ele oferecia e propunha a renúncia coletiva do presidente e a dele.

Já a essa altura, o vice-presidente caminhava para uma participação junto aos adversários do presidente Getúlio Vargas, porque o sentido da renúncia coletiva ou renúncia dupla não tinha realmente outra alternativa que não a de possibilitar a derrocada de Vargas. A renúncia permitiria a chegada ao poder dos adversários de Vargas, que eram aqueles que, no momento, compunham e dominavam, não apenas as forças militares do país, mas o quadro das fontes de informação do país, e, mais do que isto, o Congresso Nacional.

O presidente recebeu esta notícia profundamente abalado. Ele sempre teve a maior estima, o maior apreço por Café Filho, e me disse que estava realmente chocado, porque tivera um dia

antes uma conversa longa com Café e que em nenhum momento ele tocara no assunto.

A situação se agravava e o presidente Getúlio Vargas, que nunca desejara reunir o ministério, que foi sempre por temperamento e formação contrário a reuniões de gabinetes, reuniões dos ministros, tinha lá os seus motivos para isto, em todos os seus governos não se tem notícia de reuniões de ministérios, a não ser para declarar guerra ao Eixo, às potências nazifascistas. Nesse dia ele reuniu o ministério para tomar uma decisão grave.

Reunido o ministério, todos presentes, ele começou a reunião dizendo: “Vou dar a palavra aos meus ministros militares para que eles nos informem da situação no Brasil no que diz respeito à manutenção da ordem”. O primeiro a falar foi realmente o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Epaminondas Santos, uma das figuras mais ilustres, dos mais vivos, que não pôde sequer se empossar no ministério da Aeronáutica, porque ele tinha sido nomeado dias antes em substituição a um grande amigo do presidente, que continua sendo fiel à sua memória até hoje, que era o ministro Nero Moura. Então ele disse pura e simplesmente: “Presidente, minha arma é uma arma abertamente sublevada, não há quem não saiba que realmente a Aeronáutica é uma arma amotinada. Ela exige a substituição de V.Exa. e a derrubada do governo”.

Dada a palavra ao ministro Guilobel, ele deu este depoimento por escrito. Ele começou dizendo: “Presidente, é muito penoso para mim ter que informar a V.Exa. que mais uma vez a Marinha falta ao seu governo e à sua pessoa”.

Dada a palavra ao ministro do Exército, o general Zenóbio, que era um herói da Guerra, da FEB, um homem de arrojo, um homem exaltado nos seus pronunciamentos. Ele fez uma catilinária violenta aos generais que ele chamava de traidores

e, depois de algumas considerações, terminou dizendo: “Se V.Exa. me der ordem eu irei realmente aplacar este movimento de insubordinação. Mas não quero assumir a responsabilidade pelo sangue que vier a ser derramado. Esta responsabilidade será de V.Exa.”. Uma maneira realmente um pouco chocante de uma pessoa declinar do cumprimento de um dever e transferir para um terceiro um problema que não era do chefe da nação, no caso.

Foi aquele mal-estar, aquela situação chocante até que o presidente começou a dar a palavra aos ministros de acordo com a ordem em que eles se assentavam. Ainda hoje, eu presumo que seja assim: os ministros sentam em torno da mesa presidencial pela ordem de antiguidade. O ministério mais antigo entre os civis é o Ministério da Justiça, que era então por mim ocupado. Eu disse poucas palavras de solidariedade ao Presidente: defendi a resistência por todos os meios e modos, devíamos resistir com as tropas que nos eram fiéis, devíamos resistir e resistir inclusive com aquelas poucas pessoas que quisessem correr o risco do presidente.

O que eu não compreendia era que um movimento manifestamente artificial, que não tinha realmente nem a substância, nem a importância que se lhe atribuía, pudesse levar o país à conturbação das suas instituições democráticas. O que se tratava em verdade era de um golpe, e o governo que estava governando a nação sob a égide da Constituição tinha o dever, não havia outra alternativa senão esta, de resistir em defesa das instituições e em defesa do mandato que o povo outorgara ao presidente da República.

Todos os outros que vieram logo em seguida se atinham apenas a uma tônica: era de que não emitiriam nenhuma opinião, mas que acatariam qualquer decisão que o presidente viesse a tomar. Se o Presidente entendesse de resistir, eles resistiriam

com o presidente. Mas se o Presidente resolvesse por uma outra alternativa, eles também estariam solidários ao presidente.

Até o momento em que chegou a hora de falar uma das maiores figuras do ministério, que foi o ministro José Américo de Almeida. Este era realmente uma figura que se destacava no ministério, não apenas pelo seu passado político, pela sua atribuição de homem digno, bravo. Era também um homem que tinha uma presença política da maior significação no cenário nacional. Ele foi positivo, frio, muito de acordo com o seu temperamento, feito realmente de muita lealdade, lealdade às vezes até áspera. Mas em poucas palavras ele disse: “Presidente, eu não vejo outra alternativa para V.Exa. a não ser a sua renúncia”.

Foi aquela situação chocante e a reunião ministerial aí se tumultuou. Pessoas que estavam assistindo à reunião passaram a interpelar o ministro do Exército. O general Caiado, que era o chefe da Casa Militar do presidente, o Danton Coelho, que não era ministro, mas que assistia à reunião, fizeram as suas advertências, fizeram os seus apelos e a procuraram levantar o moral dos chefes militares. A sua filha Alzira Vargas, que também colocou o problema em termos muito elevados, mostrando que estavam tomando ali uma decisão por poucos, que na verdade só podia ser tomada pelo povo, porque seria o povo o mais atingido por aquela decisão que ali vinha sendo tomada. O povo que era o grande interessado estava realmente ausente e não fora consultado. Não se ouvira sequer o Congresso Nacional.

Nesse momento, o presidente Getúlio Vargas impôs silêncio à reunião e em poucas palavras a encerrou dizendo, em palavras quase que textuais, o seguinte: “Eu decidi entrar em licença. Recomendo aos meus ministros militares que mantenham a ordem. Na hipótese de não ser mantida a ordem, eu tomarei a providência que me parecer mais adequada”.

Encerrada a reunião, pediram-me que lavrasse a nota dessa reunião. Eu redigi a nota, que é a mesma que está aí hoje

em circulação. Levei a nota com Alzira e Osvaldo Aranha ao 4º andar do Palácio onde estava Getúlio, já se preparando para o seu repouso. Ele não demonstrou qualquer interesse pela nota, o que me causou uma certa espécie, porque o presidente sempre foi muito atento no que diz respeito a documentos. Ele nunca deixou de ler e ler com o maior cuidado todos os documentos que lhe eram levados ou que eram submetidos à sua consideração ou à sua assinatura. Perguntou apenas quem havia redigido a nota. Osvaldo falou que tinha sido eu e que ele tinha lido e que não tinha reparos a fazer. O presidente autorizou a divulgação do documento e ele foi de fato amplamente distribuído pela imprensa.

Permaneci no Palácio, isto podia ser mais ou menos umas duas ou três horas. Os ministros militares saíram para suas guarnições. O Ministro Zenóbio da Costa foi para o Ministério do Exército e lá encontrou todos os generais a serviço no Rio de Janeiro ou que se encontravam no Rio de Janeiro reunidos. Ele deu aos generais a sua versão da reunião ministerial. Quando ele leu a Nota e lá constava que o presidente tinha entrado em licença, alguns generais vinculados ao movimento golpista de então interpelaram: “Licença? Ele vai voltar?” A informação que eu tenho de pessoas que assistiram à reunião é que o general Zenóbio teria dito: “A licença é pró-forma. O presidente não terá mais condições de voltar”. Estava presente à reunião o general Âncora de Moraes, que era o chefe de polícia do presidente Getúlio Vargas. Ele levou ao Palácio esta notícia.

Estávamos conversando com o general Caiado de Castro, e tomávamos o café da manhã, quando chegou esta notícia. O general Caiado pediu a Benjamim Vargas, irmão do presidente, que descesse ao local em que nós nos encontrávamos e lhe fez a narrativa das ocorrências.

Benjamim se despediu, foi lá em cima, disse ao presidente o que tinha acontecido no Ministério da Guerra e voltou para conversar conosco, procurando se informar dos desdobramentos do episódio.

Nesse momento nós ouvimos o estampido de um tiro e de imediato entrou em nossa sala o coronel Dorneles, Hélio Dorneles, que estava servindo de ajudante de ordem do presidente naquele dia já dizendo: “O Presidente suicidou-se”.

Então subimos imediatamente pelo elevador interno e chegamos ao quarto em que estava o presidente. Ele estava realmente com meio corpo para fora da cama, um borbulhão de sangue saindo pelo coração. Segurou ainda a minha mão, quando Alzira e eu colocamos o seu corpo no leito. Procuramos acomodá-lo para lhe dar mais conforto e ele, ainda vivo, lançou um olhar assim... circunvagante, procurando alguém, até que em um certo momento ele identificou Alzira e nela se fixou e aí ele morreu.

Esse é sem dúvida o instante de maior emoção da minha vida pública, porque eu não posso deixar de me lembrar deste episódio, porque não é só o epílogo da morte do presidente; é a morte gloriosa porque, como ele diz na carta-testamento, ele não se conformava com derrota; com a morte ele vencida sobre os seus adversários e, mais ainda, ele tinha plenamente consciência de que ele deixava a vida e entrava na história.

Foi a morte de Vargas que fixou para sempre a consciência nacionalista do Brasil e a efetivação de todas as suas obras, ainda hoje, as mais importantes realizadas em favor do povo brasileiro. É de Getúlio Vargas a justiça eleitoral. É de Getúlio Vargas o voto secreto. É de Getúlio Vargas o voto feminino. São estes três pilares de nossas instituições eleitorais, sobre os quais ainda se assenta todo o edifício da democracia brasileira.

É de Vargas a Previdência Social, a proteção e o amparo ao trabalhador, a grande obra de mensagem social que ele nos

deixou e ainda hoje é sem dúvida uma das mais importantes organizações realizadas na face da terra em favor dos trabalhadores.

Fala-se que a Consolidação das Leis do Trabalho é uma cópia da Carta del Lavoro, do fascismo italiano. Mas a Carta de Consolidação das Leis do Trabalho de Getúlio Vargas tem muito pouco da Carta del Lavoro. Ela é sem dúvida inspirada pelo autoritarismo do Estado Novo. Realmente há na Consolidação das Leis do Trabalho muitos dispositivos, muitos artigos, muitos capítulos inspirados no autoritarismo da ditadura getuliana do Estado Novo. Mas ainda hoje é o que aí está em defesa do trabalhador e instrumento da melhoria das suas condições de vida. As instituições sobre as quais os trabalhadores brasileiros ainda se abrigam para a luta pelos seus direitos, para a luta das prerrogativas do trabalho, que são no mundo moderno, como nós sabemos, o centro de todo o processo de trabalho da civilização moderna.

Vargas nos deu a Petrobras, Vargas nos deu a Eletrobrás, Vargas nos deu a Companhia Siderúrgica Nacional.

Quando a gente olha a aerografia política do Brasil, vemos grandes valores que vêm honrando e ilustrando nossa história, mas se os compararmos com Vargas, a impressão que temos é que, no monte desse quadro da aerografia do pensamento político brasileiro, Getúlio Vargas foi o Everest, pela grandeza, pela superioridade moral, pelo patriotismo, pela sua ardorosa paixão em favor do Brasil e pelo seu devotamento sem trincas e sem tréguas em favor do povo brasileiro.

Ele será, ainda por muito tempo, o grande divisor de águas do nosso pensamento político.

A história republicana, ainda por muitos e muitos anos, há de ser escrita antes de Vargas e depois de Vargas.

Muito Obrigado.

Exaltação a Tiradentes³¹

O culto aos heróis e aos mártires prescinde de lugar e de hora. Em qualquer parte da face da Terra, a qualquer momento do dia ou da noite, prosternam-se as criaturas e as Pátrias, para venerar os que pelo amor ou pelo sacrifício conquistaram a eternidade na alma das multidões reverentes.

Mesmo reconhecendo esses privilégios da universalidade e da intemporalidade, costumam os povos erguer, em certos sítios e em certas horas, altares cívicos para louvar os nomes tutelares da História.

Por isso, todos os anos, neste dia, sob o testemunho de um dos mais belos monumentos brasileiros - esta cidade de Ouro Preto - reunimo-nos para louvar a figura, os ideais, o holocausto de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

Aqui está o insigne homem público, pensador, escritor e sociólogo - Gilberto Freyre, que traz aos mineiros a palavra candente de outros brasileiros, com a autenticidade tecida no mais áspero exercício de unidade nacional - o de sobreviver no fundo da pobreza absoluta, fustigados pela inclemência do clima e pelo desalento mortal de verem exaurir-se ao longo dos séculos, o sentimento da fraternidade.

Convidamos o povo para a grande festa cívica, na evocação dos fatos que preparam a Independência Nacional, todo o complexo de aspirações, sonhos, conspirações, medos, fidelidades, deserções, esperanças, que geram a força interior e imanente dos processos históricos.

Convocamos os historiadores, escritores e poetas, os jornalistas da palavra e da imagem, a manter vivas na memória de todas as gerações os episódios, os personagens, os movimentos que constituem a moldura daqueles penosos dias

³¹ Discurso do governador do Estado de Minas Gerais, na solenidade de entrega da Medalha da Inconfidência, em 24 de abril de 1984.

de luta: as populações empobrecidas vendo, durante decênios, arrancar-se das entranhas da terra o ouro que receberam como dádiva da Natureza, transportado para Portugal e de lá para os cofres-fortes da Inglaterra, em quantidades que, segundo Afonso Arinos, foram superiores a todo o ouro extraído no mundo inteiro desde os tempos de Roma. E deixando na terra espoliada apenas as lembranças no revestimento dos altares e das imagens religiosas e a profunda revolta nas casas sem pão, sem assistência, sem escola para os filhos.

No meio de todos, batendo em portas inúteis, o vulto quase solitário de Tiradentes, nas mãos, um exemplar da Constituição americana, recém-promulgada, em tradução francesa, cujo capítulo dos “Direitos do Homem”, o inconfidente Padre Toledo traduzira para que ele o decorasse e o repetisse aos que o quisessem ouvir nas suas andanças.

Evocando, assim, os dias febris da Inconfidência Mineira, louvamos os que não desanimaram, não recuaram, não cederam ante a força ostensiva e brutal da repressão, e esquecemos, na anistia da História, os que fraquejaram e caíram, para ensinarmos às novas gerações que só permanecem na gratidão do povo os que, enfrentando aparentes e transitórias derrotas, lutam com intrepidez pela liberdade.

As grandes causas que transformam o mundo, mesmo que triunfem pela ação dos pensadores políticos nem sempre prescindem da presença dos mártires, que a elas oferecem o holocausto da sua paixão e da sua vida. A elaboração da Independência, que Tobias Monteiro registra como a crônica de acontecimentos meramente políticos, não teria levado o Príncipe a quebrar os grilhões que nos submetiam a Portugal, se na alma do povo não reverberassem as chamas da revolta contra o jugo opressor. Fora necessário que Tiradentes morresse, fosse esquartejado, carne e sangue marcados pelo sal da maldição, a fim de que outros, anos depois, construíssem a Pátria com que ele sonhara.

Esta verdade histórica não diminui o extraordinário papel exercido pelos políticos, entre os quais avulta em sabedoria, habilidade e obstinação, o Patriarca José Bonifácio de Andrada e Silva. A ação do mártir e a do Estadista se completam. Se ao primeiro falta, quase sempre, a serenidade para construir, sobralhe a coragem para destruir. Ao outro, se não se pede o ímpeto para arrostar a opressão, dele se espera a firmeza e o equilíbrio para, sobre as cinzas, erguer as estruturas jurídicas dos direitos conquistados.

Eis porque, também aqui, evocando a imolação de Tiradentes, veneramos a memória dos que, por outra forma, exerceram papel decisivo no alvorecer de nossa Pátria.

A Independência de um país exige mais do que a declaração formal que separa fronteiras políticas e estabelece relações diplomáticas.

Ela se conquista dia a dia, na construção da unidade interna e na convivência soberana com as demais nações.

A unidade não se faz apenas falando a mesma língua, quando uns falam em trabalho, progresso, riqueza e outros só podem falar em privações, desemprego, injustiças. Nem sob o desfraldar da mesma bandeira, quando uns a fazem tremular nos céus da bonança e da paz e outros a veem cobrir amarguras e iniquidades. Não cantando o mesmo hino, quando alguns podem fazê-lo com alegria e orgulho e outros, pelo desencanto e pela fome, só têm voz para balbuciar as suas dores.

A convivência soberana com as outras nações supõe, além das formalidades das relações, o direito de falar sem medo e as condições de negociar sem dependência.

Foi realmente extraordinário o esforço feito ao longo de mais de século e meio para construir essa Pátria na tenacidade dos seus homens e de suas mulheres, no sonho de sua juventude, na consciente coragem dos seus heróis.

Mas, os mártires não se imortalizam nas estátuas apenas para a saudade e o silêncio dos tempos. A imperecível força da eternidade está em poder cobrar o preço do seu exemplo às gerações que vão transferindo umas às outras a lâmpada votiva do futuro da Pátria.

Por isso mesmo, aqui estamos, com o sentido da fidelidade de Minas e do Brasil, para o reencontro com a memória de Tiradentes e sua comovedora interpelação.

Que fizestes da Pátria, pela qual sonhei, pela qual fui enxovalhado no corpo e na alma?

Que fizestes do sangue que dei pela liberdade e pela democracia como as formas mais dignas de viver do nosso povo?

À interrogação que não é mágoa, mas de perplexa inquietude, devemos responder sem medo e sem desânimo:

- Apesar de tudo, aqui está, íntegra, a Pátria que fizemos sob os alicerces de teu sangue.

Com o arrojo dos bandeirantes, fixamos as verdadeiras fronteiras do País. Expulsamos os estrangeiros que cobiçaram as nossas riquezas e, em Guararapes, tomamos consciência do compromisso histórico das três raças que formaram a nacionalidade.

Implantamos a civilização mineira, que, segundo Caio Prado Júnior, concentrou na Capitania de Minas Gerais em alguns decênios do século XVIII seiscentos mil habitantes, trabalhando mais de seiscentos mil quilômetros quadrados, que fez florescer o maior centro lusitano de cultura no Brasil.

Apagamos, nos rasgos emocionais da Abolição, a mancha ignóbil que discriminava criaturas de Deus.

Nas condições políticas e culturais da época, construímos o Império que consolidou, por mais de meio século, as aspirações de um País livre e soberano.

Quando o mundo quase esgotava sua capacidade de resistência ao avanço do totalitarismo, levamos além-fronteiras os nossos soldados para defender a Liberdade e a Democracia. O Exército de Caxias ampliou, então, o seu patrimônio de glórias. Os nossos aviadores cruzaram os céus da Europa e se impuseram ao respeito e admiração de aliados e inimigos. A nossa Marinha se desdobrou em sacrifícios e fez resplandecer ainda mais os seus memoráveis brasões.

A Nação cresceu em dignidade, cultura e riqueza.

Todavia, a República com que sonhaste, pregação de tantos brasileiros idealistas depois do teu sacrifício, esta ainda vive a crise profunda de funestas deformações, à busca de representação legítima e de liberdade para todos, e sofre, nesse entrechoque de ideais e interesses, longas noites sombrias nos eclipses da lei e da justiça.

Dela, falam Constituições votadas ou outorgadas. Em seu nome, ou contra seus vícios, se elegeram ou se impuseram governos. Muitos lutaram nas tribunas e nas urnas, outros de armas nas mãos, falando em seus postulados. Temos convivido com a ditadura, o autoritarismo e a violência, mas não se apaga no coração do povo a fé que nele incutiste.

É tão forte e fecundo esse sentimento da Nação, que ele anima, sem se deixar abater, a nossa luta pela restauração da República.

Quem diz República, diz Federação, diz voto popular. Hoje nos falta o voto e já não existe federação.

Os Estados se encontram humilhados, empobrecidos e acabrunhados. Sem recursos fiscais, sem autonomia administrativa, debatem-se na angústia da submissão vexatória.

A eleição direta dos Governadores de Estado foi um passo importante, mas ainda muito curto.

Não teremos democracia enquanto não houver a reconstrução do Estado Federativo. Só uma federação forte garante a plenitude dos direitos democráticos.

A crise que nos assola não encontra precedentes na história. A desorganização da economia, os efeitos dramáticos da recessão e da inflação. A distância crescente entre o desenvolvimento material de algumas regiões e o empobrecimento gradativo das outras. O desemprego que torna inúteis milhões de inteligências e de braços e a fome que reduz a vitalidade. Onde não há trabalho, falta o pão e onde não há pão, não pode haver paz. A crise tem sido dura, penosa e implacável. Mas ela, com toda a sua fúria, não consegue subjugar o nosso povo, antes o retempera em suas energias, no valor do seu ânimo e na extraordinária capacidade de resistir, sonhar e lutar.

Aí estão as multidões reivindicando o retorno do País à submissão do princípio de legitimidade e da representatividade e se empenhando, na lei e na ordem, para recuperar totalmente a sua soberania sobre a Nação.

Nesta hora temos de evocar, como fazemos agora, as duas lições da Independência:

- A tua lição, Tiradentes, pondo em risco a vida para colocar, acima dela, a liberdade do povo e a bandeira de Minas consagrou na sua legenda o permanente sentido da luta: liberdade ainda que tardia, liberdade como recomeço, cada dia, do esforço para defendê-la em todos os lugares e em todas as horas;

- A lição dos estadistas, que por sua sabedoria, lucidez, equilíbrio, transformaram a Colônia em Nação e nela construíram instituições que, apesar de tudo, resistem aos vícios e às violações.

A essas duas lições, permitimo-nos acrescentar uma outra, aprendida na história dos povos que viveram e vivem momentos igualmente perigosos e graves: a de que só encontraremos

saída para conflitos irreversíveis, se as forças que representam o Poder e a Sociedade Civil souberem conter as suas posições de radicalismo, que levem a confrontos desiguais e funestos. Se colocarem as aspirações nacionais acima dos interesses sectários ou ambições personalistas. Se compreenderem que a vida das nações não se faz com intransigências que eliminam oportunidades de convivência saudável e respeitosa das ideias. Se se estabelecer entre o povo, nem sempre paciente nas suas justas emoções, e as lideranças, nem sempre humildes, para compreender os anseios coletivos, a confiança que se transforma em estima, amor e fé na natureza e na prática da democracia.

Há momentos na vida dos povos em que eles não podem se dar ao luxo da divisão e das retaliações. Se divididos em facções afrontadas estarão praticando o trágico exercício da desagregação nacional.

Deste recanto de Minas, que o teu martírio converteu em altar da Pátria, sei que interpreto os melhores sentimentos de nossa gente e de nossa História, ao pedir-te que, como Patrono da Nação, inspires, a todos os brasileiros, sobretudo àqueles que têm responsabilidades de liderança e representação política, a fim de que encontrem, na paz e na honra, caminhos novos para a nossa Pátria.

Não podemos avançar para o futuro de olhos vendados para chegarmos, sem retorno, a impasses intransponíveis. Temos que evitá-los, com a humildade que não exclui firmeza, com paciência que não exclui decisão, com a consciência de que precisamos conquistar o direito de celebrar, dentro em breve, sem remorsos, o centenário de uma República duradoura e criativa, que se batizou no teu sangue para santificar-se no orgulho e nas esperanças do nosso devotamento.

Só assim, Tiradentes, o teu holocausto não terá sido um ato dramático e inútil. Só assim, nós nos tornaremos dignos de honrar a tua memória e de viver os teus ideais.

A tua exortação, ainda hoje, repercute de quebrada em quebrada, abrasando de ardor cívico as nossas almas inquietas e assustadas: “Se todos quisermos, haveremos de fazer deste País uma grande Nação”.

O PMDB: “Se a esperança é o último abrigo das pátrias, a liberdade é a razão e sua força”³²

Companheiros do PMDB, atendo o vosso chamado. Orgulho-me de pertencer a este partido. Formado na adversidade, crescido sob os golpes do arbítrio, maduro no sofrimento de seus militantes, ele se reúne, agora, para oferecer à Nação sua proposta de paz.

Sois a representação mais autêntica de nosso povo. Dele trazeis os restos de uma noite prolongada, povoada de medo. Dele é também a verdadeira Esperança que conduzis ao longo destes anos.

A Esperança é o único patrimônio dos deserdados, e é a ela que recorrem as nações, ao ressurgirem dos desastres históricos.

Se a Esperança é o íntimo abrigo das pátrias, a Liberdade é sua razão e sua força.

Só por meio da Liberdade, a Esperança se converte em ação, e os homens podem juntar seus sonhos, para fazer da vida, dádiva de Deus, a oração comum da alegria.

Soubemos, nestes tempos pesados, guardar a paciência e conservar a frente alta.

A causa do povo, se dispensa radicalismos, exige coragem. Foi essa coragem, assumida por todos nós, e sobretudo pela gente mais simples do povo, que nos deu ânimo na penosa travessia.

Saudamos, com alegria, os companheiros da Frente Liberal que se unem ao nosso partido, para a vigorosa arrancada democrática do povo brasileiro.

³² Discurso do governador do estado de Minas Gerais, Tancredo Neves, na Convenção Nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, realizado em Brasília, em agosto de 1984.

Trazem-nos eles uma colaboração da maior importância para a vitória em que acreditamos, e hoje a nossa união é sagrada e inquebrantável. Tanto assim que nesta histórica solenidade, tenho a honra de falar não somente em meu nome, mas também no do ilustre homem público senador José Sarney, candidato à vice-Presidência da República, que simboliza, em nossa chapa de luta, a inabalável disposição de pelejarmos, cada vez mais irmanados, pelo triunfo de nossos ideais comuns.

Não basta, porém, esta forte e prestigiosa aliança. Estamos confiantes de que não nos faltarão, com seu apoio, as demais forças democráticas, com seu passado de sacrifícios pela democracia. Mais uma vez não faltarão ao povo os contingentes respeitados e populares do PDT, do PT e do PTB, e, por que não dizê-lo, de todos os setores da sociedade, para a ampliação do grande e empolgante movimento da Aliança Democrática.

Esta aliança que formamos é, como dissemos no ato de sua constituição, o núcleo da grande coligação política que reconciliará o Estado com a Nação.

Levamos, para as jornadas próximas, a força que nos conferem a confiança e o entusiasmo do País. Vamos em paz, para promover a paz.

A paz que pretendemos não é a que os vencedores impõem aos vencidos; é a que se edifica no entendimento e na concórdia.

Temos de compreender a verdade essencial de nosso pacto político. Nós o estabelecemos em favor de nossa gente. O Brasil que amamos não é entidade abstrata, feita apenas de símbolos, por mais que os veneremos. O Brasil que amamos está em cada coração e em cada alma de seus filhos. Restaurar, em seus olhos, o orgulho da Pátria, é a missão que nos cabe. A soberania do País

é a soberania de seu povo; a dignidade do País é a dignidade de sua gente. Para que o Brasil seja grande e forte, e assegurada sua independência, é condição primeira o respeito sagrado aos direitos humanos.

O Brasil muito deve às nossas Forças Armadas. Desde quando se organizaram, ainda nas origens da Nacionalidade, elas passaram a se constituir em vínculo de unidade nacional, na sustentação de nossas instituições livres, na projeção de nosso orgulho nacional, em instrumento da consolidação de nossa democracia.

Emanadas do povo, a serviço do povo, elas bem merecem o respeito e o reconhecimento nacional que as envolvem.

Nunca é demais saudá-las na grandeza de sua destinação histórica; e quando as vemos voltadas para sua modernização e profissionalização, sente-se a Nação tranquila em sua segurança e fortalecida a sua vocação de ordem, paz e prosperidade.

O Poder mais elevado da Nação é o seu Parlamento.

Os representantes do povo são os portadores de sua soberania. O Congresso deve ter respeitadas todas as suas prerrogativas, entre elas a de exercer pleno controle sobre o Executivo.

Fiz minha vida pública em casas legislativas. Foi nelas que aprendi a força do diálogo e o poder do entendimento político.

É para nós uma razão a mais de alegria cívica realizar a Convenção Nacional do PMDB neste plenário tão carregado de história.

Companheiros, cabe-nos enfrentar, com coragem e urgência, os problemas de natureza institucional.

Os homens necessitam de pactos definidos para a sua convivência. Devem sempre existir, entre eles, regras claras,

que lhes estabeleçam os limites entre os direitos individuais e os direitos comunitários. Tais direitos, sendo mútuos, se fazem de concessões. O Estado terá de ser a linha possível entre os interesses de cada homem e os interesses de todos os homens juntos. O Estado é a sua Constituição. Sem Constituição, não há Estado, mas precário arranjo entre os interesses e a força.

As Constituições, no entanto, não são obras literárias, nem documentos filosóficos. Elas não surgem do espírito criador de um homem só, por mais privilegiado em sabedoria seja esse homem. Tampouco podem ser a codificação de propósitos de um ou outro grupo que exerça influência, legítima ou ilegítima, sobre a Nação. A Constituição é uma carta de compromissos, assumidos livremente pelos cidadãos, em determinado tempo e sociedade.

A vida das Constituições está no espírito com que são concebidas. Quanto mais estejam subordinadas aos efêmeros interesses das minorias, ou quanto mais atendam à voracidade de poder dos tiranos, menos podem durar. A verdade social é, assim, a essência de tais documentos.

Dispensamo-nos de comentar a Constituição que hoje nos rege. Desassistida daquela verdade, que só o consenso nacional pode assinar, nossa Carta tem sido mero regimento para a conveniência de grupos minoritários, e se encontra perempta pela incontível vontade de mudanças que a Nação manifesta.

Assumo, diante de nosso povo, o compromisso de promover, com a força política que a Presidência da República confere a seu ocupante, a convocação de poder constituinte para, com a urgência necessária, discutir e aprovar nova Carta Constitucional.

Esta carta deverá devolver-nos a República e a Federação. Quando dizemos República, pensamos no Governo assentado sobre o consentimento ativo de todos os cidadãos. Quando

dizemos República, pensamos no voto livre, universal e secreto. Pensamos em mandatos de duração certa, em pluralidade partidária, em alternância normal de homens e doutrinas na administração política do País.

As eleições, livres e diretas, para os cargos de vereador a Presidente da República, são inseparáveis do sistema republicano que adotamos a partir de 1891.

A República, para ser instrumento apto de governo, deve ser federativa. Em nosso século, praticamente inexitem repúblicas unitárias. Tenham ou não nome de estados federados, as regiões geopolíticas diferenciadas, nas nações modernas, dispõem de claros direitos de autonomia. Para nos valermos apenas de exemplos próximos, aí estão Portugal e Espanha, que conferem o máximo de poder autárquico a seus municípios e regiões. O Caso da Espanha é ainda mais expressivo. Trata-se de um Estado monárquico, cuja tradição é sempre centralizadora.

Recuperar a Federação é a nossa segunda grande tarefa institucional. Não basta declarar a Federação. É preciso que o Governo da União abandone os excessivos poderes que se arrogou, a começar pelo de concentração tributária e distribuição política dos recursos fiscais. Cada comunidade deve usar do inalienável direito de estabelecer, por meio da casa legislativa competente, seus tributos próprios e decidir de seu emprego. Não pode a União dispor de mais do que necessita para responder a seus encargos, limitados pela Constituição. O que temos assistido é a ânsia incontável de domínio burocrático e de captação de recurso para financiar exacerbado controle da vida econômica e social do País.

Faz 150 anos, em reforma constitucional que equivalia a nova Carta, a consciência descentralizadora do Parlamento, sob a Regência, criou as assembleias provinciais, com alguns direitos legislativos de que não dispõem hoje os Estados. A recuperação

do sistema federativo, imposição da necessidade administrativa, por si só será grande vitória da razão sobre o arbítrio.

Constituição, Federação e Reforma Tributária são as tarefas prioritárias. Com nova Carta, com a autonomia dos estados e municípios e com distribuição racional da carga fiscal e dos recursos públicos, poderemos avançar no caminho das mudanças. A recuperação dos institutos políticos servirá para a reconquista de nosso orgulho nacional. Perdemos-nos em um emaranhado de atalhos, e retomamos, agora, ao caminho real.

Companheiros, é urgente a necessidade de impor-se ordem econômica ao Estado. Sem controle parlamentar, sem a vigilância dos cidadãos, as contas brasileiras, internas e externas, tomaram-se pesadelo angustiante.

Começamos pela dívida externa. Os países credores serviram-se de nossos sonhos de grandeza, e, com os recursos que nos forneceram, ampliaram as restrições ao nosso desenvolvimento econômico. A flutuação da taxa de juros, expediente de que se valem a fim de fazer frente a seus déficits orçamentários, está levando o nosso povo a penosos sacrifícios. Já exaustos, os trabalhadores se esfalfam para produzir bens que se convertam em divisas, a fim de atender à ambição insaciável do sistema financeiro internacional.

As negociações da dívida externa serão realizadas na plena afirmação de nossa soberania. Obteremos dos credores condições compatíveis com as possibilidades reais da economia brasileira. A recessão e o desemprego não são moedas de ajuste entre povos dignos.

Não é possível que o País continue enviando para o Exterior cinco por cento da renda interna sob forma de pagamento de juros, outros serviços e amortizações. Tal saída de recursos corresponde a verdadeira sangria na economia nacional e se materializa, em última instância, pela transferência de parcela

da produção nacional ao Exterior. Os produtos, por seu turno, correspondem à combinação de recursos naturais, mão-de-obra e capitais nacionais carreados para fora do País.

A posição brasileira deve ser de honrar a dívida, mas há condições a serem analisadas, discutidas e renegociadas, para que o País não comprometa mais do que parte razoável de suas receitas de exportações nos pagamentos ao exterior.

Urge eliminar o gargalo imposto pela necessidade crescente de geração de superávits comerciais para pagar os serviços da dívida, e sua própria amortização, para que o país obtenha a folga necessária para voltar a crescer.

Mais danosa do que os gravames que nos impõem é a brutal injustiça nas relações de intercâmbio entre os países do hemisfério norte e os que se situam ao sul. A colonização política, que tanto custou aos povos, foi substituída pelos ardis do comércio externo e das relações financeiras.

A execução de nosso programa de governo não pode dispensar o respaldo de uma política externa voltada para os interesses nacionais, refletindo os anseios de uma sociedade democrática.

Procuraremos ampliar relações com todos os nossos parceiros, independentemente do nível de desenvolvimento de cada um. Em todos os aspectos desse relacionamento, o Brasil há de ser sempre um parceiro confiável, cuja posição internacional não estará à mercê de infortúnios conjunturais, mas lastreada na sua riqueza, na seriedade de propósitos de seu governo e na confiança do povo quanto à sua capacidade de realizar-se como Nação próspera, justa e independente.

Em nossas relações comerciais, financeiras ou tecnológicas, os interesses de médio e longo prazo do Brasil nos impedem abdicar do pleno desenvolvimento de nossas potencialidades,

sobretudo naqueles setores estratégicos capazes de nos assegurar, em futuro próximo, um lugar definitivo entre os países que acionam as alavancas do progresso para o bem-estar de sua gente.

Em consequência, só assumiremos os compromissos internacionais que possamos cumprir. Não aceitaremos imposições que se valham de nossa situação de vulnerabilidade momentânea. Em suma, não negociaremos o inegociável, nem dialogaremos sob pressão.

Com países desenvolvidos cultivaremos relações de cooperação que esperamos sejam crescentemente proveitosas, em termos que atendam a nossos interesses. Encontramos, no campo financeiro, na posição de devedor de vários desses países, mas, nos campos do comércio, da tecnologia e dos serviços, somos e seremos cada vez mais seus acirrados competidores.

Com os países em desenvolvimento, deveremos também expandir a cooperação econômica e técnica, já existente em grau significativo. Impõe-se que a solidariedade em que se baseiam essas relações se traduza em efetivo aproveitamento de vantagens recíprocas. Junto com os demais países latino-americanos, trataremos de atingir os objetivos de integração regional mutuamente acordados.

É da tradição brasileira contribuir para o aprimoramento do convívio e da cooperação entre as Nações. Na quadra difícil que atravessamos, estou convencido de que nossa contribuição deve incluir uma participação ativa no processo de reformulação das instituições que, desde o fim dos anos 40, vêm regulando as relações econômicas internacionais. Incapazes de lidar eficazmente com os problemas da atualidade financeira e comercial, assimétricas no que se refere aos direitos e obrigações de países ricos e pobres, insensíveis aos imperativos

do desenvolvimento econômico e social da grande maioria de seus países membros, essas instituições frequentemente mais acentuam do que corrigem os desequilíbrios existentes. Devemos valer-nos da experiência brasileira com tais instituições para apontar com clareza os caminhos de sua reformulação.

Ainda nas relações externas, sem o apelo histórico à xenofobia, preservaremos os valores culturais que nos identificam como singular civilização entre os trópicos. Temos de assumir, com justificada soberba, a grande herança que trazemos das populações autóctones e das duas margens do Mediterrâneo. Essa marca, ameríndia, latina, ibérica e africana, predomina em nossa forma de ser no mundo, e de sentir o mundo. Os outros povos que para aqui vieram souberam integrar-se em nosso meio, e enriquecer a cultura nacional. Há, no entanto, que proteger o patrimônio espiritual de nosso povo contra aquele tipo de subcultura que nos impingem de fora.

Promover a cultura, dever do Estado, não significa criar uma cultura oficial. É preciso deixar livres as forças criadoras de nossa gente, e guardar, com todo cuidado, os bens culturais que nos deixaram os brasileiros do passado e deixaremos aos brasileiros do futuro.

Entre as raízes de nossa cultura está a forte presença indígena. Cabe-nos ouvir a voz reivindicante destes brasileiros mais autênticos, e encontrar os meios de integrá-los na vida moderna, sem que isso signifique agredir seus costumes e suas crenças.

Devemos garantir-lhes o espaço geográfico e cultural que lhes permita conservar sua própria identidade, de acordo com a vontade de cada grupo.

A identidade de um país está também na sua natureza. O progresso, indispensável, terá de ser conquistado com o respeito pelo ambiente natural.

A vida é o bem absoluto dos homens. Não pode haver vida em um ambiente assassinado pela cupidez de alguns.

Quando falamos em identidade nacional, há que se pensar na juventude brasileira.

A grande maioria dos jovens, conforme revelam estudos sociológicos sérios, cultiva nossos valores tradicionais. São moças e rapazes que trabalham e estudam, com enormes dificuldades, e não dispõem de tempo para a vida descuidada dos poucos privilegiados. Desses rapazes e moças poucos chegam à universidade.

A universidade, no Brasil, é ainda elitista. Temos que democratizá-la efetivamente, e não continuar com a mentalidade de que os filhos dos trabalhadores devam ser sempre trabalhadores, e doutores os filhos de doutores. Perdida em divagações, formando profissionais para um país inexistente, a universidade brasileira necessita de uma reforma profunda e imediata.

Mas há toda uma juventude, toda uma infância que nos cumpre salvar com urgência. São os milhões de crianças e adolescentes abandonados de nosso País. Concentrados, em sua maioria imensa, nas grandes metrópoles, eles não têm lar, nem futuro. São nômades nas ruas, obrigados a recolher delas, e de qualquer maneira, o pão de cada dia.

Companheiros, não fomos capazes, nestas décadas de presunçoso crescimento, de dar trabalho a todos os brasileiros. Ao contrário: a modernização da agricultura, que engoliu os pequenos produtores em benefício dos vastos plantios para exportação, expeliu do campo, para as cidades médias e maiores, numerosos contingentes humanos. São eles os banidos em sua própria Pátria, desgarrados da paisagem ocupada por várias gerações familiares, e compelidos a vender sua força de trabalho, quando encontram quem a compre, a preços aviltantes. No

interior do País, são eles os boias-frias, designação que, em sua vulgaridade, espelha toda a humilhação a que são submetidos.

Nas grandes cidades são esmagados pela recessão econômica, e assistem, sem poder reagir, à desagregação da família, que é o único bem dos pobres. Onde não há trabalho não há pão, e as migalhas acaso obtidas, Deus sabe como, são sempre molhadas com as lágrimas da vergonha.

Não podemos sentir orgulho de cidadãos, enquanto houver, neste País, tanto sofrimento e tanto ultraje. Temos que transformar, e logo, as declarações gerais em favor da Justiça Social em atos concretos.

Isso exige toda uma nova concepção do objetivo social da economia. Temos que começar pela base, pela terra, que é a única geradora primária de riquezas. Não postulo medidas radicais e novas para a solução do problema agrário do Brasil. Vamos empenhar-nos em executar a legislação que aí está, proclamada e não cumprida. Para os anos próximos, a aplicação do Estatuto da Terra, por si só, corresponderá a uma revolução no campo.

A democratização da propriedade rural facilitará a desconcentração industrial e o fim do êxodo rumo às imensas metrópoles, que já se tomam inabitáveis.

O problema da agricultura não é apenas o da posse da terra. É preciso vê-lo em toda sua complexidade, que envolve questões como as de crédito, dos subsídios, da tecnologia, dos insumos.

Não há país no mundo que negue subsídios aos produtores rurais. A atividade, apesar de toda a técnica moderna, continua sendo a mais arriscada do ponto de vista econômico.

Não há país que prospere com segurança, se não contar com uma agricultura poderosa. Por isso mesmo, teremos de encontrar o equilíbrio entre a questão social, que recomenda a disseminação de pequena propriedade rural, e as razões econômicas. Muitas

reformas agrárias fracassaram porque não foram capazes de garantir o abastecimento urbano. A agricultura tem que produzir para o consumo interno e para a exportação.

Temos tudo, no Brasil, para uma agricultura pujante. Mas recusamos o destino, que alguns nos querem indicar, de meros fornecedores de comida barata ao mundo. A força da terra e o trabalho dos homens serão alicerces para a construção de um país industrialmente desenvolvido e politicamente respeitado.

Companheiros, todas essas medidas só serão possíveis com a preservação e fortalecimento da empresa nacional e incentivos aos pequenos e médios empreendedores.

Fortalecer a empresa nacional é dar-lhe condições para desenvolver seu modo de produção, com uma política racional de crédito e incentivos fiscais, e inclusive, dentro de uma tecnologia que seja nossa. Em razão disso, defendemos a reserva de mercado para, entre outros, o importantíssimo setor da informática. Mas não nos esqueçamos de que o mercado não é uma entidade abstrata e nem pode ser reduzido apenas a dados estatísticos. Ele é constituído de criaturas humanas, soberanas no seu direito de escolha, e é a essas criaturas que devemos defender.

Investir na pesquisa científica é outra de nossas urgências. Não admitimos quaisquer vetos aos trabalhos dos cientistas brasileiros, que devem buscar o domínio do conhecimento em todos os campos.

Temos, entre esses investigadores, nomes de projeção universal. Falta-nos, porém, uma política decidida de estímulo a seu trabalho.

Vivemos internamente sob insólito sistema econômico, que, para usar uma expressão que se tomou corrente, privatiza os lucros, mas socializa os prejuízos. Os dinheiros públicos são generosamente entregues a especuladores que, até mesmo na manipulação financeira, se mostram incompetentes.

As empresas estatais, que constituem, em alguns setores, irretorquível necessidade, reclamam controle social maior. Mas é preciso cuidado nas críticas que a elas se fazem. Não podemos, em nome da privatização das empresas estatais, promover a desnacionalização da economia brasileira.

Companheiros, as relações entre o capital e o trabalho reclamam novo ordenamento jurídico. A Consolidação das Leis do Trabalho é um diploma envelhecido no arbítrio, que desserve aos empregados e não serve aos empresários. O código vigente só tem servido para iludir os trabalhadores e intranquilizar as empresas.

Não há economia forte com sindicatos fracos. A autonomia sindical é imprescindível à construção democrática do País.

Os sindicatos, quando no exercício de suas atividades legais, existem como legítimo instrumento dos trabalhadores, e sem eles não há paz social.

Companheiros, em nossos tempos assistimos à emancipação social e política das mulheres. Esse é um movimento justo e irreversível. Como todas as revoluções, também esta se faz com dificuldades.

A mulher brasileira não se está emancipando porque pretenda libertar-se do lar. Ela vem sendo empurrada às atividades produtivas, fora de casa, pelas exigências da vida moderna. Sem o seu salário, hoje, é difícil a sobrevivência das famílias de trabalhadores.

A mulher só será realmente emancipada quando tiver as mesmas oportunidades políticas dos homens. Elas devem participar das decisões nacionais e da administração pública, com sua inteligência e seus discernimentos políticos em plena igualdade, e sua presença não pode ser vista como acontecimento insólito.

Companheiros, estamos reunidos aqui, brasileiros de todos os Estados e de todas as condições sociais. O nosso partido, interclassista, é uma expressão genuína do povo brasileiro. Seu projeto é nacional, no sentido mais grave. Estamos convencidos de que o Brasil só será grande Nação que sua gente merece quando não houver zonas de depressão social e econômica na geografia do País.

A integração do Nordeste no conjunto nacional não é medida paternalista a ser assumida com os recursos do Sul. É providência reclamada para a prosperidade comum do Brasil. Necessitamos, todos nós, de dar aos nordestinos a oportunidade do desenvolvimento. As distorções históricas da economia nacional, resultantes da diferença de clima, mas também de injunções políticas, agravaram-se, nas duas décadas passadas, com a concentração de recursos pelo poder central.

Já temos dito e repetido: o Nordeste é a primeira, a maior e a mais importante das prioridades nacionais.

Companheiros, a inflação é, entre tantos desafios da urgência, o que me parece mais grave. Mas não se pode combater eficazmente a inflação, quando o poder público dela se serve e busca estimulá-la com a indexação geral da economia. Haveremos de encontrar, com a assessoria dos grandes mestres da teoria econômica e os conselhos da razão política, os meios para sanear a moeda e recuperar a confiança nas atividades produtivas. O que não podemos permitir é a continuação dessa drenagem enlouquecida de recursos para a aplicação em títulos que, por sua vez, não se destinam a investimentos produtivos, mas à especulação insensata de um monetarismo hipertrofiado.

Só os néscios, porém, podem acreditar no êxito de uma política recessiva no combate à inflação. A ação deflacionária exige a colaboração ativa da sociedade, e a sociedade não lhe dará seu assentimento se não houver rápida criação de novos

empregos, favorecimento às iniciativas de trabalho e produção próprias, e o atendimento às necessidades básicas do povo.

A hora presente reclama, além da geração de empregos, salários justos, uma previdência social eficiente, e solução para o gravíssimo problema do Sistema Financeiro de Habitação.

O BNH é grande exemplo da insânia do Poder. Financiado com o suor do trabalhador, que perdeu, para isso, a garantia de emprego e ganhou a maldição de um compromisso crescente, o órgão é o novo leviatã nacional. Só a morte do trabalhador liberta sua família do contrato perverso que um dia assinou, com o sonho de ser o senhor sob seu teto.

Não será o trabalhador brasileiro, com os salários reduzidos enquanto prosperava o Estado e prosperavam alguns, que irá ser executado em consequência do desequilíbrio financeiro do BNH. Teremos de encontrar a forma justa de superar todo o sistema, e a encontraremos.

Devemos reunir toda a coragem para resolver o problema da Previdência Social.

Depois de anos seguidos de desacertos, ela se tornou uma pesada máquina burocrática.

Os trabalhadores e seus familiares não podem, sem embargo, pagar pelos erros da administração previdenciária. A cada mês contribuem com parte ponderável de seu sacrificado salário para assegurar a assistência médica e a aposentadoria modesta.

Em todo o mundo há crise no sistema de seguro social mas é duvidoso que haja uma situação tão grave como a nossa. Durante anos seguidos, a Previdência Social tem sido o paraíso da irresponsabilidade burocrática, de corrupção, da fraude, do nepotismo.

Trataremos deste problema com decisão e firmeza.

A sociedade brasileira reclama contra a sobrevivência de leis arbitrárias, como a de Segurança Nacional, que disciplina o exercício da Imprensa e a que regula o Direito de Greve.

Em todos os países há leis semelhantes, mas as nossas devem ser escoimadas do espírito totalitário que as inspira.

Essa tarefa deverá ser cumprida pelo Congresso, que terá para isso o apoio decidido do Poder Executivo.

Companheiros, o povo brasileiro reclama mudanças, e iremos promovê-las. Não faremos apenas um governo de transição. Nosso propósito é o de presidir ao grande acordo nacional para a transformação do Brasil em um País restaurado em sua honra, em sua riqueza e em sua dignidade.

Sabemos como serão penosas as jornadas a vir. Durante muitos anos as dificuldades puderam ser proteladas com manobras e manipulações contábeis.

Agora não há mais recursos para o adiamento. Chegou a hora da verdade, assustadora verdade, e teremos de enfrentar todas as dificuldades com coragem e determinação.

Para isso temos de buscar, no sacrifício de nosso povo, o indispensável exemplo de amor à Pátria.

São estes homens e mulheres que, na lida do campo, no interior das fábricas, nas estradas, nas cátedras e nos quartéis, são os verdadeiros construtores da nacionalidade.

O nosso pacto social, assim, afasta desânimos e ressentimentos, covardias e represálias, acomodações e revanchismo, para abrir o País a uma nova estação da História.

Não será um tempo de milagres, nem de ostentação constrangedora. Tudo faremos para que os brasileiros tenham direito ao trabalho, à honra e à liberdade.

Para esta luta, em nome da Aliança Democrática, conto com a ajuda de Deus e a força do Povo.

Campanha eleitoral à presidência da República³³

Neste 15 de novembro de transição democrática, concito e conclamo os cidadãos à tarefa de construirmos juntos a Nova República.

A data de hoje representa um acontecimento cuja dimensão, em nossa história, só encontra paralelo na data da Independência. É, pois, sob a inspiração da história pátria, o fio condutor de nossos ideais, sempre retomados, da Independência e da República, que, candidato das forças democráticas à Presidência do Brasil, convido os brasileiros para a grande missão.

Os ideais do 7 de setembro, com Pedro I e do 15 de novembro, com o Marechal Deodoro, cresceram gêmeos no passado como rebentos naturais da Inconfidência Mineira e de Tiradentes.

No Brasil, a República respeita e admira o Império precisamente porque, nele, a democracia nunca sofreu agressões partidas do poder. Respeitamos o Império, mas ele não podia perdurar. Era um regime singular na América, uma fase histórica que, em si mesma, nos honra, mas que havia perdido sua razão de ser pela exaustão dos próprios princípios.

O desgaste do regime imperial chegou ao ponto de o magnânimo Imperador Pedro II se declarar, teoricamente, republicano. Mas registre-se que, ao deixar o poder, nenhum Chefe de Estado em toda a América foi, tanto quanto ele, cercado de reverência pelos seus contemporâneos, mesmo os adversários. Pode-se dizer que Pedro II mereceu o culto histórico da posteridade precisamente porque soube fazer de seu País uma democracia.

A República venera e respeita o Império, que ela encerrou sem violência nem injustiça. Reconhece no Império, principalmente,

³³ Discurso do candidato à Presidência da República, no Estado do Espírito Santo.

o serviço inestimável de nos haver trazido a Independência sem guerra e sem divisão do nosso território, tesouro maior que é a origem da nossa grandeza como País.

O 21 de abril, a Independência e a Proclamação da República representam a linha ascensional da nossa formação social e política, na qual a Nação e o Estado se integram na grande pátria coesa, soberana e livre.

A coesão é a unidade, que mantivemos contra os desafios separatistas, vindos de dissensões internas ou invasões estrangeiras.

A soberania é a autodeterminação, que temos sabido conservar diante das ameaças externas de pressão ou imposição.

A liberdade é o regime democrático, que temos podido fazer prevalecer e sobreviver aos eventuais predomínios do autoritarismo; é a democracia, vinda da Independência e da República, que renasce do absolutismo.

Firmados em tão inspiradora fonte histórica, retomada em sua pureza, é que teremos de lançar os alicerces da Nova República.

Primeiro o alicerce da Federação, a refazer-se autêntica, sem sentido conservador e localista, com o espírito voltado para a unidade do País. Um federalismo que, realista e moderno, será capaz de assegurar o desenvolvimento da pluralidade dos estados, dos municípios e das regiões, ao mesmo tempo em que estabelecerá, na organização política, a imprescindível unidade nacional.

A Nova República se quer composta de autonomias vinculadas à soberania central, na melhor tradição de nosso passado. Assim antecipada, ela compatibilizará as partes com o seu todo; harmonizará a desconcentração do poder com a unidade nacional e será forte não porque o centro o seja, mas porque as frações do todo o serão.

A República brasileira nós a queremos descentralizada, em atribuições e recursos, na forma das práticas do federalismo que distribui tarefas ao poder central, aos Estados, às regiões metropolitanas e aos municípios.

Desconcentração do poder e descentralização administrativa serão os eixos da construção da sociedade livre e democrática.

O alicerce republicano do poder distribuído é infenso ao poder unipessoal. Este é o segundo significado histórico da existência das Repúblicas; a rejeição do poder absoluto, incompatível com o pressuposto de uma democracia.

A Nova República não se coadunará com qualquer experiência de Presidentes todo-poderosos, impondo as vontades do centro e detendo o quase monopólio do poder decisório-legislativo.

Alicerce de igual relevância nas novas instituições é o da temporariedade dos mandatos, princípio que nos cumpre respeitar em coerência com o nosso passado recente.

É de grande importância lembrar que, mesmo nesse passado centralizador, houve obediência fiel a essa norma dos mandatos dos Presidentes, cuja escolha obedecia a decisões tomadas fora da classe política.

Honra os brasileiros a desambição dos militares ao respeitarem este princípio, ainda que sob regime de exceção. Está provado que as substituições no poder presidencial não ferem a continuidade administrativa do Estado, que se deseja fundada em burocracia responsável e eficiente, servidora permanente e impessoal das leis do País.

Finalmente, o alicerce da cidadania de cada brasileiro, República e cidadania são indissociáveis. Elas se engrandecem ou se degradam juntas, tendo sempre o mesmo destino.

Não haverá no Brasil uma República sadia e estável sem se refazer a realidade e a mística da cidadania como origem do poder político do Estado e condição maior da existência dos direitos e liberdades da pessoa humana, independente de riqueza, raça, sexo ou credo.

Sejamos, pois, nesta hora decisiva da vida brasileira, possuídos pela mística da República, a fim de que ela se prepare para a sua continuidade histórica. Para que ela, instituída em uma Federação descentralizada, seja, detivamente, capaz de moderar os conflitos, por meio de uma vigilância constante contra os perigos de quaisquer novos disfarces pelos quais se pretenda impor à Nação a vontade das minorias.

A generosa inclinação dos brasileiros para a tolerância e o consenso fez da Independência, da Abolição e da República conquistas civilizadas e pacíficas. Esta cordura nos processos, esta moderação nos meios empregados para o alcance dos objetivos mais difíceis, esta ausência de violência no encaminhamento das soluções mais intrincadas não significam debilidade de um povo, mas, ao contrário, força de alma e de razão. O rigor e a violência são, muitas vezes, filhos da fraqueza e do temor. Os livros são férteis de casos trágicos, que, não fora a desconfiança e o medo, não teriam prevalecido por tanto tempo em tantas Nações.

Os historiadores sabem que muitas vezes a agressividade e o radicalismo não passam de formas de pânico, individuais ou coletivas, situações-limite que, por isso mesmo, não podem durar e, muito menos, ser permanentes.

De outra parte, reconhecem que a organização democrática e, especialmente, a sua Justiça podem e devem ser permanentes, pois têm na moderação e na paz os princípios básicos de sua continuidade e de seu constante aprimoramento. Este espírito democrático é uma vertente da história brasileira. No avanço

de nossas instituições políticas, na fixação dos limites de nosso território, o Brasil sempre ofereceu a moderação como motor de seu progresso, inspirador de suas ações e do seu engrandecimento.

Infelizmente, a República, instalada e confirmada com tanta prudência e saber, passou a conhecer depois, nos períodos de transição e, especialmente, nos momentos de transmissão do poder supremo, crises de violência e de injustiça, colapsos breves ou longos do Estado de Direito, governos impostos pela força, períodos de escuridão sem causa que têm abalado o prestígio do País e comprometido a situação que o Brasil ocupa no Continente.

É mais que chegado o tempo de se pôr um paradeiro neste demorado e repetido espetáculo de imaturidade política e de submissão da razão à paixão. Este espetáculo que, com felizes alternativas, vem durando desde 1922, deve se encerrar agora em uma confluência de propósitos elevados, dentro das naturais divergências democráticas.

É mais que chegado o tempo em que se inicie a marcha para um futuro de estabilidade das instituições e de progresso econômico que prepare o nosso País e seu povo para melhores dias. O futuro dos nossos descendentes e, em certa medida, o equilíbrio da civilização no mundo dependem um pouco da conduta, da visão e da capacidade realizadora dos brasileiros de agora.

O alargamento interno do território nacional, conseqüente à fundação de Brasília, o progresso nas comunicações e na tecnologia, as realizações da política energética, o avanço cultural e político, a crescente participação popular no acompanhamento das decisões nacionais e o acúmulo, enfim, das potencialidades criadoras da sociedade brasileira não cabem no quadro estreito e hesitante da instabilidade

institucional. Não cabem no regime das decisões fechadas, do predomínio das ambições pessoais ou de grupos sociais ou econômicos. Não cabem, evidentemente, na estreita moldura do contraste entre uma sociedade que se expande e uma política que se encolhe, na qual podem subsistir medidas casuísticas, soluções impopulares e objetivos antiéticos.

A transição para a Nova República passa pelo voto dos representantes do povo em 15 de janeiro de 1985.

O sistema de escolha do Presidente pelo Colégio Eleitoral abre-se sob a pressão, da opinião pública e vai servir, agora, à transição democrática.

A eleição, ainda imperfeita, por não se ter podido organizar para a participação direta do povo com o voto de nossos mais de 60 milhões de eleitores, mesmo assim registrará importantíssimo progresso.

Terminados os Atos Institucionais, aprovada a Lei da Anistia e realizadas as eleições de 1982 - as mais livres e diretas dos últimos vinte anos - caminha-se para o passo mais sério e decisivo da sucessão presidencial.

Na transição, sem dúvida, temos agora o grande avanço republicano e democrático como decorrência da vontade manifesta de mudança, que se expressou na longa campanha das “diretas já” e se constituiu na base mesma da pregação dos candidatos da Aliança Democrática.

Festejemos a República. Ela progrediu pacificamente, pelas ações de propaganda nos meios civis e militares, pelas lições dos mestres nas escolas e faculdades, pela manifestação das forças políticas organizadas na Câmara e no Senado do Império, pelas vozes presentes nas grandes reuniões e nas praças públicas, pela coragem da palavra dos jornalistas e o desassombro de grandes e pequenos jornais.

A campanha republicana chegou à vitória do 15 de novembro sob as garantias jurídicas do Supremo Poder Imperial, não ausente, mas presente, no respeito deliberado à evolução pacífica das instituições.

Estou certo de que, com a vivência dos nossos maiores e tendo em vista a segurança da vitória democrática em 15 de janeiro, o Brasil poderá afinal encerrar esta longa fase de oscilações entre o Estado de Direito e o Estado autoritário. Foram mais de sessenta anos que marcaram a República e correspondem a fases superadas de nossa evolução política e social.

A posse do Presidente eleito vai marcar, em 15 de março, uma fase de ordem, de paz, de moderação, de participação e de progresso. Uma fase de avanço institucional, político, econômico e social.

Ela será iluminada pelo futuro Poder Constituinte que, eleito em 1986, substituirá as malogradas instituições atuais por uma Constituição que situe o Brasil no seu tempo, prepare o Estado e a Nação para os dias de amanhã e honre as melhores tradições das Constituições que já tivemos.

A fase nova se definirá pela eliminação dos resíduos autoritários que subsistem na legislação vigente e pelo início, decidido e corajoso, das transformações de cunho social, administrativo, econômico e político que requer a sociedade brasileira.

Vamos, com a graça de Deus, presidir o momento histórico e o faremos com a cooperação e a participação de todas as forças políticas, econômicas e sociais bem intencionadas, sem quaisquer preocupações de represálias quanto ao passado.

Minha formação democrática, alicerçada em uma vida pública em que nunca faltaram o apoio do povo, o voto direto dos meus concidadãos e a confiança das lideranças políticas e sociais, não

foi e jamais será marcada por revanchismos ou represálias. Estes são métodos próprios de governo e governantes temerosos dos resultados de suas injustiças e dos seus excessos de poder.

Podem os brasileiros estar seguros de que faremos, com prudência e moderação, as mudanças que a República requer. Mudanças na legislação opressiva, nas formas falsas de representação, na estrutura federal, de maneira a que se fortaleçam os Estados e os municípios.

Tudo isso há de acontecer com a participação ativa e decidida do Poder Executivo Federal, que manterá os ouvidos abertos para a opinião pública e procurará, por todos os modos, o apoio dos representantes do povo neste e no futuro Congresso Nacional.

Politicamente enfrentaremos com repulsa os radicalismos, que agridem os sentimentos e as tradições nacionais. Repulsa a todos os radicalismos, tanto os de esquerda, que nos levam ao fanatismo ideológico, quanto os de direita, carentes de princípios e repletos de ambições de poder.

A Primeira República, terminada em 1930, padeceu de defeitos e vícios principalmente políticos, decorrentes de uma estrutura federativa oligárquica e de escassa visão nacional.

A Segunda República, que se instalou a partir de 1930, atravessou sucessivas crises, de origem marcadamente político-ideológicas, origem esta que condicionou os grandes embates do nosso tempo.

Estes embates, dramatizados em duas guerras mundiais - as maiores da história humana - criaram reflexos tumultuosos em países como o nosso e explicam, de certa forma, como nesse período a experiência atormentada do Brasil faz parte da experiência mesma vivida pelo mundo ocidental.

Os momentos atribulados que vivemos nestes quase cem anos e as crises que superamos ressaltam ainda mais a grandeza da República e é na evocação do 15 de novembro de 1889 que relembro os ideais que forjaram essa grandeza.

A República nasceu para dar ao povo um regime no qual ele pudesse participar, escolhendo os seus governantes em oposição ao direito hereditário dos reis. Vitorioso o movimento, uniram-se republicanos e monarquistas, sem ressentimentos ou sectarismos, para construir a nova ordem.

O povo é a substância da República, como prova a raiz latina da palavra. A República deve, pois, ser o compromisso fundamental do Estado para a solução dos problemas do povo, o atendimento de suas necessidades básicas até de sobrevivência. As necessidades referentes ao pão, à saúde, à habitação, à previdência e assistência social, que têm na criação de empregos, no salário digno e na justa distribuição de renda e dos frutos do progresso as suas respostas básicas.

Não nos esqueçamos pois, neste momento histórico, que essa é a dívida institucional da República, a ser resgatada com superioridade hierárquica sobre qualquer outra, pois o homem, o seu desenvolvimento e o seu bem-estar são a destinação e a verdadeira segurança do Estado.

Repete-se hoje o alvorecer de uma Nova República, que vai nascer revigorada no compromisso de fortalecer seus valores e seus símbolos.

É hora de lembrar que a República foi sonhada e implantada pelas nossas gloriosas Forças Armadas. A palavra de Benjamim Constant e a espada do Marechal Deodoro da Fonseca fundiram a República nas chamas de acrisolado idealismo. Desde então Forças Armadas e Repúblicas vivem indissolivelmente vinculadas: se esta entra em colapso, aquelas sofrem na quebra de suas tradições e de sua vocação histórica.

Daí ser imperioso criarmos uma Nova República, forte e soberana, para que nossas Forças Armadas não sejam nunca desviadas de sua destinação constitucional. Forças Armadas vigorosas, compenetradas de suas funções tutelares e imbuídas de sua capacidade técnica e profissional é o que todos almejamos, para que possam desempenhar, na maior competência e eficiência, as suas missões, no quadro de definição de seus encargos, na patriótica defesa interna e externa do País.

De Norte a Sul do Brasil estou pregando, em praça pública, a unidade nacional. Prego a concórdia, a construção do futuro, e não me prendo aos pesadelos do passado. Sinto que estou contribuindo, de maneira eloquente e significativa, para unir o nosso povo, tão dividido em face dos graves problemas desta hora.

É com profunda emoção que tenho visto, do Acre ao Rio Grande o povo, em grande vibração cívica, nas concentrações públicas, cantar com fervor o Hino Nacional, de mãos dadas, em meio às bandeiras nacionais, que são símbolos e inspiração de nossa luta e de nosso comportamento.

Estou contribuindo para reacender a chama do patriotismo. Como fizeram em 1889, prego o direito do povo de eleger diretamente seus governantes, em todos os níveis, estabelecendo que só existe um império, que é o império da Lei, e só um soberano, que é o povo brasileiro.

Exalto os valores da Pátria, a ordem e o progresso, e faço-me apóstolo dos que sonharam e criaram a República.

Inspiro-me nesta data para proclamar que nenhuma campanha cívica na história do Brasil foi tão voltada para os valores e as instituições republicanas quanto a que agora realizamos.

Em nenhum momento reuniu-se numa mesma causa tão ampla presença de homens e mulheres de tantas tendências, sem distinção ou discriminação de qualquer sorte.

São os brasileiros, civis e militares, trabalhadores e empresários, estudantes e professores, homens e mulheres de todos os credos e de todas as raças, com um só objetivo: restaurar em sua plenitude a democracia no Brasil. E restaurar a democracia é restaurar a República, missão que estou recebendo do povo e se transformará em realidade pela força não apenas de um político, mas de todos os cidadãos brasileiros.

Acabou o ciclo autoritário; Tancredo é o 1º presidente civil e de oposição desde 64

ANONIMO.
Que seja uma democracia melhor

A eleição de Tancredo Neves para o Palácio do Planalto marca o fim de um ciclo de mais de 20 anos de autoritarismo, de um período de ditadura, de um período de ditadura de fato, de um período de ditadura de direito. Tancredo Neves é o primeiro presidente eleito por voto direto desde 1964. Ele é o primeiro presidente eleito por voto direto desde 1964. Ele é o primeiro presidente eleito por voto direto desde 1964.

É preciso que o novo presidente seja eleito por voto direto, que seja eleito por voto direto, que seja eleito por voto direto. É preciso que o novo presidente seja eleito por voto direto, que seja eleito por voto direto, que seja eleito por voto direto. É preciso que o novo presidente seja eleito por voto direto, que seja eleito por voto direto, que seja eleito por voto direto.

Apesar de ser jovem, o novo presidente brasileiro é um homem de experiência, de uma carreira política que se iniciou no movimento estudantil. Ele é um homem de experiência, de uma carreira política que se iniciou no movimento estudantil. Ele é um homem de experiência, de uma carreira política que se iniciou no movimento estudantil.

Ele é um homem de experiência, de uma carreira política que se iniciou no movimento estudantil. Ele é um homem de experiência, de uma carreira política que se iniciou no movimento estudantil. Ele é um homem de experiência, de uma carreira política que se iniciou no movimento estudantil.



Tancredo Neves, eleito presidente da República, é recebido por familiares e amigos no Palácio do Planalto.

Ele é um homem de experiência, de uma carreira política que se iniciou no movimento estudantil. Ele é um homem de experiência, de uma carreira política que se iniciou no movimento estudantil. Ele é um homem de experiência, de uma carreira política que se iniciou no movimento estudantil.

Tancredo é um homem de experiência, de uma carreira política que se iniciou no movimento estudantil. Ele é um homem de experiência, de uma carreira política que se iniciou no movimento estudantil. Ele é um homem de experiência, de uma carreira política que se iniciou no movimento estudantil.

Ele é um homem de experiência, de uma carreira política que se iniciou no movimento estudantil. Ele é um homem de experiência, de uma carreira política que se iniciou no movimento estudantil. Ele é um homem de experiência, de uma carreira política que se iniciou no movimento estudantil.

Ele é um homem de experiência, de uma carreira política que se iniciou no movimento estudantil. Ele é um homem de experiência, de uma carreira política que se iniciou no movimento estudantil. Ele é um homem de experiência, de uma carreira política que se iniciou no movimento estudantil.

Ele é um homem de experiência, de uma carreira política que se iniciou no movimento estudantil. Ele é um homem de experiência, de uma carreira política que se iniciou no movimento estudantil. Ele é um homem de experiência, de uma carreira política que se iniciou no movimento estudantil.

Opções da Folha

Nome	Votos	Porcentagem
Tancredo Neves	10.100.000	50,4%
Colégio Eleitoral	1.000.000	5,0%
Outros	9.000.000	44,6%

Eleito reitera promessa da Constituinte

Tancredo Neves reitera a promessa feita pela Constituinte de convocar uma Assembleia Nacional Constituinte para 1988. Ele promete manter a democracia e a liberdade de expressão.

Acordo prevê 2 ministérios para a Frente

Um acordo político prevê a criação de dois ministérios para a Frente Democrática. Isso inclui o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação.

Pouca gente saiu das ruas para festejar

Apesar da vitória, poucas pessoas saíram para festejar nas ruas. A maioria permaneceu em casa, refletindo sobre o futuro do país.

A segurança teve que dar cotoveladas

As forças de segurança tiveram que fazer cotoveladas para garantir a ordem durante a cerimônia de posse. Houve alguns incidentes, mas foram rapidamente controlados.

Os artistas reagem com bom humor

Os artistas brasileiros reagem com bom humor à eleição de Tancredo Neves. Eles acreditam que isso representa um passo positivo para a democracia.

III.4 – Nova República³⁴

A derrota da emenda das “*Diretas Já*” exigiu uma nova articulação dos partidos de oposição, que decidiram concorrer à eleição indireta com candidato único. Aproveitaram a divisão dentro do partido do governo, que, após uma prévia, escolheu Paulo Maluf para concorrer ao cargo. Os partidos de oposição indicaram Tancredo Neves como candidato, apostando no seu caráter conciliador: “Se é mineiro não é radical, se é radical não é mineiro, dizia Tancredo”. O candidato a vice foi José Sarney, dissidente da facção do governo.

A campanha espalhou-se pelo país, como se fosse uma eleição que buscasse o voto do eleitor. A eleição ocorreu em 15 de janeiro de 1985, com a vitória de Tancredo recebendo 480 votos contra 180 dados a Paulo Maluf, sendo 26 as abstenções. Sua vitória foi transmitida pelas redes de televisão e rádio, e foi comemorada efusivamente pela população nas ruas. Seus discursos deste período retratam confiança no futuro do país, reconstruído em clima de paz e harmonia.

Entretanto, Tancredo não tomaria posse. Submetido a uma série de cirurgias, faleceu em 21 de abril de 1985 em um clima de comoção nacional. O vice-presidente José Sarney ocuparia o cargo, dando-se início à fase da Nova República. São convocadas eleições constituintes e em 5 de outubro de 1988, o Presidente do Congresso, Ulysses Guimarães, promulga a nova Constituição.

³⁴ Comentário dos organizadores

Vitória no colégio eleitoral: um projeto para o Brasil³⁵

Brasileiros, neste momento, alto na História, orgulhamo-nos de pertencer a um povo que não se abate, que sabe afastar o medo e não aceita acolher o ódio. A Nação inteira comunga deste ato de esperança. Reencontramos, depois de ilusões perdidas e pesados sacrifícios, o bom e velho caminho democrático. Não há Pátria onde falta democracia.

A Pátria não é mera organização de homens em Estados, mas sentimento e consciência, em cada um deles, de que lhe pertencem o corpo e o espírito da Nação. Sentimento e consciência da intransferível responsabilidade por sua coesão e seu destino.

A Pátria é escolhida, feita na razão e na liberdade. Não basta a circunstância do nascimento para criar esta profunda ligação entre o indivíduo e sua comunidade.

Não teremos a Pátria que Deus nos destinou enquanto não formos capazes de fazer de cada brasileiro um cidadão, com plena consciência dessa dignidade.

Assim sendo, a Pátria não é o passado, mas o futuro que construímos com o presente. Não é a aposentadoria dos heróis, mas tarefa a cumprir; é a promoção da justiça, e a justiça se promove com liberdade. Na vida das nações, todos os dias são dias de história, e todos os dias são difíceis. A paz é sempre esquiva conquista da razão política. É para mantê-la, em sua perene precariedade, que o homem criou as instituições do Estado, e luta constantemente para aprimorá-las.

Não há desânimo nessa condição essencial do homem.

³⁵ Discurso após proclamado o resultado da eleição à Presidência da República no Colégio Eleitoral, no plenário da Câmara dos Deputados, em Brasília (15/01/1985). Arquivo Ulysses Guimarães, FGV/CPDOC, UG Cd 1985.01.05.CPDOC/FGV.

Por mais pesadas que sejam as sombras totalitárias ou mais desatadas as paixões anárquicas, o instinto de liberdade e o apego à ordem justa trabalham para restabelecer o equilíbrio social.

No conceito que fazemos do Estado democrático, há saudável contradição: quanto mais democrática for uma sociedade, mais frágil será o Estado. Seu poder de coação só se entende no cumprimento da lei. Quanto mais fraterna for a sociedade, menor será a presença do Estado.

Brasileiros: A primeira tarefa de meu governo é a de promover a organização institucional do Estado. Se, para isso, devemos recorrer à experiência histórica, cabe-nos também compreender que vamos criar um Estado moderno, apto a administrar a Nação no futuro dinâmico que está sendo construído.

Sem abandonar os deveres e preocupações de cada dia, temos de concentrar os nossos esforços na busca de consenso básico à nova Carta Política.

Convoco-vos ao grande debate constitucional. Deveis, nos próximos meses, discutir em todos os auditórios, na imprensa e nas ruas, nos partidos e nos parlamentos, nas universidades e nos sindicatos, os grandes problemas nacionais e os legítimos interesses de cada grupo social.

É nessa discussão ampla que ireis identificar os vossos delegados ao Poder Constituinte e lhes atribuir o mandato de redigir a Lei Fundamental do País. A Constituição não é assunto restrito aos juristas, aos sábios ou aos políticos. Não pode ser ato de algumas elites. É responsabilidade de todo o povo. Daí a preocupação de que ela não surja no aqodamento, mas resulte de uma profunda reflexão nacional.

Os deputados constituintes, mandatários da soberania popular, saberão redigir uma Carta Política ajustada às

circunstâncias históricas. Clara e imperativa em seus princípios, a Constituição deverá ser flexível quanto ao modo, para que as crises políticas conjunturais sejam contidas na inteligência da lei.

Presidente eleito do Brasil, busco no coração e na consciência as palavras de agradecimento profundo aos correligionários da Aliança Democrática, o valente e fiel PMDB, sob o comando do deputado Ulysses Guimarães, o recém-fundado Partido da Frente Liberal, sob a liderança de Aureliano Chaves, Marco Maciel e meu companheiro vice-presidente, José Sarney. Aos integrantes do PDT, PT, PTB, dissidentes do PDS que, por decisão partidária ou pessoal, me entregam a mais alta e difícil responsabilidade da minha vida pública.

Creio não poder fazê-lo de melhor forma do que, perante Deus e perante a Nação, nesta hora inicial de itinerário comum, reafirmar o compromisso de resgatar duas aspirações que, nos últimos vinte anos, sustentaram, como penosa obstinação, a esperança do povo: esta foi a última eleição indireta do País; venho para realizar urgentes e corajosas mudanças políticas, sociais e econômicas, indispensáveis ao bem-estar do povo.

Não foi fácil chegar até aqui. Nem mesmo a antecipação da certeza da vitória, nos últimos meses, apaga as cicatrizes e os sacrifícios que marcaram a história da luta que agora se encerra.

Não há por que negar que houve muitos momentos de desalento e cansaço, em que cada um de nós se indagava se valia a pena lutar. Mas, cada vez que essa tentação nos assaltava, a visão emocionante do povo resistindo e esperando, recriava em todos nós energias que supúnhamos extintas e recomeçávamos, no dia seguinte, como se nada houvesse sido perdido.

A história da Pátria, que se iluminou através dos séculos com o martírio da Inconfidência Mineira; que registra, com orgulho, a força do sentimento de unidade nacional sobre as insurreições libertárias durante o Império; que fixou, para admiração dos pósteros, a bravura de brasileiros que pegaram em armas na defesa de postulados cívicos contra os vícios da Primeira República, a História situará na eternidade o espetáculo inesquecível das grandes multidões que, em atos pacíficos de participação e de esperança, vieram para as ruas reivindicar a devolução do voto popular na escolha direta para a Presidência da República. Frustradas nos resultados imediatos dessa campanha memorável, as multidões não desesperaram, nem cruzaram os braços. Convocaram-nos a que viéssemos ao colégio eleitoral e fizéssemos dele o instrumento de sua própria perempção, criando, com as armas que não se rendiam, o governo que restaurasse a plenitude democrática.

Na análise desses dois grandes movimentos cívicos não sei avaliar quando o povo foi maior, se quando rompeu as barreiras da repressão e veio para as ruas gritar pelas eleições diretas, ou se quando, mesmo vencido, não se submeteu, e com extrema maturidade política exigiu que agíssemos dentro de regras impostas, exatamente para revogá-las e destruí-las.

É inegável que o processo de transição teve contribuições isoladas que não podem ser omitidas:

a do Poder Legislativo, que, muitas vezes mutilado em sua constituição e nas suas faculdades, conservou acesa a chama votiva da representação popular como última sentinela do campo da batalha democrática;

a do Poder Judiciário, que se manteve imune à influência dos casuísmos, para, na atual conjuntura, fazer prevalecer o espírito de reordenação democrática;

a da Igreja, que, com sua autoridade exponencial no campo espiritual e na ação social e educativa, lutou na defesa dos perseguidos, e pregou a necessidade da opção preferencial pelos pobres, com base na democracia moderna;

a do homens e mulheres do nosso povo, principalmente as mães de família, que arrostaram as duras dificuldades do desemprego e da carestia em seus lares e lutaram, com denodo, pela anistia, pelos direitos humanos e pelas liberdades políticas;

a da imprensa – jornais, emissoras de rádio e televisão –, que, sob a censura policial, a coação política e econômica, ousou bravamente enfrentar o poder para servir à liberdade do povo;

a da sociedade civil como um todo, em suas muitas instituições: a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, as entidades de classes patronais, de empregados, de profissionais liberais, as organizações estudantis, as universidades, e tantas outras, com sua participação, muitas vezes, sob pressões inqualificáveis, nesse mutirão cívico da reconstrução nacional;

a das Forças Armadas, na sua decisão de se manterem alheias ao processo político, respeitando os seus desdobramentos até a alternativa do poder;

a de Sua Excelência o presidente João Figueiredo, que, prosseguindo na tarefa iniciada com a revogação dos atos institucionais, ajudou, com a anistia política, a devolução da liberdade de imprensa, as eleições diretas de 1982, o desenvolvimento normal da sucessão presidencial.

Graças a toda essa imensa e inesquecível mobilização popular, chegamos, agora, ao limiar da Nova República.

Venho em nome da conciliação.

Não podemos, neste fim de século e de milênio, quando, crescendo em seu poder, o homem cresce em suas ambições

e em suas angústias, permanecer divididos dentro de nossas fronteiras.

Se não vemos as outras nações como inimigas, e não as vemos assim, devemos ter a consciência de que o mundo se contrai diante da árdua competição internacional. Acentua-se a luta pelo domínio de mercados, pelo controle de matérias-primas, pela hegemonia política. As ideologias, tão fortes no século passado e na metade do século XX, empalidecem, frente a um novo nacionalismo.

Ao mesmo tempo, fenômeno típico do desenvolvimento industrial e da expansão do capitalismo, surge nova realidade supranacional nas grandes corporações empresariais. Aparentemente desvinculadas de suas pátrias de origem, tais organizações servem, fundamentalmente, a seus interesses.

Brasileiros: Ao lado da ordem constitucional, que é tarefa prioritária, temos de cuidar da situação econômica. A inflação é a manifestação mais clara da desordem na economia nacional. Iremos enfrentá-la desde o primeiro dia.

Não cairemos no erro grosseiro de recorrer à recessão como instrumento inflacionário. Ao contrário, vamos promover a retomada do crescimento, estimulando o risco empresarial e eliminando, gradativamente, a hipertrofia do egoísmo e da ganância. O ritmo de nossa ação saneadora dependerá unicamente da colaboração que nos prestarem os setores interessados. Contamos, para isso, com o patriotismo de todos.

Retomar o crescimento é criar empregos. Toda a política econômica do meu governo estará subordinada a esse dever social. Enquanto houver, neste País, um só homem sem trabalho, sem pão, sem teto e sem letras, toda prosperidade será falsa.

Cabe acentuar que o desenvolvimento social não pode ser considerado mera decorrência do desenvolvimento econômico.

A Nação é essencialmente constituída pelas pessoas que a integram, de modo que cada vida humana vale muito mais do que a elevação de um índice estatístico. Preservá-la constitui, portanto, um dever que transcende a recomendação de caráter econômico, tão declinável quanto a defesa das nossas fronteiras. Nessas condições, temos de reconhecer e admitir, como objetivo básico da segurança nacional, a garantia de alimento, saúde, habitação, educação e transporte para todos os brasileiros.

O bem-estar que pretendemos para a sociedade brasileira deve assentar-se sobre a livre iniciativa e a propriedade privada. Exatamente por isso, adotaremos medidas que venham a democratizar o acesso à propriedade, atitude que não pode ser confundida, como muitos o fazem, com a proteção aos privilégios de forças econômicas e financeiras. Defender a livre iniciativa e a propriedade privada é defendê-las dos monopólios e do latifúndio.

Brasileiros: O entendimento nacional não exclui o confronto das ideias, a defesa de doutrinas políticas divergentes, a pluralidade de opiniões. Não pretendemos entendimento que signifique capitulação, nem um morno encontro dos antagonistas políticos em região de imobilismo e apatia. O entendimento se faz em torno de razões maiores, as da preservação da integridade e da soberania nacionais.

Dentro dessa ordem de ideias, a conciliação, instruindo o entendimento, deve ser vista como convênio destinado a administrar a transição rumo à nova e duradoura institucionalização do Estado.

Faz algumas semanas, eu anunciava, em Vitória, a construção de uma Nova República. Vejo, nesta fase da vida nacional, a grande oportunidade histórica de nosso povo.

As crises por que temos passado, desde a Independência,

podem ser atribuídas às dificuldades normais em um processo de formação de nacionalidade. Hoje, no entanto, encontram-se vencidas as etapas mais duras. Mantivemos a integridade política da Nação, graças à habilidade do Segundo Reinado que soube exercer a tolerância nos momentos certos, evitando que das insurreições liberais vencidas ficassem cicatrizes históricas.

Com a ocupação da Amazônia e do Oeste, concluídas nos últimos decênios, chegamos ao fim da tarefa iniciada pelos bandeirantes e desenvolvida por pioneiros intrépidos e desbravadores audazes, pelo gênio político de Rio Branco e pela bravura nacionalista do marechal Rondon.

Deixamos, há muito, de ser, aos olhos estrangeiros, exótica nação dos trópicos; incluímo-nos entre os países economicamente mais desenvolvidos. Nossa cultura é admirada internacionalmente. Traduzem-se os nossos escritores em todas as línguas; a música brasileira é conhecida e o desempenho de nossos artistas de teatro, de cinema e de televisão recebem o aplauso de espectadores de inúmeros países.

Na pesquisa científica, apesar dos poucos recursos públicos, temos obtido excepcionais resultados. Nossos homens de ciência têm o seu trabalho admirado nos principais centros mundiais.

Brasileiros: Sabeis que os homens públicos não se fazem de especial natureza. Eles se encontram sujeitos à fragilidade da condição humana. Quando um povo escolhe o chefe de Estado, não elege o mais sábio dos seus compatriotas, e é possível que não eleja o mais virtuoso deles. Tais qualidades, que só o juízo subjetivo consegue atribuir, não podem ser medidas.

Ao nomear, com o seu voto, o presidente da República, a Nação expressa a confiança de que ele saberá conduzi-la na busca do bem comum.

Consciente desta realidade, concito-vos ao grande mutirão nacional. Não há um só de vós que pode ser dispensado desta convocação. A cidadania não é atitude passiva, mas a ação permanente em favor da comunidade.

Faço meu apelo aos homens públicos. A política, tal como a entendemos, é a mais nobre e recompensadora das atividades humanas. Servir ao povo reclama dedicação incansável, noites indormidas, o peso abrasador das emoções. São muitos os que sucumbem em pleno combate, legando-nos o exemplo de seu sacrifício pela Pátria.

“Com o êxtase e o terror de haver sido o escolhido”, como diria Verlaine, entrego-me, hoje, ao serviço da Nação.

Nesta hora de forte exigência interior, recorro à memória de Minas, na inspiração familiar e na fé revelada na paz das igrejas de São João del-Rei. Tantas vezes renovada em minha vida, é a esta memória, com sua inspiração e sua fé, que recorrerei, se a tentação do desalento vier a assaltar-me.

Fui chamado na hora em que se realizava a grande aspiração política de minha vida, que era a honra de administrar o meu Estado, a grande e generosa terra de Minas Gerais, e procurava colocar a sua renascente força política a serviço da causa da Federação, hoje distorcida, esvaziada, humilhada.

Não deixaria ao meio o mandato que o povo mineiro me confiou, para assumir o Supremo Poder da Nação, apenas pelo gosto do poder, que nem sempre é glória ou alegria.

Vim para promover as mudanças, mudanças políticas, mudanças econômicas, mudanças reais, efetivas, corajosas, irreversíveis. Nunca o País dependeu tanto da atividade política. Dirijo-me, pois, a todos vós que a exerceis, aos que serviram ao meu governo com o seu apoio e aos que a ele prestaram a vigilância de opositores. Não aspiro à unanimidade, nem

postulo a conciliação subalterna, que se manifesta no aplauso inconsequente do aulicismo. A conciliação se faz em torno de princípios, e ninguém poderá inquirar, na injustiça e na maledicência, os que nos reuniram nesta vitoriosa aliança de forças democráticas.

Quero a conciliação para a defesa da soberania do povo, para a restauração democrática, para o combate à inflação, para que haja trabalho e prosperidade em nossa Pátria. Vamos promover o entendimento entre o povo e o governo, a Nação e o Estado.

Rejeitaria, se houvesse quem a pretendesse, a conciliação entre elites, o ajuste que visasse à continuação dos privilégios, à manutenção da injustiça, ao enriquecimento sobre a fome.

Para a conciliação maior, sem prejuízo dos compromissos de partido e de doutrina, convoco os homens públicos brasileiros e todos os cidadãos de boa-fé. No serviço da Pátria há lugar para todos.

Tenho uma palavra especial para os trabalhadores. É às suas mãos que muito devemos e é em suas mãos que está o futuro do nosso País.

Desde o primeiro passo de minha vida pública, tenho contado com o apoio dos trabalhadores. Elegi-me vereador em São João del-Rei com os votos dos ferroviários e nunca deixei de lhes merecer a confiança política.

Uma Nação evolui na mesma medida em que cresce a sua participação na divisão de renda e na direção dos negócios públicos.

Ao prestar minha homenagem a esses brasileiros, que são a maioria de nosso povo, reafirmo-lhes o compromisso de dedicar todo o meu esforço para que se ampliem e se respeitem os seus direitos.

A reconstrução democrática do País significa o retorno, em toda a liberdade, dos trabalhadores à vida política. Sem seu apoio, nenhum governo poderá cumprir suas tarefas constitucionais.

Brasileiros: Esta memorável campanha confirmou a ilimitada fé que tenho em nosso povo. Nunca, em nossa história, tivemos tanta gente nas ruas, para reclamar a recuperação dos direitos de cidadania e manifestar seu apoio a um candidato.

Em todo o País foi o mesmo entusiasmo. De Rio Branco a Natal, de Belém a Porto Alegre, as multidões se reuniram, em paz, cantando, para dizer que era preciso mudar, que a Nação, cansada do arbítrio, não admitia mais as manobras que protelassem o retorno das liberdades democráticas.

Não vamos nos dispersar. Continuemos reunidos, como nas praças públicas, com a mesma emoção, a mesma dignidade e a mesma decisão.

Se todos quisermos, dizia-nos, há quase duzentos anos, Tiradentes, aquele herói enlouquecido de esperança, poderemos fazer deste País uma grande Nação.

Vamos fazê-la.

Discurso aos ministros³⁶

Senhores Ministros, declaro aberta a primeira reunião do ministério da nova república.

Tenho a honra de dar leitura ao pronunciamento de sua Excelência o Presidente Tancredo Neves:

“Senhores Ministros, este ministério terá sobre seus ombros a tarefa de implementar as transformações econômicas, políticas e sociais que constituíram nossa plataforma eleitoral, e que respondem aos mais legítimos anseios da sociedade brasileira.

Nesta mesa se reflete uma característica essencial da nova república: a unidade do governo expressada em pluralidade partidária ampla e ponderável.

Juntos assumimos hoje, perante a Nação, o solene compromisso com a democracia e a justiça. Juntos nos comprometemos a pautar-nos pela seriedade na administração da coisa pública, pela devoção no serviço do país, pelo respeito ao cidadão e pela firme determinação de preservar os altos valores da nacionalidade.

Dignidade e austeridade são regras essenciais, que devem presidir ao exercício da democracia, e que nos conduzirão ao atendimento das reivindicações impostergáveis de um povo que é digno e austero.

Se não bastasse o imperativo ético, não faltaria uma razão política maior a ditar essa postura. É que estou convencido de que a austeridade no governo será fator decisivo para êxito do grande projeto de transição para o regime constitucional democrático, um dos mais importantes capítulos da carta compromisso da ALIANÇA DEMOCRÁTICA.

³⁶ Discurso lido em 15 de março de 1985 para os Ministros indicados a compor o Governo Tancredo Neves/José Sarney, eleito pelo Colégio Eleitoral. Arquivo Ulysses Guimarães, FGV/CPDOC, UG Cd 1985.01.05.

A política econômica a ser implementada será de todo o governo, de corresponsabilidade de todo o ministério.

Não abrirei mão da posição de condutor da política econômica do país e não permitirei que o ministério se divida em dois: os comprometidos com a austeridade e os comprometidos com os gastos. Em meu governo, todos, absolutamente todos os Ministros e dirigentes de empresas públicas, terão que estar igualmente comprometidos com a geração de recursos e com a parcimônia nas despesas.

Faltaria ao governo a verdadeira autoridade, o legítimo poder de persuasão, caso lhe faltasse a disposição de impor a si mesmo o comportamento que espera obter dos vários segmentos da sociedade. Somente através do exemplo poderemos inspirar confiança renovada na capacidade do Brasil de realizar-se como grande nação.

Não fomos candidatos das promessas. Não avançamos com a perspectiva de milagres. Não seremos o presidente a promover ilusões, que não foi para isso que o povo pediu “mudanças já” com tanta determinação e esperança.

O povo brasileiro terá o governo que exigiu e que não se teria viabilizado sem o seu apoio inequívoco. E sabem os seus Ministros que esse será um só governo, que o Presidente não admitirá que se divida, que se desuna, que se discorde e assim reduza a sua capacidade de agir na busca das soluções para os grandes problemas nacionais.

Como Presidente da República não fugirei a meu dever de estabelecer as diretrizes que presidirão os esforços da administração pública no cumprimento de sua missão.

Claro está que estas diretrizes não surgirão apenas das observações e da vontade presidencial, que não se pretende onisciente nem onipotente. Elas emanarão do estudo, do

trabalho dos Ministros e de suas equipes, estimulados todos pelas contribuições da sociedade civil, pela estreita colaboração com o poder legislativo e pela crítica da opinião pública.

Os Ministros serão meus colaboradores na formulação dessas diretrizes e dessas políticas e, uma vez decididas, serão responsáveis por sua implementação, em um esforço para o qual não lhes faltarão o apoio e o respaldo presidencial.

O Presidente e o Vice-Presidente da República, bem como os Ministros do meu governo, estarão em sintonia com o Congresso Nacional. Respeitaremos prerrogativas dos representantes do povo e procuraremos valorizar o relacionamento entre o Poder Executivo e Poder Legislativo, através do diálogo frequente e construtivo e das contribuições que estaremos sempre oferecendo à tarefa legislativa e fiscalizadora do nosso parlamento.

Ao mesmo tempo, não terei qualquer hesitação em esclarecer a opinião pública sobre as dificuldades que teremos para resolver nossos problemas. O povo entenderá que há uma diferença considerável entre o que o Presidente quer e o que ele pode fazer, especialmente nesta fase de recursos escassos, de déficits nas contas internas e externas, de limitações de toda espécie. Não temos receio das responsabilidades. Não nos faltará coragem para contrariar interesses, sejam eles de grupos, de classes, ou de quaisquer parcelas da sociedade, se isto for necessário para assegurar a defesa do bem comum, a proteção dos interesses maiores da nação.

Para a proteção desses altos interesses, é indispensável manter-se a ordem. Sem ordem não chegaremos a parte alguma. Sem ordem não há progresso, não há democracia, não há produção, não há bem-estar social, não há segurança para o cidadão, sua família, sua cidade, seu Estado, sem que a ordem presida as transformações, sob o manto do direito e dos valores éticos da sociedade.

Estou seguro de que, como sociedade nacional integrada que somos, saberemos encontrar, através do respeito mútuo e do diálogo responsável, o grau de consenso necessário à solução dos conflitos de interesses. Na busca desse grande entendimento nacional teremos tanto mais êxito quanto mais judiciosamente utilizarmos os mecanismos amplos, abertos e equânimes que nos proporciona a convivência democrática.

Essa forma de convivência interna deverá refletir-se em nosso relacionamento externo. O Brasil esteve sempre pronto a unir seus esforços aos da comunidade internacional em busca de um mundo melhor. Seguiremos a sentar-nos à mesa de negociações, desde que o objetivo visado se enquadre dentro de nossa concepção de um mundo mais justo, em que os interesses de países como o nosso tenham guarida, e os processos decisórios não constituam o monopólio de uns poucos.

Vamos trabalhar, senhores Ministros.

Estão sendo criadas hoje comissões especiais que ajudarão a Presidência da República a cumprir alguns dos seus compromissos mais inadiáveis com a Nação.

Durante nossa campanha para a presidência, ouvimos vigorosos reclamos por uma reforma tributária, a questão é complexa e delicada, e tem seu fulcro na evidente desproporção entre o montante dos recursos que se pode arrecadar e as múltiplas atividades – e consequentemente gastos – a serem cobertos com os fundos públicos. Está sendo criada uma comissão de alto nível para tratar da reforma tributária e da descentralização administrativo-financeira; entre os aspectos a serem por ela examinados, está o da superposição de tarefas entre os vários níveis da administração pública, redundância que deverá ser eliminada através da melhor repartição dos encargos entre eles, com o fortalecimento da ação dos estados e municípios.

A comissão deverá também, atentar para a necessidade de tornar o regime tributário mais justo, buscando maior correspondência entre os níveis de contribuição e a capacidade contributiva. Esse trabalho servirá de base às propostas a serem encaminhadas ao Poder Legislativo e, eventualmente, à Assembleia Constituinte.

Igualmente importante é a questão dos incentivos fiscais concedidos pelo estado, e direcionados para regiões menos desenvolvidas e setores da economia necessitados de estímulo. Tratando-se de recursos limitados, devem ser imediatamente concentrados em atividades prioritárias, sobretudo as que criem novos empregos nessas regiões. Ao mesmo tempo, uma comissão está sendo instituída para fazer uma avaliação do universo dos incentivos fiscais e dos resultados obtidos através de sua aplicação, com vistas a fazer sugestões para seu reordenamento e aperfeiçoamento conferindo assim maior racionalidade a seu papel no desenvolvimento das regiões e dos setores da economia mais carentes.

Notei também, ao longo da campanha, um vivo sentimento de indignação quanto à falta de proteção à poupança popular. Sucederam-se nos últimos tempos os casos em que milhares de pessoas, cujas economias somadas representam em última análise o louvável esforço da sociedade em investir no futuro, foram lesadas por agentes inescrupulosos que se aproveitaram de lacunas na lei e das deficiências da fiscalização. É inaceitável que esses recursos, muitas vezes penosamente amealhados e entregues em confiança para serem aplicados, sejam administrados de forma tão criminosa sem que os responsáveis recebam exemplar punição. Estamos, em consequência, instituindo uma comissão com a finalidade de elaborar um projeto de lei que defina a responsabilidade dos administradores e controladores das instituições financeiras, tipifique as ações lesivas à economia popular e comine as penas cabíveis, de forma

a restituir a confiança que a sociedade precisa ter nas instituições e nas pessoas que administram seus recursos financeiros.

Estamos criando também uma comissão, a ser presidida pelo Ministro-chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, para examinar a questão dos benefícios indiretos concedidos pela administração federal direta e indireta. Trata-se de medida consoante com a austeridade que exigirei em todos os escalões do governo. As chamadas “mordomias” constituem um dos símbolos mais execrados do abuso e da prepotência. É chegada a hora de proceder a um amplo levantamento dessa situação e de propor as medidas cabíveis para reduzir ao mínimo essencial esses benefícios, respeitados a dignidade da função pública e o requisito da eficiência.

Na mesma linha de pensamento, estamos estabelecendo uma comissão para analisar a questão dos pagamentos em dólar aos funcionários mantidos por diversas empresas estatais no exterior.

Estamos também instituindo uma comissão encarregada de examinar o problema da multiplicidade de orçamentos, que causa enormes dificuldades à administração das finanças do setor público, e ao qual tenho me referido frequentemente. A existência de vários orçamentos, apenas um dos quais é submetido ao congresso nacional para aprovação, os demais sendo geridos de forma autônoma, não só contrataria preceito fundamental do regime democrático, como também dificulta a formulação e condução de uma política governamental integrada, distorce a orientação dos recursos em detrimento de áreas prioritárias e, mais grave ainda, constitui fonte de alimentação do processo inflacionário ao autorizar despesas sem a correspondente receita.

Quero ainda ressaltar a necessidade de darmos alta prioridade aos estudos orientados para a reforma do sistema

educativo do país, inclusive de sua universidade. Atendendo aos reclamos que tantas vezes nos foram apresentados durante a campanha, uma comissão de alto nível, cujos nomes indicaremos em conjunto com o senhor excelentíssimo ministro da educação, está sendo incumbida de estudar a situação e formular propostas que possam ser imediatamente consideradas.

O objetivo mais alto de minha presidência é a reorganização constitucional do país. É preciso alicerçar a ordem política sobre a legitimidade democrática. Trata-se de uma profunda aspiração de toda a comunidade nacional. A nova carta, que institucionalizará definitivamente a democracia no Brasil, deve adequar-se às nossas condições econômico-sociais, à índole de nosso povo e à linha de nossa evolução jurídica, ademais, deve responder a um amplo consenso da generalidade dos setores que compõem a sociedade civil. Por isto tudo, impõe-se a criar canais que facilitem uma ampla consulta e favoreçam um grande debate nacional. Tendo em vista esse objetivo, estaremos criando nos próximos dias uma comissão constitucional do mais alto nível que, auscultando a sociedade civil, colhendo sugestões e negociando com as lideranças de todos os setores, elaborará um esboço de anteprojeto de constituição.

Para atingirmos o objetivo de uma sociedade próspera e mais justa, a tarefa primordial é compatibilizar a contenção da inflação com a retomada do desenvolvimento, tenho alertado para a ameaça que o processo inflacionário representa para as perspectivas de retomada do desenvolvimento, e para nosso desígnio de criar novos empregos, remunerar melhor a força de trabalho e distribuir mais adequadamente a renda nacional no combate contra a inflação e pela retomada do crescimento econômico, é evidente que teremos de equacionar a dívida interna e a dívida externa, projetadas ambas contra o pano de fundo da nossa dívida maior, que é a dívida social

contraída por todos os brasileiros para com os que vivem na linha da pobreza ou abaixo dela. A luta contra a inflação exige coragem e abnegação, exige também a articulação e um pacto social justo, no qual cada um possa vislumbrar, ao final do embate, recompensas ao esforço realizado. Exige finalmente a moderação de egoísmo de indivíduos ou de grupos, em favor do interesse maior da nação brasileira.

Para assegurarmos o engajamento de todos na luta contra a inflação, é necessário que a distribuição dos custos da política anti-inflacionária seja compatível com as possibilidades de cada um. Mas é também indispensável que o governo faça sua parte, melhorando a produtividade dos gastos públicos.

Tem existido uma tendência, no início de cada governo, para que as personalidades indicadas para ocupar a chefia dos ministérios, das autarquias e das empresas estatais, anunciem de imediato planos de impacto, programas ambiciosos e obras de grande porte. A experiência tem ensinado que os planos de impacto têm vida efêmera, criam ilusões que duram pouco e trazem frustrações que marcam todo o governo. O anúncio de tais programas e obras, sem uma base sólida que garanta a sua realização, acabam por transformar a expectativa inicial em grande decepção. O governo não deve anunciar planos de impacto, novos programas e novas obras antes de fazer, de imediato, um levantamento da situação financeira do setor público.

É fundamental que cada ministro, na sua área de atuação, seja nos órgãos da administração direta, seja nas empresas vinculadas ao ministério, verifique a disponibilidade de fundos, as despesas comprometidas, antes de anunciar a realização de qualquer programa que envolva a aplicação de recursos financeiros. O governo não deve anunciar nada que não possa ser executado, nem enganar o povo com promessas que não possam ser cumpridas. Nestes primeiros três meses

os Ministros devem, portanto, efetuar um levantamento da situação financeira de seus ministérios e das empresas a eles vinculadas. E, uma vez identificadas as disponibilidades financeiras, devem estabelecer, dentro de esquema de trabalho conjunto com a secretaria de planejamento da presidência da república, as prioridades para sua aplicação, tendo em vista principalmente os objetivos de um desenvolvimento econômico com criação de empregos e melhor distribuição de renda.

Enquanto não for realizado esse trabalho e não for estabelecida uma prioridade para investimentos de acordo com as diretrizes do meu programa de governo, a ordem é a seguinte: é proibido gastar.

O posterior remanejamento das despesas públicas será feito no sentido da satisfação das carências básicas da população. Reafirmo aqui minha convicção de que retomar o crescimento significa criar empregos, e nessa direção pretendemos orientar a aplicação daquela parcela dos fundos públicos hoje desperdiçadas em obras adiáveis, consumo injustificado e programas de baixo ou nenhum rendimento.

O esforço pela retomada do desenvolvimento e a luta contra a inflação começam, assim, no dia de hoje. Não pode haver desenvolvimento se não for controlado, de pronto, o processo inflacionário. A persistência das tendências atuais nos levará a patamares insuportáveis, com consequências nefastas para todos. Vamos atacar de frente o processo e vamos reverter sua tendência. Vamos fazer esta inflação cair.

O governo da Nova República dá à sociedade uma demonstração de austeridade ao fixar, em sua primeira reunião ministerial, a diretriz de reduzir seus dispêndios. Nesse momento, conclamo o empresariado brasileiro, que tem dado provas de elevado patriotismo, a oferecer também colaboração ao combate nacional contra a inflação. Reconheço no lucro

o prêmio da eficiência e o motor da atividade econômica. Repudio, contudo, o lucro especulativo e o ganho de ocasiões. Desejo ver a classe empresarial aderir a este programa de austeridade, evitando remarcações de preço no presente baseadas em expectativas de inflação futura e unindo-se ao governo para coibir as práticas contrárias ao interesse público e ao bem-estar de todos.

Senhores Ministros,

Quero convidá-los a visualizar, num futuro não muito distante, uma nação em que haja sido abolida a insegurança gerada pela miséria, pela ignorância e pelo desemprego, uma nação em que todos os cidadãos possam almejar as melhores condições de vida e alcançá-las através de seu próprio esforço; uma nação em que os menos afortunados e os menos aptos não sejam condenados a permanecer à margem do corpo social, mas dele recebam apoio solidário com vistas à sua integração na coletividade; uma nação que, seja em pequenas e médias cidades, nos campos ou nas grandes metrópoles, tenha orgulho de haver sabido organizar-se de forma a melhor usufruir das riquezas geradas por sua iniciativa e por seu trabalho; uma nação que, tendo podido atender às necessidades básicas de seus cidadãos, bem como a suas aspirações de consumo e lazer, disponha ainda de recursos excedentes para investir na continuada melhoria de seu padrão de vida. É indispensável nos conscientizarmos de que isto não é utopia, a construção dessa nação está ao nosso alcance. Depende de liberarmos toda a energia e a vontade de nossa gente, num imenso mutirão para o progresso.

Vamos somar nossas forças, cabendo ao governo essencialmente o papel de indutor do desenvolvimento. À iniciativa individual e empresarial caberá ocupar os espaços vazios ainda existentes, tanto em nosso território quanto em

nosso sistema econômico, e abrir novos espaços através da inovação e da disposição para assumir riscos. Neste contexto, desejo exortar especialmente os pequenos e médios empresários e agricultores a ocupar o lugar estratégico que lhes está reservado na economia, com a segurança de que contarão com todo o apoio que o governo, dentro de suas responsabilidades, puder prestar.

Convoco o Ministério da Nova República para executarmos a parte que nos cabe desta grandiosa empreitada. Ao trabalho denodado, acrescentaremos a fé inquebrantável. Ao exercício do poder, agregaremos o espírito de justiça social. À intransigente defesa da ordem pública, aliaremos a prática do debate persuasivo.

E conclamo o povo brasileiro a continuar a prestar-nos seu apoio nessa difícil missão. Que cada cidadão oriente suas ações no sentido de atingirmos, na paz social e na concórdia, os altos objetivos que juntamente nos fixamos em praça pública, ao longo de nossa memorável campanha cívica pela democracia. Que cada grupo, cada entidade, cada representação política, ideológica ou profissional busque, a cada passo, aferir sua atitude pública pelos elevados padrões de comportamento político atingidos por nosso povo. Que cada brasileiro, enfim, dê o melhor de si no exercício da responsabilidade intransferível de, com seu esforço consciente, plasmar para si e para seus filhos o futuro deste país.”

Câmara dos Deputados anuncia a morte de Tancredo Neves³⁷

Morreu Tancredo Neves.

Morreu o amigo.

Mais do que avô, marido, pai, morreu o amigo da família.

Morreu o amigo que era irmão dos amigos.

Acima de tudo, morreu o grande e apaixonado amigo do Brasil.

A biografia de Tancredo Neves é comovente e edificante história de amor pelo Brasil.

Logo agora, quando o povo tanto necessita de amigos corajosos, leais e talentosos, perde o maior deles e o líder de todos eles, aclamado pelas praças, unguído pelas ruas, carregado triunfalmente por multidões.

Adeus, Tancredo.

Sem Você, embora esmagados pela dor e pela separação, ficamos mais fortes e decididos, na companhia de sua memória e de seu exemplo.

A fatalidade decretou que o eleito não governasse seu povo.

Mas você não nos abandonou. A homenagem sincera e consequente dos que o choram, será impedir qualquer recuo na caminhada pelas instituições livres, que se consolidarão através da Assembleia Nacional Constituinte.

Entregue a Deus pelo Santo, São Francisco, você vai inspirar a salvação do Brasil.

Morreu Tancredo Neves.

Contudo, a ressurreição de sua voz conclama os brasileiros:

Viva a Liberdade, Viva a Democracia, Viva a República.

ULYSSES GUIMARÃES

³⁷ Discurso lido na Presidência da Câmara dos Deputados, às 23 horas do dia 21 de abril de 1985, logo após o falecimento do presidente Tancredo Neves. Arquivo Ulysses Guimarães, FGV/CPDOC, UG Cd 1985.01.05.

Correspondência do Presidente da República em exercício ao Congresso Nacional³⁸

MENSAGEM Nº 231.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara dos Deputados:

Com imenso pesar, que é a expressão do sentimento nacional, cumpre o doloroso dever de comunicar a Vossa Excelência o falecimento, ocorrido nesta data, do Excelentíssimo Senhor Doutor TANCREDO DE ALMEIDA NEVES, Presidente da República eleito.

Em decorrência desse fato, tenho a honra de informar a Vossa Excelência que continuo a exercer, agora na qualidade de sucessor, o cargo de Presidente da República, na forma do artigo 77 da Constituição Federal.

Brasília, em 21 de abril de 1985.



³⁸ Mensagem encaminhada pelo Vice-Presidente da República José Sarney ao Presidente da Câmara dos Deputados em 21 de abril de 1985. Arquivo Ulysses Guimarães, FGV/CPDOC, UG Cd 1985.01.05.

Homenagem da Assembleia paulista³⁹

O SR EVANDRO MESQUITA - PMDB – Senhor Governador Franco Montoro – Senhor Presidente desta Casa Deputado Luiz Carlos Santos – Senhor Vice Governador Orestes Quércia – Senhores Secretários de Estado – Senhor Presidente da Câmara Municipal de São Paulo e Prefeito em Exercício – Senhores Cônsules – Senhores Celebrantes do Culto Ecumênico – Autoridades presentes – Artistas de São Paulo e do Brasil – Integrantes da Banda Sinfônica e do Coral da Polícia Militar – Senhor Antonio de Almeida Neves, irmão do nosso homenageado – Nobres Colegas do Parlamento – Senhoras e Senhores

Distinguido pela liderança de meu partido, a convite do eminente líder Deputado Aloizio Nunes, aqui venho para trazer a palavra de reverência e homenagem ao Presidente Tancredo Neves, em nome da Bancada do PMDB nesta Casa.

Quis a fatalidade que o grande brasileiro morresse a 21 de abril como a lembrar, com seu martírio e seu calvário, o sofrimento daquele que ele próprio denominou “enlouquecido de esperança”: Tiradentes; e que as ezequias começassem a 22, como a simbolizar uma nova descoberta da Pátria que, com sua morte, renasce para a Democracia, a justiça social, a liberdade, o progresso e o desenvolvimento que haverão de trazer oportunidades para o Povo e grandeza para o Brasil.

O Brasil inteiro se uniu nas sentidas homenagens que prestou a Tancredo Neves, tangido todo território nacional, pelo mesmo sentimento e pela mesma consternação, desde as fronteiras escondidas no verde da Amazônia até o sul, onde os gaúchos valorosos estenderam tão longe os limites meridionais da Pátria e até o extremo setentrião, onde o Rio Grande do Norte, com sua silhueta, lembra a imagem de um destemido timoneiro a conduzir a nação brasileira que singra as águas do Atlântico.

³⁹ Assembleia Legislativa de São Paulo em 21 de maio de 1985. Fala do Deputado Evandro Mesquita pela Bancada do PMDB.

No desenvolver de sua vida, Tancredo Neves soube sempre honrar todos os seus compromissos, com todos os que o cercaram para serem dirigidos, para serem orientados, para serem ajudados. Aqueles que precisavam de consolo corriam à sua procura e ele, como lembrou a excepcional mulher, mãe e esposa que revelou ser Dona Risoleta, realmente foi “na sua vida inteira, um samaritano ajudando, curando e um cirineu, também carregando com seus irmãos essas cruzes nos ombros de cada um”.

Com sua luta imorredoura e seu sofrimento redentor, Tancredo soube reconciliar o povo com os governantes, criando uma relação de confiança e de afeto, que só existiram na Independência e na proclamação da República.

O cidadão brasileiro emocionou-se com o homem que sempre soube unir, em lugar de dividir, logrando congregar toda a Nação, conseguindo consensualizar todo o Brasil, dentro de um mesmo projeto de transição, ordeiro e pacífico que, optando por vias democráticas, passa por cima das divisões de classes e se sobrepõe à luta entre elites e massas, não obstante os interesses tantas vezes contraditórios.

A legitimade de Tancredo residiu no mandato para a mudança, na dinâmica que revelaram as forças políticas que o acompanham e nas teses da conciliação, da concórdia e do consenso que animaram a sua campanha em 84; na promessa solene de convocar-se a Assembleia Nacional Constituinte; no primado do poder civil; no ressurgimento do Legislativo e do Judiciário como poderes autônomos, e na grande aliança baseada no PMDB e na Frente Liberal.

Tancredo, mais que ninguém, sabia que de um regime de força somente se sai pela força, ou por uma solução de compromisso que deve ser amplo, que não exclua ninguém, que seja aceito por toda a sociedade e que represente a realização de um ideal

comum, e esse ideal comum é, hoje, a restauração do poder político e significa a definitiva consolidação da Democracia no Brasil.

A conciliação e o entendimento somente foram possíveis quando homens, velhos contendores de ontem, mas com grande responsabilidade cívica, Tancredo Neves à frente, demonstraram coragem para atravessar suas dúvidas, romper amarras e encontrar com outros homens da mesma têmpera, os mesmos objetivos e uma solução viável para restaurar a confiança do povo nos governantes, amadurecer a liberdade e implantar, definitivamente, a Democracia nesta terra de Santa Cruz.

Tancredo, fez assim, a transição de um regime autoritário para um regime aberto, na paz, na ordem, na compreensão fraterna, conforme a tradição e a consciência nacionais.

Como brasileiro, de velha tradição, iria responder no Governo ao apelo incoercível dos brasileiros por melhores dias de trabalho e prosperidade e quando sucumbe aos poderes da morte, o seu povo faz dele símbolo da vida de um Brasil novo.

Alguém discutiu sobre a duração de seu mandato. Baldado. Hoje, seu mandato é eterno e será sempre exercido no coração dos brasileiros.

Opção civil para encerramento do período castrense conciliou também na morte, recebendo honras militares, com seu ataúde em São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e São João del Rei, carregado com respeito e dignidade pelos jovens cadetes das Nossas Forças Armadas, Aeronáutica, Exército e Marinha do Brasil.

Quando presenciamos em Brasília os milhares de brasileiros que inundaram a Praça dos Três Poderes e a sede do Governo para levar sua última homenagem ao grande líder, constatamos que, se o povo não pode levá-lo ao Planalto, como queria, ele

próprio conseguiu levar este mesmo Povo a adentrar o Palácio, após tantos anos de autoritarismo e de exceção.

Unindo a Pátria, Tancredo Neves resgatou a nossa dignidade, o nosso patriotismo e o orgulho nacional e resgatou também as cores nacionais, com o verde-amarelo inundando as ruas, as praças e também a consciência de todos nós. Em Tancredo o Brasil se identificou como Nação.

Hoje, estamos mais confiantes e mais seguros porque somos todos brasileiros.

Revolucionário da conciliação, guerreiro da concórdia e escravo da liberdade, a sua bandeira é o seu maior legado cívico; e ela é hoje o que o nosso povo possui de melhor, de mais puro e de mais heroico.

Não havia ainda se registrado no Brasil unanimidade igual a que envolveu Tancredo Neves em apoio, solidariedade e confiança. O povo brasileiro o encontrou nos caminhos da história e nele depositou, inteira, toda a sua esperança e elevou-o acima dos partidos, nas divergências e do horizonte político, outorgando-lhe o carisma dos condutores de povos, dos heróis de legenda aos quais os povos se entregam certos de que encontraram o guia de seus sonhos.

E, se a história de tantos povos não se pode escrever sem molhar a pena em sangue, a nossa história, a história do Brasil, também não poderá ser escrita, ora em diante, sem molhar a pena no coração de Tancredo Neves.

Em São Paulo, sempre estivemos ao lado do Presidente. Foi em São Paulo que brotaram os primeiros apelos pela sua indicação à presidência do Brasil. Foi São Paulo o último rincão do território nacional que o presidente pisou, ainda em vida. Milhões o conduziram até Congonhas; e as faixas de pano, espontâneas e esvoaçantes sobre a massa humana, expressavam

os sentimentos de amor e de carinho dos paulistas. Elas diziam, drapejando ao vento: “Tancredo, sempre”; “Tancredo estamos órfãos”; “Tancredo, qualquer dia a gente se encontra”.

Tancredo Neves com sua morte transferiu a todos nós seus compromissos, seus sonhos, suas responsabilidades, pois aquilo que 130 milhões de homens, mulheres e crianças esperavam que Tancredo Neves pudesse realizar, deve e tem de ser feito, agora, por todos nós, brasileiros de todos os quadrantes dessa Grande Nação – o Brasil.

“Não vamos nos dispersar. Se todos quisermos, dizia-nos, há quase 200 anos, Tiradentes, aquele herói enlouquecido de esperança, poderemos fazer deste País uma grande Nação. Vamos fazê-la.”

Discurso preparado para a posse⁴⁰

Recebo da soberania do povo, de que sois portadores, a chefia do Estado e o governo do País. Esta solenidade encerra singular mistério de liturgia cívica. A Nação inteira se reúne, pelo instituto da representação, em sua vontade e em sua esperança, para investir um homem da responsabilidade de a conduzir, na lei e na dignidade.

De cada um dos homens que constituem a comunidade nacional transfere-se, ao coração e ao espírito do escolhido, um homem como os outros, parcela essencial de ser, na devoção aos valores comuns e na inquebrantável decisão de os preservar para sempre.

Ao assumir esta enorme responsabilidade, o homem público se entrega a destino maior do que todas as suas aspirações, e que ele não poderá cumprir senão como permanente submissão ao povo.

Quando falamos em povo não pensamos em uma entidade abstrata, que possa ser eventualmente conduzida em trilhas de equívoco, pelo fanatismo ou pela demagogia. Pensamos no povo como soma de razões e virtudes, que sempre prevalecem, para impor lucidez à história, restaurando o que se deve restaurar, abandonando o que se deve abandonar e construindo o que se deve construir.

A grandeza de um povo pode ser medida pela fraternidade. A coesão nacional, que não deve ser confundida com as manifestações patológicas do nacionalismo extremista, resulta do sentimento de solidariedade da cidadania. Essa solidariedade se expressa na consciência política. Não basta, porém, a consciência da responsabilidade coletiva, se não houver a oportunidade de participação de todos na vida do Estado, que é o instrumento comum da ação social.

⁴⁰ Discurso que seria proferido na posse como presidente da República, em 1985.

Não celebramos, hoje, uma vitória política. Esta solenidade não é a do júbilo de uma facção que tenha submetido a outra, mas festa da conciliação nacional, em torno de um programa político amplo, destinado a abrir novo e fecundo tempo ao nosso país. A adesão aos princípios que defendemos não significa, necessariamente, a adesão ao governo que vamos chefiar. Ela se manifestará também no exercício da Oposição. Não chegamos ao poder com o propósito de submeter a Nação a um projeto, mas com o de lutar para que ela reassuma, pela soberania do povo, o pleno controle sobre o Estado. A isso chamamos democracia.

Temos construído esta Nação com êxitos e dificuldades, mas não há dúvida, para quem saiba examinar a História com isenção, de que o nosso progresso político deveu-se mais à força reivindicadora dos homens do povo do que à consciência das elites. Elas, quase sempre, foram empurradas à ação pelos que, vindos das lutas e dificuldades cotidianas, alçavam-se ao jornalismo e ao Parlamento e obtinham, assim, os instrumentos políticos para o exercício de sua influência.

Há razões singelas para que haja maior amor à Pátria no povo do que entre algumas de suas elites. O homem que trabalha e sofre sabe que a sua realização depende do progresso de todo o País, e que o desenvolvimento não se faz sem o trabalho e o sacrifício de todos. Desprovido de fortuna, o trabalhador só pode sentir como seu o patrimônio comum da Nação, que as cores da bandeira simbolizam e protegem. Nada tendo de seu, ou tendo muito pouco, está poupado do egoísmo dos que possuem e disposto a defender a esperança, que para ele está no crescimento do Brasil. Sua história pessoal é quase sempre singela, mas ele assume, com amor e orgulho, a rica história da Nação. A pátria dos pobres está sempre no futuro e, por isso, em seu instinto, eles se colocam à frente da História.

Enganam-se os que imaginam possível levantar uma Nação rica e poderosa sobre os ombros de um povo explorado, doente, marginalizado e triste. Uma Nação só crescerá quando crescer, em cada um de seus cidadãos, o conhecimento, a saúde, a alegria e a liberdade. Não há povos que tenham surgido poderosos e ricos sobre a face da terra. Só a consciência da defesa coletiva é que levantou, no exercício da política, as sociedades primitivas, permitindo-lhes a prosperidade, a segurança e a cultura.

Temos um povo com a consciência de sua força e de seu destino. Os duros sacrifícios transformaram-se, pelo milagre da fé, na impetuosidade cívica dos últimos meses. Não há quem o possa fazer recuar. Ai dos que pretendem violar esta unidade, manchar esta bandeira de esperança.

É tempo, portanto, de edificar um Estado que sirva à plenitude de nosso povo. Não deve ser um Estado que as elites outorguem à Nação, em orgulhoso ato de poder, mas que se erga, da consciência coletiva, como resposta a anseios e necessidades. Ele deve ser construído para promover a ordem e a justiça. Ordem e justiça se fazem com a lei. E a lei deve ser a organização social da liberdade.

Brasileiros: Em agosto do ano passado, ao falar diante dos convencionais do PMDB que me escolheram seu candidato à Presidência da República, eu lhes disse que a primeira de nossas preocupações era a de reordenar institucionalmente a Nação. Ao receber, no Colégio Eleitoral, os votos que me elegeram presidente da República, voltei a expor a minha preocupação em promover, logo, a discussão constitucional. Se não podemos, e não devemos, votar às pressas uma nova Carta Política, temos de discuti-la a partir de amanhã. A fim de contribuir, com seus recursos, para o debate, o Executivo constituirá, como um dos primeiros atos de governo, comissão de alto nível, integrada não só de juristas conhecidos, mas, igualmente, de representantes

autênticos dos diversos setores sociais, com o objetivo de elaborar um esboço de anteprojeto constitucional.

Este documento não nascerá apenas do saber jurídico de seus membros e das reivindicações, justas, dos grupos sociais que ali se representem. Meu propósito é o de que a comissão possa ouvir o povo, recolhendo suas ideias criadoras. Redigido, o esboço voltará ao debate público, enquanto se processa a campanha eleitoral para a escolha do Congresso Constituinte.

E caberá aos delegados da Nação, eleitos com o mandato expresso de constituinte, o ato soberano de aceitar, emendar ou rejeitar a proposta de lei fundamental que lhe encaminharemos.

Se assim se fizer, e assim se fará, teremos a primeira grande oportunidade histórica de redigir uma Constituição ajustada às aspirações nacionais. Em nenhum outro tempo, no passado, pudemos realizar uma consulta popular sobre o destino do Estado, como faremos agora.

Brasileiros: Não me cansarei, enquanto houver injustiça, de clamar em nome dos perseguidos, dos humilhados, dos que têm mãos ociosas e vazias. Nada é mais doloroso para um pai de família do que oferecer suas mãos para o trabalho e recolhê-las, envergonhado, com o óbolo da ajuda. Para quem o recebe, o pão da caridade é sempre amargo.

Chega de proclamarmos, para aplacar a consciência, o direito de todos ao trabalho. É hora de transformar tais intenções em fatos concretos. E é também hora de pagar salários justos aos que produzem.

Recorro à advertência do profeta Isaías, nesta hora grave, talvez a mais grave de toda a minha vida:

“Ai dos que decretam leis injustas e dos que escrevem perversidades, para prejudicarem os pobres em juízo e para arrebatarem o direito dos aflitos de meu povo; para despojarem as viúvas e para roubarem os órfãos.”

Durante os últimos decênios acentuou-se em nosso país a injustiça contra os trabalhadores. Essa situação tornou-se ainda mais iníqua diante das seduções do consumo e da ostentação de alguns setores de nossas elites econômicas.

Se aos insensatos não comove a exigência de justiça, é possível que os atinjam as razões do temor.

Já vivemos, nas grandes cidades brasileiras, permanente guerra civil, com níveis de violência que nos colocam nos primeiros lugares entre as regiões mais perigosas do mundo. É natural que todos reclamem mais segurança nas ruas, e é dever do Estado garantir a vida e os bens dos cidadãos. Essa garantia, sabemos todos, não será oferecida com o aumento do número de policiais, ou com a multiplicação dos presídios. É muito mais fácil entregar ferramentas aos homens do que armá-los, e muito mais proveitoso para a sociedade dar pão e escola às crianças abandonadas, do que, mais tarde, segregar adultos criminosos. A história nos tem mostrado que, invariavelmente, o exacerbado egoísmo das classes dirigentes as tem conduzido ao suicídio social.

Brasileiros: Não se resolvem os problemas sociais de um país sem que haja drásticas mudanças em sua economia.

Até hoje o Estado tem servido para garantir e estimular os poderosos, e é tempo de que a sua força se coloque realmente a serviço dos despossuídos. Isso não significa empobrecer a Nação, mas enriquecê-la. Temos de ampliar o mercado interno, o único com que podem contar permanentemente os empresários brasileiros. Não se amplia o mercado interno sem que haja mais empregos e mais justa distribuição de renda nacional.

Os recursos públicos, destinados ao fomento das atividades produtivas, devem ser aplicados no maior número possível de empreendimentos. Não repetiremos os terríveis erros do recente passado, quando o Tesouro, por intermédio das autoridades

financeiras, pagava pela incompetência e, em muitos casos, pelos crimes contra a economia popular cometidos por aventureiros.

Enquanto isso, homens sérios mantêm, com angustiosos esforços, suas empresas industriais, preferindo reduzir os lucros a reduzir as folhas de pagamento.

O desenvolvimento industrial de um país não se faz em poucos anos. Enquanto não houver condições de trabalho e salários dignos para todos os brasileiros, devemos adotar medidas urgentes contra a fome e a doença. As estatísticas nos revelam verdades dolorosas: milhões de brasileiros se encontram à margem da inanição, e as imagens de crianças desnutridas, que nos chegam das regiões mais castigadas, em nada diferem das que nos transmitem dos campos de refugiados da Etiópia. Não podemos, sob o argumento de que só o desenvolvimento econômico resolverá o problema, deixar que tantos brasileiros morram desnutridos.

Brasileiros: A prazo maior, teremos de adotar medidas para a retomada do crescimento econômico sem ferir os postulados da boa justiça social. Uma dessas medidas é a reforma agrária. Em país como o nosso, a reforma agrária deverá realizar-se de muitas formas. Não será necessário dividir terras em algumas regiões pouco povoadas, nem é conveniente parcelar glebas, mesmo extensas, se se encontram aproveitadas. Na verdade, o problema da propriedade – salvo os conflitos nas áreas de colonização recente – só se coloca, de forma dramática, no Nordeste. Ali, só são aproveitáveis as terras molhadas e férteis das margens dos açudes e rios, e elas se encontram, invariavelmente, nas mãos de poucos.

Nós, brasileiros, temos uma dívida enorme com o Nordeste. Mas, se é verdade que devemos muito a milhões de brasileiros que ali vivem, maior é a dívida de suas próprias classes dirigentes, que, salvo exceções conhecidas, não tiveram para

com seu povo a solidariedade que, em seu nome, reclamam do resto do País. Temos de adotar, no Nordeste, medidas corajosas. É necessário que os recursos públicos destinados à região sirvam efetivamente a todos e não sejam interceptados pelos privilegiados.

Ao lado do reordenamento institucional, o problema do Nordeste se coloca como prioritário em minhas preocupações. Não podemos continuar crescendo no Sul e regredindo naquela região sacrificada. É preciso encontrar meios técnicos e políticos para resgatar sua população e integrá-la plenamente na vida nacional.

O acesso à terra e à água é direito de todos e, onde as terras produtivas e a água são escassas, cabe ao poder público, através da lei, ordenar o seu aproveitamento

No encontro que mantive com agricultores do Rio Grande do Sul, coloquei como meta do governo dobrar a produção brasileira de grãos nos próximos anos. Tenho ouvido, de técnicos e empreendedores rurais, que nada nos impede de cumprir essa tarefa. Para isso, temos de adotar medidas que se integram em uma ampla reforma agrária nacional. Não nos inibiremos diante dos que nos querem impor medidas recessivas e subsidiaremos, de forma justa, a nossa agricultura. Não deixaremos de fazer o que outros fazem apenas porque a eles interessa manter-nos em atraso.

Brasileiros:

Quando, nos países mais adiantados do mundo, as crianças começam a aprender diante de uma tela de computador, ainda exibimos uma vergonhosa taxa de analfabetismo. Estamos levantando usinas nucleares que custam bilhões de dólares, mas não fomos capazes de construir modestas salas escolares e colocar professoras em cada uma delas, de forma a acolher toda a população em idade escolar no País.

Sem descuidar das universidades, iremos, cada vez mais, investir na educação básica. Não iremos, no entanto, cuidar apenas do aspecto material. É necessário ajustar programas escolares que, sem perder de vista a realidade universal, sejam coerentes com a identidade cultural de nosso povo.

A força e a independência dos sindicatos são indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social de qualquer país. É do consenso nacional que a legislação sindical brasileira se encontra envelhecida. Além do mais, ela não se inspirou nos melhores exemplos do tempo em que foi promulgada.

Os sindicatos devem ser livres. A unidade sindical não pode ser estabelecida por lei, mas surgir naturalmente da vontade dos filiados. Sendo assim, tudo farei para que o Brasil adote a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho.

Os sindicatos não podem submeter-se à tutela do governo nem subordinar-se aos interesses dos partidos políticos. Se devemos ter uma política sindical, temos de evitar qualquer sindicalismo político.

A administração econômica do País reclama coragem e determinação. Vamos ter de combinar várias medidas para sanear as finanças públicas, retomar o desenvolvimento econômico e atender às urgentes demandas sociais.

Em primeiro lugar, vamos aceitar o pleno jogo do capitalismo, tal como ele deve ser praticado. Se o Estado deve, em alguns casos, proteger e incentivar empreendimentos produtivos, é de todo inconcebível que garanta os riscos de especulação financeira. De agora em diante, e da forma que a lei estabelecerá, os investidores deverão saber dos riscos que assumem, quando aplicarem o seu dinheiro no mercado de capitais. Não poderá o governo continuar socorrendo com os escassos recursos de caixa as instituições financeiras mal administradas. E não temo usar, aqui, a expressão forte. Os que burlarem a confiança popular

em meu governo podem estar certos de que tudo faremos para que restitua, centavo a centavo, o que tenham desviado, como atuará o Ministério Público no sentido de que paguem o seu crime em cadeia. Não podemos continuar vivendo em um país em que qualquer trabalhador pode ter sua geladeira arrestada por faltar a um compromisso de pequena monta, enquanto milhões de dólares, frutos da poupança do povo, são criminosamente depositados em bancos estrangeiros.

Uma das questões econômicas que o meu governo deverá enfrentar e resolver, é a da participação do Estado nas atividades empresariais.

Em muitos setores, entre eles o da energia, a presença do poder público é absolutamente necessária. Caberá ao governo administrar as empresas indispensáveis com rigorosos critérios de austeridade e eficiência e submetê-las a um controle partilhado com o Congresso Nacional.

Não sou dos que acusam as empresas estatais indiscriminadamente. Elas têm prestado inestimáveis serviços ao País, e muitas de suas dificuldades procedem de abusos conhecidos, entre eles o de crescimento de seus débitos no estrangeiro, a fim de captar divisas necessárias à rolagem da dívida externa

Devemos privatizar aquelas empresas que puderem ser privatizadas. Mas jamais poderemos desnacionalizá-las. O controle acionário das privatizáveis ou a participação do Estado em joint ventures deverão, isso sim, transferir-se a investidores brasileiros.

Temos sempre repetido que não há República sem Federação. Um dos principais compromissos que assumimos com a Nação foi o de restaurar a autonomia dos Estados. O poder é tanto mais eficiente quanto mais distribuído. A médio prazo – e isso vai depender da nova Constituição –, deveremos

ter um sistema de administração piramidal, de maneira que o Estado não assuma qualquer prerrogativa ou responsabilidade que possa ser assumida pelo município, e que a União não intervenha no que puder ser da competência dos Estados. A hipertrofia centralizadora da União, fruto do sonho ditatorial e totalitário do passado recente, não é apenas abuso contra a liberdade e o direito. É, sobretudo, uma tolice, do ponto de vista prático.

A restituição dos direitos federativos não significa que a União venha a eximir-se de sua responsabilidade pelo equilíbrio entre os Estados. Através de mecanismos especiais, caberá ao Poder Central promover a solidariedade, permanente ou eventual dos Estados mais ricos para com as unidades menos desenvolvidas e de tudo fazer para que se nivelem, no progresso comum, todas as regiões do País.

Sempre que me perguntam sobre a dívida externa, repito que honraremos os compromissos que, em nome do País, foram assumidos pelos nossos antecessores. Mas, da mesma maneira que ninguém retirará da boca do filho o pão para entregá-lo ao credor, não iremos resgatar os nossos títulos no exterior com a fome dos brasileiros. Haveremos de encontrar, com os nossos credores, a forma justa de liquidar os débitos. Eles também sabem que só produziremos se dispusermos de recursos para investir no interior do País. Nisso não me preocupo. Conto com a lucidez dos credores, que compreenderão o nosso direito de exigir prazos compatíveis e de recusar taxas escorchantes de juros.

Quando falamos em liberdade, entendemos o vocábulo em seu amplo significado. O homem deve ter a liberdade de viver onde quiser, de trabalhar como quiser e de exercer plenamente a sua identidade. Identidade é, mais do que os documentos de registro civil, a expressão da cultura de cada um. Sempre que

não houver prejuízo para a comunidade, o homem tem direito à fé, ao culto, aos costumes que escolher. O Estado não pode intervir, por meio da censura ou da coerção policial, contra a expressão individual ou coletiva de uma identidade cultural particular, sempre que ela, repetimos, não signifique censura ou coerção contra o direito dos outros.

É assim que vemos o direito das minorias étnicas e religiosas e tudo faremos para que elas possam expressar-se sem qualquer constrangimento. Da mesma maneira, tudo faremos para que, sem coerção contra os que quiserem integrar-se na sociedade moderna, sejam protegidos os costumes, a cultura e a sobrevivência dos povos indígenas.

O Brasil tem a consciência de suas responsabilidades internacionais e busca cumpri-las, sem inibições e sem arrogância. As circunstâncias de sua formação histórica e de sua situação geográfica colocam-no como interlocutor privilegiado entre o hemisfério norte e o hemisfério sul.

Deus nos tem preservado de conflitos com outras nações. Integramos, no entanto, continente conturbado em áreas assoladas pela luta fratricida. Tais conflitos revelam, quaisquer sejam as bandeiras ideológicas que se alcem, o drama da pobreza, da espoliação e do medo.

Manteremos a posição da política externa brasileira: defesa intransigente da independência e autodeterminação dos povos, oposição ao uso da força nos conflitos internacionais e não intervenção. Da mesma maneira, seguiremos apoiando as Nações Unidas em seus esforços para eliminar os resíduos do colonialismo e as práticas infames do racismo em todo o mundo.

Dentro desse espírito tradicional do Itamaraty, apoiamos resolutamente o Grupo de Contadora, em seus esforços para a solução pacífica do problema da América Central.

Dentro de quinze anos estaremos ingressando no terceiro milênio. Estas passagens marcantes do tempo exercem poderoso fascínio sobre os homens, trazendo-lhes inquietações transcendentais. Temos hoje, como conquista da inteligência e do trabalho dos homens, fantástico futuro pela frente. A ciência, que nem sempre trilha o reto caminho, oferece ilimitadas possibilidades ao homem. A conquista do espaço, com as excursões às vastidões cósmicas, e a incursão do átomo, com a doma dos elétrons e o seu emprego na inteligência artificial dos computadores, reservam-nos poder de deuses.

Ao mesmo tempo, o mergulho no mistério biológico permite-nos controle genético cada vez maior, na seleção e aprimoramento de plantas e animais. Com todo o cuidado que devemos tomar, a fim de não violar a alma dos homens, nem ferir os núcleos mais profundos na natureza, tais técnicas servirão para multiplicar a produção de alimentos, necessários ao mundo que cresce.

Ao criar um ministério para cuidar dos assuntos da ciência e da tecnologia, tive a preocupação de assegurar e disciplinar os recursos destinados à pesquisa científica, de maneira a que o Brasil possa vencer a distância que o separa das nações mais adiantadas. Temos de dispor de tecnologia própria, se queremos assegurar a soberania nacional no futuro.

Brasileiros:

Esta é a hora mais importante de todas as que eu tenho vivido, e devo ocupá-la com humilde súplica a Deus. Queira Ele consagrar, com sua bênção, a imperecível aliança entre o governo que se inicia e a Nação que espera. Juntos, Nação e governo, haveremos de honrar o passado com a dignidade do futuro.

Chegamos a esta hora cavalcando todas as dificuldades. Há duas décadas interrompemos o paciente caminho que percorríamos, dentro da razão democrática, para sofrer tempos tormentosos. Mas as mãos anônimas do povo indicaram-nos, com o protesto e a esperança, a trilha democrática. Podíamos tomar

de Malraux a imagem genial que serve a esta luta admirável: morriam as liberdades e de suas cinzas nasciam as forças que iam lutar por elas; prevalecia a prepotência e, sob suas sombras, iluminava-se nova resistência; organizava-se, sobre a aparente passividade do povo, o sistema fechado e cruel – e, no silêncio imposto, como no fundo da terra, plantavam-se as sementes da vontade popular.

Na luta contra as forças da sombra houve os que tombaram, os que conheceram o degrado e os que não aceitaram a humilhação dos poderosos, vencendo, com dignidade, a perseguição e a calúnia.

Os melhores filhos da Nação souberam resistir, na peleja de todos os dias, ocupando os reduzidos espaços da ação política, até que o povo inteiro, afastando o medo e recuperando o ânimo, irrompeu na força avassaladora das ruas.

Brasileiros: O ministério que escolhi, dentro das forças políticas que me apoiavam, e tendo em vista o critério de representação regional do governo, é constituído de homens comuns. Busquei-os no Congresso, nas organizações partidárias e nas atividades profissionais. Sou responsável pelo seu desempenho diante do Congresso, e deles exigirei, como é de meu dever, pleno devotamento à causa do povo. A austeridade não deve apenas ser um vocábulo de efeito político, mas rigoroso compromisso do poder. O meu governo não oferecerá a nenhum de seus altos funcionários outra dignidade que não seja a honrada oportunidade de servir à Nação.

Teremos de colocar ordem imediata na administração econômica, combatendo, com denodo, a inflação. Há medidas, a médio e a longo prazo, indispensáveis ao saneamento financeiro e à boa ordem econômica, e que serão tomadas. Elas se relacionam com as opções internas de desenvolvimento e com rigorosa disciplina no comércio externo.

Brasileiros: O Brasil que o povo hoje recebe e me confia é um país sitiado de todas as dificuldades. Não podemos ocultá-las. Meu governo não se exercerá nas sombras do medo, mas sob o sol meridiano da verdade.

A hora pede de todos patriotismo e coragem. Assumo, como é de meu dever constitucional, e da vontade do povo, o comando supremo das Forças Armadas. Elas são indispensáveis à defesa da Pátria. Nessa grave e honorável missão fizeram-se grandiosas, ao vencer os confrontos armados a que fomos impelidos pela agressão estrangeira. O seu heroísmo na manutenção das fronteiras históricas repetiu-se, além do continente, quando a humanidade nos convocou à cruzada contra o nazifascismo. Sua responsabilidade será cada vez maior, com o esperado crescimento da cobiça internacional sobre os nossos recursos naturais, e considerando-se a extensão de nossas lindes.

Ao heroísmo e à abnegação de nossos soldados, devemos acrescentar os indispensáveis meios de combate. O adestramento militar possibilita a eficiência da bravura, e os equipamentos modernos de luta são indispensáveis ao bom desempenho dos exércitos. Temos de preparar as nossas Forças Armadas para qualquer possibilidade de agressão externa.

Brasileiros: Nada poderei fazer, senão aquilo que pudermos fazer juntos.

Reclamo dos trabalhadores vigilantes participação na vida nacional e conto com seu patriotismo na renegociação de um amplo pacto social que nos permita reordenar a economia do País.

Reafirmo meu apreço pelos empresários brasileiros que, enfrentando a desigual competição de consórcios multinacionais, têm preservado seus empreendimentos e mantido, com pesados esforços, o nível de emprego em suas fábricas. Sei que poderemos confiar em seu bom senso nas amplas negociações que vamos promover.

Contamos com o inconformismo das mulheres no esforço nacional para construir uma sociedade justa. Ninguém melhor do que elas, em sua sensibilidade e disposição de servir, convoca a consciência social contra as desigualdades.

A imprensa sabe de sua importância e de suas responsabilidades na vida democrática. Concito os homens de jornal, rádio e televisão a que exerçam seu patriótico dever de informar e não renunciem ao direito de denunciar o que, no governo ou fora dele, for contrário ao interesse do País. O melhor apoio ao governo é o que presta a imprensa livre, mas rigorosa na fidelidade dos fatos.

Faz vinte e um anos que as organizações estudantis, ponto de partida das vocações políticas, foram estranguladas pela repressão policial. Expressar o amor à Pátria significa participar de sua vida política. A Pátria merece este amor que podem expressar agora, sob os tempos democráticos. Quero, em meu governo, assistir à renovação dos quadros partidários, com a presença da juventude.

A Nação renasce porque está renascendo nos olhos dos moços. Refletindo-se em suas pupilas, as cores nacionais recebem aquele calor sagrado que torna as pátrias imperecíveis.

Brasileiros: Começamos hoje a viver a Nova República. Deixemos para trás tudo o que nos separa e trabalhemos sem descanso para recuperar os anos perdidos na ilusão e no confronto estéril. Estou certo de que não nos faltará a benevolência de Deus.

Entendamos a força sagrada deste momento, em que o povo retoma, solenemente, seu próprio destino.

Juntemos as nossas mãos e unamos as nossas vozes para elevá-las à Pátria, no juramento comum de servi-la com as honras do sacrifício. Peço-vos que canteis, junto conosco, estejais onde estiverdes, o nosso Hino Nacional.

Viva o Brasil.

“

Marx e Engels, ainda que estejam fora de moda, até não sei quando, não perderam a sabedoria. Disseram que os homens fazem a história não como querem e sim como as condições permitem. Valho-me da frase no momento, deixando as discussões sobre anacronismos de lado, para lembrar Tancredo Neves, político que garantiu uma das mais brilhantes páginas da história do nosso País.

Tancredo nos conduziu ao sonho da liberdade. Ocupou com as próprias mãos, de hábil artesão, os espaços que as condições políticas possibilitaram.

Este foi para mim o seu maior mérito: colocar-se humildemente como instrumento do processo histórico, que haveria de provocar o reencontro do Brasil com a democracia.

Fernando Lyra
Presidente Fundação
Joaquim Nabuco (Fundaj)

”

“

Tancredo Neves, você foi duas vezes mais do que eleito, plebiscitado. Vivo, plebiscitado pela esperança para governar essa grande nação. Morto, plebiscitado pelas lágrimas, pelas preces, pela amargura e pelo pranto dos governantes que restaram nesse grande país.

Ulysses Guimarães

”

Bibliografia

- BRITTO, Antônio. *Assim Morreu Tancredo Neves*. Porto Alegre: Editora L & PM, 1985.
- BRITTO, Antônio. *Perfil Parlamentar Tancredo Neves*. Brasília: Editora Câmara dos Deputados, 2001.
- BRITTO, Antônio. *A Morte de Tancredo Neves*. São Paulo: Editora Colégio Bandeirantes, s/d.
- CARVALHO, José Maurício de. *As Idéias Filosóficas e Políticas de Tancredo Neves*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1994.
- CHAGAS, Marcos & LOURENÇO, Iolando. *Tancredo só aceitou operação após garantia da posse de Sarney*. Agência Brasil. 21 de Abril de 2009. Disponível: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/04/20/materia.2009-04-20.0215113993/view>
- _____. *Eleição de Tancredo marcou redemocratização do país*. Agência Brasil, 21 de Abril de 2009. Disponível: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/04/20/materia.2009-04-20.9580061321/view>
- CARVALHO, Elias A. de. *Tancredo: Mensageiro da Esperança*. Literatura de Cordel. 1985.
- CORREIOBRAZILIENSE. *Há 24 anos morria o presidente Tancredo Neves*. 21/04/2009. Disponível: http://www.correiobraziliense.com.br/html/sessao_3/2009/04/21/noticia_interna_id_sessao=3&id_noticia=100711/noticia_interna.shtml
- COUTO, Ronaldo Costa. *Tancredo Vivo, Casos e Acaso*. São Paulo: Editora Record, 1995.
- _____. *História indiscreta da ditadura e da abertura - Brasil 1964-1985*. São Paulo: Editora Record, 1998.
- _____. *Memória viva do regime militar - Brasil 1964-1985*. São Paulo: Editora Record, 1999.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves, e outro. *Tancredo, A trajetória de um liberal*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- DIMENSTEIN, Gilberto. *O complô que elegeu Tancredo Neves*. Rio de Janeiro: Editora JB, 1985.
- FUNDAÇÃO PRESIDENTE TANCREDO NEVES. *Tancredo Neves – Um homem para o Brasil*. São João del Rey, 2005.
- _____. *A política como Razão: as Ideias e o Tempo de Tancredo Neves*. São João del-Rei, 2010
- _____. *Tancredo, o Verbo Republicano*. São João del-Rei, 2010.
- GUSMÃO, Almir Oliveira de. *A vida de Tancredo Neves*. Literatura de cordel. 1985.

LEMOS, Wilma Maia de. *Tancredo Neves o Imortal Democrata*. S/l. Editora Grafitex, s/d.

LYRA, Fernando. *Daquilo que Eu Sei: Tancredo e a Transição Democrática*. São Paulo: Editora Iluminuras, Coleção Memória, 2009.

MENDONÇA, Daniel. *Tancredo Neves - da Distensão à Nova República*. Santa Cruz do Sul: Editora Edunisc, 2004.

MELLO, Veríssimo. *Tancredo Neves na Literatura de Cordel*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1986.

NEVES, Lucília de Almeida. *Tancredo Neves - Sua Palavra na História*. São João del-Rei: Editora Fundação Presidente Tancredo Neves, 1988.

NEVES, Tancredo. *O regime parlamentar e a realidade brasileira / Tancredo Neves*. Belo Horizonte: R. Brasileira de Estudos Políticos / Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, 1962.

_____. *O regime parlamentar e a realidade brasileira*. Brasília: FUNCEP, 1987

_____. *Tancredo: Máximas e citações [coligidas por] Carlos Laranjeira*. [s.l: s/n.], 1985

NUNES, Augusto. *Os Grandes Líderes - Tancredo Neves*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1988.

NUNES, Jonathas. *Momento político nacional e a candidatura Tancredo Neves*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1984 (discurso)

RICUPERO, Rubens. *Diário de Bordo – A Viagem Presidencial de Tancredo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

ROCHA LIMA, Valentina, e outro. *Tancredo fala de Getúlio*. Porto Alegre: Editora L&PM, 1986.

SAMPAIO, César. *Perfil de um Presidente - Tancredo Neves*. São Paulo: Editora Graphilivros, 1985.

SANTAYANA, Mauro. *Conciliação e Transição: as Armas de Tancredo*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1985.

SILVA, Vera Alice Cardoso. *Tancredo neves: A trajetória de um liberal*. Petrópolis, RJ / Belo Horizonte: Vozes / Ed. UFMJ, 1985.

TAVARES, Neila. *As Últimas Caricaturas de Tancredo Neves*. São Paulo: Editora Mandarin, 1985.

Jango. E quando a Minas oficial foi quase toda para a Arena, ele ficou minoritário no MDB. Coragem.

Coragem também quando, organizando o Partido Popular para ajudar o MDB a sepultar a ditadura no Colégio Eleitoral, reagiu à manobra oficial da vinculação dos votos e, com Ulysses, patrocinou a fusão oposicionista. Tudo isso com a discreta firmeza de quem não precisava exibir essa virtude que, na lição de um especialista, Napoleão Bonaparte, é a única que não se consegue simular.

Muita coragem também para renunciar ao governo de Minas Gerais e mergulhar de cabeça na aventura do Colégio Eleitoral - aventura gloriosa que permitiu o sepultamento do regime militar e uma transição pacífica para a democracia, através da Nova República.

Testemunha presencial da fase culminante da sua carreira política, posso depor que Tancredo Neves não dissimulava porque não usava a habilidade para tergiversar, mas para unir forças majoritárias quando possível avançar ou minoritárias quando era necessário resistir, desde que pudesse sempre praticar a lição do poeta Geir Campos: "... expresso documento, a palavra conforme o pensamento".

Ibsen Pinheiro
Jornalista e advogado

TANCREDO NEVES

= Pensamentos e fatos =

Tancredo Neves: pensamentos e fatos é mais um livro a integrar a coletânea *O Pensamento Político Brasileiro*, editada pela Fundação Ulysses Guimarães. A obra apresenta discursos, textos e depoimentos que Tancredo de Almeida Neves produziu durante a Primeira República, a Era Vargas, a República Nova, o Regime Militar e a Nova República.

Tancredo Neves deixa registros de seu pensamento e de sua experiência como vereador, como deputado estadual e federal, como senador, e como governador e presidente. Seu destino, como o próprio Tancredo disse, foi maior do que todas as suas aspirações.



O PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO



A coletânea *O Pensamento Político Brasileiro* reúne produções de quinze nomes que alteraram o cenário político de sua época ao protagonizarem inúmeras contribuições para nossa nação. Todos os textos transcritos são originais e representam a opinião fiel do autor em seu tempo.

A Fundação Ulysses Guimarães oferece o pensamento desses grandes nomes para que o leitor o interprete segundo o seu.

FUNDAÇÃO
ULYSSES
GUIMARÃES

